

# RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2014 TRIBUNAL DE JUSTIÇA

---



**Estado do Ceará  
Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, junho de 2015



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Sumário

|   |     |
|---|-----|
| Descrição Geral, Missão, Finalidade e Competências .....  | 3   |
| Estrutura Organizacional.....   | 7   |
| Estratégia.....   | 8   |
| Projetos Estratégicos .....   | 28  |
| Relatório de Gestão 2014 .....  | 37  |
| Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa .....   | 194 |
| Recursos Orçamentários e Financeiros .....  | 196 |
| Recursos Patrimoniais.....  | 199 |
| Infraestrutura .....  | 200 |
| Quadro de Pessoal.....  | 221 |
| Indicadores de Gestão e de Desempenho.....  | 222 |
| Transferências de Recursos mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Instrumentos<br>Congêneres outros..... | 265 |



## **DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS**

### **1. DESCRIÇÃO GERAL**

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124, da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

#### **1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores mais antigos, os ocupantes dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor Geral da Justiça.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 1.2 Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 56 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 12.342/1994), "a Corregedoria Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça". A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva

### 1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 173 varas, das quais 34 são virtuais. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Trânsito, Delitos sobre Tráfico e uso de Substâncias Entorpecentes, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

### 1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Cada um deles corresponde a uma comarca, ou área de jurisdição. As comarcas do Judiciário cearense são



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

### 1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei nº 9.099/95 e Lei Estadual nº 12.553/95. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na comarca de Fortaleza, existem 20 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Já no restante do Estado, outras 17 unidades podem ser encontradas nas comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Icó, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

### 1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por seis unidades (turmas), cada uma delas formada por três juizes de direito. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

### 1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

### 2. MISSÃO

O Poder Judiciário cearense tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2010-2014, aprovado em janeiro de 2010 pelo Tribunal Pleno, “*prover justiça em busca da harmonia social*”.

### 3. FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

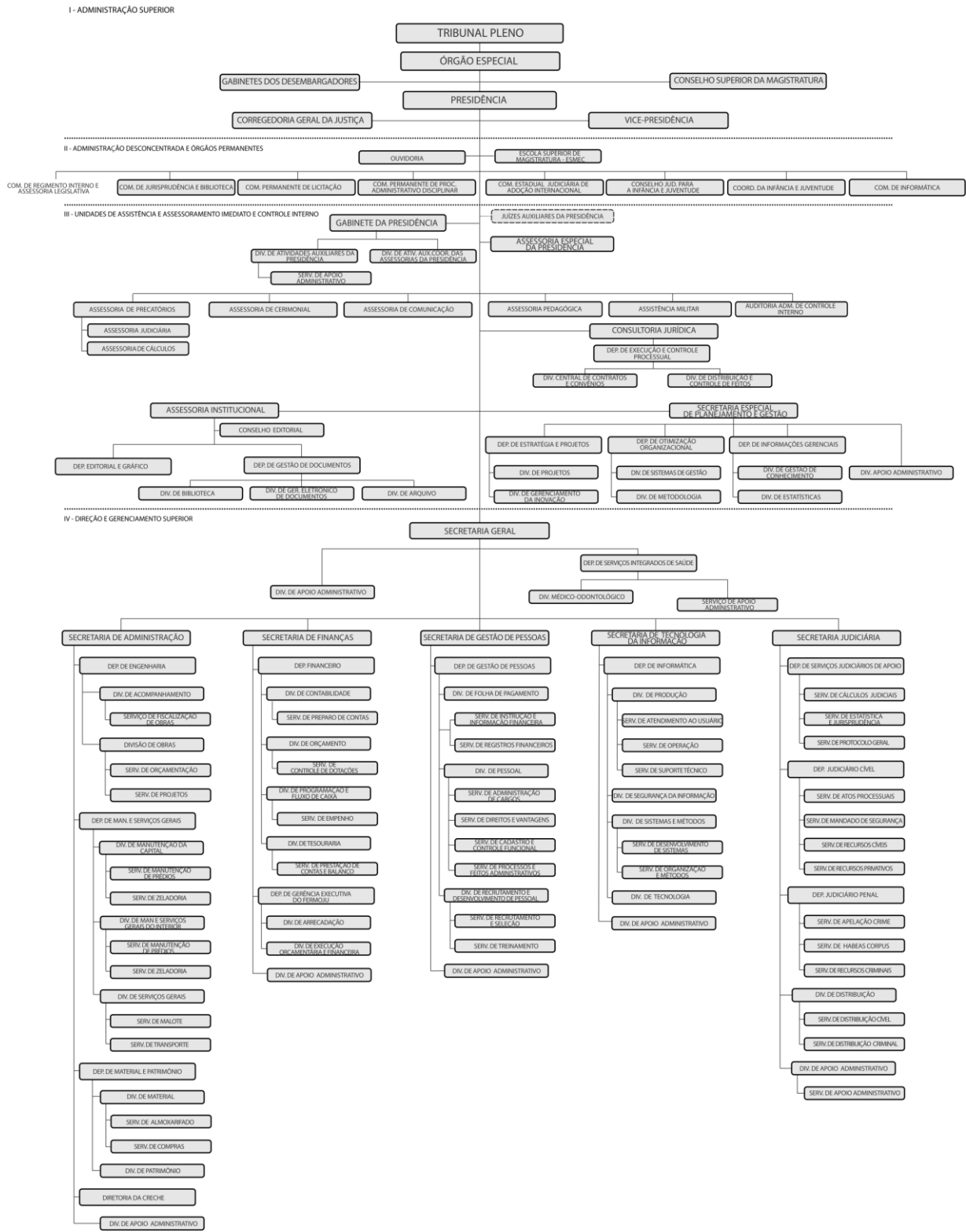
### 4. COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).



**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### ESTRATÉGIA

O Plano Estratégico 2010-2014 do Poder Judiciário cearense foi aprovado pela Resolução nº. 02, de 21 de janeiro de 2010, publicada no Diário da Justiça em 27 de janeiro de 2010. A construção do Plano foi conduzida em 2009 pela então Assessoria de Planejamento, que contou com a participação de magistrados e servidores, os quais apresentaram propostas de projetos a serem contemplados no plano.

O art. 6º da resolução supramencionada prevê uma revisão no Plano Estratégico ao início de cada gestão. Assim sendo, no período de fevereiro a maio de 2011, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag), responsável pelo monitoramento dos projetos e metas do Plano Estratégico 2010-2014, conduziu a Revisão 2011-2013 de indicadores, metas e projetos, normatizada pela Resolução nº 13, de 25 de novembro de 2011, do Órgão Especial.

Em meados de março de 2013, sob coordenação da Seplag, e com os objetivos de validar as metas e revisar o portfólio de projetos constantes do Plano Estratégico 2010-2014, iniciou-se o processo de Revisão 2013-2015. Por meio da Resolução nº. 06, 26 de julho de 2013, do Órgão Especial, foi publicada a lista dos indicadores institucionais com suas respectivas metas para os anos de 2013 e 2014 e incluídas as metas para o Judiciário Nacional, no Plano Estratégico 2010-2014 do Poder Judiciário cearense.







## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Missão:

Prover Justiça em busca da harmonia social.

### Visão:

Ser reconhecido pela sociedade como modelo de instituição moderna, ética e que assegure o direito e a cidadania.

### Atributos de Valor para a Sociedade:

- Celeridade
- Efetividade
- Acessibilidade
- Transparência
- Responsabilidade social e ambiental
- Imparcialidade
- Coerência

### Indicadores Relacionados à Visão:

- 1) Índice de satisfação do jurisdicionado.

| Indicador                              | Meta  |       |      |      |      |      | Gestor                             |
|--|---|-------|------|------|------|------|------------------------------------|
|  | Linha de base   | 2010  | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |                                    |
| Índice de satisfação do jurisdicionado | Aumentar para 50% a satisfação do jurisdicionado, até 2014* |       |      |      |      |      | Assessoria Especial da Presidência |
|  | 50%**   | ( - ) | 38%  | 44%  | 45%  | 50%  |                                    |

\*Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

\*\* Estimado com base em pesquisa de confiança realizada em 2008 pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

( - ) Não mensurado



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Excelência.

### Objetivo Estratégico:

Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

### Descrição do Objetivo:

Assegurar que, ao tempo em que as decisões sejam proferidas em um prazo razoável, sejam elas construídas com o máximo de qualidade, a fim de que tenham caráter definitivo; e não transitório. A efetividade deve ser prioritária. Atentar não apenas para o julgamento, mas também para o cumprimento da sentença.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 2) Taxa de Congestionamento no 2º grau;
- 3) Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau;
- 4) Taxa de Congestionamento na fase de execução no 1º grau;
- 5) Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais;
- 6) Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento nos Juizados Especiais; e
- 7) Taxa de Congestionamento na fase de execução nos Juizados Especiais.

| Indicador   | Meta  |      |      |      |      |      | Gestor                        |
|---|---|------|------|------|------|------|-------------------------------|
|   | Linha de base   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |                               |
| Taxa de Congestionamento no 2º grau                                     | Reduzir para 40% a taxa de congestionamento, até 2014 |      |      |      |      |      | Secretaria Judiciária         |
|   | 47% <sup>1</sup>                                      | 71%  | 54%  | 43%  | 47%  | 40%  |                               |
| Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau             | Reduzir para 54% a taxa de congestionamento, até 2014 |      |      |      |      |      | Corregedoria Geral da Justiça |
|   | 67% <sup>2</sup>                                      | 72%  | 74%  | 66%  | 60%  | 54%  |                               |
| Taxa de Congestionamento na fase de execução no 1º grau                 | Reduzir para 65% a taxa de congestionamento, até 2014 |      |      |      |      |      | Corregedoria Geral da Justiça |
|   | 82% <sup>3</sup>                                      | 82%  | 87%  | 79%  | 70%  | 65%  |                               |
| Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais                           | Reduzir para 40% a taxa de congestionamento, até 2014 |      |      |      |      |      | Fórum das Turmas Recursais    |
|   | 64%   | 63%  | 62%  | 43%  | 49%  | 40%  |                               |
| Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento nos Juizados Especiais | Reduzir para 57% a taxa de congestionamento, até 2014 |      |      |      |      |      | Corregedoria Geral da Justiça |
|   | 63% <sup>4</sup>                                      | 67%  | 62%  | 62%  | 59%  | 57%  |                               |
| Taxa de Congestionamento na fase de execução nos Juizados Especiais     | Reduzir para 65% a taxa de congestionamento, até 2014 |      |      |      |      |      | Corregedoria Geral da Justiça |
|   | 87% <sup>5</sup>                                      | 90%  | 76%  | 72%  | 70%  | 65%  |                               |

- (1) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 90%, a qual foi recalculada devido à baixa administrativa
- (2) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 65%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- (3) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 79%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros
  - (4) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 55%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros
  - (5) Na formulação do Plano, em 2009, foi considerada a linha de base de 91%, a qual foi recalculada devido à revisão dos filtros
- **Meta 2 de 2009** - Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores) até 31/12/2005;
  - **Meta 2 de 2010** - Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007;
  - **Meta 3 de 2010** - Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009);
  - **Meta 2 de 2012** - Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual;
  - **Meta 1 de 2013** - Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013;
  - **Meta 2 de 2013** - Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 90% dos processos distribuídos em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual; e
  - **Meta 18 de 2013** - Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.

### Projetos Relacionados:

#### Projetos em andamento:

- 1) Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial (SEGER);
- 2) Padronização das Rotinas do Processo Eletrônico (FCB);
- 3) Racionalização, Mapeamento e Manualização de Procedimentos e Rotinas de Trabalho Alusivos à Tramitação Processual no Âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará (SEJUD).

#### Projetos concluídos:

- 4) Grupo de Trabalho para Agilização da Certificação do Trânsito em Julgado (SEJUD).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Social e Ambiental.

### Objetivo Estratégico:

Exercer a responsabilidade socioambiental.

### Descrição do Objetivo:

Incentivar e apoiar ações de gestão social e gestão ambiental, por meio da atividade dos magistrados, servidores e de parcerias com organizações públicas, privadas e não-governamentais.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 8) Número de ações socioambientais realizadas;

| Indicador  | Meta  |       |       |       |      |      | Gestor                                      |
|--|---|-------|-------|-------|------|------|---|
|  | Linha de base   | 2010  | 2011  | 2012  | 2013 | 2014 |   |
| <b>Número de ações socioambientais realizadas*</b> | Realizar 01 ação ou conjunto de ações somadas que contemple, pelo menos, 75% do Poder Judiciário cearense** |       |       |       |      |      | Comissão de Responsabilidade Socioambiental |
|  | ( - )   | ( - ) | ( - ) | ( - ) | 50%  | 75%  |   |

\* Indicador incluído na Revisão 2013-2015

\*\* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

### Projetos Relacionados:

#### Projetos em andamento:

- 5) Programa de Projetos de Eficiência Energética (SECAD).

#### Projetos concluídos:

- 6) Implantação da Comissão de Responsabilidade Socioambiental (SEPLAG).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Acesso à Justiça.

### Objetivo Estratégico:

Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça.

### Descrição do Objetivo:

Promover ações com vistas a facilitar o acesso à Justiça e a torná-la mais próxima ao cidadão.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 9) Número de novas unidades judiciárias implantadas; e
- 10) Número de ações para ampliar o atendimento ao cidadão.

| Indicador   | Meta  |      |      |      |      |      | Gestor                             |
|---|---|------|------|------|------|------|------------------------------------|
|   | Linha de base   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |                                    |
| Número de novas unidades judiciárias implantadas*       | Obter 79 novas unidades judiciárias implantadas, até 2014     |      |      |      |      |      | Assessoria Especial da Presidência |
|   | (-)   | (-)  | 11   | 35   | 44   | 79   |                                    |
| Número de ações para ampliar o atendimento ao cidadão** | Realizar, pelo menos, 2 (duas) ações a cada ano, até 2014 *** |      |      |      |      |      | Assessoria Especial da Presidência |
|   | (-)   | (-)  | nd   | 2    | 2    | 2    |                                    |

\* A implantação de novas unidades judiciárias está condicionada à aprovação das Mensagens de Lei a serem encaminhadas à Assembleia Legislativa

\*\* Indicador incluído na Revisão 2011-2013

\*\*\* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

( - ) Não mensurado

nd – Não disponível

### Projetos Relacionados:

#### Projetos em andamento:

- 7) Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais (SEJUD);
- 8) Novo Portal TJCE (SETIN).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Suporte.

### Objetivo Estratégico:

Informar para conscientizar.

### Descrição do Objetivo:

Prestar comunicação clara e transparente, visando à conscientização do cidadão sobre o papel e o funcionamento do Judiciário.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 11) Índice de matérias institucionais positivas veiculadas; e
- 12) Número de participantes em ações de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense.

| Indicador  | Meta  |      |      |      |      |      | Gestor                                       |
|--|---|------|------|------|------|------|--|
|  | Linha de base   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |  |
| Índice de matérias institucionais positivas veiculadas   | Obter 65% de matérias institucionais positivas, até 2014* |      |      |      |      |      | Assessoria de Comunicação                    |
|  | 58%   | 51%  | 55%  | 64%  | 64%  | 65%  |  |
| Número de participantes em ações de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense** | <b>META CUMPRIDA</b>                                      |      |      |      |      |      | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão |

\* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

\*\* Indicador incluído na Revisão 2011-2013

### Projetos Relacionados

#### Projetos concluídos:

- 9) A Justiça na Mídia (ASSCOM);
- 10) Judiciário Cearense em Evidência (ASSCOM);
- 11) Justiça e Cidadania (SEPLAG);
- 12) Portal da Transparência (SEPLAG).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Suporte.

### Objetivo Estratégico:

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

### Descrição do Objetivo:

Reavaliar as necessidades de despesa, implantar controles efetivos e sensibilizar os magistrados e servidores para a eliminação de desperdícios.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 13) Número de ações para a redução dos custos operacionais; e

| Indicador   | Meta  |      |      |      |      |      | Gestor                      |
|---|---|------|------|------|------|------|-----------------------------|
|   | Linha de base   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |                             |
| Número de ações para a redução dos custos operacionais* | Realizar 01 ação ou conjunto de ações somadas que contemple, pelo menos, 75% do Poder Judiciário cearense** |      |      |      |      |      | Secretaria de Administração |
|   | (-)   | (-)  | (-)  | (-)  | 50%  | 75%  |                             |

\* Indicador incluído na revisão 2013-2015

\*\* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense  
(-) Não mensurado

### Projetos Relacionados

#### Projeto concluído:

- 13) Manutenção Predial e Reformas Terceirizadas (SECAD).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Suporte.

### Objetivo Estratégico:

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

### Descrição do Objetivo:

Buscar parcerias com entidades públicas, privadas, comunidades, outras instâncias do Judiciário, além dos outros Poderes (Executivo e Legislativo), visando a cooperações mútuas e a resultados satisfatórios para todas as partes envolvidas.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 14) Número de parcerias formais em prol da justiça.

| Indicador                                      | Meta  |      |      |      |      |      | Gestor                             |
|--|---|------|------|------|------|------|------------------------------------|
|  | Linha de base   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |                                    |
| Número de parcerias formais em prol da justiça | Obter, no mínimo, 15 parcerias formais em prol da justiça a cada ano, até 2014* |      |      |      |      |      | Assessoria Especial da Presidência |
|  | 18  | 18   | nd   | 16   | 15   | 15   |                                    |

\* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense  
nd – Não disponível

### Meta Nacional do Poder Judiciário Relacionada ao Objetivo:

- **Meta 19 de 2013** - Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa.

### Projetos Relacionados

Não há projetos diretamente relacionados ao objetivo.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Suporte.

### Objetivo Estratégico:

Melhorar a produtividade.

### Descrição do Objetivo:

Aumentar a relação entre produtos e serviços realizados e o número de colaboradores (magistrado e servidor), garantindo a qualidade e o foco na gestão por resultados.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 15) Produtividade do magistrado de 2º grau;
- 16) Produtividade do magistrado de 1º grau;
- 17) Produtividade do magistrado dos Juizados Especiais;
- 18) Produtividade do magistrado das Turmas Recursais; e
- 19) Índice de alcance das metas setoriais.

| Indicador                                      | Meta  |      |      |       |       |       | Gestor                             |
|--|---|------|------|-------|-------|-------|------------------------------------|
|  | Linha de base   | 2010 | 2011 | 2012  | 2013  | 2014  |                                    |
| Produtividade do magistrado 2º grau            | Obter 690 decisões terminativas por magistrado              |      |      |       |       |       | Secretaria Geral                   |
|  | 550   | 531  | 536  | 585   | 637   | 690   |                                    |
| Produtividade do magistrado 1º grau            | Obter 750 sentenças por magistrado                          |      |      |       |       |       | Corregedoria Geral da Justiça      |
|  | 374   | 367  | 413  | 756   | 700   | 750   |                                    |
| Produtividade do magistrado Juizados Especiais | Obter 3.300 processos julgados por magistrado               |      |      |       |       |       | Corregedoria Geral da Justiça      |
|  | 603   | 687  | 669  | 2.866 | 3.000 | 3.300 |                                    |
| Produtividade do magistrado Turmas Recursais   | Obter 447 processos julgados por magistrado                 |      |      |       |       |       | Fórum das Turmas Recursais         |
|  | 163   | 170  | 178  | 458   | 447   | 447   |                                    |
| Índice de alcance das metas setoriais*         | Obter 89%, por ano, do Índice de Alcance de Metas Setoriais |      |      |       |       |       | Assessoria Especial da Presidência |
|  | (-)   | (-)  | (-)  | 89%   | 89%   | 89%   |                                    |

\* Indicador incluído na Revisão 2013-2015  
(-) Não mensurado

### Projetos Relacionados

Não há projetos diretamente relacionados ao objetivo.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Suporte.

### Objetivo Estratégico:

Buscar a modernização contínua.

### Descrição do Objetivo:

Implantar instrumentos e mecanismos de gestão disponíveis na administração moderna e que sejam aplicáveis ao Judiciário cearense, com o objetivo de desburocratizar os serviços prestados e de incrementar-lhes os resultados.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

20) Número de boas práticas de gestão implementadas.

| Indicador                                       | Meta   |      |      |      |      |      | Gestor                                       |
|---|--|------|------|------|------|------|--|
|   | Linha de base  | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |  |
| Número de boas práticas de gestão implementadas | Implantar, pelo menos, 05 (cinco) boas práticas de gestão* |      |      |      |      |      | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão |
|   | (-)  | 1    | 11   | 5    | 5    | 5    |  |

( - ) Não mensurado

\* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

### Metas Nacionais do Poder Judiciário Relacionadas ao Objetivo:

- **Meta 16 de 2013** - Fortalecer a unidade de controle interno no Tribunal; e
- **Meta 17 de 2013** - Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

### Projetos Relacionados

#### Projetos em andamento:

- 14) Análise, Modelagem e Otimização dos Processos de Trabalho da Jurisdição Criminal do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB);
- 15) Implantação do Escritório de Processos (SETIN);
- 16) Solução de Desenho de Processos de Service Desk (SETIN).

#### Projetos concluídos:

- 17) Criação da Editora do Poder Judiciário (SEGER);
- 18) Escritório Corporativo de Projetos (SEPLAG);
- 19) Implantação do Serviço de Atendimento ao Usuário (SECAD);
- 20) Manual do Fornecedor do TJCE (SEFIN);
- 21) Terceirização do Arquivo (SEFIN);

#### Projeto cancelado:

- 22) Elaboração do Manual de Direitos e Serviços Disponíveis ao Servidor do Judiciário Cearense (SEPLAG).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Suporte.

### Objetivo Estratégico:

Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.

### Descrição do Objetivo:

Garantir que as unidades administrativas e judiciárias estejam alinhadas à estratégia do Poder Judiciário cearense.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

21) Percentual de projetos estratégicos concluídos.

| Indicador                                      | Meta   |      |      |      |      |      | Gestor                                       |
|--|--|------|------|------|------|------|--|
|  | Linha de base  | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |  |
| Percentual de projetos estratégicos concluídos | Obter 80% de sucesso na execução de projetos estratégicos, até 2014* |      |      |      |      |      | Secretaria Especial de Planejamento e Gestão |
|  | 70%  | 22%  | 18%  | 35%  | 65%  | 80%  |  |

\* Para que essa meta seja cumprida, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

### Projetos Relacionados

#### Projetos concluídos:

- 23) Implantação da Gratificação por Alcance às Metas Estratégicas - Setorial (SEPLAG/SGP);
- 24) Implantação do Comitê Estratégico do Poder Judiciário Cearense (SEPLAG);
- 25) Transformação da Assessoria de Planejamento em Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (SEPLAG).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Desenvolvimento Humano.

### Objetivo Estratégico:

Garantir a valorização dos magistrados e servidores.

### Descrição do Objetivo:

Reconhecer os magistrados e servidores, conferir-lhes oportunidades e capacitação de excelência, a fim de que se sintam efetivamente afiliados à Instituição e de que sejam dotados de habilidades, atitudes e conhecimentos necessários ao bom funcionamento da Entidade.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

22) Índice do clima organizacional.

| Indicador                      | Meta  |      |      |      |      |      | Gestor                          |
|--------------------------------|---|------|------|------|------|------|---------------------------------|
|                                | Linha de base   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |                                 |
| Índice do clima organizacional | Obter 65% de magistrados e servidores satisfeitos com a Instituição |      |      |      |      |      | Secretaria de Gestão de Pessoas |
|                                | (-)   | (-)  | 68%  | 70%  | 65%  | 65%  |                                 |

(-) Não mensurado

### Projetos Relacionados

#### Projetos em andamento:

- 26) Acompanhamento Psicossocial de Magistrados (SGP);
- 27) Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados (ESMEC);
- 28) Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Judiciário Cearense (SGP).
- 29) Valorização do Servidor (SGP);

#### Projetos concluídos:

- 30) Convênio Imobiliário (SEFIN);
- 31) Elaboração e Implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (SGP);
- 32) Implantação da Gratificação de Estímulo à Interiorização (SGP);
- 33) Núcleo de Educação à Distância (SGP);
- 34) Garantir a Correção das Distorções Vencimentais entre Servidores da Capital e do Interior (SGP).

#### Projetos cancelados:

- 35) EAD na ESMEC (ESMEC).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Desenvolvimento Humano.

### Objetivo Estratégico:

Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.

### Descrição do Objetivo:

Garantir que cada unidade do Judiciário cearense seja provida de magistrados e servidores em número suficiente e com conhecimentos, habilidades e atitudes adequadas, visando a uma melhor prestação jurisdicional.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 23) Índice de capacitação nas competências estratégicas;
- 24) Quantitativo de vagas ofertadas para magistrados em cursos de formação e/ou de aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM;
- 25) Índice de atendimento das necessidades de treinamento dos servidores;
- 26) Percentual de unidades judiciárias com quantidade mínima de pessoal.

| Indicador   | Meta  |       |      |      |      |      | Gestor   |
|---|---|-------|------|------|------|------|--|
|   | Linha de base   | 2010  | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |  |
| Índice de capacitação nas competências estratégicas   | Obter 50% de servidores treinados nas competências estratégicas, até 2014                           |       |      |      |      |      | Secretaria de Gestão de Pessoas                            |
|   | 0%  | 4%    | nd   | 22%  | 40%  | 50%  |  |
| Quantitativo de vagas ofertadas para magistrados em cursos de formação e/ou de aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM* | Ofertar, pelo menos, 200 vagas anuais, até 2014   |       |      |      |      |      | Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará - ESMEC |
|   | ( - )   | ( - ) | nd   | 640  | 200  | 200  |  |
| Índice de atendimento das necessidades de treinamento dos servidores*   | Obter 85% de atendimento às necessidades de treinamento, até 2014                                   |       |      |      |      |      | Secretaria de Gestão de Pessoas                            |
|   | ( - )   | ( - ) | 94%  | 100% | 85%  | 85%  |  |
| Percentual de unidades judiciárias com quantidade mínima de pessoal*  | Aumentar para 50% o percentual de unidades judiciárias com quantidade adequada de pessoal, até 2014 |       |      |      |      |      | Secretaria de Gestão de Pessoas                            |
|   | 27%   | ( - ) | nd   | 47%  | 47%  | 50%  |  |

\* Indicador incluído na Revisão 2011-2013

( - ) Não mensurado

nd – Não disponível



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Projetos Relacionados

**Projetos em andamento:**

- 36) Concurso Público para Ingresso de Magistrados (SGP);
- 37) Concurso Público para Ingresso de Novos Servidores e Cadastro de Reserva (SGP);
- 38) Desenvolver o Plano de Capacitação (SGP);
- 39) Promoção de Quadro Funcional Adequado para a Corregedoria Geral da Justiça (CGJ);

**Projetos concluídos:**

- 40) Concurso para Ingresso de Magistrados (COMCON);
- 41) Desenvolvimento do Sistema “JUS COMARCA” (SEPLAG);
- 42) Implantação das 40 horas de Forma Parcelada (SGP);
- 43) Implantação de Novas Unidades Jurisdicionais no Fórum Clóvis Beviláqua (SGP).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Tecnologia da Informação.

### Objetivo Estratégico:

Automatizar e integrar procedimentos e sistemas.

### Descrição do Objetivo:

Automatizar e interligar procedimentos e sistemas por meio da informatização, visando à racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho das atividades fim e meio e à promoção de informações gerenciais fidedignas e em tempo hábil.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 27) Índice de virtualização dos processos judiciais novos; e  
28) Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Prover Sistemas de TIC Interoperáveis e Documentados.

| Indicador   | Meta  |       |       |      |      |      | Gestor                                 |
|---|---|-------|-------|------|------|------|--|
|   | Linha de base   | 2010  | 2011  | 2012 | 2013 | 2014 |  |
| Índice de virtualização dos processos judiciais novos   | Obter 65% dos processos judiciais novos virtualizados, até 2014 |       |       |      |      |      | Secretaria de Tecnologia da Informação |
|   | ( - )   | 5%    | nd    | 50%  | 60%  | 65%  |  |
| Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Prover Sistemas de TIC Interoperáveis e Documentados* | Obter 95% de cumprimento de metas, até 2014                     |       |       |      |      |      | Secretaria de Tecnologia da Informação |
|   | ( - )   | ( - ) | ( - ) | 91%  | 93%  | 95%  |  |

\* Indicador incluído na revisão 2013-2015  
( - ) Não mensurado nd – Não disponível

### Projetos Relacionados

#### Projetos em andamento:

- 44) Custas Judiciais (SETIN);  
45) Implantação de Solução de Ferramenta para Disponibilização de Informações Gerenciais (SETIN);  
46) INTEGRAJUS (SETIN);  
47) Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados (SETIN).

#### Projetos concluídos:

- 48) Aprimoramento do Ponto Eletrônico (SETIN);  
49) Eficiência.Jus (SEPLAG);  
50) Implantação do Sistema de Malote Digital (SEJUD);  
51) Justiça em Movimento (SEPLAG);  
52) Sistema de Precatórios (SETIN);  
53) Virtualização da Justiça - 1º Grau – Capital (SETIN).

#### Projeto cancelado:

- 54) Sessão de Julgamento (SETIN).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Financeiros.

### Objetivo Estratégico:

Assegurar recursos para a execução da estratégia.

### Descrição do Objetivo:

Buscar recursos junto às entidades públicas e privadas, nas esferas estadual, federal e internacional, visando ao aumento da garantia da execução da estratégia.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 29) Índice de execução do orçamento estratégico; e
- 30) Índice de otimização da arrecadação.

| Indicador                                   | Meta  |      |      |      |      |      | Gestor                             |
|---|---|------|------|------|------|------|------------------------------------|
|   | Linha de base                                       | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |                                    |
| Índice de execução do orçamento estratégico | Executar 80% do orçamento estratégico, até 2014*    |      |      |      |      |      | Assessoria Especial da Presidência |
|   | (-)   | (-)  | (-)  | 14%  | 60%  | 80%  |                                    |
| Índice de otimização da arrecadação**       | Otimizar em 100% a arrecadação do FERMOJU, até 2014 |      |      |      |      |      | Secretaria de Finanças             |
|   | (-)   | (-)  | (-)  | (-)  | 30%  | 100% |                                    |

\* Para que essas metas sejam cumpridas, deverá haver a participação das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense

\*\* Indicador incluído na revisão 2013-2015

(-) Não mensurado.

### Projetos Relacionados

#### Projetos concluídos:

- 55) Comissão de Orçamento Participativo (SEFIN);
- 56) Garantia de Autonomia Financeira (CGJ);
- 57) Remuneração dos Depósitos Judiciais (SEFIN).





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Tema:

Infraestrutura.

### Objetivo Estratégico:

Garantir infraestrutura adequada.

### Descrição do Objetivo:

Viabilizar instalações adequadas, tanto para a recepção do jurisdicionado, quanto para a prestação dos serviços por parte dos magistrados e servidores.

### Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- 31) Índice de bom estado das instalações físicas dos Fóruns; e
- 32) Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Garantir Infraestrutura de TIC necessária para as atividades Jurisdicionais e Administrativas.

| Indicador  | Meta  |      |      |      |      |      | Gestor                                 |
|--|---|------|------|------|------|------|--|
|  | Linha de base   | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |  |
| Índice de bom estado das instalações físicas dos Fóruns  | Incrementar 12 (doze) pontos percentuais sobre o valor base do 1º semestre/13, até 2014 |      |      |      |      |      | Secretaria de Administração            |
|  | (-)   | (-)  | (-)  | (-)  | 4%   | 12%  |  |
| Índice de Cumprimento das Metas do PETI Alinhadas ao Objetivo Estratégico Garantir Infraestrutura de TIC necessária para as atividades Jurisdicionais e Administrativas* | Obter 95% de cumprimento das metas  |      |      |      |      |      | Secretaria de Tecnologia da Informação |
|  | (-)   | (-)  | (-)  | 91%  | 93%  | 95%  |  |

\* Indicador incluído na revisão 2013-2015  
(-) Não mensurado

### Projetos Relacionados:

#### Projetos em andamento:

- 58) Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI (SETIN);
- 59) Contratação Rede Metropolitana de Fortaleza (Gigafor) (SETIN);
- 60) Modernização do Projeto de Segurança do TJCE (ASSMIL);
- 61) Fórum Novo de Assaré (SECAD);
- 62) Fórum Novo de Boa Viagem (SECAD);
- 63) Fórum Novo de Cascavel (SECAD);
- 64) Fórum Novo de Crateús (SECAD);
- 65) Fórum Novo de Frecheirinha (SECAD);



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- 66) Fórum Novo de Itapipoca (SECAD);
- 67) Fórum Novo de Milagres (SECAD);
- 68) Fórum Novo de Pedra Branca (SECAD);
- 69) Fórum Novo de Pereiro (SECAD);
- 70) Fórum Novo de Quixeramobim (SECAD);
- 71) Fórum Novo de Russas (SECAD);
- 72) Fórum Novo de Senador Pompeu (SECAD);
- 73) Fórum Novo de Tabuleiro (SECAD);
- 74) Fórum Novo de Uruburetama (SECAD);
- 75) Fórum Novo de Várzea Alegre (SECAD);
- 76) Implantação do PJe (SETIN);
- 77) NOC / Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança – GRIS (SETIN);
- 78) Novo JECC de Aracati (SECAD);
- 79) Plano de Continuidade / Contingência (SETIN);
- 80) Reforma do Fórum Clóvis Beviláqua (SECAD);
- 81) Risc – Renovação Garantia – IBM (SETIN).
- 82) Sala de Audiência - Gravação Áudio Vídeo (SETIN);
- 83) Solução de Gerenciamento de Service Desk (SETIN);
- 84) Solução para Virtualização de Espaço e Armazenamento de Dados (SETIN).

### Projetos concluídos:

- 85) Aquisição de Mobiliário para Atendimento da Capital e Interior (SECAD);
- 86) Aquisição de Leitores Ópticos de Códigos de Barras (SETIN);
- 87) Aquisição de Estações de Trabalho (SETIN);
- 88) Aquisição de Impressoras Matriciais Não Fiscais (SETIN);
- 89) Aquisição de Nobreaks para Estações de Trabalho do Interior (SETIN);
- 90) Aquisição de Servidores de Rede de Médio e Avançado Desempenho com Software de Virtualização (SETIN);
- 91) Aquisição de Switchs de Acesso/Distribuição (SETIN);
- 92) Ampliação dos Links de Comunicação (2 Mbps) (SETIN);
- 93) Ampliação, Implantação e Aquisição de Rede Wireless (SETIN);
- 94) Arquivo Deslizante (SECAD);
- 95) Central de Serviços (SETIN);
- 96) Construção do 3º Pavimento do Edifício Sede do TJCE (SECAD);
- 97) Expansão dos Storages em uso no TJCE (SETIN);
- 98) Extensão do 2º Monitor – Sistemas Judiciais – Capital (SETIN);
- 99) Fábrica Externa de Softwares (SETIN);
- 100) Ferramentas de Gerenciamento / Performance e *Tunning* de Banco de Dados (SETIN);
- 101) Impressoras e Multifuncionais (Serviços de Impressão) (SETIN);
- 102) Integração a Gigafor (SETIN);
- 103) Novos *Notebooks* para Modernização do Judiciário (SETIN);
- 104) Reforma da ESMEC (SECAD);
- 105) Reforma do Fórum das Turmas Recursais (SECAD);
- 106) Reforma do Fórum de Amontada (SECAD);
- 107) Solução CAS (SETIN);
- 108) Solução de Armazenamento e Recuperação de Cópias de Segurança (SETIN);
- 109) Solução de Certificados Digitais (Aquisição/Ampliação) (SETIN);
- 110) *Storage* SAN (SETIN).

### Projetos cancelados:

- 111) Aquisição de Balanceadores de Links Internet (SETIN);
- 112) Consultoria Oracle (SETIN);
- 113) Contratar Consultoria Jurídica para Política de Segurança (SETIN);
- 114) Nova Edificação da 10ª Unidade JECC, Juizado Móvel e Perícia do Detran (SECAD);
- 115) Reforma do Fórum de Cariré (SECAD);



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- 116) Reforma do Fórum de Quiterianópolis (SECAD);
- 117) Reforma Fórum de Guaiuba (Ampliação) (SECAD);
- 118) Reforma Fórum de Itapajé (SECAD);
- 119) Reforma Fórum de Jardim (SECAD);
- 120) Reforma Fórum de Miraíma (SECAD);
- 121) Reforma Fórum de Russas (SECAD);
- 122) Totens de Atendimento para o Acesso à Justiça (SETIN).



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### PROJETOS ESTRATÉGICOS

Tabela 1: Projetos Estratégicos - 2014

| Nome do Projeto                              | Status | Escopo/Finalidade   | Alinhamento Estratégico  |
|--|--------|---|--|
| Modernização do Projeto de Segurança do TJCE | Ativo  | Aquisição de portais de detecção de metais para todas as unidades do poder judiciário, da capital e interior; Aquisição de portas giratórias e catracas para as Entrâncias Finais do poder judiciário, incluindo a sede do TJCE e o FCB; Implantação de crachás de identificação para os servidores e funcionário do TJCE; Realizar a identificação de todas as pessoas que adentrem as dependências das unidades do poder judiciário; Instituir o sistema de CFTV com dispositivo de sensor de presença nos períodos fora dos expedientes normais; Aquisição de detectores de metais portáteis; Elaborar estrutura orgânica de segurança que englobe as orientações do CNJ para a proteção a magistrados, inclusive com recursos do FUNSEG.  | Tema: Excelência. Objetivo Estratégico: Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva |
| Fórum Novo de Itapipoca                      | Ativo  | Construção de um Novo Fórum.  | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.                  |
| Novo JECC de Aracati                         | Ativo  | <p>Após análise geral do edifício e seus ambientes internos, constatou-se a necessidade de se executar, prioritariamente, alguns serviços básicos. Esses serviços serão demonstrados de forma detalhada nos projetos arquitetônico e complementares. As principais soluções são as seguintes:</p> <p>Ampliar ambientes existentes e criar novos espaços buscando atender a resolução Nº 114 do CNJ e Lei 14.407/2009.</p> <p>Promover a acessibilidade para portadores de necessidades especiais (cadeirantes, idosos, deficientes visuais), conforme a NBR 9050, instalando rampas e banheiros especiais.</p> <p>Viabilizar a instalação de uma nova sede para o Juizado em local central de fácil acesso para a população de forma a atender a demanda crescente de processos.</p> <p>Segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis, cerca em espiral elétrica e CFTV que contribuirão para resguardar o acervo jurídico.</p> | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.                  |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto   | Status | Escopo/Finalidade  | Alinhamento Estratégico   |
|---|--------|--|---|
| Fórum Novo de Senador Pompeu  | Ativo  | <p>Utilização de materiais adequados às soluções tecnológicas propostas, já utilizados em Fóruns de outras comarcas e encontrados no mercado com facilidade e a preços acessíveis, com o objetivo de garantir uma manutenção mais eficiente e econômica.</p> <p>Promoção da acessibilidade para portadores de necessidades especiais (cadeirantes, idosos, deficientes visuais), com a construção de rampas e banheiros adaptados conforme a NBR 9050.</p> <p>Construção de ambientes com dimensões mais adequadas às suas funções, inclusive atendendo a resolução 114 do CNJ.</p> <p>Assegurar vagas para estacionamento de público (externo) e servidores (interno).</p> <p>Climatizar os ambientes de acordo com as necessidades de cada atividade realizada no fórum, dentro dos padrões utilizados.</p> <p>Viabilizar as instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias segundo padrão estabelecido nas normas da ABNT.</p> <p>Promover a segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis e de cercas em espiral, que contribuirão para resguardar todo o acervo jurídico do Fórum.</p> | <p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.</p>          |
| Fórum Novo de Russas  | Ativo  | <p>Realização de reforma no prédio adequando à lei de acessibilidade.</p>  | <p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.</p>          |
| Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais                              | Ativo  | <p>Escopo: Extensão da “Certidão on line” para os processos em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Finalidade: Facilitar o acesso às certidões negativas para os cidadãos. Atingir meta do CNJ que estabelece maior acesso ao cidadão. Reduzir o atendimento no Departamento Penal, que expede, mensalmente, cerca de 30 (trinta) certidões negativas.</p>  | <p>Tema: Acesso à justiça. Objetivo Estratégico: Maximizar o acesso do cidadão à justiça.</p> |
| Análise, Racionalização e Manualização de Processos do Departamento Judicial de Apoio e Divisão de Distribuição | Ativo  | <p>Produzir documentação contendo o mapeamento do fluxo do andamento processual nos setores da Secretaria Judiciária do TJCE; Analisar e racionalizar, quando necessário, os procedimentos desses setores, identificando problemas (gargalos/sobreposição) de atividades, o tempo de execução de cada atividade e a possibilidades de delegação, evitando retrabalhos; Padronizar as rotinas das unidades conforme suas competências; Elaborar Manual de Normas e Procedimentos Internos do TJCE, compreendendo tanto os procedimentos humanos quanto os de sistema (SAJ-SG e SAJ-PRO) e a ser instituído por ato normativo próprio; Divulgar, inclusive através de disponibilização na Intranet, o mapeamento dos fluxos processuais vinculados às normas e procedimentos a serem seguidos, informando ao usuário interno o motivo, o tempo e a forma de fazer as suas atividades diárias, facilitando a multiplicação dos conhecimentos.</p>   | <p>Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Melhorar a Produtividade.</p>                         |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto   | Status       | Escopo/Finalidade   | Alinhamento Estratégico   |
|---|--------------|---|---|
| <b>Elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará</b> | <b>Ativo</b> | <p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria para desenvolvimento das seguintes atividades:</p> <p>Elaboração do Plano Estratégico 2015-2020, abrangendo todo o processo de formulação e acompanhamento inicial da implantação do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará;</p> <p>Proposição de melhorias no modelo de Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Estado do Ceará no que diz respeito a atividades cotidianas de planejamento, bem como aprovação, monitoramento, divulgação, revisão da estratégia etc.</p>                                     | Objetivo Estratégico: Criação de um Novo Plano Estratégico.   |
| <b>Sala de Audiência – Gravação Áudio Vídeo</b>   | <b>Ativo</b> | Adquirir equipamentos que permita a gravação de áudio e vídeo das salas de audiência, através do Novo Sistema Processual.   | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.                         |
| <b>Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados – Oficiais de Justiça</b>    | <b>Ativo</b> | <p>Integrar o módulo de controle de mandados judiciais, no âmbito do 2º grau, ao sistema SAJSG;</p> <p>Possibilitar a expedição, distribuição, acompanhamento e cumprimento dos mandados judiciais dentro do sistema SAJSG;</p> <p>Possibilitar à gerência do TJCE de gerar relatórios relativos a produtividade e cumprimento de metas para o setor;</p> <p>Tornar eletrônica a tramitação dos mandados judiciais que, hoje se encontra na forma tradicional (em papel);</p> <p>Gerar e enviar informações ao Banco Nacional de Mandados de Prisão, de acordo com a Resolução 137 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.</p> | Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Melhorar a Produtividade.  |
| <b>Implantação de Ferramenta de Informações Gerenciais</b>                              | <b>Ativo</b> | <p>a) Aquisição da Ferramenta de Visualização de Informações Gerenciais;</p> <p>b) Aquisição da Ferramenta de ETL e Suporte de 12 meses;</p> <p>c) Treinamentos nas Ferramentas de Visualização de Informações Gerenciais e ETL.</p>  | Tema: Tecnologia da Informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto  | Status       | Escopo/Finalidade   | Alinhamento Estratégico  |
|--|--------------|---|--|
| <b>Integrajus</b>  | <b>Ativo</b> | <p>Implantação de processos de trabalho para a Central de Apoio à Área Criminal (CIAAC), com realização de Piloto de automação de processos;</p> <p>Implantação do Malote Digital para tramitação de documentos entre SEJUS/SSPDS e TJCE;</p> <p>Base de Processos criminais com identificação dos réus utilizando Biometria;</p> <p>Solução automatizada para visão unificada de todos os procedimentos de um Réu no âmbito do TJCE;</p> <p>Solução automatizada para prover visão unificada de Mandados, Contra mandados, Alvarás de Soltura e Salvo-conduto referentes a réus no âmbito do TJCE;</p> <p>Implantação de integração entre sistema de processo judicial eletrônico e sistemas de Informação da SEJUS/SSPDS de forma a facilitar para os usuários do TJCE a consulta de Localização de Presos, Vagas nas Unidades Prisionais, Dados de endereço do Réu/testemunhas, Permitir troca de documentos eletronicamente e acesso a Visão integrada da Vida Criminal do Réu, entre outros;</p> <p>Adaptação de Serviços (Webservices) de disponibilização de acesso a dados processuais para uso diretamente dos Sistemas da SEJUS e SSPDS, conforme necessidade daquelas Secretarias;</p> <p>Adequação do SAJ 1º grau para atender a Resolução Nº 108 do CNJ;</p> <p>Implantação de página Intranet para área criminal na Comarca de Fortaleza, com intuito de divulgar procedimentos de trabalho, ações e demais informações para a referida área.</p> | <p>Tema: Tecnologia da Informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas</p>     |
| <b>Modernização dos Portais TJCE</b>   | <b>Ativo</b> | <p>Criar Novo Portal Internet/Intranet.</p>   | <p>Tema: Acesso à justiça. Objetivo Estratégico: Maximizar o acesso do cidadão à justiça.</p>                    |
| <b>Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Judiciário cearense</b> | <b>Ativo</b> | <p>Desenvolver solução integrada em mapeamento de competências, avaliação e gestão por desempenho, ascensão funcional e plano de capacitação funcional dos servidores do Poder Judiciário cearense.</p> <p>Mapear todas as competências estratégicas, técnicas e gerenciais dos 28 (vinte e oito) cargos efetivos e dos 181 (cento e oitenta e um) cargos em comissão do Poder Judiciário cearense.</p> <p>Elaborar e apoiar a implantação do modelo de avaliação e gestão de desempenho com base em competências e resultados para os servidores do Poder Judiciário cearense;</p> <p>Elaborar e apoiar a implantação do modelo de avaliação e acompanhamento de servidores em estágio probatório;</p>   | <p>Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços.</p> |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto                                      | Status           | Escopo/Finalidade   | Alinhamento Estratégico   |
|--|------------------|---|---|
|  |                  | <p>Elaborar e apoiar a implantação da sistemática de Ascensão Funcional (promoção e progressão) baseada em critérios objetivos, com sistema de pontuação com base nos critérios definidos no modelo de avaliação e gestão de desempenho (parte quantitativa);</p> <p>Formular Plano de Capacitação Funcional integrado ao modelo de avaliação e gestão de desempenho;</p> <p>Definir mapas de competências com desenho de, pelo menos, 25 (vinte e cinco) programas voltados para as áreas Judiciárias e Administrativas do Poder Judiciário cearense;</p> <p>Implantar o Modelo de Avaliação e Gestão do Desempenho, baseado em competências, integrado com a sistemática de ascensão funcional e com o plano de capacitação funcional.</p>                              |   |
| <b>Concurso Público para Ingresso de Magistrados</b> | <b>Ativo</b>     | Realizar concurso público para provimento de cargos de Magistrados de 1º grau   | Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços. |
| <b>Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados</b>      | <b>Concluído</b> | O objetivo do projeto é promover cursos de aperfeiçoamento, sendo: 60h/a de cursos em 2013 e 60h/a de cursos em 2014.   | Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Garantir a valorização dos Magistrados e Servidores.  |
| <b>Fórum Novo de Boa Viagem</b>                      | <b>Concluído</b> | Construção de um Novo Fórum   | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.                             |
| <b>Fórum Novo de Crateús *</b>                       | <b>Concluído</b> | Construção de um Novo Fórum.  | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.                             |
| <b>Reforma do Fórum Clóvis Beviláqua</b>             | <b>Concluído</b> | Readequar 68.000m <sup>2</sup> de área existente à criação de mais 40 varas e ao processo de virtualização em curso.  | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada                              |
| <b>Fórum Novo de Assaré</b>                          | <b>Concluído</b> | Construção de um Novo Fórum.  | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada                              |
| <b>Programa de projetos de eficiência energética</b> | <b>Concluído</b> | <p>Através do conjunto de resultados dos projetos propostos e de outros de mesmo cunho, que eventualmente possam vir a ser adicionados, redução em médio prazo dos gastos com energia elétrica, maior conforto, confiabilidade e continuidade de uso das instalações das unidades do Poder Judiciário.</p> <p>Projeto de subestações de média tensão: Planejamento de critérios de transformação de unidades de baixa para média tensão. Aquisição de subestações aéreas de média tensão.</p> <p>Minicentrais Split: Planejamento de critérios de substituição de minicentrais tipo janeliros e splits com mais de 10 anos por novos; Aquisição de ~800 equipamentos.</p> <p>Bancos de Capacitores; Aquisição de novo banco de capacitores para o Palácio da Justiça;</p> | Objetivo Estratégico: Exercer a responsabilidade socioambiental   |





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto   | Status           | Escopo/Finalidade   | Alinhamento Estratégico   |
|---|------------------|---|---|
|   |                  | Automação: Desenvolvimento de plano de automação de principais sistemas: Aquisição de sistema de automação.   |   |
| <b>Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial</b> | <b>Concluído</b> | <p>Normatização dos requisitos, procedimentos e fluxos de trabalho para o pagamento de honorários de peritos, tradutores e intérpretes, em processos judiciais com parte(s) favorecida(s) pela gratuidade de justiça, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;</p> <p>Abertura e manutenção de cadastro dos profissionais para nomeação em processos judiciais atendidos pela atividade;</p> <p>Definir tabela de honorários, especialidades e requisitos técnicos dos profissionais que deverão ser incluídos no cadastro;</p> <p>Desenvolver e implantar sistema informatizado para acompanhamento, controle e realização dos pagamentos efetuados e das informações relativas ao projeto, envolvendo dados da ação, da quantidade de processos, das pessoas físicas assistidas e dos valores pagos, dentre outros;</p> <p>Disponibilizar no site do TJCE modelos de laudos periciais, visando à uniformização da prestação do serviço;</p> <p>Implantar estrutura física e de pessoal adequada;</p> <p>Divulgar a atividade perante as unidades jurisdicionais da capital e interior.</p> | <p>Tema: Excelência. Objetivo Estratégico: Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva.</p>        |
| <b>Solução de Gerenciamento de Service Desk</b>                     | <b>Concluído</b> | <p>a) Aquisição de uma ferramenta para gerenciamento de serviços de TI baseada no ITIL;</p> <p>b) Implementar a solução e os processos ITIL já em uso pela CATI; c) Capacitar os operadores do CATI e administradores/gerentes do Service Desk no uso do software da solução</p>  | <p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada</p>                           |
| <b>Expansão do PJe</b>  | <b>Concluído</b> | <p>1) Implantação da versão 1.4.6.6 do sistema PJe em todos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Ceará até dezembro de 2014.</p> <p>2) Implantação da versão 1.4.6.6 do sistema PJe em todas as Turmas Recursais do Estado do Ceará.</p>   | <p>Tema: Tecnologia da Informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas.</p> |
| <b>Implantação do PJe</b>   | <b>Concluído</b> | <p>Com o andamento do projeto são esperadas melhorias como as listadas abaixo:</p> <p>1. Implantar o PJe nos dois juizados especiais piloto;</p> <p>2. Construir uma base de conhecimento que permita a implantação nos demais juizados.</p>  | <p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada</p>                           |
| <b>Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI</b>           | <b>Concluído</b> | <p>Implantar o processo de Gestão de Segurança de TI e realizar a análise de risco em ativos de TI (pessoas, processos e tecnologia) do TJCE. Em virtude do Projeto de Virtualização, os dados que outrora estava no suporte em papel.</p>  | <p>Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada.</p>                          |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto  | Status    | Escopo/Finalidade   | Alinhamento Estratégico   |
|--|-----------|---|---|
| NOC / Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança - GRIS                   | Concluído | Municipar uma nova área de gerenciamento da estrutura computacional do TJCE, incluído o gerenciamento dedicado da Segurança da Informação utilizando sistemas e pessoas.  | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada                              |
| Plano de Continuidade / Contingência                                       | Concluído | Manter a continuidade dos serviços de TI essenciais do TJCE.  | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada                              |
| Cálculos Judiciais   | Concluído | a) Implantar Emissão de Custas no Portal de Serviços;<br>b) Implantar Funcionalidades de Cálculos de Atualização Monetária e Emissão/Acompanhamento de Custas no SAJPG e no SAJSG;<br>c) Treinar usuários nas novas funcionalidades de 1º e 2º Grau e Equipe da Secretaria de Finanças  | Tema: Tecnologia da informação. Objetivo Estratégico: Automatizar e integrar procedimentos e sistemas     |
| Valorização do Servidor  | Concluído | Programa de Valorização do Servidor.  | Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Garantir a valorização dos Magistrados e Servidores   |
| Concurso Público para Ingresso de Novos Servidores e Cadastro de Reserva   | Concluído | a) Nomeação de 227 (duzentos e vinte e sete) Novos servidores;<br>b) Formação de um cadastro de reserva de 5 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas.   | Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços. |
| Desenvolver o Plano de Capacitação   | Concluído | Estabelecer o Plano de Capacitação para os Servidores.  | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir Infraestrutura adequada                              |
| Acompanhamento psicossocial de Magistrados                                 | Concluído | Implantação de unidade dotada de estrutura física e funcional para acompanhamento Psicossocial dos servidores e Magistrados, ativos e inativos, que necessitam de ajuda psicossocial no que tange aos problemas emocionais de depressão, estresse do trabalho e emocional, estafa mental etc.   | Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Garantir a valorização dos magistrados e servidores.  |
| Promoção de Quadro Funcional Adequado para a Corregedoria Geral da Justiça | Suspensão | a) Disponibilizar um analista judiciário para cada um dos Magistrados Auxiliares (4 atualmente), até julho de 2013;<br>b) Disponibilizar mais um Auditor e três Auxiliares para compor o quadro da Auditoria desta Casa Censora, até junho de 2013;<br>c) Disponibilizar mais um assessor jurídico (atualmente 2) para a corregedoria;<br>d) Disponibilizar mais dois militares (atualmente 4) para estruturar a assistência militar;<br>e) Prover a CGJ de 04 Estagiários no Curso de Direito, até setembro de 2013. | Tema: Desenvolvimento Humano. Objetivo Estratégico: Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços. |
| Fórum Novo de Tabuleiro  | Suspensão | Construção de um Novo Fórum.  | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir Infraestrutura adequada.                             |
| Fórum Novo de Várzea Alegre  | Suspensão | Utilização de materiais adequados às soluções tecnológicas propostas, já utilizados em Fóruns de outras comarcas e encontrados no mercado com facilidade e a preços acessíveis, com o objetivo de garantir uma manutenção mais eficiente e econômica.<br><br>Promoção da acessibilidade para portadores de necessidades especiais (cadeirantes, idosos, deficientes visuais), com a construção de rampas e banheiros adaptados conforme a NBR 9050. • Construção de   | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada                              |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto  | Status           | Escopo/Finalidade   | Alinhamento Estratégico  |
|--|------------------|---|--|
|  |                  | <p>ambientes com dimensões mais adequadas às suas funções, inclusive atendendo a resolução 114 do CNJ.</p> <p>Assegurar vagas para estacionamento de público (externo) e servidores (interno).</p> <p>Ambientes climatizados de acordo com as necessidades de cada atividade realizada no fórum, dentro dos padrões utilizados.</p> <p>Instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias segundo padrão estabelecido nas normas da ABNT.</p> <p>Segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis e de cercas em espiral, que contribuirão para resguardar todo o acervo jurídico do Fórum.</p>   |  |
| <b>Padronização das Rotinas do Processo Eletrônico</b> | <b>Cancelado</b> | <p>Dotar as salas de audiência do prédio do Fórum Clóvis Beviláqua de Infraestrutura tecnológica que aprimores a virtualização dos autos do processo eletrônico, bem como o acompanhamento dos autos que se desenvolvem no andamento das audiências.</p>  | <p>Tema: Excelência. Objetivo Estratégico: Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva.</p> |
| <b>ModelaJUS</b>                                       | <b>Cancelado</b> | <p>Este projeto tem por objetivo mapear os procedimentos da Jurisdição Criminal com fim de padronizar, uniformizar e manualizar o “modus operandi” nos itens de caráter objetivo, sempre respeitando a discricionariedade de cada magistrado nos procedimentos de caráter subjetivo, de forma a propiciar a realização das trocas de informações internas e das integrações de sistemas de informação com instituições cooperadas que são partícipes na administração da justiça criminal, inclusive atender premissa básica do projeto “Integra” (Convênio nº 020/2011). Além disso, o projeto contribuirá para:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1- Alinhar os processos de trabalho (modus operandi) com os objetivos estratégicos da instituição e as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça;</li><li>2- Identificar e classificar as oportunidades de melhoria e simplificação dos processos, conferindo economia de recursos, maior celeridade, qualidade e desempenho nas atividades desenvolvidas;</li><li>3- Identificar e propor a normatização para os procedimentos da Jurisdição Criminal pelo Poder Judiciário;</li><li>4- Facilitar a realização das correções dos procedimentos criminais;</li><li>5- Favorecer o intercâmbio de informações com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, a Secretaria de Justiça, o Ministério público, o Tribunal Regional Eleitoral e outros órgãos necessários à administração eficiente e eficaz da justiça criminal;</li><li>6- Racionalizar os processos de trabalho (modus operandi);</li><li>7- Agregar valor a instituição melhorando seu posicionamento estratégico;</li><li>8- Melhorar a compreensão e segurança do trabalho a ser executado;</li><li>9- Diminuir o esforço na criação e atualização de conteúdos para treinamentos;</li><li>10- Melhorar a efetividade dos treinamentos;</li></ol> | <p>Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Buscar a modernização contínua.</p>                            |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| Nome do Projeto                        | Status    | Escopo/Finalidade   | Alinhamento Estratégico   |
|--|-----------|---|---|
|  |           | 11- Facilitar o processo de adaptação dos Novos servidores;   |   |
| Fórum Novo de Milagres                 | Cancelado | Construção de um Novo Fórum.  | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada. |
| Fórum Novo de Uruburetama              | Cancelado | <p>Uso de materiais adequados às novas soluções tecnológicas e com especificações modernas garantindo uma manutenção mais eficiente e econômica.</p> <p>Atendimento as Normas gerais da ABNT e atendimento aos requisitos da Norma Técnica Brasileira – NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) com a introdução de banheiro para Portador de Necessidades Especiais – PNE e a inserção da sinalização podotátil no piso de acesso ao prédio.</p> <p>Criação de novos ambientes anteriormente não existentes no prédio do Fórum tais como celas, depósito de bens apreendidos e banheiros PNE.</p> <p>Estrutura de concreto, construção de alvenarias e execução de diversos tipos de pavimentação e de revestimentos.</p> <p>Execução de forros.</p> <p>Fornecimento e instalação de esquadrias novas, ferragens e vidros. Execução de pintura em todo o edifício.</p> <p>Fornecimento e instalação de louças, metais e equipamento de copa.</p> <p>Instalações hidrossanitárias.</p> <p>Instalação de Sistemas de CFTV e alarme. Instalação de Sistemas de detecção e alarme e combate a incêndio.</p> <p>Instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas.</p> <p>Sistema de climatização.</p> <p>Segurança preventiva da edificação com a instalação de gradis e de cercas em espiral, que contribuirão para resguardar todo o acervo jurídico do Fórum.</p> | Tema: Infraestrutura. Objetivo Estratégico: Garantir infraestrutura adequada. |
| Implantação do Escritório de Processos | Cancelado | <p>Ao final do projeto espera-se alcançar os seguintes objetivos:</p> <p>a) Implantação e divulgação do escritório de processos organizacionais;</p> <p>b) Definição de atribuições e responsabilidades;</p> <p>c) Treinamento da equipe do escritório; d) Metodologia e ferramentas para a gestão de processos definidas e disponibilizadas;</p> <p>e) 5 (cinco) processos-piloto mapeados, melhorados, normalizados e documentados.</p>   | Tema: Suporte. Objetivo Estratégico: Melhorar a Produtividade.                |

Fonte: Seplag-TJCE



## **RELATÓRIO DE GESTÃO 2014**

Ao longo do exercício de 2014, sob a Presidência do Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido, a Vice-Presidência do Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva e a Corregedoria-Geral do Des. Francisco Sales Neto, foram priorizadas iniciativas que contribuíssem para o aprimoramento da prestação jurisdicional, para a profissionalização da gestão judiciária e para a utilização plena e racional dos recursos.

Uma visão completa e detalhada das ações e resultados das unidades que compõem esta instituição poderá ser extraída da análise das seções seguintes.

### **1. PRESIDÊNCIA**

#### **1.1 Introdução**

A Presidência do Tribunal de Justiça, auxiliada pelas unidades administrativas que a compõem, tem buscado implementar ações para efetivar a modernização do Poder Judiciário no Estado, determinando à sua Assessoria Especial, aos Juízes Auxiliares e ao Grupo de Apoio da Presidência (Chefia de Gabinete, Diretores e Chefe de Serviço) a análise criteriosa das demandas que chegam ao crivo da Administração Superior, a fim de obter subsídios na tomada de decisões que melhor atendam aos anseios dos que buscam pela excelência na prestação do serviço público.

Dentre as atividades desenvolvidas, é importante realçar a elaboração de projetos e mensagens de lei, resoluções, portarias, provimentos, atos, despachos, acompanhamento dos procedimentos junto ao Conselho Nacional de Justiça, bem como o atendimento às suas resoluções e recomendações, orientações a magistrados e servidores, encaminhamento de documentos oficiais aos setores e órgãos competentes, atendimento pessoal a interessados e o direcionamento para a solução de problemas administrativos.

Cumprе ressaltar a iniciativa desta Administração de promover encontros com os magistrados das comarcas do interior do Estado, por meio de reuniões de trabalho, realizadas em cada sede de Zona Judiciária, onde foram apresentadas as ações implementadas na administração, esclarecendo ainda sobre os projetos em andamento para a melhoria do Judiciário, especialmente da segurança e das condições de trabalho de magistrados e servidores.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Destarte, pode-se elencar algumas ações efetivadas para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e para o atendimento de pleitos de magistrados e de servidores, tais como: a nomeação de novos magistrados e a realização de concursos para servidores e magistrados; a implantação de promoções e progressões para servidores; o pagamento de gratificações por execução de trabalho relevante, técnico ou científico a servidores lotados em comarcas do interior do Estado; a regulamentação e pagamento de diárias e auxílio-alimentação a magistrados; a implantação da isonomia entre servidores do interior e da capital; e a assinatura de contratos para construção e reforma de fóruns, dentre outras citadas adiante.

### 1.2 Estatística processual

Neste biênio, a Presidência do TJCE teve expressiva demanda, todas atendidas em prazo razoável. Manter baixo número de feitos administrativos em andamento no sistema de cadastro de processos administrativos (CPA) constituiu o maior desafio. Abaixo, o quadro ilustrativo, inclusive com quantitativo de despachos, ofícios e memorandos expedidos:

Tabela 2: Quantitativos de despachos, ofícios e memorandos expedidos

| Tipo   | Quantidade |
|--|------------|
| Processos recebidos (CPA)                      | 7.383      |
| Correspondências                               | 3.079      |
| Malotes digitais recebidos                     | 1.627      |
| Telegramas                                     | 935        |
| Despachos (CPA)                                | 3.252      |
| Ofícios Expedidos                              | 3.545      |
| Ofícios Circulares Expedidos                   | 129        |
| Memorandos                                     | 135        |
| Julgamentos de Pedidos de Suspensão de Liminar | 358        |
| Agravo Regimental                              | 136        |

Fonte: Presidência do TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 1.3 Ações e projetos

As ações da Presidência se consolidaram, em sua maioria, em atos normativos, de onde se extrai o quadro estatístico, abaixo listado:

Tabela 3: Atos Normativos

| Tipo                         | Quantidade |
|------------------------------|------------|
| Portarias                    | 3.883      |
| Resoluções do Tribunal Pleno | 10         |
| Resoluções do Órgão Especial | 27         |
| Assentos Regimentais         | 4          |
| Provimentos                  | 81         |

Fonte: Presidência do TJCE

Dentre as iniciativas do biênio, ganharam maior destaque aquelas decorrentes de pleitos mais antigos dos servidores e magistrados.

Foram implantadas promoções e progressões para servidores, pagamento de gratificações por execução de trabalho relevante, técnico ou científico àqueles lotados em comarcas do interior do Estado e a isonomia salarial entre servidores do interior e da capital.

Partiram da Presidência, também, o restabelecimento e determinação de cumprimento literal dos horários de expedientes orientados pelo Conselho Nacional de Justiça, a regulamentação do pagamento de auxílio-moradia onde não havia residências oficiais de magistrados e o recolhimento e destruição de armas apreendidas em todo o Estado, bem como a determinação de instauração de licitações que visavam à execução de obras e aquisição de materiais de informática e segurança, tais como: notebooks e detectores de metais; construções de novos fóruns e realização de reformas nos prédios da justiça.

Novas varas foram instaladas, a exemplo do 22º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza; 3ª Vara da Comarca de Itapipoca; 3ª Vara da Comarca de Iguatu; 1ª e 2ª Varas de Família e Sucessões, 3ª e 4ª Varas Criminal, ambas da Comarca de Caucaia; Vara Única de Família e Sucessões do Crato; 3ª Vara Cível de Juazeiro do Norte; e 10ª a 15ª Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza.

Ademais, o Chefe do Poder Judiciário proveu 35 cargos de magistrados, designando-os



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

para atuarem nas entrâncias iniciais do Estado, criando em seguida, comissões para efetivação de estudos visando à realização de concursos para servidores e magistrados.

Merecem destaque, ainda, as atividades desempenhadas no âmbito da gestão estratégica, por meio da Assessoria Especial da Presidência, a saber:

- i. coordenação da Comissão Participativa;
- ii. coordenação do Comitê Executivo;
- iii. assessoramento ao Presidente em assuntos administrativos relacionados a outros poderes;
- iv. articulação com Secretários e Técnicos do Poder Executivo;
- v. reuniões administrativas com o Governador onde foram tratados:
  - PIMPJ;
  - Suplementações Orçamentárias;
- vi. elaboração de projetos estratégicos:
  - Projeto de Visitas do Presidente ao Interior;
  - Projeto para Utilização de Residências Oficiais Desocupadas;
- vii. acompanhamento de projetos estratégicos:
  - Projeto de Segurança Institucional;
  - Isonomia para os Servidores;
  - Concursos Públicos;
  - Construção de Fóruns;
  - Redefinição do Site Institucional;
  - Projeto Cidadania Judiciária;
  - Instalação PJe.
- viii. acompanhamento de todos os processos do TCE (inclusive em contas da gestão anterior);
- ix. acompanhamento das ações da Auditoria Interna;
- x. interlocução entre Secretários/Assessores com o Presidente;
- xi. reunião com sindicatos de servidores;
- xii. assessoramento sobre decisões na área de gestão Administrativa e Financeira.

Isto observado, percebe-se que a Presidência atuou com abrangência, destacando atenção prioritária a órgãos outrora identificados como carentes de acompanhamento institucional.

Neste caminho, alcançou-se melhorias estruturais e procedimentais, bem como se preparou um alicerce organizativo para a próxima gestão.





## **2. GESTÃO DE PESSOAS**

### **2.1 Implantação da isonomia salarial**

A Mensagem de Lei que trata da isonomia salarial foi aprovada pelo Tribunal Pleno na sessão do dia 1º de novembro de 2013, tendo sido entregue pelo Presidente do TJCE ao Presidente da Assembléia Legislativa e aprovada por esta em 11 de junho de 2014.

A proposta era oriunda de pleito dos servidores efetivos para sanar as diferenças vencimentais entre ocupantes de mesmo cargo e com as mesmas atribuições, por estarem lotados na capital ou no interior, ou por terem ingressado no Poder Judiciário cearense na capital entre os anos de 2002 e 2006.

Foram beneficiados mais de 1300 (mil e trezentos) servidores. O pagamento se dará em 5 (cinco) etapas anuais, tendo a primeira ocorrido em julho de 2014 e as demais no mês de julho dos anos subsequentes, progressivamente.

### **2.2 Concurso público para ingresso de novos servidores e cadastro de reserva**

A realização de concurso público para provimento de cargos de servidores efetivos busca prover as unidades do Poder Judiciário cearense, especialmente do interior do Estado, com quantitativo suficiente de servidores, tornando a prestação jurisdicional mais célere, ágil e suficiente, para facilitar o acesso do cidadão à Justiça, viabilizar o atendimento num prazo razoável e, por conseguinte, cumprir o objetivo estratégico do órgão que preceitua “Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça”.

Com intuito de dar andamento à organização e realização do concurso público, foi instituída, por meio da Portaria nº 1.114/13, publicada em 23 de setembro de 2013, a Comissão do Concurso Público, a qual, dentro do prazo previsto de 180 dias, teve a atribuição de fornecer as informações necessárias à elaboração do concurso; aprovar os editais e comunicados aos candidatos; acompanhar e fiscalizar todas as etapas do desenvolvimento dos serviços prestados pela Organizadora do concurso; e notificar a contratada a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que, por ventura, pudessem ser adotadas as medidas corretivas necessárias.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Foi designada ainda, mediante portaria nº 1.820/2013, equipe de servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas para, no prazo de 180 dias, auxiliarem a Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de juiz substituto nas providências necessárias à realização do referido concurso.

O projeto foi conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e teve suas atividades concluídas em 13/10/2014, encontrando-se atualmente em fase de convocação dos candidatos aprovados.

### 2.3 Concurso público para ingresso de magistrados

Tem por objetivo a realização de concurso público para provimento de 80 cargos de juiz substituto como forma de propiciar a melhoria do funcionamento de unidades judiciárias do interior do Estado.

O certame está sendo realizado pela Fundação Carlos Chagas e é composto de 05 etapas, a saber:

- 1ª etapa: prova objetiva seletiva;
- 2ª etapa: prova discursiva e sentença;
- 3ª etapa: inscrição definitiva;
- 4ª etapa: prova oral;
- 5ª etapa: prova de títulos.

Com o intuito de dar andamento à organização e realização do referido concurso, foi instituída, por meio da Portaria nº 976/2013, de 30 de agosto de 2013, a Comissão do Concurso Público de Provas e Títulos para o Provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado do Ceará, conforme preceitua a Resolução nº 75 de 12 de maio de 2009 e a Resolução nº 118, de 3 de agosto de 2010, ambas do Conselho Nacional de Justiça, que tratam das normas e critérios relacionados ao concurso para ingresso na carreira da magistratura do Poder Judiciário em todo o Brasil.

O projeto vem sendo conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas e, em dezembro de 2014, encontra-se na fase final da 2ª etapa (91%), com 58% das atividades concluídas e previsão de conclusão para agosto de 2015.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 2.4 Concurso de remoção

O 4º Concurso de Remoção para Cargos/Funções do Quadro III – Poder Judiciário do Estado do Ceará busca atender aos parâmetros de lotações de servidores para as Unidades Judiciárias do Estado do Ceará estabelecidos no art. 5º da Lei Estadual nº 14.128, de 06/06/08 (DO/CE de 11/06/08) e encontra-se regido pela Resolução do Órgão Especial nº 09/2014, disponibilizada no DJE de 11/07/2014, e pelo Edital nº 62/2014, publicado em 11/07/2014.

A organização e a realização do certame vêm sendo conduzidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Consultoria Jurídica, que atuou na elaboração dos normativos mencionados e no exame de impugnações apresentadas pelos candidatos frente aos resultados provisórios do concurso.

O projeto encontra-se em fase de conclusão do 3º e último ciclo, com a perspectiva de relotação dos candidatos que nele obtiveram êxito em dezembro de 2014.

### 2.5 Implantação da jornada de trabalho de 40 horas semanais e normatização do registro de frequência

A implantação das 40 horas semanais de jornada de trabalho foi realizada a partir de 1º de julho de 2014, atendendo ao previsto no art. 6º da Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010.

Como consequência, foi publicada a Portaria nº 1.482/2014, de 30 de junho de 2014, regulamentando o registro de frequência no âmbito do Poder Judiciário cearense, contemplando a nova jornada de trabalho.

### 2.6 Solução integrada em mapeamento de competências, avaliação e gestão por desempenho e ascensão funcional

Tem como objetivo fundamental desenvolver o mapeamento de competências estratégicas, técnicas e gerenciais dos 28 cargos efetivos e dos 181 cargos em comissão do Poder Judiciário cearense.

Além disso, busca como principais realizações: implementar modelo de avaliação e gestão por desempenho com base em competências e resultados para os servidores do Poder



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Judiciário cearense, inclusive daqueles que se encontram em estágio probatório; definir a nova sistemática de Ascensão Funcional (promoção e progressão) baseada em critérios objetivos, com sistema de pontuação baseado nos critérios definidos no modelo de avaliação e gestão por desempenho (parte quantitativa); e formular Plano de Educação Corporativa integrado ao modelo de avaliação e gestão por desempenho, com o desenho de, pelo menos, 25 programas de capacitação voltados para as áreas Judiciárias e Administrativas do Poder Judiciário cearense.

O projeto vem sendo conduzido pela Secretaria de Gestão de Pessoas, encerrou sua fase de mapeamento de competências e encontra-se atualmente na primeira etapa da Avaliação e Gestão de Desempenho – Módulo Quantitativo, com 40% das tarefas gerais concluídas e previsão de término para abril de 2015.

### 2.7 Projeto de valorização do servidor

Tem como principal objetivo garantir a valorização dos servidores por meio de ações que lhe promovam bem-estar e um sentido de maior aproximação com a Instituição.

Dentre seus objetivos específicos está a implementação de três ações que visem a preparar o servidor para a aposentadoria; executar ações que promovam a integração dos novos servidores, atingindo no mínimo 70% do público-alvo e a realização de pelo menos um evento de convivência (campeonatos, corridas etc.), dentre outros.

Em 2013, por meio do Projeto de Valorização do Servidor, realizou-se ação de convivência intitulada “Semana do Servidor” para comemorar o dia do Servidor Público Estadual, em 28 de outubro.

Houve homenagem aos servidores com 40 anos ou mais de Serviço Público no Poder Judiciário cearense e um show de talentos com apresentações de servidores. Ocorreu também o I Concurso Cultural de Redação em parceria com a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, bem como exposição de fotografias.

### 2.8 Acompanhamento psicossocial de magistrados

O projeto tem como principal objetivo diagnosticar os principais estressores psicossociais existentes no exercício da magistratura cearense, com vistas a propor ações que



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

diminuem a incidência dos mesmos.

O projeto foi realizado pela Secretaria de Gestão de Pessoas, em parceria com a Associação Cearense de Magistrados, sendo concluído em 18/12/2013, com a entrega do diagnóstico dos estressores psicossociais dos magistrados.

### 2.9 Educação corporativa de servidores do Poder Judiciário cearense

Tendo como objetivo fundamental garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário através da Educação Corporativa, aprimorando a excelência na prestação jurisdicional, o projeto de Educação Corporativa da Secretaria de Gestão de Pessoas promoveu a elaboração do Levantamento de Necessidade de Treinamento (LNT), e o credenciamento de facilitadores internos.

No ano de 2014 foram capacitados 1.441 servidores através da oferta de 74 cursos nas áreas de Formação Continuada, Capacitação em Competências Estratégicas, Treinamentos Específicos e Qualidade de Vida. No total, 972 servidores foram capacitados em competências estratégicas no corrente ano, em obediência ao Indicador nº 23 do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014, que prevê “obter 50% de servidores treinados nas competências estratégicas até 2014”.

Dentre os cursos ofertados, merecem destaque o preparatório para obtenção de certificações em metodologias relacionadas a boas práticas e gestão de TI (ITIL, COBIT e CAPM), alguns dos quais incluíram a contratação dos respectivos exames.

No Fórum Clóvis Beviláqua, foram realizados 275 eventos de formação, totalizando 2.711h/a com 3.901 concludentes.

Ainda no campo da capacitação de servidores, o Tribunal de Justiça designou dois servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação para, em Brasília, participarem do treinamento de desenvolvimento do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 2.10 Seleções internas e normatização da concessão de gratificação por execução de trabalho relevante, técnico ou científico (GTR)

A Portaria nº 938/2013, publicada em 26 de agosto de 2013, estabeleceu critérios e parâmetros eminentemente técnicos para concessão e gerenciamento da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR), prevista no inciso IV do art. 132, da Lei estadual nº 9.826/74, no âmbito do Poder Judiciário cearense.

Trata-se de regulamento cujo escopo mostra-se inédito, na medida em que promoveu, de maneira consistente, a revisão de antigos critérios, o redimensionamento de valores defasados e a inclusão de novos parâmetros, estabelecendo, ainda, condições objetivas para a concessão e a cessação da gratificação. Soma-se, a isso, o efeito de interiorização da gratificação, que passa a ser estendida a servidores que prestam assistência direta aos magistrados nas comarcas de entrâncias intermediária e inicial.

Merece destaque, ainda, as seleções internas realizadas pela Auditoria de Controle Interno e pelo Fórum Clóvis Beviláqua para fins de recrutamento de quadros técnicos por meio da publicação de editais, aplicação de provas com caráter classificatório e realização, no caso do Fórum Clóvis Beviláqua, de cursos de formação.

### 2.11 Reajuste das diárias de viagem de serviço

As Resoluções do Órgão Especial nº 04 e nº 09, de 25 de julho e 22 de agosto de 2013, respectivamente, reajustaram os valores das diárias concedidas em viagem de serviço a servidores e magistrados, bem assim atualizaram e disciplinaram as regras para concessão das mesmas. As regulamentações anteriores sobre o assunto datavam do ano de 2009.

### 2.12 Nova normatização de estágio

A Resolução do Órgão Especial nº 08/2013, de 22 de agosto de 2013, normatizou a concessão de estágios a estudantes universitários no âmbito do Poder Judiciário cearense, trazendo como principal inovação a possibilidade de celebrar com agentes de integração, públicos ou privados, convênio ou contrato para recrutamento e pré-seleção de candidatos a estágio, bem como



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

o acompanhamento das atividades realizadas pelos estagiários.

### 2.13 Implantação do novo sistema de gestão de recursos humanos (GRH)

O novo sistema GRH, implantado em maio de 2014, é responsável por gerenciar as informações de recursos humanos, como nomeações, promoções, substituições, exonerações, aposentadorias, histórico de lotações, férias, licenças, consulta e validação de frequência. Em seguida, há previsão de implantação dos módulos de treinamentos e concursos.

Trata-se de um novo sistema unificado e padronizado que substituiu os antigos sistemas de recursos humanos, a saber: SIRH, SGFU, SFERIAS, SMED, SPONTO, SPONTO Interior e Abono On-line.

### 2.14 Realização de estudo para estabelecimento de parâmetros para distribuição da força de trabalho nas unidades da área fim

Em atendimento à Meta 3 de 2014 do Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre a distribuição da força de trabalho das unidades da área fim, foram realizados levantamentos visando à proposição de parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho nas unidades judiciárias e na área de apoio direto à atividade judicante do TJCE, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

Para construção dos versados parâmetros, tomou-se como referência inicial o modelo estatístico proposto pelo CNJ no âmbito da Resolução nº 184/2013 e da Minuta de Resolução sobre distribuição de Força de Trabalho, e foram realizados levantamentos visando à identificação dos parâmetros que melhor retratassem a demanda e a produtividade das unidades judiciárias e de apoio direto do 1º e 2º graus. Foram observados ainda, para fins de comparação e análise, os critérios de similaridade das atividades e processos de trabalho, nas áreas de apoio direto, e os critérios legais de competência material e territorial, nas unidades judiciárias.

O estudo, que vem sendo coordenado pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, com a participação da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria Judiciária, tem previsão de conclusão para dezembro de 2014.

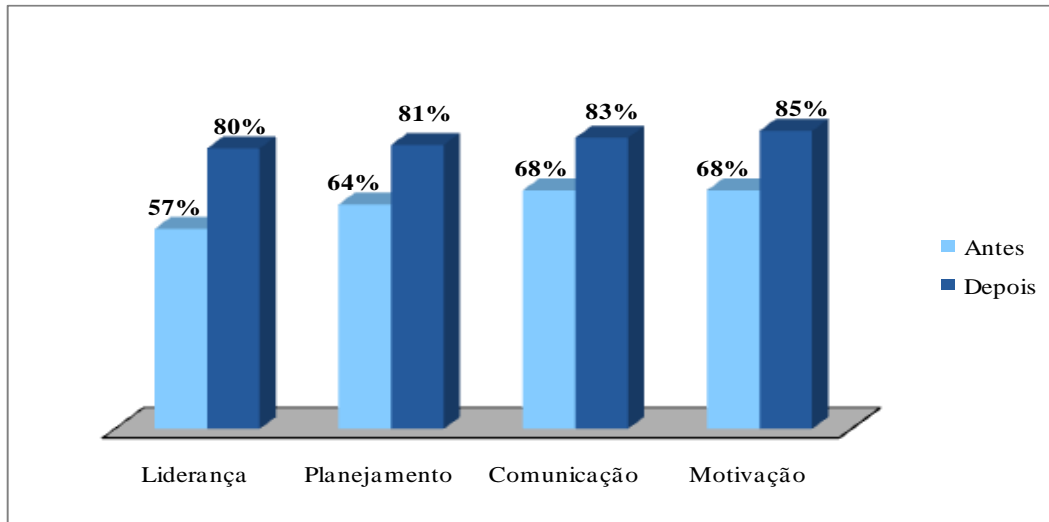






## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 2 – Resultados do PDJUD (ago-nov/2014): Questionário de Compreensão por Temas (Autoavaliação)



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

### 2.16 Redistribuição de servidores nas unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua

Como forma de favorecer a equanimidade no número de analistas judiciários existentes nas varas do Fórum Clóvis Beviláqua, foi realizada a redistribuição desses colaboradores em março de 2013.

### 2.17 Ambientação de novos servidores, terceirizados e estagiários

O Fórum Clóvis Beviláqua, por meio do seu Departamento de Administração, adotou a prática de promover a ambientação e integração dos novos colaboradores (servidores, terceirizados e estagiários), por meio de treinamentos e palestras que são realizadas antes da assunção dos colaboradores em seus novos cargos/funções.

### 2.18 Qualidade de vida no trabalho

O programa de qualidade de vida no trabalho, conduzido pelo Fórum Clóvis Beviláqua, teve como ações:

- i. Parceria com o serviço ambulatorial de urgência e emergência;



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- ii. Acompanhamento nutricional dos servidores;
- iii. Parceria com o Posto de Saúde Matos Dourado para campanhas de vacinação;
- iv. Parceria com o ISSEC para campanhas de medição de pressão e glicemia;
- v. Ciclo de palestras nutricionais voltadas para reeducação alimentar e cuidado com a saúde;
- vi. Projeto Semana da Saúde, em homenagem ao Dia do Servidor Público, com atividades de massoterapia, dança de salão, treinamento funcional, palestras educativas, higiene bucal, pilates solo, corte de cabelo, dentre outras;
- vii. Cursos sobre:
  - Inteligência Emocional;
  - Comunicação não Agressiva;
  - Lúdico e o Equilíbrio no Ambiente Laboral;
  - Meditação no Ambiente de Trabalho, Aposentadoria - um novo começo;
- viii. Curso “Estresse e o cultivo do equilíbrio emocional”;
- ix. Projeto de meditação no ambiente de trabalho.

### **2.19 Convênios de cooperação técnica para a cessão mútua de servidores, compartilhamento de conhecimentos técnicos e experiências prático-profissionais**

Outra ação na área de gestão de pessoas foi a celebração de 194 convênios de cooperação técnica entre o TJCE e outros entes públicos da Administração Direta ou Indireta, visando à cessão mútua de servidores, para troca de conhecimentos técnicos e experiências prático-profissionais.

A ação contou com a participação ativa da Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a quem coube tanto a elaboração dos termos de convênio, por meio da Divisão Central de Contratos e Convênios, quanto o exame da legalidade de suas cláusulas, mediante



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

pareceres submetidos e aprovados pela Presidência.

Todos os 194 convênios se encontram, atualmente, em pleno vigor, sendo, os mesmos, prorrogáveis a critério de conveniência e oportunidade das partes signatárias, por até 60 meses.

### 2.20 Encaminhamento de livros às comarcas do interior

Como forma de ampliar o acesso de magistrados e servidores a materiais de consulta, provendo informações essenciais à execução de suas atribuições, bem assim auxiliar na qualificação dos colaboradores do Poder Judiciário cearense, a Assessoria Institucional, por meio do Departamento de Gestão de Documentos, realizou a entrega de livros que haviam sido adquiridos pela Divisão de Biblioteca para encaminhamento às comarcas do interior.

A entrega, que vinha sendo efetuada de forma presencial e com a necessidade de comparecimento de servidores das comarcas do interior às dependências do Tribunal, foi redesenhada para, em parceria com o Departamento de Material e Patrimônio, ser efetuada por meio de uma transportadora, proporcionando uma maior celeridade e, resultando assim, na publicação da Portaria nº 228/2013, que regulamentou a nova metodologia de encaminhamento do referido material.



### **3. GESTÃO DE RECURSOS**

#### **3.1 Otimização dos recursos financeiros e orçamentários**

Otimizar a administração dos recursos e executar com excelência a gestão dos sistemas orçamentários, financeiros e de contabilidade no âmbito do Poder Judiciário cearense, com ética e transparência, constituíram premissas primordiais que nortearam as ações empreendidas ao longo do biênio 2013-2014, como foco em: a) ampliar a independência financeira do TJCE; b) buscar meios alternativos de gerar receitas, sem onerar o contribuinte; c) tornar os processos da Secretaria de Finanças mais eficientes; d) aperfeiçoar os controles sobre o processo de arrecadação do Fermoju; e e) otimizar e racionalizar os custos do TJCE.

Neste sentido, foram empreendidas diversas ações no âmbito da Secretaria de Finanças, culminando na elaboração do seu planejamento estratégico e na definição dos principais projetos executados no exercício de 2014, a saber:

- i. monitoramento das Serventias Extrajudiciais: com o fito de executar atividades de acompanhamento e controle dos recursos do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju) junto aos cartórios, foram realizadas, até novembro/2014, inspeções em 46 serventias, repercutindo na identificação de débitos no valor de R\$ 1,4 milhão, além de outras irregularidades. A Portaria nº 2.070, de 24 de outubro de 2014, tornou permanente a Comissão de Monitoramento das Receitas do Fermoju;
- ii. alteração do Regimento de Custas: elaboração de proposta de modificação da tabela de cobrança de custas processuais, de maneira que se possa exigir o pagamento justo pela manifestação estatal, levando em consideração o valor da causa e o tipo de manifestação do Poder Judiciário. O trabalho foi coordenado por servidores da Secretaria de Finanças, em atendimento à determinação da Presidência do Tribunal de Justiça por meio da Portaria nº 1.724/2013, de 11 de novembro de 2013;
- iii. instituição, por meio da Portaria nº 1.776/2013, de 11 de novembro de 2013, de grupo de trabalho com a finalidade de buscar a excelência da gestão dos custos operacionais, com foco na eficiência e otimização das despesas públicas pelo Poder Judiciário. Como resultado, foram identificadas e sugeridas às secretarias do



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça boas práticas voltadas à redução de despesas por meio do uso racional dos recursos relacionados à energia elétrica, água e esgoto, telefonia fixa e móvel, *internet* e impressão;

- iv. instituição, por meio da Resolução nº 02 do Órgão Especial, de 10 de fevereiro de 2014, do regime de parcelamento de dívidas das serventias extrajudiciais junto ao Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará, regulamentação esta que possibilitou às serventias a renegociação dos seus débitos junto ao Fundo;
- v. Desenvolvimento do Selo Extrajudicial Digital: o projeto, que vem sendo conduzido pela Secretaria de Finanças, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e com a Corregedoria Geral da Justiça, tem por objetivo substituir o selo físico convencional pelo selo digital, de forma a garantir maior transparência e segurança jurídica aos atos praticados pelos cartórios. Ademais, busca tornar célere a comunicação entre os cartórios e o TJCE no envio dos selos, além de permitir que o usuário possa validar a autenticidade do documento por meio do portal do TJCE. O projeto visa, ainda, eliminar a possibilidade de extravios e roubos de selos, bem como eliminar custos de aquisição, distribuição e controle dos mesmos, contribuindo, de igual forma, com a responsabilidade socioambiental, uma vez que se eliminará o uso do selo em papel. A instituição e a implantação do selo digital restou disciplinada por meio da Resolução nº 5 do Órgão Especial, de 9/06/2014.
- vi. Negociação com os bancos públicos para a assinatura de termo de credenciamento para o pagamento de *spread* sobre os saldos médios mensais dos depósitos judiciais, que culminou na licitação para a seleção do novo banco gestor da conta única do Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PIMPJ (Pregão Presencial nº 01/2014), que teve como vencedora a Caixa Econômica Federal - CEF (Contrato nº 26, de 14 de julho de 2014). O processo foi conduzido pela Secretaria de Finanças, em parceria com a Consultoria Jurídica;
- vii. Aprovação do orçamento 2015: a proposta orçamentária do Poder Judiciário para o ano 2015 foi aprovada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça na sessão realizada no dia 28 de agosto de 2014, compreendendo os seguintes valores:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 4 - Lei Orçamentária do Poder Judiciário para o ano 2014 (em R\$1,00)

| Órgão               | Orçamento 2014       |
|---------------------|----------------------|
| Tribunal de Justiça | 857.832.334          |
| FERMOJU             | 140.175.890          |
| FUNSEG              | 3.237.585            |
| <b>Total</b>        | <b>1.001.245.809</b> |

Fonte: SIOFWEB

Na Lei Orçamentária para 2014, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi 85,67% do total de recursos disponíveis para gastos com pessoal, custeio e investimentos. O total de recursos disponíveis foi 3,9% maior frente aos recursos totais em 2013. O total de recursos disponíveis ao Tribunal de Justiça foi 15,4% maior frente aos recursos em 2013.

### 3.2 Otimização de impressões e serviços gráficos

Imbuída do propósito de aproximar-se ao máximo da utilização plena e racional dos recursos e almejando a eficiência orçamentária em seus Departamentos e Divisões, a Assessoria Institucional procedeu à revisão do Contrato nº 24/2009, firmado entre o Tribunal de Justiça e a empresa que fornece as máquinas de impressão utilizadas pelo Departamento Editorial e Gráfico. Como resultado desta análise, obteve-se a solicitação de supressão do contrato em 20%, reduzindo, portanto, a quantidade de franquia não utilizada, bem como o valor pago mensalmente, com base no parágrafo I, do art. 65, da lei 8666/93, que assim dispõe:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Tal ação foi motivada pela implantação da nova metodologia de apreciação das demandas de serviços gráficos, disciplinada por meio da Portaria nº 911/2008, que proporcionou uma análise mais apurada quanto aos materiais de impressão solicitados. Como consequência, o Departamento Editorial e Gráfico passou a executar os serviços de forma mais racional, resultando em significativa economia no quantitativo da franquia que era, até então, utilizado.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Com base nessa redução e para se evitar o desperdício pela não utilização integral da franquia de impressão, a revisão contratual foi preponderante e proporcionou a redução do valor contratual de R\$ 37.682,53 para R\$ 30.146,03, representando uma redução de 20% no valor mensal pago anteriormente.

Oportuno salientar que o Contrato nº 24/2009 encerrou-se em maio de 2014, oportunidade em que a Assessoria realizou uma nova análise relativa à franquia utilizada, diminuindo-a e adequando-a à produção média mensal. Tal fato possibilitou a redução do valor mensal pago pelo novo contrato (nº 30/2014), o qual, atualmente, registra o montante de R\$ 27.547,50.

Além dos fatos expostos, salienta-se que foi incluído no novo contrato dispositivo que contempla a possibilidade de acúmulo de saldo por parte do TJCE, ou seja, a franquia não utilizada no mês é revertida como bônus para os meses subsequentes, limitados ao término do contrato.

Salienta-se, por fim, que as referidas reduções mensais nos gastos com a locação de máquinas de impressão importaram ao TJCE uma economia anual de R\$ 121.620,36 e que, em decorrência do controle de produção aplicado pelo Departamento Editorial Gráfico, não ocorreu na atual Gestão utilização de excedente de franquia.

### 3.3 Pagamento de precatórios

Iniciando o ano de 2013, foram realizadas durante o mês de janeiro, pelo então Serviço de Precatórios, audiências de conciliação entre Estado do Ceará e credores que, respeitada a cronologia, manifestaram interesse na conciliação, resultando no pagamento de R\$9.157.485,00, devidamente amortizados da dívida de precatórios do Estado do Ceará.

Merecem ainda menção outras ações empreendidas no biênio 2013-2014, dentre elas os pagamentos de parcelas prioritárias no montante de R\$1.625.244,78 para 111 credores do Estado do Ceará, R\$7.469.729,70 para 126 credores do Município de Fortaleza e R\$230.738,55 para credores dos municípios do interior, bem como o pagamento de precatórios segundo listas cronológicas de credores, incluindo requisições de pequeno valor, de responsabilidade do Estado do Ceará, de municípios do interior e do município de Fortaleza, totalizando R\$9.604.320,64, R\$4.745.314,84 e R\$20.198.709,41, respectivamente.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 5 – Pagamento de Preferência – Ano 2013

| Ente Devedor           | Deferidos | Pagos | Valor Total (R\$) |
|------------------------|-----------|-------|-------------------|
| Estado do Ceará        | 41        | 40    | 602.521,54        |
| Município de Fortaleza | 78        | 77    | 4.384.606,82      |
| Municípios do Interior | 0         | 0     | 0,00              |

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 6 – Pagamento de Preferência – Ano 2014

| Ente Devedor           | Deferidos | Pagos | Valor Total (R\$) |
|------------------------|-----------|-------|-------------------|
| Estado do Ceará        | 71        | 71    | 1.022.723,24      |
| Município de Fortaleza | 49        | 49    | 3.085.122,88      |
| Municípios do Interior | 9         | 9     | 230.738,55        |

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 7 – Pagamento de Precatórios por Cronologia e Requisição de Pequeno Valor – Ano 2013

| Ente Devedor            | Créditos Pagos (R\$) |
|-------------------------|----------------------|
| Estado do Ceará         | 3.948.308,33         |
| Município de Interior   | 742.259,80           |
| Municípios do Fortaleza | 5.917.123,50         |

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 8 – Pagamento de Precatórios por Cronologia e Requisição de Pequeno Valor – Ano 2014

| Ente Devedor            | Créditos Pagos (R\$) |
|-------------------------|----------------------|
| Estado do Ceará         | 5.656.012,31         |
| Município de Interior   | 4.003.055,04         |
| Municípios do Fortaleza | 14.281.585,91        |

Fonte: Assessoria de Precatórios

Foram também realizados, no ano de 2013, sequestros em valor superior a R\$3.400.000,00, tanto para aporte de valores de parcelas mensais ou anuais às contas especiais de municípios devedores em regime especial (Barro, Quixeramobim, Ubajara, Baturité etc), como para o pagamento de precatórios de responsabilidade de municípios sujeitos ao regime ordinário, como Caucaia. No exercício de 2014, o valor dos sequestros superou R\$ 3.700.000,00 em relação a municípios sujeitos ao regime especial (Acarape, Alcântaras, Aurora, Baixio, Baturité, Granjeiro, Groaíras, Hidrolândia, Ibiapina, Itatira, Jaguaratama, Massapê, São Benedito e Trairi).





## **4. GESTÃO ESTRATÉGICA**

### **4.1 O Plano Estratégico 2010-2014**

O principal instrumento de acompanhamento e execução da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Ceará vigente nos últimos anos foi o Plano Estratégico 2010-2014. Coube, portanto, à gestão 2013-2015 encabeçar ações alocadas no período de término da vigência do Plano. Construído de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano trouxe a definição da identidade organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará junto a outros itens como objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos. A citada metodologia busca tratar as diversas demandas de melhoria gerencial de uma organização em quatro perspectivas que se complementam mutuamente: clientes (sociedade), procedimentos internos, aprendizagem organizacional e recursos. Ao elaborar o citado plano e ao adotar essa metodologia, o TJCE seguiu orientação nacional e se alinhou com o Plano Estratégico do Judiciário brasileiro construído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Resolução nº 70/2009, do CNJ.

No tocante a ações adotadas no ano de 2013 que beneficiaram estruturalmente o Plano 2010-2014, podem ser destacadas a revisão do Plano para a gestão 2013-2015, incluindo a realização de reuniões de sensibilização junto à Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE (Comissão Participativa); a validação das metas institucionais pelos gestores e a revisão do portfólio de projetos para 2013 e 2014 pelas respectivas unidades responsáveis e a revisão dos indicadores setoriais para fins de percepção da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) no intuito de desdobrar as metas institucionais do Plano em metas setoriais.

#### *4.1.1 Ações de acompanhamento*

A busca pelo alcance dos objetivos estratégicos e, em consequência, da Missão e da Visão do Plano 2010-2014 se deu através da execução de projetos e pelo esforço de atingir metas estratégicas, estas, por sua vez, alinhadas a indicadores de medição de desempenho.

A rotina de acompanhamento das metas, indicadores e projetos estratégicos foi conduzida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) que, no nível da Alta



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Administração do TJCE, contou com o apoio do Comitê Estratégico, do Comitê Executivo e da Comissão Participativa.

Com relação ao Comitê Estratégico, que é responsável por acompanhar, monitorar e executar o Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense, coube à Seplag coordenar a realização de seis Reuniões de Análise da Estratégia no período compreendido entre 2013 e 2014.

Com relação ao Comitê Executivo, criado no ano de 2013 por iniciativa conjunta entre a Seplag e a Sefin, coube à Seplag apresentar informações acerca do cumprimento do Planejamento Estratégico, tendo sido realizadas 40 reuniões ordinárias e 06 extraordinárias do Comitê nos anos de 2013 e 2014.

Por sua vez, no tocante à atribuição de acompanhar a execução do orçamento e o processo de elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Judiciário que cabe à Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico (Comissão Participativa), a Seplag tratou, nos anos de 2013 e 2014, de orientar o encaminhamento, por parte de diversas unidades do Judiciário estadual, de propostas de iniciativas para compor a proposta orçamentária, bem como de reunir tais iniciativas para posterior avaliação acerca do enquadramento das mesmas como possíveis projetos estratégicos ou itens atinentes à manutenção da prestação do serviço judiciário.

Também apoiaram a execução do Plano Estratégico os Gestores de Metas, que são pessoas responsáveis pelo acompanhamento do nível de cumprimento de metas estratégicas, bem como por ações que visaram ao alcance das mesmas.

### 4.2 Aprimoramento da cultura de gerenciamento de projetos

O Gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas relativas às atividades de execução dos projetos para atender aos seus requisitos e aos objetivos organizacionais. Maturidade é o grau em que o gerenciamento de projetos é utilizados na Organização. Desta forma, em agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, foi realizada avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, o qual permite avaliar cinco níveis de maturidade, considerando: processos, pessoas, tecnologia e estratégia) para analisar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Tribunal de Justiça do Estado do



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Ceará e, baseado nessas análises, diversas ações foram empreendidas entre os anos de 2013 e 2014 para elevação da maturidade em gerenciamento de projetos.

Destacam-se algumas das ações empreendidas com vistas à elevação da maturidade do gerenciamento de projetos do Poder Judiciário do estado do Ceará:

- i. normatização da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR) para gerentes de projetos estratégicos (com estabelecimento da avaliação periódica dos projetos e avaliação individual dos gerentes de projetos);
- ii. revisão e informatização de metodologia de gerenciamento de projetos;
- iii. implementação de melhorias/atualizações nas ferramentas (*softwares* livres) utilizadas para gerenciamento de projetos;
- iv. realização de encontros para transferência de conhecimentos entre a consultoria que prestou suporte técnico e a equipe do ECP;
- v. realização de capacitação em CAPM (*Certified Associate in Project Management Certification*) e PMP (*Project Management Professional Certification*) para 30 servidores efetivos.

Ainda com relação ao aumento da maturidade da cultura de gerenciamento de projetos, e também visando ao incremento da profissionalização dos gerentes de projetos, nos anos de 2013 e 2014 o ECP empreendeu as seguintes ações de capacitação:

Tabela 9: Ações de Aprimoramento da Cultura de Gerenciamento de Projetos

| Ação  | Nº de Participantes | Ano  |
|---|---------------------|------|
| Revisão do Portfólio de Projetos 2013-2014  | 41                  | 2013 |
| Treinamento na nova Metodologia de Gerenciamento de Projetos                                | 20                  | 2013 |
| Oficina “Técnicas de Recuperação de Cronograma”   | 14                  | 2013 |
| Oficina “Relatório de Acompanhamento de Projetos – RAP e Técnicas de Estimativas de Prazos” | 16                  | 2013 |
| Capacitação introdutória em Gestão de Projetos  | 19                  | 2013 |
| Balanço do ano de 2013 e um direcionamento para 2014  | 20                  | 2013 |
| Reunião sobre sistema de acompanhamento das fases dos projetos estratégicos                 | 13                  | 2014 |
| Reunião orientativa sobre as propostas das iniciativas orçamentárias de 2015                | 14                  | 2014 |
| Treinamento “Gerenciamento de Projetos – Conceitos e Práticas”                              | 11                  | 2014 |
| Treinamento “Comunicação Efetiva”   | 9                   | 2014 |
| Treinamento “Gerenciamento de Riscos”   | 8                   | 2014 |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| Ação   | Nº de Participantes | Ano  |
|--|---------------------|------|
| Treinamento “Administração de Conflitos”   | 4                   | 2014 |
| Oficina “Elaboração, acompanhamento e atualização do cronograma”                   | 15                  | 2014 |
| Oficina “A arte de Liderar”  | 8                   | 2014 |
| Palestra “Projetos e Processos: mais sinergia que divergência”                     | 14                  | 2014 |
| Palestra “Por que os Projetos falham”  | 14                  | 2014 |
| Palestra “Gestão de Recursos”  | 6                   | 2014 |
| Capacitação “O Gerenciamento de Projetos no contexto da Governança Organizacional” | 8                   | 2014 |
| Visitas de acompanhamento discussão de dúvidas junto a gerentes de projetos        | 80                  | 2014 |

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag

### 4.3 Comunicação da Estratégia

A título de divulgação das ações relativas ao alcance da Estratégia empreendidas nos anos de 2013 e 2014, podem ser destacadas:

- i. reestruturação do Blog Plano Estratégico em Ação – com a finalidade de divulgar os resultados dos projetos estratégicos e da execução da estratégia do Poder Judiciário cearense foi criado o Blog Plano Estratégico em Ação. O canal recebeu mais de 20 postagens, entre publicações de resultados da execução da estratégia a artigos relacionados à discussão da gestão estratégica;
- ii. pesquisa de Compreensão da Estratégia – realizada nos meses de setembro e outubro de 2013, a pesquisa objetivou conhecer, junto ao público interno do Poder Judiciário cearense, o nível de compreensão acerca de conceitos, canais e ações da Estratégia do órgão. Participaram da pesquisa 276 pessoas, entre magistrados, servidores e demais colaboradores da Justiça do Ceará. A pesquisa obteve o resultado de que 74% dos respondentes afirmaram compreender, total ou parcialmente, a estratégia do Judiciário cearense;
- iii. realização de concurso cultural no qual os servidores elaboraram redações acerca do tema “Gestão Estratégica”;
- iv. exposição e atualização dos resultados das metas anuais e status dos projetos estratégicos na Central do Conhecimento do Poder Judiciário do Estado do Ceará.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Já com vistas à divulgação e favorecimento da participação do público interno e externo na construção da proposta do Plano Estratégico 2015-2020, foi desenvolvido o *hotsite* do Planejamento Estratégico 2015-2020. O canal objetivou acompanhar os trabalhos de elaboração da proposta do Plano e possibilitar o envio de sugestões para enriquecer esse processo. A atualização do *hotsite* se deu após a efetivação de cada novo passo do processo de construção do novo Plano. Além disso, disponibilizou seção onde o público visitante pode tecer comentários acerca do processo de construção do Plano e enviar sugestões de melhorias no serviço prestado pelo Judiciário cearense a serem contempladas no Plano Estratégico 2015-2020. Ao todo, foram enviadas mais de 450 sugestões.

### 4.4 Incentivo à cultura de planejamento estratégico

Com o objetivo de disseminar a cultura do planejamento no TJCE foram empreendidas as seguintes ações:

- i. elaboração do Plano Estratégico da Assessoria de Precatórios: em atendimento à recomendação do CNJ, em 2013 a Seplag conduziu a elaboração de Plano Setorial que visou alinhar a atuação da Assessoria de Precatórios ao Plano Estratégico 2010-2014. Dotado de elementos similares ao Plano institucional (Missão, Visão, objetivos, metas, indicadores e projetos), o Plano da Assessoria de Precatórios possibilitou melhorias na estruturação organizacional, de pessoal e de gestão do setor;
- ii. desenvolvimento e divulgação da “Ferramenta de Elaboração e Acompanhamento de Planos de Ação”;
- iii. realização de cursos voltados a servidores e magistrados, abordando os temas Planejamento Estratégico e Administração Judiciária.

### 4.5 Elevação da maturidade em gestão estratégica

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará obteve a segunda colocação (pontuação de 95%) entre os Tribunais estaduais na avaliação do nível de maturidade em gestão estratégica no ano



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

de 2013 em relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na classificação geral (Tribunais dos Estados, Eleitorais, do Trabalho, Superiores e Conselhos), o TJCE ocupa a quarta colocação. Entre os 20 órgãos com maior nível de maturidade em gestão estratégica estão TJRN (98%), Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região – TRT/18 (97%), TRT/14 (96%), TJCE (95%), TJSE (92%), TRT/1 (91%), TRT/5 (91%), TRT/15 (90%), Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR (89,50%), TJAL (89%), CNJ (87%), TRT/7 (86,50%) e Superior Tribunal de Justiça – STJ (85%).

O resultado demonstra a evolução pela qual a Justiça do Ceará vem passando nos últimos anos. Como ações que contribuíram para esse alcance, destacam-se a elevação do nível de maturidade em gerenciamento de projetos, participação de servidores e magistrados na elaboração das propostas orçamentárias e formulação da estratégia, instituição de comitês para elaborar e monitorar a execução do Plano Estratégico, elaboração de plano de aquisição integrado à estratégia e aprimoramento da comunicação do Plano Estratégico.

### 4.6 O Plano Estratégico 2015-2020

A elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 se iniciou em setembro de 2014. Uma vez que o Plano então conduzido pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará chegava ao final de sua vigência (2010-2014), foi necessário envidar esforços que resultassem na construção de novo Plano Estratégico para o período compreendido entre os anos de 2015 e 2020.

Dessa forma, na busca por dar continuidade ao aprimoramento da gestão estratégica do TJCE, nos meses de setembro a dezembro de 2014 foram executados os trabalhos necessários para o desenvolvimento do Plano Estratégico 2015-2020. Para apoiar a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão e o Comitê Estratégico do TJCE, foi contratada empresa de consultoria especializada no desenvolvimento de planejamentos estratégicos. Tal contratação foi feita por meio do Pregão Eletrônico nº 34/2014, ocorrido em 08 de julho de 2014. As etapas de desenvolvimento do Planejamento 2015-2020 se deram da seguinte forma:

#### 4.6.1 1ª etapa

Encontros com magistrados e servidores de todo o Estado para caracterização dos



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

cenários internos e externos do Poder Judiciário e coleta de propostas de ações de melhorias. Foram realizados quatro encontros, ocorridos em 15, 19, 22 e 26 de setembro de 2014, dos quais participaram um total de 241 pessoas dentre as nove zonas judiciárias do Ceará.

### 4.6.2 2ª etapa

Encontro com organizações da sociedade civil, órgãos do sistema judicial e entidades de classe do Judiciário para coletar opiniões sobre a atual forma de prestação do serviço judiciário, bem como sugestões de melhoria do serviço para o futuro.

Participaram do encontro: Ministério Público, Decon, Rede Nacional dos Advogados Populares (RENAP-CE), OAB-CE, Associação dos Juízes pela Democracia (AJD-CE), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-CE), Pastoral Carcerária, Associação Cearense dos Magistrados, Sindicato dos Servidores do Judiciário do Ceará e Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Ceará. O encontro ocorreu em 29 de setembro de 2014 e contou com o grupo representativo de construção do Plano Estratégico 2015-2020 como expectador.

O grupo representativo foi formado por 60 pessoas dentre magistrados e servidores oriundos da capital ou do interior, do 1º ou do 2º grau, de setores judiciários ou administrativos. A formação do grupo se deu a partir de indicações do Comitê Estratégico e, a pedido deste, por designações procedidas por gestores das diversas áreas funcionais do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Em reconhecimento a essa 2ª etapa do Planejamento Estratégico 2015-2020, o TJCE veio a receber, em 10 de dezembro de 2014, uma homenagem do Fórum Justiça (composto pela Justiça Federal e outras entidades) que buscou enaltecer a iniciativa de democratização do processo de elaboração do Plano 2015-2020 do Judiciário cearense.

### 4.6.3 3ª etapa

Definição dos elementos do Plano Estratégico 2015-2020 (identidade organizacional, objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos estratégicos) com o grupo representativo. Os encontros se deram nas seguintes datas com as respectivas definições:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. 03 de outubro – Identidade Organizacional:
  - Missão: Garantir direitos para realizar Justiça;
  - Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da justiça;
  - Valores: Celeridade, Efetividade, Acessibilidade, Transparência, Responsabilidade Social e Ambiental, Probidade e Meritocracia.
- ii. 10 de outubro – Mapa Estratégico (temas e objetivos estratégicos). Os três temas estratégicos propostos foram:
  - Diálogo com a Sociedade;
  - Desjudicialização de conflitos;
  - Gestão eficiente e participativa.
- iii. 17 de outubro – continuação do Mapa Estratégico e início da elaboração dos indicadores. Foram construídos 11 objetivos estratégicos:
  - Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça;
  - Intensificar a interlocução com a sociedade;
  - Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional;
  - Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos;
  - Aprimorar a Governança Judiciária;
  - Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos;
  - Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes;
  - Garantir a infraestrutura adequada;
  - Aprimorar a gestão de pessoas;
  - Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação;
  - Garantir a sustentabilidade financeira.
- iv. 24 de outubro – indicadores. 34 indicadores foram sugeridos. Para cada indicador foi vinculada uma meta institucional que, por sua vez, teve a definição de patamares a serem perseguidos a cada ano da vigência do Plano;
- v. 31 de outubro e 03 de novembro – proposição de projetos estratégicos. Foi proposto um total de 38 projetos estratégicos.





## **Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça**

As metas estratégicas foram estipuladas pelos respectivos gestores de metas (escolhidos pelo grupo representativo) com o apoio da equipe da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão.

### **4.6.4 4ª etapa**

Desdobramento do Plano Estratégico nas diversas áreas do Poder Judiciário do Estado do Ceará com fins de obter ações de execução voltadas para o alcance dos objetivos estratégicos planejados para os próximos seis anos. Esta etapa ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2014. Um total de 17 planos setoriais foram produzidos. Cada um se vincula a um setor da Justiça cearense responsável diretamente por executar parte da Estratégia construída no Plano 2015-2020.

### **4.6.5 5ª etapa**

Proposição de melhorias no modelo de Gestão Estratégica (formas de acompanhamento, execução e institucionalização que facilite o cumprimento dos propósitos da Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Estado do Ceará). A proposição foi interposta no início do mês de dezembro de 2014.

Duas apresentações dos resultados do processo de Planejamento da Estratégia para os anos de 2015 a 2020 foram feitas ao final dos trabalhos de elaboração do Plano: uma para o Comitê Estratégico (onde foram validadas/ajustadas as metas sugeridas pelos respectivos gestores) e outra para o Grupo Representativo de construção do Plano Estratégico 2015-2020 e equipe de transição da gestão que tomará posse no mês de janeiro subsequente.

Até janeiro de 2015, o Comitê Estratégico submeterá a proposta do Plano Estratégico 2015-2020 à Presidência desta Corte de Justiça que, oportunamente, encaminhará à apreciação do Órgão Especial.

## **4.7 Sala de Situação**

A Sala de Situação é um ambiente virtual desenvolvido sob a coordenação da Assessoria Especial da Presidência, em parceria com a Secretaria Especial de Planejamento e



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gestão e com a Secretaria de Tecnologia da Informação. Tem por objetivo promover a disponibilização direta de informações administrativas e judiciárias consolidadas à Presidência do TJCE de forma a subsidiar o processo de tomada de decisão. São disponibilizadas informações relacionadas às seguintes áreas: Gestão, Agenda do Presidente, Viagens da Presidência, Aquisições, Informações Semanais, Mapa de Ocupação de Cargos de Magistrados, Metas Nacionais e Projetos Prioritários. A Sala de Situação possui atualização compartilhada entre as unidades do TJCE e controle de acesso por meio de perfis de usuários e senhas, estando acessível em computadores e dispositivos móveis.

### 4.8 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI

A Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) atingiu, em 2014, 82% das metas previstas no PETI cujo período de vigência estende-se até 2015. Além disso, foram iniciadas as atividades para elaboração de um novo Planejamento Estratégico de TI alinhado ao novo Planejamento Estratégico do TJCE, cuja vigência se estenderá até 2020.

Visando propiciar a divulgação das ações, projetos e metas, bem como a promoção de alinhamento e a integração entre as diversas unidades que compõem a Secretaria, são realizadas reuniões bimestrais com todos os servidores lotados na Setin,.

Como forma de facilitar o acompanhamento das ações estratégicas, foi ainda desenvolvido um portal para monitoramento dos indicadores da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM) e dos indicadores do PETI, o qual possibilita a participação mais efetiva dos servidores no esforço para o alcance das referidas metas.

### 4.9 Certificação ISO 9001:2008

O Departamento Judicial e a Secretaria Única das Varas da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua têm sido preparados para a certificação ISO 9001:2008. Foram desenvolvidas as seguintes etapas: palestra de conscientização, descrição do negócio, desenvolvimento de fluxogramas, validação dos fluxogramas junto às lideranças, desenvolvimento dos procedimentos de gestão (PGs), implantação da ferramenta Gestão à Vista, reorganização e mudança de *layout*, solicitação de melhorias para a infraestrutura do atendimento no balcão, identificação da interação



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

entre os processos, criação de instruções de trabalho, treinamento dos colaboradores quanto à interpretação da Norma ISO 9001:2008.

A certificação ISO 9001:2008 está prevista para 2015, haja vista a necessidade de realização de licitação.

### 4.10 Democratização das decisões do Fórum Clóvis Beviláqua

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, com o intuito de democratizar e garantir a implementação das decisões tomadas no âmbito daquele Fórum, sistematizou as reuniões do Comitê Gestor de Juízes Coordenadores, instituiu o Núcleo de Apoio à Gestão, o Comitê para Acompanhamento do Plano de Melhoria e o Comitê Gestor para Assuntos Administrativos, este último formado pelos diretores de departamento.

### 4.11 Padronização de rotinas de gestão

Dentre as ações realizadas em prol da padronização das rotinas de gestão no Fórum Clóvis Beviláqua estão: elaboração de procedimentos gerenciais (PGs), implantação de um sistema de reuniões com pauta e ata de reunião, elaboração de instruções de trabalho (ITs), fluxograma de procedimentos, gerenciamento da rotina no Núcleo de Apoio à Jurisdição e no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

### 4.12 Implantação do *software* Geplanes

Foi implantado, no Fórum Clóvis Beviláqua, o *software* Gesplanes que permite a gestão estratégica desde a fase de elaboração do planejamento até a execução das ações. Por meio da ferramenta é possível gerenciar metas e seus desdobramentos, os indicadores e definir ações preventivas e/ou corretivas. O Gesplanes fornece ainda diversas ferramentas, como o Painel de Indicadores, bem como relatórios e gráficos que auxiliam na gestão e na melhoria do desempenho organizacional.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 4.13 Visitas de *benchmarking*

Foram realizadas, pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, visitas a organizações com reconhecidas práticas na área de excelência da gestão. Cada visita foi seguida de relatório e as práticas passíveis de execução no Fórum foram incluídas no Plano de Melhoria da Gestão.

### 4.14 Banco de Informações Gerenciais – BIG

Como forma de sistematizar o fornecimento de informações gerenciais à Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, foi criado o Banco de Informações Gerenciais – BIG, que tem como objetivo apoiar a tomada de decisão por parte daquela Diretoria.

### 4.15 Exercício da responsabilidade socioambiental

Foi criado pelo Fórum Clóvis Beviláqua o Grupo de Apoio às Ações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, que promoveu as seguintes ações: otimização da coleta seletiva de lixo no Fórum Clóvis Beviláqua, aquisição de *containers* para separação de papel, doação de móveis e cadeiras para entidades filantrópicas, campanha para doação de sangue e cadastro de doadores de medula óssea em parceria com o Hemoce, doação de material reciclável para Associação de Catadores de Lixo e doação de bens inservíveis do Depósito Público.

### 4.16 Adesão ao GesPública

#### 4.16.1 Premiação do Fórum Clóvis Beviláqua no Prêmio Ceará de Gestão Pública

Em julho de 2013, foi firmado termo de compromisso pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua junto ao Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública) com o objetivo de implantar o Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP naquele fórum. Foram realizadas duas autoavaliações com base no referido modelo de gestão e implantados dois Planos de Melhoria da Gestão para executar as oportunidades de melhoria identificadas.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Em novembro do ano em curso, o Fórum recebeu a visita da banca examinadora do Prêmio Ceará de Gestão Pública e no dia 14 de novembro foi divulgado o resultado da premiação, tendo o Fórum Clóvis Beviláqua alcançado o 1º lugar, prêmio Ouro, na categoria de 250 pontos.

### *4.16.2 Capacitação de multiplicadores no Modelo de Excelência em Gestão Pública*

Tendo como objetivo preparar o ambiente para a expansão do Gespública no Poder Judiciário do Ceará como um todo, foram realizadas as seguintes ações pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, com a Escola Superior da Magistratura do Ceará – Esmec e com a Escola de Gestão Pública do Ceará – EGP:

- realização do Curso “Modelo de Excelência em Gestão Pública” para 33 participantes das áreas que compõem a estrutura do TJCE;
- participação de servidor da Seplag em curso de “Preparação de instrutores e examinadores para o prêmio Ceará Gestão Pública” e atuação deste como examinador do Ciclo 2014.

### *4.16.3 Adesão à ferramenta Acesso Cidadão*

O Acesso Cidadão disponibiliza para a sociedade, por meio da rede mundial de computadores, os serviços prestados pelos órgãos públicos do Estado do Ceará, bem como os procedimentos para obtê-los. Em 2013, o Fórum Clóvis Beviláqua aderiu à ferramenta, catalogando 14 de seus serviços. Em 2014, sob coordenação da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, o Acesso Cidadão foi expandido e disponibilizado no Portal do TJCE, catalogando serviços das seguintes unidades: Secretaria Judiciária, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Finanças e Ouvidoria.



## 5. ESTATÍSTICA PROCESSUAL

### 5.1 Descongestionamento e Metas Nacionais do CNJ

Ao longo do biênio 2013-2014 foram empreendidas diversas ações objetivando a melhoria da produtividade de servidores e magistrados, bem como o aperfeiçoamento das estatísticas judiciais do TJCE, de forma a refletirem com maior fidedignidade a realidade do Poder Judiciário cearense. Dentre as referidas ações, as quais foram conduzidas pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, com a Secretaria Judiciária e com a Comissão Gestora da GAM, destacam-se:

- i. alinhamento das metas setoriais da GAM (Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas) às Metas Institucionais e às Metas Nacionais do CNJ, por meio da Portaria nº 1.931, de 30 de dezembro de 2013;
- ii. revisão de filtros de extração das informações relacionadas às Metas Nacionais 2014 nos sistemas processuais (SAJ, SPROC e PROJUDI), considerando os parâmetros estabelecidos no Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2014 e as sugestões colhidas junto às unidades judiciárias de 1º e 2º graus;
- iii. elaboração e disponibilização de relatórios automatizados às unidades judiciárias de 1º e 2º graus contendo suas listagens de processos enquadrados nas metas 2, 4 e 6 de 2014 do Conselho Nacional de Justiça, bem assim as relações de processos julgados até 31/12/2013 e que não registram movimentação de baixa (Índice de Descongestionamento), todos identificados mediante extração direta no banco de dados dos sistemas processuais SAJ, SPROC e PROJUDI;
- iv. realização de treinamentos presenciais destinados aos Gabinetes de Desembargadores, Secretarias de Câmaras e Secretarias de Varas/Juizados da Comarca de Fortaleza, bem assim disponibilização de vídeo-aula às comarcas do interior sobre os Indicadores e Metas do Conselho Nacional de Justiça para 2014, com enfoque nas metas de litigiosidade presentes no Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014 e em indicadores da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas;



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- v. repasse periódico de dados para acompanhamento das metas e suporte no planejamento de ações em prol do alcance das mesmas junto aos gestores das metas institucionais referentes à taxa de congestionamento (Corregedoria Geral da Justiça, Fórum das Turmas Recursais e Secretaria Judiciária) e às Metas Nacionais do CNJ, designados por meio da Portaria nº 1.307, de 12 de junho de 2014 e da Resolução nº 13 do Órgão Especial, de 24 de novembro de 2011, alterada por meio da Resolução nº 06 do Órgão Especial, de 25 de julho de 2013;
- vi. publicação da Resolução nº 06 do Órgão Especial, de 05 de junho de 2014, que disciplina a realização das devidas correções e atualizações nos sistemas processuais por parte das unidades judiciárias de 1º e 2º grau, concernentes aos processos enquadrados nas Metas do Judiciário Nacional e à Taxa de Congestionamento, ambas do CNJ;
- vii. publicação da Portaria nº 1.473, de 27 de junho de 2014, que determinou a realização dos estudos e levantamentos necessários, por parte da Secretaria Judiciária, do Fórum Clóvis Beviláqua e do Fórum das Turmas Recursais, objetivando a elaboração, a revisão e a validação dos parâmetros de extração de dados nos sistemas processuais, a partir dos quais serão re-extraídos e retificados junto ao CNJ todos os dados ajustados referentes à série histórica do TJCE dos indicadores do Relatório Justiça em Números. Os trabalhos, que estão sendo coordenados pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão e supervisionados pela Secretaria Geral, visam, ainda, a extração via sistemas processuais dos dados referentes à produtividade dos magistrados, como forma de dar maior consistência e confiabilidade às informações.

### 5.2 Selo Ouro Justiça em Números

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) foi agraciado com o Selo Justiça em Números, na categoria Ouro, pelos esforços empreendidos em prol do aprimoramento do sistema de estatística de informação do Judiciário cearense.

Contribuíram para a premiação o cumprimento dos prazos e o envio integral das informações, além da extração dos dados de litigiosidade por meio de sistemas automatizados e em



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

conformidade com as Tabelas Processuais Unificadas. Também foi considerada a estruturação da Divisão de Estatística (Seplag) e a elaboração periódica de relatórios gerenciais para subsidiar a alta administração na tomada de decisão.

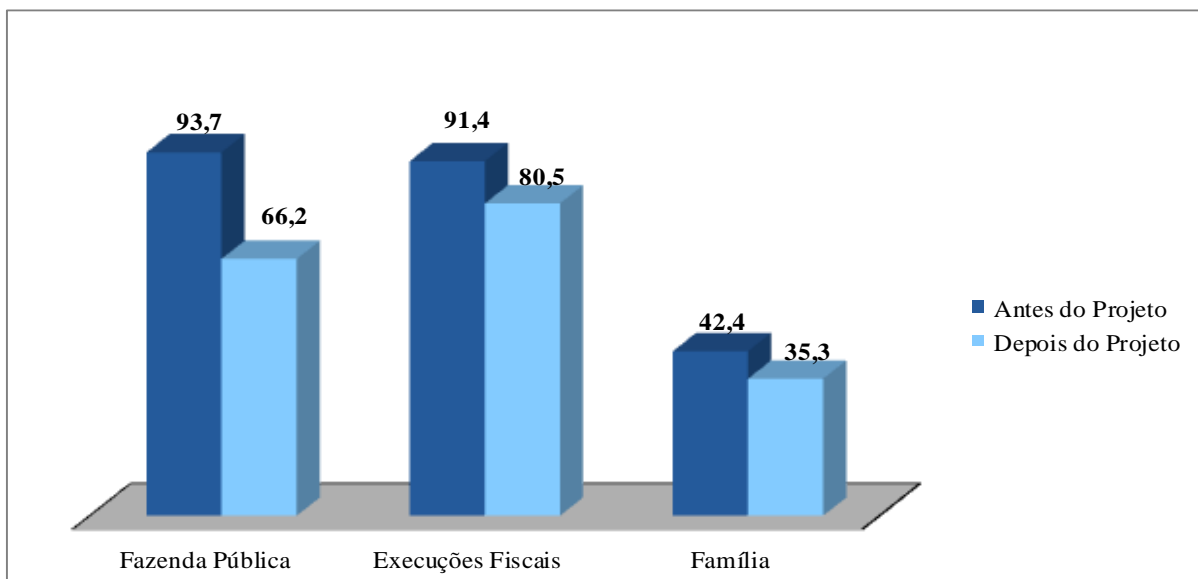
### 5.3 Estatísticas processuais do Fórum Clóvis Beviláqua

#### 5.3.1 Comissão Temporária de Metodologia de Análise e Melhoria de Performance

Por meio da Portaria nº 167/2013, de março 2013, foi instituído no Fórum Clóvis Beviláqua grupo de trabalho para desenvolver e efetivar o projeto Metodologia de Análise e Melhoria de Performance das Varas Judiciais da Comarca de Fortaleza, com vistas ao estudo e desenvolvimento de metodologias de aferição e melhoria de performance das Varas da Comarca, inicialmente voltadas à redução da Taxa de Congestionamento. O referido grupo, com base no Ciclo PDCA, criou um método para a redução da Taxa de Congestionamento e desenvolveu ferramentas como o Congestômetro e os Gráficos de Análise de Performance por Quadrantes.

Os resultados da aplicação da metodologia criada para redução da Taxa de Congestionamento encontram-se nos seguintes gráficos:

Gráfico 3 - Taxa de Congestionamento por Competência



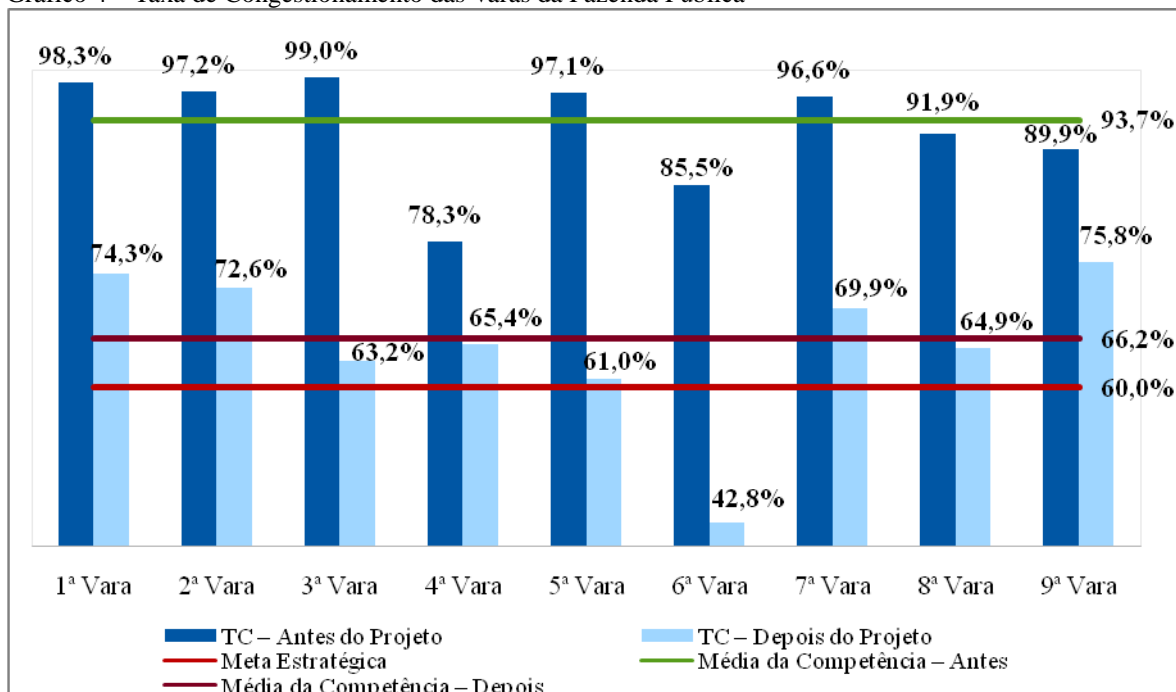
Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 4 – Taxa de Congestionamento das Varas da Fazenda Pública

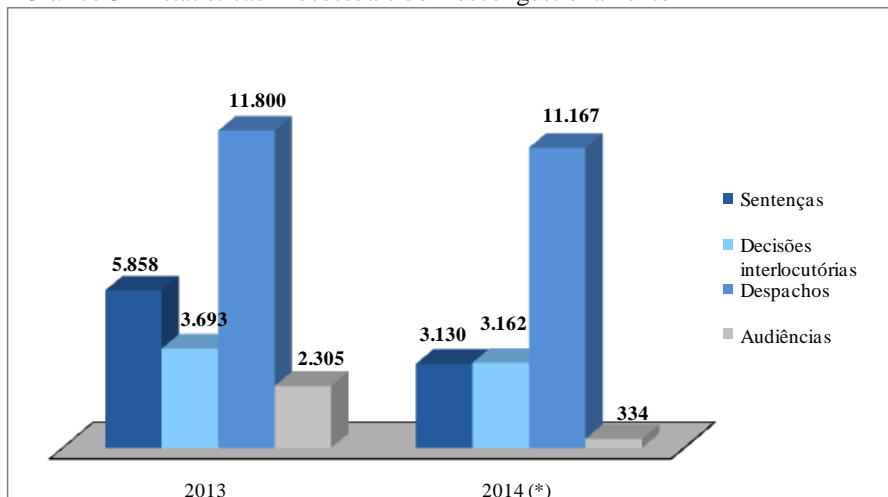


Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

### 5.3.2 Grupo de Descongestionamento

De 2013 a 2014, o Grupo de Descongestionamento elaborou 8.988 sentenças, 6.855 decisões interlocutórias e 22.967 despachos. Foram realizadas, também, 2.639 audiências referentes aos processos judiciais.

Gráfico 5 - Estatísticas Processuais do Descongestionamento



\*Dados atualizados até julho de 2014

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

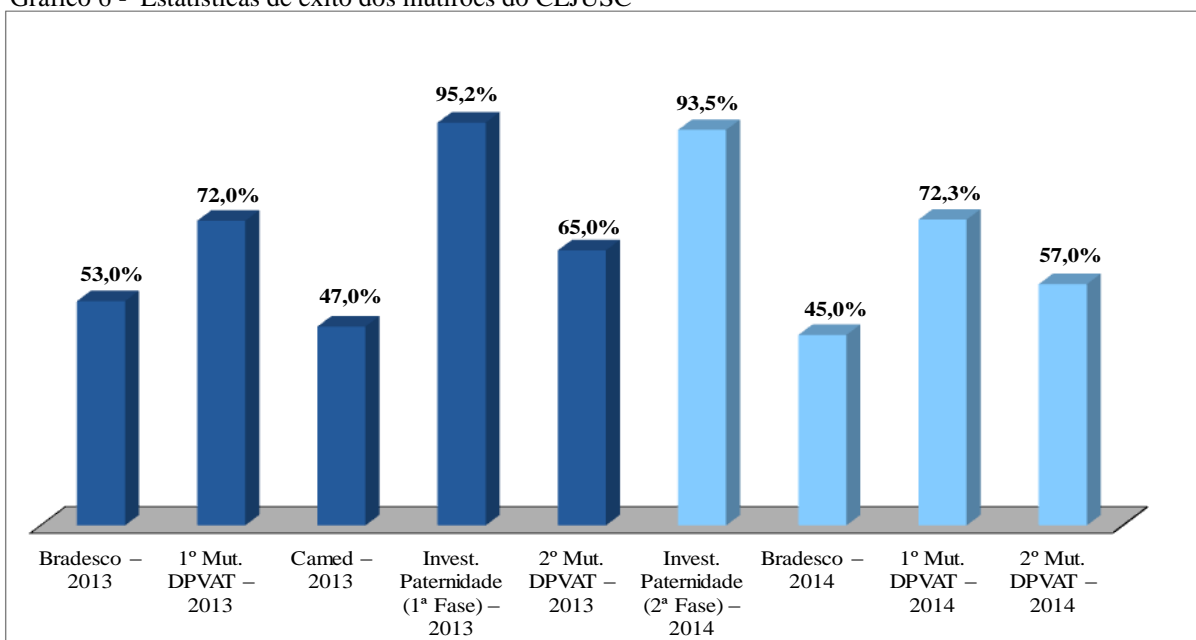


## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 5.3.3 Centro Judiciário de Solução de Conflitos

Foram realizados, pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC, oito mutirões: dois de Investigação de Paternidade, dois financeiros junto ao Bradesco, três Ações DPVAT e um junto à Camed. Desde 2013, o CEJUSC vem realizando, além da conciliação, Sessões de Mediação Familiar, conduzidas por duas mediadoras especializadas, com excelentes resultados, em especial nos processos que versam sobre a disputa de guarda. Em 2014, o Centro passou a realizar Oficinas de Pais e Filhos (projeto do CNJ), que tem por objetivo auxiliar os pais a manter um diálogo pacífico após situação de ruptura familiar. Em conjunto com o Juizado da Violência Doméstica, passou-se a encaminhar famílias para a referida oficina.

Gráfico 6 - Estatísticas de êxito dos mutirões do CEJUSC

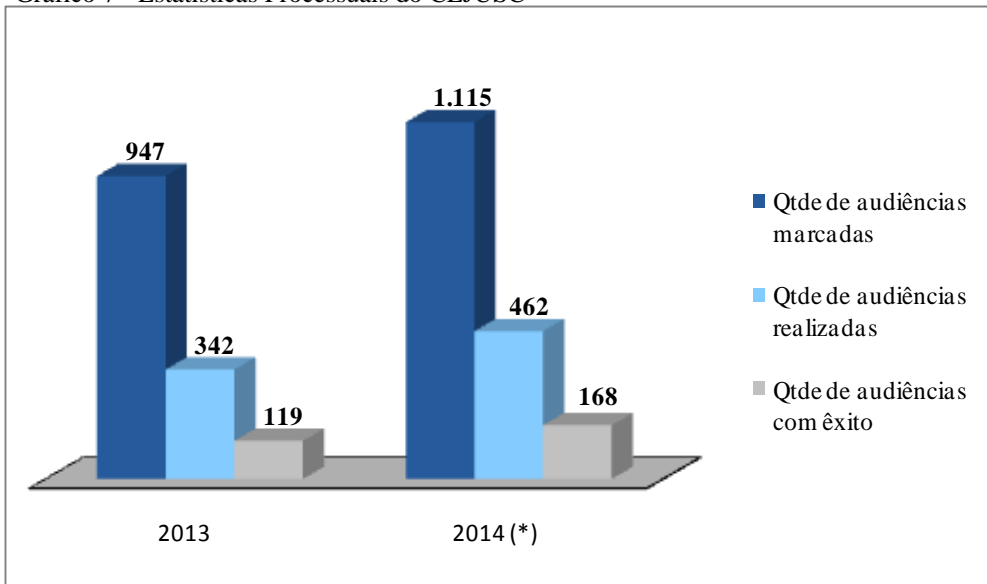


Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua



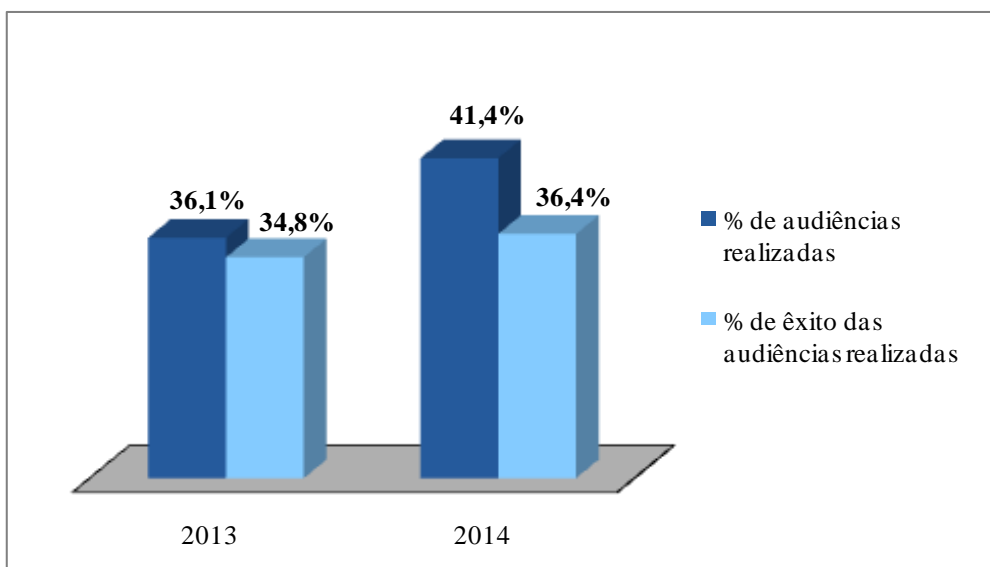
## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 7 - Estatísticas Processuais do CEJUSC



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Gráfico 8 - Estatísticas Processuais do CEJUSC



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 5.4 Estatística processual da Secretaria Geral

A Secretaria Geral, em sua atuação de preparo dos processos para julgamento do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e do Conselho de Magistratura, ou seja, na elaboração de pautas, certidões de julgamento e atas, fez os quantitativos processuais discriminados na tabela a seguir:

Tabela 10 – Julgamento do Tribunal Pleno/2013-2014

| Processos/Natureza                       | 2013      | 2014      |
|--|-----------|-----------|
| Processo Adm. Disciplinar                | 05        | 01        |
| Reclamação Disciplinar                   | 02        | 01        |
| Sindicância                              | 01        | --        |
| Embargo de Declaração (Proc. Adm. Disc.) | 01        | --        |
| <b>Total</b>                             | <b>09</b> | <b>02</b> |

Fonte: Secretaria Geral

Tabela 11 – Julgamentos do Órgão Especial/2013-2014

| Processos/Natureza                | 2013       | 2014       |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Ação Rescisória                   | 03         | 03         |
| Ação Penal                        | 02         | 01         |
| Agravo Regimental                 | 248        | 153        |
| ADIN                              | 07         | 13         |
| Arguição de Inconstitucionalidade | 05         | 06         |
| Conflito de Competência           | 15         | 07         |
| Embargos de Declaração            | 184        | 120        |
| Embargos à Execução               | 26         | 18         |
| Embargos Infringentes             | 01         | 01         |
| Habeas Corpus                     | 06         | 04         |
| Habeas Data                       | --         | 01         |
| Mandado de Injunção               | --         | 01         |
| Mandado de Segurança              | 457        | 296        |
| Medida Cautelar em ADIN           | --         | 01         |
| Processo Administrativo           | 20         | 02         |
| Reclamação                        | 01         | 05         |
| Recurso Administrativo            | --         | 23         |
| <b>Total</b>                      | <b>975</b> | <b>655</b> |

Fonte: Secretaria Geral



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 12 – Julgamentos e Expedientes do Conselho Superior da Magistratura

| Julgamentos/Natureza       | 2013 | 2014 |
|----------------------------|------|------|
| Inspeção – Administrativa  | 23   | 50   |
| Correção Geral             | 01   | 00   |
| Recurso Administrativo     | 01   | 01   |
| Providência Administrativa | 01   | 02   |
| Embargos Declaratórios     | 00   | 00   |
| Reclamação Administrativa  | 01   | 00   |
| Expedientes Apreciados     | 431  | 824  |
| Certidões Nada Consta      | 88   | 243  |
| Ofícios                    | 354  | 452  |
| Memorandos                 | 502  | 832  |

Fonte: Conselho Superior da Magistratura

### 5.5 Estatística processual da Secretaria Judiciária

#### 5.5.1 Implantação do núcleo de digitalização do 2º grau vinculado ao Departamento de Serviços Judiciários de Apoio

A Secretaria Judiciária empreendeu esforços, em parceria com a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, no sentido de elaborar a normatização necessária para a formalização dos Núcleos de Digitalização de 1º e 2º graus, por meio da Portaria nº 593/2013, de 12 de junho de 2013, de maneira a realizar a digitalização dos processos e recursos, bem como petições físicas. Como resultado, o Núcleo de Digitalização do TJCE promoveu, no biênio 2013-2014, a digitalização de 33.860 processos, conforme a tabela abaixo.

Tabela 13 - Quantidade de processos digitalizados (referente ao período de 1º/01/2013 a 30/10/2014)

| Ano  | jan   | fev   | mar   | abr   | mai   | jun   | jul   | ago   | set   | out   | nov   | dez | Total         |
|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-----|---------------|
| 2013 | 1.044 | 1.289 | 1.304 | 1.779 | 1.804 | 1.766 | 2.109 | 1.223 | 2.028 | 1.608 | 1.414 | 843 | <b>18.211</b> |
| 2014 | 1.552 | 1.707 | 1.409 | 1.820 | 1.641 | 1.382 | 1.844 | 1.283 | 1.555 | 1.456 | nd    | nd  | <b>15.649</b> |

Fonte: Núcleo de Digitalização TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 5.5.2 Incremento da equipe responsável pelo envio dos processos em sede de recurso especial e extraordinário aos Tribunais Superiores

Foram alocados três servidores exclusivamente para digitalização e envio dos processos em sede de recursos especial e extraordinário, resultando nos seguintes quantitativos de processos encaminhados aos Tribunais Superiores:

Tabela 14 - Comparativo da quantidade de processos encaminhados aos Tribunais Superiores (referente ao período de 1º/01/2013 a 14/11/2014)

| Discriminação                          | 2013         | 2014         |
|--|--------------|--------------|
| Recursos para STF (digitais e físicos) | 187          | 78           |
| Recursos para STJ (digitais e físicos) | 1.365        | 1.140        |
| <b>Total</b>                           | <b>1.552</b> | <b>1.227</b> |

Fonte: Serviço de Recursos Privativos

### 5.5.3 Elaboração de expedientes

Alinhado ao Plano Estratégico 2010-2014, deu-se continuidade à deliberação que instituiu que decisões que ensejam a elaboração de expedientes devem ser assinadas diretamente pelo Secretário Judiciário, de ordem do Desembargador Relator, a exemplo do que ocorre no Superior Tribunal de Justiça como forma de dar maior celeridade ao cumprimento desses. Neste contexto, foi expedida, de ordem, a quantidade de expedientes discriminados na tabela a seguir.

Tabela 15 – Quantitativos de Expedientes

| Tipo                              | 2013  | 2014  |
|-----------------------------------|-------|-------|
| Cartas e Mandados Intimação Cível | 2.804 | 2.981 |
| Ofícios Cíveis Expedidos          | 9.421 | 9.668 |
| Certidões Cíveis Expedidas        | 439   | 652   |
| Mandados Criminais Expedidas      | 221   | 259   |
| Ofícios Criminais Expedidos       | 5.727 | 6.681 |
| Certidões Criminais Expedidas     | 1.576 | 2.109 |

Fonte: Departamento Judiciário Cível e Gabinete da Secretaria Judiciária (1º/01/2013-12/11/2014) e Departamento Judiciário Penal (1º/01/2013 a 17/11/2014)

Registre-se que, para o cumprimento de despachos, visando à intimação pessoal da parte de forma mais célere e, também, à redução de custos, a Secretaria Judiciária continua expedindo Mandado de Intimação em vez de Carta de Intimação, na Cidade de Fortaleza.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 16- Percentual de Cumprimento de Mandados (referente ao período de 1º/01/2013 a 17/11/2014)

| Mandados                      | 2013          | 2014          |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Encaminhados                  | 6.931         | 5.265         |
| Cumpridos                     | 6.819         | 5.189         |
| <b>Percentual Cumprimento</b> | <b>98,38%</b> | <b>98,56%</b> |

Fonte: Sala dos Oficiais de Justiça

### 5.5.4 Distribuição processual

Dando continuidade à análise de prevenção e a distribuição dos feitos ingressos no TJCE, tem-se o seguinte resultado no biênio:

Tabela 17 – Quantitativo de Processos Distribuídos/Redistribuídos e Transferidos no Biênio (referente ao período de 1º/01/2013 a 31/08/2014)

| Tipo                        | 2013          | 2014          |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Distribuição/Redistribuição | 44.115        | 35.345        |
| Transferência               | 12.215        | 2.093         |
| <b>Total</b>                | <b>56.330</b> | <b>37.438</b> |

Fonte: Divisão de Distribuição

Frisa-se que a ferramenta “alteração de relatoria”, na versão 1.7.4-31, cujos relatórios são apresentados na própria ata de distribuição, foi disponibilizada no SAJ-SG e instalada em 02 de maio de 2014. Assim, verificou-se, em 2014, uma representativa diminuição do quantitativo de processos transferidos, quando comparado ao ano de 2013.

### 5.5.5 Sessões de julgamento

Ressalta-se, também, o preparo integral dos processos para julgamento das Câmaras Reunidas Cíveis e Criminais, ou seja, a elaboração de pautas, certidões de julgamento e atas, resultando no quantitativo de processos julgados discriminados na tabela a seguir:

Tabela 18 - Quantitativo de sessões realizadas e processos julgados nas Câmaras Reunidas (referente ao período de 1º/01/2013 a 31/10/2014)

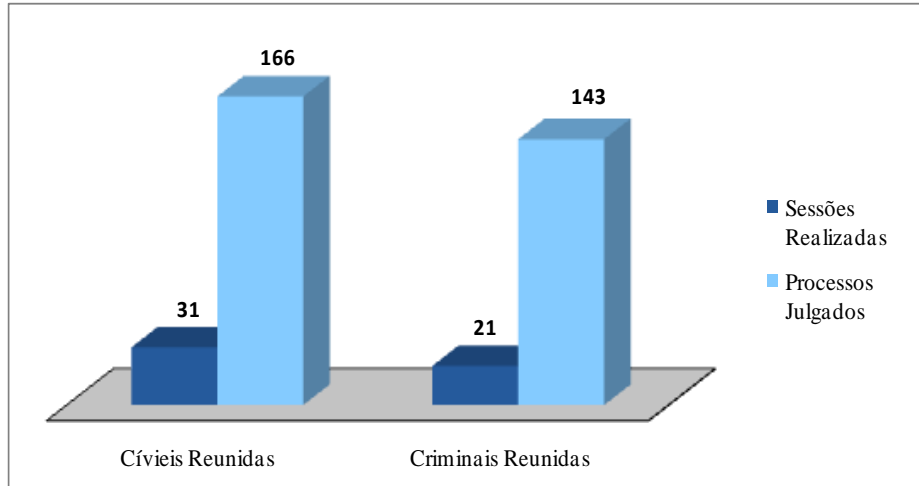
| Variável           | Cíveis Reunidas | Criminais Reunidas |
|--------------------|-----------------|--------------------|
| Sessões Realizadas | 31              | 31                 |
| Processos Julgados | 166             | 143                |

Fonte: Gabinete da Secretaria Judiciária



## **Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça**

Gráfico 9 – Desempenho Câmaras Reunidas



Fonte: Secretaria Judiciária

Ressalta-se que até o dia 31 de outubro de 2013 foram baixados 14.792 processos cívies e, no ano em curso, até 14 de novembro, foram baixados 27.607 processos cívies.

Quanto aos processos criminais, foram baixados durante o exercício de 2013 o total de 6.315 processos, enquanto no interstício de 1º/01/2014 a 14/11/2014 foram baixados 8.377 processos criminais.

### *5.5.6 Publicação de acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento*

Tabela 19 - Quantitativo de sessões realizadas e processos julgados nas Câmaras Reunidas (referente ao período 1º/01/2013 a 31/10/2014)

|                           | 2013          | 2014          |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Julgados                  | 23.180        | 18.233        |
| Publicados em até 10 dias | 23.167        | 18.186        |
| <b>Percentual</b>         | <b>99,94%</b> | <b>99,74%</b> |

Fonte: Serviço de Estatística/Sejud

### *5.5.7 Elaboração de cálculos aritméticos e judiciais*

No ano de 2013, o setor de Serviço de Cálculos realizou atualizações de valores em processos administrativos e cívies, além de precatórios requisitórios do Estado do Ceará, do Município de Fortaleza e demais municípios deste Estado, perfazendo um total de 1.232 cálculos judiciais (dados do sistema SPROC). Já no interstício de 1º/01/2014 a 11/11/2014 foram realizados 815 cálculos judiciais.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 5.6 Estatística processual da Consultoria Jurídica

No decorrer do ano de 2014, entraram no fluxo de trabalho da Consultoria Jurídica um total de 1.617 processos administrativos, tratando, no mais das vezes, de direitos e deveres de servidores ou magistrados, bem como de licitações, contratos administrativos e apuração de responsabilidade de contratados. Nesse mesmo interregno, saíram da Consultoria Jurídica 1.619 processos administrativos, número superior ao dos que deram entrada. Seguem os relatórios sintético e analítico dos Processos Administrativos tramitados na Consultoria Jurídica em 2014:

Tabela 20 – Processos Administrativos Tramitados na Consultoria Jurídica – Ano 2014

| Unidade                                   | Entrada      | Saída        | Arquivado | Saldo      | Tramitado    |
|---|--------------|--------------|-----------|------------|--------------|
| Consultoria Jurídica                      | 710          | 679          | 68        | 117        | 864          |
| Dep. de Execução e Controle Patrimonial   | 6            | 8            | 0         | 1          | 9            |
| Dep. de Execução e Controle Processual    | 899          | 928          | 5         | 37         | 970          |
| Div. de Distribuição e Controle de Feitos | 2            | 4            | 0         | 0          | 4            |
| <b>Total</b>                              | <b>1.617</b> | <b>1.619</b> | <b>73</b> | <b>155</b> | <b>1.847</b> |

Fonte: Consultoria Jurídica

Por outro lado, é de se ver, outrossim, que em relação aos Processos Judiciais (Pedidos de Suspensão de Liminar, Agravos, Recurso Extraordinário ou Especial etc.), o número de casos solucionados (716) supera em 41,78% o dos que entraram em 2014 (340).

Em virtude disso, se promovida uma análise comparativa dos números de 2014 com os de 2013, pode-se verificar que, nesse período, houve uma redução de, aproximadamente, 62,05% no acervo de processos conclusos ao Presidente, implicando um sensível e notório descongestionamento no fluxo de trabalho do Sistema e-SAJ Judicial.

Confira-se, a seguir, o relatório dos Processos Judiciais que entraram e saíram da Consultoria Jurídica no decorrer de 2014:

Tabela 21 – Processos Judiciais no ano de 2014

| Unidade                         | Acervo | Entrada 2014 | Saída 2014 | Saldo |
|---------------------------------|--------|--------------|------------|-------|
| Susp. de Lim. ou Ant. de Tutela | 25     | 169          | 182        | 12    |
| Agravo Regimental               | 117    | 109          | 132        | 94    |
| Agravo                          | 27     | 9            | 32         | 4     |
| Susp. de Execução de Sentença   | 4      | 7            | 10         | 1     |
| Embargos de Declaração          | 68     | 45           | 103        | 10    |
| Reclamação                      | 0      | 29           | 25         | 4     |

Fonte: Consultoria Jurídica





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 5.7 Estatística processual da Assessoria de Precatórios

A Assessoria de Precatórios (Asprec), cumprindo recomendações da Corregedoria Nacional de Justiça, passou a realizar análise processual de todos os precatórios em trâmite, com o fim de identificar o cumprimento da fase processual do art. 730 do CPC, o que implicou na confecção de pareceres jurídicos e decisões, além da realização de diligências juntos aos juízos de origem de diversos feitos, de modo a permitir que fossem auditadas as contas de atualização (2013):

Tabela 24 – Atividades realizadas em cumprimentos a Portaria nº 383/2013

| Ações  | Quantidade |
|--|------------|
| Análise em observância do rito do art. 730 do CPC  | 1.100      |
| Decisões sobre a regularidade da expedição dos precatórios   | 823        |
| Decisões determinando a expedição de ofício ao Juízo da Execução solicitando informações requeridas pelo Serviço de Cálculos         | 41         |
| Decisões determinando a expedição de ofício ao Juízo da Execução solicitando informações para o complemento dos autos de precatórios | 231        |
| Decisões determinando o cancelamento de precatórios  | 16         |

Fonte: Assessoria de Precatórios

Cumpridos os fins da Portaria nº 383/2013, a atividade de análise de precatórios se tornou uma rotina de trabalho aplicada a todos os precatórios novos ingressados na ASPREC, bem como àqueles já em tramitação que demandam nova análise, seja jurídica ou de cálculos, em virtude de novas peças encaminhadas aos autos ou incidentes processuais neles ocorridos.

Além dessa atividade, o setor, exercendo ordinariamente suas atribuições, expediu ofícios requisitórios conforme tabela abaixo:

Tabela 25 – Ofícios Requisitórios – 2013

| Ofício     | Estado | Município de Fortaleza | Interior | INSS | Total     |
|------------|--------|------------------------|----------|------|-----------|
| Precatório | 71     | 1                      | 13       | 3    | <b>88</b> |
| RPV        | 12     | 0                      | 0        | 3    | <b>15</b> |

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 26 – Ofícios Requisitórios – 2014

| Ofício     | Estado | Município de Fortaleza | Interior | INSS | Total     |
|------------|--------|------------------------|----------|------|-----------|
| Precatório | 32     | 19                     | 6        | 0    | <b>57</b> |
| RPV        | 10     | 0                      | 0        | 0    | <b>10</b> |

Fonte: Assessoria de Precatórios



## **6. MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **6.1 Virtualização dos precatórios**

Foi obtida a cessão, junto ao TJMS, do SAPRE (Sistema de Administração de Precatórios), cujo uso, aprovado em Resolução do Órgão Especial nº 13, de 18 de outubro de 2013, permite o eficaz envio, cadastro e controle de precatórios, bem como a inserção de todos os precatórios no sistema SAJ (Sistema de Automação da Justiça), tornando virtual a tramitação dos precatórios.

Como o SAPRE cuida apenas do gerenciamento financeiro do precatório e das contas especiais, a Presidência do TJCE determinou ainda, de modo a imprimir maior transparência e celeridade na tramitação do precatório, a adoção do sistema SAJ-SG para o processamento dos requisitórios. Para tanto, todos os processos físicos de precatórios e RPVs sofreram o processo de virtualização, trabalho que compreende a higienização, a digitalização, autuação, importação, indexação, assinatura, liberação das peças nos autos e distribuição de todos os feitos, ações desenvolvidas pela Assessoria de Precatórios em parceria com a Secretaria Judiciária, com a Assessoria Institucional e com a Secretaria de Tecnologia da Informação. O projeto, desenvolvido em 2013, está em continuidade no que pertine à digitalização e inserção no SAJ das peças rotineiramente protocoladas em meio físico pelos credores.

Após a virtualização, a consulta aos autos, até então apenas presencial, foi disponibilizada na *internet* para os advogados e partes por meio de senha eletrônica fornecida pela Assessoria de Precatórios.

Quanto à implantação do SAPRE, é necessário apontar que a funcionalidade "cadastro e envio de precatórios" está em plena utilização pelos juízos da execução (1º e 2º graus). Entretanto, a ferramenta de controle e atualização de cálculos de precatórios ainda está em fase de testes pela Setin/TJCE para posterior implantação.

### **6.2 Sistemas, portais e formulários**

No biênio 2013-2014, diversos sistemas, portais e formulários eletrônicos foram disponibilizados ou passaram por evoluções, sendo os mais relevantes apresentados da seguinte



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

forma: implantação de novos sistemas, evoluções em sistemas implantados, integrações entre sistemas, implantação ou melhoria de portais e disponibilização de formulários eletrônicos.

Tabela 27 - Implantação de novos sistemas

| Sigla        | Descrição   |
|--------------|---|
| SAJADM – SCL | Sistema de Compras e Licitações   |
| SAJADM – GRH | Sistema de Gestão de Recursos Humanos   |
| CADARM       | Sistema de Controle de Armas  |
| SIOGE        | Sistema de Ouvidoria  |
| SBJE         | Sistema de Busca de Juizados Especiais (permite, de forma ágil, a localização das unidades de JECC em uma determinada área)   |
| SIME         | Implantação do Sistema SIME para uso das Unidades Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e Central de Conciliação do 2º Grau  |
| PJE          | Processo Judicial Eletrônico (sistema desenvolvido pelo CNJ e implantado nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais dos JECC's)  |
| PEIS         | Portal de Envio de IRPF para Servidores   |
| VWACESSO     | Sistema de controle acesso às dependências das unidades que compõem o Poder Judiciário cearense   |
| SAPRE        | Sistema de Administração de Precatórios (cedido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, gerido pela Assessoria de Precatórios - permite o envio de ofícios requisitórios, gerados pelas ações de 1º e 2º graus, para a Assessoria de Precatórios) |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 28 - Evoluções em Sistemas Implantados

| Sigla | Descrição   |
|-------|---|
| SAJ   | Implantação do Processo Eletrônico na 1ª Turma Recursal Fazendária, utilizando o sistema SAJ-SG   |
|       | Integração dos sistemas SAJ-PG e SAJ-SG disponibilizando: <ul style="list-style-type: none"><li>• Envio de recursos da classe Apelação do SAJ-PG para o SAJ-SG;</li><li>• Devolução de recursos da classe Apelação do SAJ-SG para o SAJ-PG;</li><li>• Envio de ações com pedido de Diligência e Declínio de Competência do SAJ-SG para o SAJ-PG;</li><li>• Envio de recursos mais de uma vez do PG para o SG.</li></ul> |
|       | Disponibilização de um novo fluxo digital no SAJ-SG para contemplar atividades de arquivamento e desarquivamento de processos judiciais eletrônicos de segundo grau, pela Divisão de Arquivo e Departamentos da Sejud.  |
|       | Disponibilização de nova versão do SAJ-SG para acesso via internet.   |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Conclusão

| Sigla      | Descrição   |
|------------|---|
| SAJ        | Implantação do módulo de Voto Provisório, possibilitando a votação antecipada em julgamento de processos  |
| PJe        | Evolução do PJe para a versão 1.6.5.18 que incluiu correções de erros e implantação de novas funcionalidades relacionadas a movimentação e localização de processos, elaboração de expediente, assinatura em lote e destaque em processos sigilosos |
| SCON       | Atualização estrutural do sistema de publicação de conteúdos (SCON)   |
| SAJADM     | Implantação do Módulo de Gestão de Convênios  |
| SIGNO      | Inclusão do módulo de boletins de notícias  |
| DESEMPENHO | Evolução do Sistema de Ascensão Funcional para adequação às ascensões do exercício atual  |
| SAPRE      | Adequação do sistema obtido do TJMS à realidade do TJCE e importação de dados dos credores dos precatórios do SAJ   |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 29 - Integrações entre Sistemas

| Descrição   |
|---|
| Integração do Sistema Financeiro (SAJADM) com serviços (WebServices) disponibilizados pela SEFAZ      |
| Integração entre os sistemas SPROC (TJCE) e Arquimedes (PGJ)  |
| Integração entre o sistema SAJ (TJCE) e sistema da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza (PGM) |
| Integração entre os sistemas SAJ e SAPRE para importação dos dados dos Credores                       |

Fonte: Secretaria de tecnologia da Informação

Tabela 30 - Implantação/Melhoria de Portais.

| Descrição   |
|---|
| Novo Portal da Internet do Poder Judiciário   |
| Novo Portal de Licitações do TJCE   |
| Portal da Central do Conhecimento   |
| Portal da Sala de Situação (disponível inclusive para <i>tablets</i> e <i>smartphones</i> ) |
| Portal de Autoridades para a Assistência Militar  |
| Portal do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação (NUPEMEC)                             |
| Portal do Planejamento Estratégico 2015 – 2020.   |
| Portal da Coordenadoria da Infância e Juventude   |
| Portal da Secretaria de Administração (Secad)   |
| Portal do Coordenaria da Infância e da Juventude (CIJ)                                      |
| Reformulação do Portal de Precatórios   |
| Reformulação do Portal da ESMEC   |
| Reformulação do Portal da Transparência   |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 31 - Disponibilização de Formulários Eletrônicos

| Formulários Eletrônicos  |
|--|
| Formulário para inscrição nos cursos ofertados pelo TJCE                               |
| Formulário para cadastramento de peritos, intérpretes e tradutores através da Internet |
| Formulário para cadastro de currículo dos novos concursados                            |
| Formulário para pesquisa de clima organizacional                                       |
| Formulário para inscrição da Creche Escola do TJCE                                     |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

### 6.3 Infraestrutura de tecnologia da informação

Objetivando o aprimoramento da infraestrutura de tecnologia da informação do Poder Judiciário cearense, diversas ações foram realizadas entre 2013 e 2014, entre as quais se destacam:

Tabela 32 - Ações em Infraestrutura

| Infraestrutura         | Descrição  |
|------------------------|--|
| Infraestrutura de Rede | Duplicação da velocidade de transmissão de dados nas comarcas de entrância final do interior do estado e nas comarcas de Crato e Barbalha  |
|                        | Configuração e disponibilização de rede WiFi nas comarcas de Crato e Barbalha, no Tribunal do Povo e na Assessoria de Precatórios do TJCE  |
| Equipamentos           | Distribuição de 221 <i>notebooks</i> aos Magistrados do Poder Judiciário   |
|                        | Instalação de 1.000 <i>no breaks</i> para garantir fornecimento de energia à rede de dados do Poder Judiciário e para os computadores das comarcas do interior do estado                                   |
|                        | Distribuição e instalação de 2.148 microcomputadores, sendo 1.148 doados pelo CNJ para unidades judiciárias do Fórum FCB, Sobral, Tauá, Iguatu, Juazeiro, Quixeramobim e Região Metropolitana de Fortaleza |
| Certificação Digital   | Emissão de 1.345 Certificados Digitais para Magistrados e Servidores   |
| Atendimento            | Implantação de nova ferramenta de gestão de central de serviços de TI, proporcionando maior transparência no acompanhamento online dos chamados  |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 6.4 Projetos conduzidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação

Durante o biênio 2013-2014, a Secretaria de Tecnologia da Informação concluiu 17 projetos alinhados ao Planejamento Estratégico de tecnologia da informação e comunicação e chega ao quarto trimestre de 2014 com outros 14 projetos ativos no seu portfólio, sendo que, destes, 12 se encontram com mais de 50% de execução, conforme apresentado nas tabelas a seguir.

Entre os benefícios alcançados com os projetos, destacam-se: a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em 10% das unidades do Poder Judiciário cearense (conforme determinação do CNJ), que visa à unificação dos sistemas processuais eletrônicos; a otimização do trabalho de servidores de outras áreas; a centralização das informações pessoais, através da substituição de sistemas obsoletos por soluções integradas para controle de recursos humanos; e a melhoria do monitoramento de recursos de infraestrutura de TI.

Tabela 33 - Projetos Finalizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação

| Nome  | Objetivos / Entregas  | Unidades envolvidas  |
|---|---|--|
| Implantação do Pje                          | Implantação do sistema PJe nos juizados especiais da capital e nas turmas recursais   | a) Sejud<br>b) Comissão de Informática<br>c) Coordenação dos JECCs |
| Expansão do Pje                             | Implantação do sistema PJe em todos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Ceará (interior)  | a) Setin<br>b) FCB   |
| Sistema de Gestão de Recursos Humanos – GRH | Implantação de sistema para gestão de recursos humanos  | a) Setin<br>b) SGP   |
| Sistema de Compras e Licitações - SCL       | Implantação de sistema para o acompanhamento automatizado dos processos de solicitação de aquisição, lançamento de edital, licitação e compra de produtos e serviços  | a) Setin<br>b) Comissão Permanente de Licitação<br>c) Secad        |
| Ferramenta de busca a Juizados Especiais    | Desenvolvimento de uma ferramenta de busca a Juizados Especiais a ser incorporada ao site do Poder Judiciário cearense  | a) Setin<br>b) FCB   |
| Cálculos Judiciais                          | Implantação de funcionalidades de cálculos de atualização monetária de 1º e 2º grau e treinamento de usuários do setor de contabilidade e setor de cálculos nas novas funcionalidades de cálculos judiciais | a) Setin<br>b) Sejud<br>c) FCB                                     |

Continua





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| Nome  | Objetivos / Entregas   | Unidades envolvidas   |
|---|--|---|
| Virtualização de Precatórios                            | Adequação tecnológica do módulo de cadastro do sistema SAPRE para o ambiente tecnológico do Poder Judiciário cearense          | a) Assessoria de Precatórios<br>c) Diretoria do FCB<br>d) Sejud |
| AR Digital - 1º Grau                                    | Implantação de solução de envio de AR de forma eletrônica e integrada ao sistema dos Correios                                  | a) Setin<br>b) Fórum Clóvis Beviláqua                           |
| Notebooks para o Judiciário Cearense                    | Fornecimento de equipamento móvel ( <i>notebooks</i> ) para o Judiciário cearense  | a) Setin<br>b) Secad  |
| <i>No breaks</i> para Infraestrutura do TJCE            | Aquisição de <i>no breaks</i> para infraestrutura de comunicação e servidores – interior e capital                             | a) Setin<br>b) Secad  |
| NOC   | Contratação de serviço de monitoramento da infraestrutura de TI através de modernas ferramentas de controle                    | Setin   |
| Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI      | Contratação de serviços de consultoria para amadurecimento da gestão em Segurança da Tecnologia da Informação                  | Setin   |
| Plano de Continuidade / Contingência                    | Contratação de serviços de consultoria técnica para elaboração de Plano de Contingência de Tecnologia da Informação            | Setin   |
| Aquisição de Software de Backup                         | Ampliar a capacidade do TJCE na realização de <i>backup e restore</i>  | Setin   |
| Licenças para estações de trabalho e servidores de rede | Aquisição de licenças para estações de trabalho e servidores de rede para modernização do parque computacional do TJCE         | a) Setin<br>b) Todas as unidades do Poder Judiciário Cearense   |
| Extensão da Garantia dos Servidores DELL                | Extensão da garantia dos equipamentos de processamento de dados (servidores DELL) pertencentes ao Tribunal de Justiça do Ceará | Setin   |
| Ferramenta Anti-Spam                                    | Contratação de ferramenta de proteção para serviço de correio eletrônico do TJCE   | Setin   |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 34 - Projetos em Andamento pela Secretaria de Tecnologia da Informação

| Nome                       | Objetivos / Entregas  | Unidades Envolvidas                                      | Progresso | Fase       |
|----------------------------|---|--|-----------|------------|
| Selo Extrajudicial Digital | Desenvolvimento e implantação de solução para utilização do Selo Extrajudicial Digital. | a) Sefin<br>b) Corregedoria Geral de Justiça<br>c) Setin | 98%       | Realização |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| Nome  | Objetivos / Entregas   | Unidades Envolvidas  | Progresso | Fase       |
|---|--|--|-----------|------------|
| Unificação do Sistema de Ponto  | Fornecimento de equipamentos para solução de controle de registro de ponto biométrico às unidades jurisdicionais.  | a) Setin<br>b) SGP   | 94%       | Realização |
| Solução de Gerenciamento de Service Desk                                      | Aquisição de software para Gerenciamento de Service Desk com base nas melhores práticas do ITIL.   | a) Setin   | 93%       | Realização |
| Serviço de Impressão  | Contratação de serviços de impressão e digitalização de documentos.  | a) Setin<br>b) Todas as unidades do Poder Judiciário Cearense              | 90%       | Realização |
| Renovação de Licenças - AIX   | Renovação do sistema operacional do servidor de banco de dados (AIX).  | a) Setin   | 81%       | Realização |
| Modernização dos Portais TJCE   | Implantação dos novos Portais Intranet e Internet do TJCE.   | a) Seplag  | 34%       | Realização |
| Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados - Oficiais de Justiça | Integração do módulo de controle de mandados judiciais ao sistema SAJ-SG, no âmbito do 2º grau, possibilitando a expedição, distribuição, acompanhamento e cumprimento dos mandados judiciais através deste sistema  | a) Setin<br>b) Sejud   | 72%       | Realização |
| Implantação de Ferramenta de Informações Gerenciais                           | Aquisição da Ferramenta de Visualização de Informações Gerenciais  | a) Setin<br>b) Seplag<br>c) Sejud  | 72%       | Realização |
| Construção do sistema acadêmico da ESMEC                                      | Construção do sistema SESMEC para apoio à Escola Superior da Magistratura  | a) Setin<br>b) Esmec   | 70%       | Realização |
| Solução de Serviços de Service Desk   | Contratação de serviços de atendimento e suporte em Tecnologia da Informação para o Poder Judiciário cearense  | a) Setin   | 65%       | Realização |
| INTEGRAJUS  | Projeto para integração das informações criminais entre TJCE, SSPDS e Sejus  | a) Fórum Clóvis Beviláqua<br>b) Sejud<br>c) Sejus e SSPDS                  | 60%       | Realização |
| Implantação do SAJ em Maracanaú   | Implantação do Sistema SAJ para controlar os processos que tramitam em papel, em substituição ao sistema SPROC, e as novas ações de forma eletrônica na comarca de Maracanaú, excetuando a unidade dos juizados especiais desta Comarca.<br>Implantação do módulo de controle da Central de Mandados do sistema SAJ na comarca de Maracanaú. | a) Fórum Clóvis Beviláqua<br>b) Fórum de Maracanaú<br>c) Setin<br>d) Sejud | 54%       | Realização |

Continuação



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| Nome  | Objetivos / Entregas  | Unidades Envolvidas   | Progresso | Fase       |
|---|---|---|-----------|------------|
| Sala de Audiência - Gravação, Áudio e Vídeo | Aquisição de equipamentos que permitam a gravação de áudio e vídeo das salas de audiência               | a) Fórum Clóvis Beviláqua<br>b) Comissão de Licitação<br>c) Secad | 50%       | Realização |
| Renovação das Estações de Trabalho          | Aquisição de 3.019 microcomputadores para renovação do parque tecnológico do Poder Judiciário cearense. | a) Setin<br>b) Todas as unidades do Poder Judiciário Cearense     | 3%        | Concepção  |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

### 6.5 Projetos conduzidos pelo Departamento de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua

#### 6.5.1 Projeto de digitalização de processos

Foram criados cinco núcleos de digitalização, compostos de infraestrutura tecnológica para digitalização, bem como de equipe especializada para realizar todas as etapas necessárias à digitalização. A execução da conversão dos processos físicos em digitais atendeu todas as secretarias cíveis, tendo sido digitalizados 77.000 processos, totalizando aproximadamente 75% do acervo em tramitação nas varas cíveis.

#### 6.5.2 Projeto de migração de dados processuais

Criado com o objetivo de realizar a migração dos dados processuais dos sistemas legados para o Sistema SAJ, buscando a unificação da base de dados. Foram submetidos à migração, em sua totalidade, os processos das seguintes unidades da Comarca de Fortaleza: Varas Cíveis, Varas Criminais, Vara da Auditoria Militar, 2<sup>a</sup> Vara de Sucessões, Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Varas da Infância e da Juventude, além da migração por demanda de processos redistribuídos no SProc, oriundos do interior, para as diversas unidades virtualizadas, totalizando 809.344 processos migrados.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 6.5.3 *Implantação da governança de TI através da metodologia Cobit*

Implantado no Departamento de Informática a governança em Tecnologia da Informação baseada na metodologia do Cobit.

### 6.5.4 *Implantação do processo de execução criminal – PEC para as varas criminais*

Implantado no sistema SAJ-PG de procedimento para cadastramento do Processo Executório Criminal - PEC de forma digital.

### 6.5.5 *Projeto de implantação do AR digital*

Tem como objetivo permitir que as correspondências referentes à emissão de Carta de Citação possam ser automática e digitalmente enviadas aos Correios. A implantação da funcionalidade foi concluída em novembro de 2014.

### 6.5.6 *Implantação do cadastro nacional de advogados no portal e-SAJ*

Implantado com o objetivo de permitir que advogados de outros Estados possam se habilitar no peticionamento eletrônico do Portal e-SAJ sem a necessidade de se deslocarem ao Estado do Ceará.



## **7. OTIMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS**

### **7.1 Padronização e normatização para instituição dos trabalhos em grupo**

No campo da padronização organizacional, foi elaborada pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão proposta contendo os parâmetros para criação, denominação e remuneração dos grupos de trabalho do TJCE, com o objetivo de disciplinar e padronizar a instituição e o funcionamento dos referidos grupos. Após minucioso estudo técnico, a proposta foi finalizada e encaminhada à Secretaria de Gestão de Pessoas.

Convém salientar que o estudo contemplou a catalogação e atualização de todos os grupos de trabalho existentes no TJCE.

### **7.2 Sistema de Padronização Organizacional (SPO)**

Visando à instituição de normas para elaboração, identificação e controle de documentos no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foi desenvolvido pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão o Sistema de Padronização Organizacional – SPO (Portaria nº 1.464/2013), com a elaboração, a padronização e a disponibilização de modelos de documentos administrativos, que foram divididos em dois Módulos, a saber:

- i. Sistema de Atos Normativos, com modelos de Ata de Sessão, Ata de Reunião, Certidão, Declaração, Edital, Informação, Memorando, Nota Técnica, Ofício, Parecer, Portaria, Provimento, Requerimento, Resolução, Termo de Referência e Projeto Básico;
- ii. Sistema Normativo Administrativo, com modelos de Formulário e Manual.

### **7.3 Estudo organizacional do Gabinete da Presidência**

Com intuito de otimizar os processos de trabalho do Gabinete da Presidência do TJCE, foi realizada por parte da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão a análise de seus processos de negócio, que resultou na otimização e formalização de suas rotinas, com a elaboração dos seguintes produtos:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. Diagnóstico Organizacional;
- ii. Manual de Atribuições;
- iii. Manual de Orientações ao Atendimento;
- iv. Manual de Orientações ao Protocolo;
- v. atualização do organograma do Gabinete da Presidência.

### **7.4 Padronização dos procedimentos de emissão e recebimento de atestados de capacidade técnica (Meta 17/2013 do CNJ)**

Em atendimento à meta 17 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, que tem por objetivo desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos, foi realizada a padronização dos procedimentos para emissão e recebimento de atestados técnicos, com a elaboração de “Modelo padrão para emissão de Atestados de Capacidade Técnica”.

### **7.5 Elaboração de metodologia para diagnóstico organizacional**

Foi elaborada pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão metodologia para realização de Diagnósticos Organizacionais, contendo orientações para o desenvolvimento de trabalhos desta natureza, além da criação do “Roteiro de Elaboração de Diagnóstico Organizacional”.

### **7.6 Normatização e manualização dos serviços do Núcleo de Terceirização**

Em atendimento à recomendação da Auditoria Interna do TJCE, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão mapeou os processos de trabalho do Núcleo de Terceirização e normatizou seus processos e procedimentos internos, além de elaborar o “Manual de Terceirização”, documento disponibilizado para os gestores e servidores do TJCE na Central do Conhecimento.

### **7.7 Elaboração de metodologia de gestão por processos**

Com intuito de disseminar e implantar a cultura de gestão por processo, além de



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

padronizar as iniciativas desta natureza, foi elaborada pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão a “Metodologia de Gestão por Processos” que estabelece padrões, processos e atividades, papéis e responsabilidades, ferramentas e técnicas, bem como modelos de documentos para a realização da Gestão por Processos, contemplando:

- i. Desdobramento da Estratégia em Processos;
- ii. Execução de Projetos de Transformação;
- iii. Gestão do Dia-a-Dia;
- iv. Modelagem de Processos.

### 7.8 Redesenho de processos

Foram realizados, pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, projetos com vistas a definir fluxos de trabalho de processo, incluindo análise e padronização de atividades e formulários, bem como sua manualização e sua normatização. Como produto, foi elaborado um conjunto de documentos e de normativos fundamentais à regulamentação dos seguintes processos:

- i. aquisições: bens de consumo e permanentes; soluções de TI; serviços de engenharia e de consultoria;
- ii. diárias;
- iii. digitalização e importação de processos judiciais;
- iv. protocolo e cadastro de petições;
- v. auto de prisão em flagrante;
- vi. inquérito policial.

Cabe ressaltar que os Manuais de Aquisições e de Diárias (dentro e fora do Estado) estão disponibilizados para os gestores e servidores do TJCE na Central do Conhecimento.

### 7.9 Estudos para reestruturação de unidades

Em atendimento às demandas de criação de unidades judiciárias e de elevações de comarcas, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão realizou estudos com a elaboração de pareceres envolvendo:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. elevação das Comarcas de:
  - a) Crato;
  - b) Iguatu;
  - c) Juazeiro do Norte;
  - d) Maracanaú;
  - e) Sobral;
  - f) Itaitinga;
  - g) Jaguaribe.
- ii. implantação de vara especializada de Infância e Juventude na Comarca de Juazeiro do Norte;
- iii. criação de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- iv. alteração dos artigos 77 e 79 do Código de Organização Judiciária.

### **7.10 Racionalização, mapeamento e manualização de procedimentos e rotinas de trabalho alusivos à tramitação processual no 2º Grau**

O projeto tem como objetivos, dentre outros, analisar, racionalizar e padronizar as rotinas, de maneira a identificar problemas (gargalos/sobreposição) de atividades, o tempo de execução em cada atividade e a possibilidades de delegação, evitando retrabalhos, bem como produzir documentação contendo o mapeamento do fluxo do andamento processual e o Manual de Normas e Procedimentos Internos. Atualmente, o projeto encontra-se em fase de execução, sob coordenação da Secretaria Judiciária.

### **7.11 Manualização dos procedimentos de auditoria**

O Manual de Procedimentos de Auditoria foi editado em janeiro de 2013, objetivando a definição de procedimentos e padrões de auditoria, a uniformização de papéis de trabalho e o fornecimento de diretrizes gerais para planejamento, execução e monitoramento dos trabalhos de auditoria, possibilitando à unidade de Auditoria Administrativa de Controle Interno cumprir suas atividades sob as normas técnicas de auditoria e observância aos princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Em maio de 2014, o manual foi atualizado com o objetivo de adequar às normas previstas na Resolução nº 171, de 1º de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça, bem como atualização acerca da previsão da Constituição Estadual quanto ao Controle Interno da Administração Pública Estadual, consoante Emenda Constitucional Estadual nº 75, de 20 de dezembro de 2012.

Com a disponibilização desta ferramenta técnica, necessária para maior controle e confiabilidade no planejamento e na execução das atividades fiscalizatórias, pretende-se contribuir para dar maior qualidade aos trabalhos de auditoria, de sorte a favorecer o fortalecimento dos controles internos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

### 7.12 Manualização e otimização de precatórios

Foi disponibilizado no sítio eletrônico do TJCE, além da normatização reguladora da matéria relacionada aos precatório e às RPV, o Manual de utilização do Sistema de Administração de Precatórios – SAPRE, para consulta de todos os interessados. Cuidou-se, também, de encaminhar o referido material a todas as unidades jurisdicionais.

Demais disso, encontra-se em desenvolvimento o Manual de Precatórios do TJCE, onde deverão estar disciplinadas todas as rotinas de trabalho inerentes ao precatório, desde a sua expedição até o efetivo pagamento, projeto este que deverá ser concluído até dezembro de 2014.

Buscando, ainda, otimizar o pagamento dos precatórios, a Asprec adotou, em 2014, a rotina do provisionamento dos valores de precatórios cujo pagamento já seria possível em razão da posição na lista cronológica (caso de o precatório ocupar a primeira colocação) e da existência de recursos para tanto, mas que não pode ser realizado por ainda carecer o precatório de providências que competem aos interessados (habilitação dos herdeiros de credores falecidos e partilha na forma da lei sucessória, ausência e localização do credor e seus dados bancários, por exemplo). O objetivo dessa ação consiste em permitir o regular e legal pagamento do precatório seguinte àquele já garantido pela reserva.

Atendendo recomendação da Corregedoria Nacional de Justiça, foi alterado o artigo 25 da Resolução nº 10/2011 do Órgão Especial do TJCE para permitir que o pagamento dos



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

precatórios fosse realizado diretamente à conta pessoal indicada pelos credores, dispensando, assim, a confecção e entrega de alvarás.

A rotina relacionada aos pedidos de prioridade também foi otimizada com a edição da Resolução nº 13/2013 do Órgão Especial do TJCE, permitindo que os pedidos fossem apresentados em processos incidentes aos respectivos precatórios, o que facilitou a identificação dos pedidos e acelerou a análise e pagamento preferencial previsto no § 2º do artigo 100, da CF/88.

Também consistiu em ação voltada à otimização dos precatórios, planejada em 2013 e implantada em 2014, a realização de reuniões com os gestores públicos de municípios devedores de precatórios inseridos no regime especial de pagamento, na modalidade anual, objetivando garantir o pagamento da dívida de precatórios no ano de 2014 por meio de retenção mensal do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Colheu-se, como resultado dessa ação, a autorização de 20 municípios para o referido bloqueio.

### 7.13 Automação de processos de trabalho da TI

Foi instituído, na Secretaria de Tecnologia da Informação, grupo de automação de processos de trabalho, constituído de servidores da própria secretaria, atuando de forma autodidata, que culminou na construção de 12 processos automatizados, com 31 versões desenvolvidas e implantadas. Na tabela a seguir estão relacionados os referidos processos e as respectivas áreas demandantes.

Tabela 35 - Processos Automatizados

| Demandante             | Processo                        | Descrição  |
|------------------------|---------------------------------|--|
| Fórum Clóvis Beviláqua | Cumprir Alvará de Soltura       | Auxilia na gestão operacional da localização (por parte da CIAAC) de presos que tiveram um alvará de soltura expedido                                      |
|                        | Requisitar Preso para Audiência | Auxilia na gestão operacional da localização (por parte da CIAAC) de presos que devem comparecer a audiências  |
| Seplag (TJCE)          | Planejar Projeto                | Orquestra as atividades de elaboração de artefatos das fases iniciais de projetos, de acordo com a metodologia do ECP (Escritório Corporativo de Projetos) |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| Demandante            | Processo   | Descrição  |
|-----------------------|--|--|
| TJCE (diversas áreas) | Conceder de Permissão ao Repositório de Arquivos | Gerencia as solicitações de concessão de permissão a repositórios de arquivos (armazenados na tecnologia SVN)  |
|                       | Criar Repositório                                | Auxilia na gerência de solicitações de criação de repositórios (na tecnologia SVN)   |
|                       | Incluir Usuário em Processo                      | Auxilia a criação de usuário na ferramenta de automatização de processos utilizada no TJCE (Bonita XP)   |
| Setin (TJCE)          | Acompanhar Projetos                              | Orquestra as tarefas do ciclo de vida de um projeto da Setin, estando alinhado com a metodologia do ECP e do escritório de projetos da Setin                 |
|                       | Automatizar Processo                             | Define as atividades necessárias para se atender pedidos de automação de processos, advindos de qualquer unidade judiciária do TJCE e priorizados pela Setin |
| Setin (TJCE)          | Processo de Desenvolvimento de Software (PDS)    | Orquestra o trabalho realizado para a criação de um novo software  |
|                       | Desenvolver Versão de Sistema                    | Subprocesso do PDS, relacionado ao desenvolvimento de uma versão de sistema  |
|                       | Criar Projeto no <i>Redmine</i>                  | Auxilia no atendimento a solicitações de criação de projetos na ferramenta interna de gestão de tarefas da Setin ( <i>Redmine</i> )                          |
|                       | Solicitação de Publicação de Conteúdo            | Gerencia as publicações (no site da Intranet e Internet) solicitadas por diversos usuários do TJCE   |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

### 7.14 Oficinas de modelagem e simplificação de processos

Foram realizadas no Fórum Clóvis Beviláqua quatro oficinas de modelagem e simplificação de processos, permitindo a análise e melhoria de processos dos seguintes departamentos do Fórum: Departamento de Apoio aos Serviços Judiciais, Departamento de Informática, Departamento de Administração e Departamento de Patrimônio.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 7.15 Elaboração de procedimento gerenciais e instruções de trabalho

Após as oficinas de Modelagem e Simplificação de Processos, foram descritos os principais procedimento gerenciais (PGs) e as principais instruções de trabalho (ITs). Atualmente, existem 80 procedimentos gerenciais descritos, os quais estão disponíveis na *intranet* do Fórum Clóvis Beviláqua.

### 7.16 Implantação da Secretaria Única das Varas da Fazenda Pública

A Secretaria Única da Fazenda Pública encontra-se instalada sob a forma de projeto piloto, conforme termos da Portaria nº 03/2014. Em decorrência desse caráter experimental, foi implantada sob a forma de comissão temporária (composta por um coordenador, dois supervisores e até 35 servidores. Mensalmente, é realizado um levantamento estatístico do desempenho das atividades, tanto da Secretaria Única, como dos Gabinetes. No cômputo geral, considerando o período de funcionamento da Secretaria Única (de janeiro a outubro de 2014), em comparação com o mesmo período do exercício anterior, tem-se um incremento significativo conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 36- Resultados da Secretária Única

| Atos/Expedientes                                | jan-out/2013 | jan-out/2014 | Incremento (%) |
|---|--------------|--------------|----------------|
| Expedição de mandados, cartas, ofícios, alvarás | 10.607       | 15.668       | 47,71%         |
| Encaminhamento/Publicação no DJ                 | 35.141       | 38.887       | 10,66%         |
| Devolução de carta precatória                   | 846          | 1.690        | 99,76%         |
| Despachos                                       | 25.837       | 36.436       | 41,02%         |
| Decisões  | 7.413        | 11.265       | 51,96%         |
| Sentenças                                       | 6.525        | 6.691        | 2,54%          |
| Movimentações                                   | 119.026      | 160.465      | 34,82%         |

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

### 7.17 Melhorias procedimentais nas unidades do Fórum Clóvis Beviláqua

#### 7.17.1 Seção de Certidões

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito da Seção de Certidões:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. aplicação da Resolução do CNJ nº 121/2010 para a expedição de certidões de antecedentes criminais;
- ii. atualização do Manual de Procedimentos para Expedição de Certidões de Antecedentes Criminais;
- iii. implantação do Malote Digital; 4) implantação de Pesquisa de Satisfação;
- iv. envio para trituração e doação dos documentos não retirados pelos interessados em tempo hábil como parte das ações de responsabilidade ambiental;
- v. emissão das certidões em frente e verso, conforme determina a Portaria nº 863/2006, o que resultou numa economia de cerca de 30% no consumo de papel.

### 7.17.2 Protocolo e Distribuição

Foram realizadas as seguintes melhorias nos setores de protocolo e distribuição:

- i. contratação de novos funcionários;
- ii. diminuição do tempo de entrega de petições;
- iii. otimização da remessa de processos e petições às varas;
- iv. adequação da divisão dos Serviços de Distribuição Cível e Penal, com a finalidade de melhor organizar e otimizar as atividades correlatas de cada Serviço, proporcionando celeridade ao serviço prestado;
- v. implantação do Projeto CAF – Compartilhar, Alinhar e Finalizar;
- vi. instalação de Núcleo de Digitalização;
- vii. mudança no recebimento e na remessa das petições protocolizadas para encaminhamento ao Malote, que agora são devidamente conferidas;
- viii. criação de um balcão de atendimento prévio com o objetivo de fazer triagens;
- ix. os documentos advindos do Malote Digital passaram a ser impressos em PDF para evitar a impressão em papel;
- x. integração SAJ-PG/SAJ-SG.

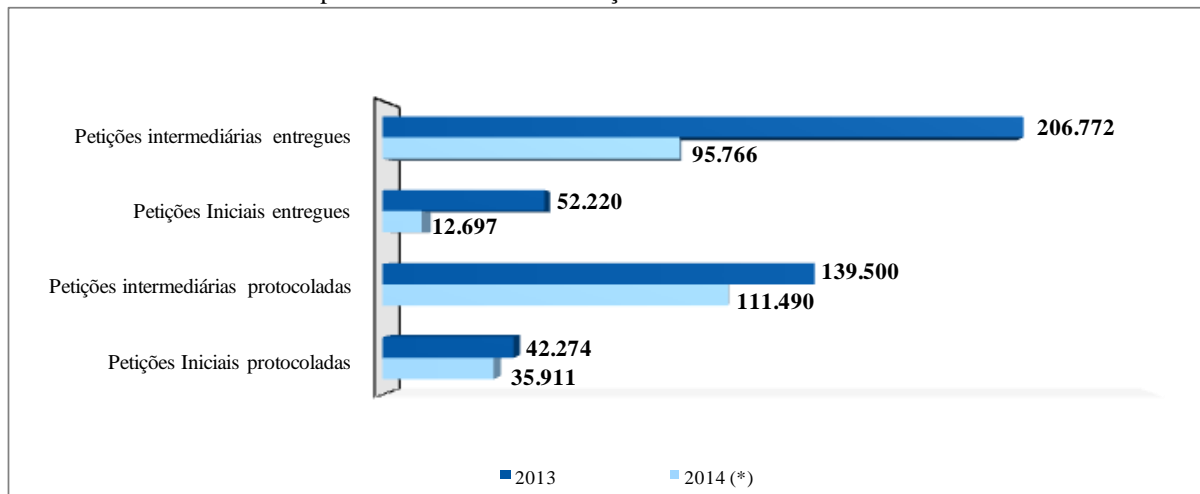
Como resultado das ações obteve-se a remessa de processos para as varas com mais eficiência e eficácia: o mesmo número de processo que era remetido em um mês passou a ser remetido em menos de dois dias.



## **Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça**

As tabelas a seguir detalham os resultados obtidos no âmbito do Serviço de Protocolo e do Serviço de Distribuição:

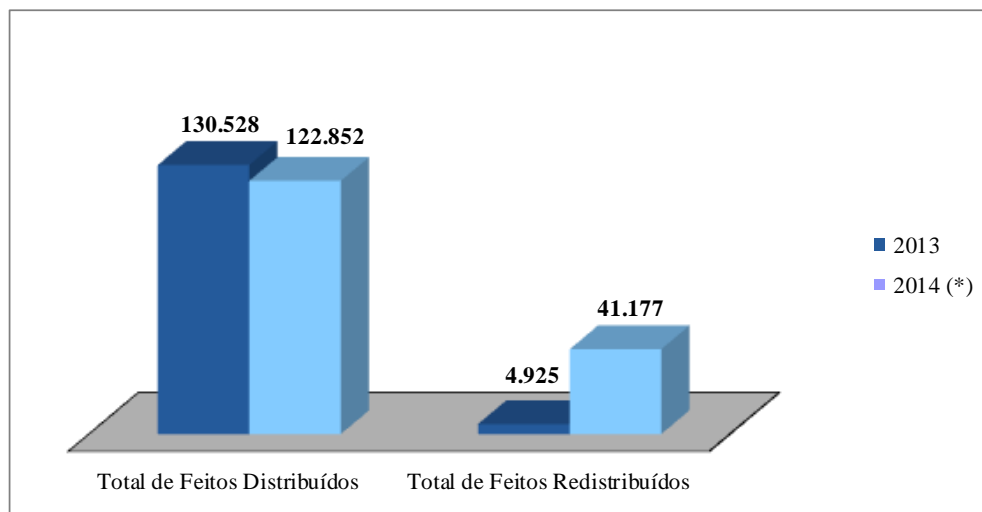
Gráfico 10 - Resultado do Departamento Judicial - Serviço de Protocolo



\*Dados atualizados até setembro/2014

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Gráfico 11 – Resultados do Departamento Judicial - Serviço de Distribuição



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

\* Dados atualizados até setembro/2014

### 7.17.3 Núcleo de Apoio à Jurisdição

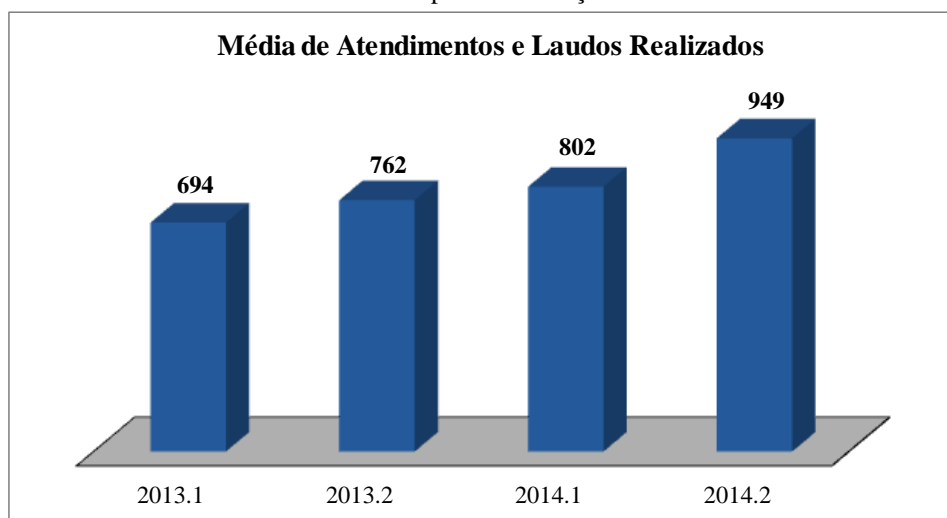
Foram realizados os seguintes projetos no âmbito do Núcleo de Apoio à Jurisdição (NAJ):



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. Escuta de Crianças e Adolescentes em Processo de Guarda: em defesa do melhor interesse da criança;
- ii. Capacitação Continuada em Temas Relacionados à Psicologia, ao Serviço Social e ao Direito de Família;
- iii. Construção dos Fluxogramas, Procedimentos Gerenciais e Rotinas de Trabalho;
- iv. Proposta de criação do NUVEP - Núcleo das Varas de Execução Penal, para a reinserção laborativa e social dos apenados em regime de livramento condicional;
- v. Interação entre o NAJ e as Varas de Família, para promover a interdisciplinariedade entre essas unidades.

Gráfico 12 – Resultado do Núcleo de Apoio à Jurisdição



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

### 7.17.4 Depósito Público

Foi realizada a destinação de bens inservíveis, conforme a Portaria nº 1.635/2014, cujo quantitativo gerou cerca de: 1.300 sucatas de bicicletas e ciclomotores; 300 monitores danificados; 6.000 artigos de couro, como bolsas, carteiras, cintos etc, completamente deteriorados; 100 cadeiras e mesas de plástico quebradas; e 31 carcaças de veículos sem vinculação processual, os quais foram destinados à reciclagem ou doados a instituições de utilidade pública, mediante lavratura de Termo.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 7.17.5 Departamento de Recursos Humanos

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito do Departamento de Recursos Humanos:

- i. parceria com o Instituto Euvaldo Lodi para a contratação de estagiários;
- ii. implantação do novo Sistema de Gerenciamento de Postagens.

### 7.17.6 Serviço de Partilhas e Leilões

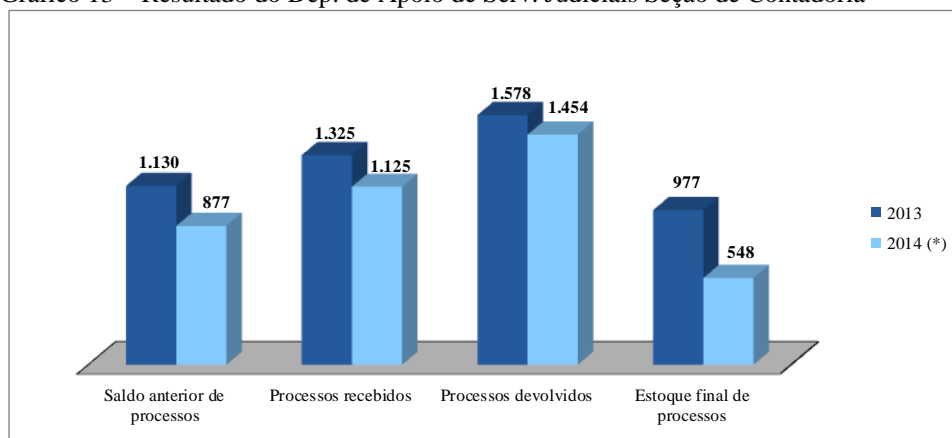
Foi efetivada a inclusão desse setor no fluxo do SAJ-PG, permitindo o encaminhamento de autos virtuais para a realização de partilhas determinadas pelas autoridades judiciais.

### 7.17.7 Seção da Contadoria

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito do Seção de Contadoria:

- i. implantação do Módulo de Cálculos Judiciais no Sistema SAJ, o qual se encontra em fase de testes;
- ii. criação do indicador Taxa de Congestionamento dos processos da Contadoria, que apresentou excelente progresso tendo reduzido de 55,39%, em 2012, para 34,28% em outubro de 2014, o que representou uma queda de 1.153 processos, em janeiro de 2013, para 525 processos atualmente.

Gráfico 13 – Resultado do Dep. de Apoio de Serv. Judiciais Seção de Contadoria



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

\* Dados atualizados até outubro/2014





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 7.17.8 Arquivo

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito da Seção de Arquivo:

- i. substituição de caixas e etiquetas de todo o acervo das Varas de Família, Júri e Falência (estimados em cerca 20 mil caixas). Em 2014, o trabalho foi estendido às outras especialidades, o que importou na troca de mais de 120 mil caixas e etiquetas;
- ii. padronização das atividades de arquivamento e desarquivamento de processos, por meio do Ofício Circular nº 82/2013 – DIR;
- iii. descarte de peças exordiais, autorizado pela Resolução nº 11/2010, e regulamentada pelo Provimento nº 18/2011. Já foram publicados 07 Editais de Ciência, relacionando 9.000 petições para descarte, das quais 5.057 petições iniciais foram descartadas (resultando num total de 833kg de papel), recolhidas e trituradas pela Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia;
- iv. criação do Serviço Interno de Digitalização de autos físicos arquivados para atender aos pedidos de desarquivamento.

### 7.17.9 Telejustiça

Melhoria da qualidade do atendimento por meio do desenvolvimento de ações voltadas

a:

- i. capacitação e reciclagem em atendimento, resiliência e competências profissionais;
- ii. avaliações diárias do atendimento com a coleta de reclamações e sugestões dos usuários;
- iii. gerenciamento semanal das avaliações dos usuários;
- iv. criação e monitoramento dos indicadores setoriais;
- v. elaboração dos procedimentos gerenciais de atendimento e da alimentação das bases locais;
- vi. migração das bases locais para os servidores de produção do TJCE;
- vii. campanha de conscientização sobre a responsabilidade ambiental;
- viii. realização de reuniões semanais.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 7.17.10 Central Integrada de Apoio à Área Criminal

Foram realizadas as seguintes melhorias no âmbito da Central Integrada de Apoio à Área Criminal:

- i. fortalecimento das ações de integração dos sistemas do Judiciário e dos órgãos de segurança pública para agilizar a troca de informações;
- ii. implantação do fluxo automatizado do Alvará de Soltura;
- iii. implantação do fluxo automatizado do Ofício Requisitório de réu preso.

### 7.17.11 Gestão de Patrimônio, Bens e Serviços

Foram implementadas as seguintes ações:

- i. desenvolvimento de projeto para controle de solicitações de serviços que geram ordens de serviço (desenvolvido com a linguagem *Basic* do *Excel*);
- ii. realização de visitas periódicas nas diversas Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (no total de 24) e realização dos serviços de manutenção necessários;
- iii. acompanhamento de contratos de serviços e fornecimento de bens de consumo pertinentes ao Fórum Clóvis Beviláqua;
- iv. acompanhamento de solicitações de serviços e materiais via CPA;
- v. elaboração mensal de relatórios e gráficos para acompanhamento dos itens movimentados pelo Almoxarifado;
- vi. maior controle do consumo de papel e copos descartáveis;
- vii. otimização no atendimento de requisições de materiais, gerando maior rapidez;
- viii. aperfeiçoamento da condução de veículos, prevenção de acidentes e o consumo consciente de combustíveis, através de cursos específicos;
- ix. início da implantação do sistema de veículos “*on line*”, que possibilitará que o usuário, através do CPA, requisite o veículo diretamente à Seção de Transporte.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 8. INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA

#### 8.1 Construção de novos fóruns

Segue lista dos projetos do biênio 2013-2014, envolvendo a construção de novos fóruns:

Tabela 37 – Projetos de construção de novos fóruns

| <b>Construção do novo fórum da comarca de Assaré</b>        |  |
|---|--|
| Objetivo  | Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Assaré  |
| Entregas Previstas  | Edifício composto de uma vara, totalizando área construída de 770,89m <sup>2</sup> em terreno de 3.037,52m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos                   |
| Unidades Envolvidas   | Secad e Setin  |
| Progressos  | 100%   |
| Fase Atual  | Concluído em junho/2014  |
| <b>Construção do novo fórum da comarca de Boa Viagem</b>    |  |
| Objetivo  | Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Boa Viagem  |
| Entregas Previstas  | Edifício será composto de duas varas, totalizando área construída de 1.043,21m <sup>2</sup> em terreno de 2.516,95m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos          |
| Unidades Envolvidas   | Secad e Setin  |
| Progressos  | 100%   |
| Fase Atual  | Concluído em novembro/2014   |
| <b>Construção do novo fórum da comarca de Crateús</b>       |  |
| Objetivo  | Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Crateús   |
| Entregas Previstas  | O edifício será composto de três varas e JECC, totalizando área construída de 1.366,18m <sup>2</sup> em terreno de 4.696,95m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos |
| Unidades Envolvidas   | Secad e Setin  |
| Progressos  | 100%   |
| Fase Atual  | Concluído em novembro/2014   |
| <b>Construção do novo fórum da comarca de Itapipoca</b>     |  |
| Objetivo  | Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Itapipoca   |
| Entregas Previstas  | Edifício composto de três varas, totalizando área construída de 1.417,64m <sup>2</sup> em terreno de 6.040,46m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos               |
| Unidades Envolvidas   | Secad e Setin  |
| Progressos  | 40%  |
| Fase Atual  | Execução da Obra   |
| <b>Construção do novo fórum da comarca de Várzea Alegre</b> |  |
| Objetivo  | Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Várzea Alegre   |
| Entregas Previstas  | Edifício composto de duas varas, totalizando área construída de 821,10m <sup>2</sup> em terreno de 3.000,00m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos                 |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Conclusão

| Construção do novo fórum da comarca de Várzea Alegre (continuação) |   |
|--|---|
| Unidades Envolvidas  | Secad e Setin   |
| Progressos   | 20%   |
| Fase Atual   | Orçamento   |
| Construção do novo fórum da comarca de Senador Pompeu              |   |
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Senador Pompeu   |
| Entregas Previstas   | Edifício composto de uma vara e JECC, totalizando área construída de 963,23m <sup>2</sup> em terreno de 4.490,29m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos   |
| Unidades Envolvidas  | Secad e Setin   |
| Progressos   | 13%   |
| Fase Atual   | Elaboração de Projetos  |
| Construção do novo fórum da comarca de Russas                      |   |
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Russas   |
| Entregas Previstas   | Edifício composto de duas varas, totalizando área construída de 1.285,39m <sup>2</sup> em terreno de 6.171,22m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos  |
| Unidades Envolvidas  | Secad e Setin   |
| Progressos   | 13%   |
| Fase Atual   | Elaboração de Projetos  |
| Construção do novo fórum da comarca de Milagres                    |   |
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção do novo Fórum da Comarca de Milagres   |
| Entregas Previstas   | Edifício composto de Vara Única, com Cartório Eleitoral, Ministério Público, depósito de bens, arquivo, Ministério Público e Cartório Eleitoral totalizando área construída de 822,22m <sup>2</sup> em terreno de 1.806,35m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos |
| Unidades Envolvidas  | Secad e Setin   |
| Progressos   | 13%   |
| Fase Atual   | Compatibilização de Projetos  |

Fonte: Secretaria de Administração

### 8.2 Reformas e manutenções prediais

Segue lista dos projetos do biênio 2013-2014, envolvendo a reformas e manutenções prediais:

Tabela 38 – Reformas e manutenções prediais

| Reforma geral e ampliação de prédio para abrigar o novo Juizado Especial Cível e Criminal de Aracati |   |
|--|---|
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em engenharia para a reforma geral com ampliação do prédio que irá abrigar o Juizado Especial Cível e Criminal de Aracati  |
| Entregas Previstas   | Reforma geral do edifício existente será de 156,32m <sup>2</sup> , afora os serviços nos muros, passeios e acesso principal. A ampliação corresponderá a um área de 61,82m <sup>2</sup> relativa a um depósito de bens, diretoria de secretaria, banheiros para servidores, espaço para rack e depósito de lixo |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| <b>Reforma geral e ampliação de prédio do Poder Judiciário para abrigar o novo Juizado Especial Cível e Criminal - JECC de Aracati (continuação)</b> |   |
|--|---|
| Unidades Envolvidas  | Secad e Setin   |
| Progressos   | 87%   |
| Fase Atual   | Execução da Obra  |
| <b>Execução de readequações no prédio que abriga o Fórum Clóvis Beviláqua - FCB e Serviços de complementação das instalações prediais do FCB</b>     |   |
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de readequações no prédio que abriga o Fórum Clóvis Beviláqua  |
| Entregas Previstas   | Serviços executados: alvenarias, painéis, esquadrias, instalações elétricas, telefônicas, lógica, instalações para o sistema de ar condicionado, demolições e remoções diversas   |
| Unidades Envolvidas  | Secad e Fórum Clóvis Beviláqua  |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | Concluído em julho/2014   |
| <b>Projeto de contratação de manutenção de subestações abrigadas e grupos geradores</b>  |   |
| Objetivo   | Prezar pela segurança dos utilizadores, manter as unidades citadas em condições adequadas de operação, reduzir o número de falhas consequentes da falta de manutenção, contribuir para o aumento da vida útil do equipamento e diminuir custos com manutenção corretiva |
| Entregas Previstas   | Contrato com empresa especializada em manutenção de subestações e grupos geradores  |
| Unidades Envolvidas  | Juazeiro do Norte, Sobral, Caucaia, CDI, Palácio da Justiça e Fórum Clóvis Beviláqua (subestações abrigadas) e as unidades de Caucaia, Sobral, CDI e Fórum Clóvis Beviláqua (grupos geradores)  |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | Concluído   |
| <b>Projeto de aproveitamento da água subterrânea</b>   |   |
| Objetivo   | Aproveitar a água proveniente do poço de drenagem do TJCE   |
| Entregas Previstas   | Aquisição de equipamentos para promover o deslocamento e tratamento da água proveniente do poço de drenagem   |
| Unidades Envolvidas  | Palácio da Justiça  |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | Concluído   |
| <b>Elevação do sistemas de refrigeração tipo VRF do Palácio da Justiça</b>   |   |
| Objetivo   | Evitar danos aos equipamentos devido ao acúmulo de água pluviais, assim como obter melhor rendimento dos equipamentos   |
| Entregas Previstas   | Aquisição de plataformas e serviço de desinstalação e instalação dos equipamentos de refrigeração do tipo VRF   |
| Unidades Envolvidas  | Gabinetes de Desembargadores  |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | Concluído   |
| <b>Recuperação dos detalhes da fachada do Palácio da Justiça</b>   |   |
| Objetivo   | Melhorar a estética da fachada e evitar acidentes com usuários devido à queda de material da estrutura  |
| Entregas Previstas   | Recuperação e pintura dos detalhes da fachada do Palácio da Justiça   |
| Unidades Envolvidas  | Palácio da Justiça  |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | Concluído   |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| <b>Reforma da estação de tratamento de esgoto do Palácio da Justiça</b>                |   |
|--|---|
| Objetivo   | Adequar a estação de tratamento de esgoto para manter condições de operação   |
| Entregas Previstas   | Estação de tratamento de esgoto reformada   |
| Unidades Envolvidas  | Palácio da Justiça  |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | Concluído   |
| <b>Controle de pragas e vetores</b>  |   |
| Objetivo   | Contratação de Empresa para prestação de serviços especializados de controle e manejo de pragas e vetores e de animais sinantrópicos nocivos que representem riscos à saúde pública e a prestação dos serviços de responsabilidade do Tribunal de Justiça do Ceará  |
| Entregas Previstas   | Contrato com empresa especializada em controle de pragas e vetores  |
| Unidades Envolvidas  | Todas as unidades do Poder Judiciário   |
| Progressos   | 50%   |
| Fase Atual   | Realização de Pesquisa de Mercado   |
| <b>Contratação de manutenção em subestações aéreas</b>                                 |   |
| Objetivo   | Obter serviços de manutenção preventiva, contemplando: limpeza, ajuste, pintura, reaperto de conexões, análises e medições e manutenção corretiva contemplando o atendimento emergencial, reparo e substituição de peças com o intuito de corrigir, restaurar, recuperar a capacidade produtiva de um equipamento ou instalação que tenha cessado ou diminuído sua capacidade de exercer as funções para as quais foi projetado |
| Entregas Previstas   | Contrato com empresa especializada em manutenção de subestações aéreas  |
| Unidades Envolvidas  | Fóruns de Aquiraz, Maracanaú, Maranguape, São Gonçalo do Amarante, Acaraú, Granja, Itapajé, Paracuru, Crateús, Tauá, Canindé, Quixadá, Aracoiaba, Baturité, Capistrano, Aracati, Limoeiro do Norte, Nova Jaguaribara, Barbalha, Brejo Santo e Iguatu, e prédios da Corregedoria, ESMEC, Juizado da Infância e Juventude (Fortaleza) e Fórum das Turmas Recursais  |
| Progressos   | 50%   |
| Fase Atual   | Realização de Pesquisa de Mercado   |
| <b>Contratação de manutenção predial – Região I</b>                                    |   |
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenção predial e adequação predial para atuação nas edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), localizadas nas 54 cidades que fazem parte da Região I   |
| Entregas Previstas   | Contrato com empresa especializada em manutenção predial para Região I  |
| Unidades Envolvidas  | Todas as unidades judiciárias da Região I   |
| Progressos   | 50%   |
| Fase Atual   | Solicitação de Dotação Orçamentária   |
| <b>Contratação de manutenção predial – Região IV</b>                                   |   |
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em serviços comuns de manutenção predial e adequação predial para atuação nas edificações do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), localizadas nas 38 cidades que fazem parte da Região IV  |
| Entregas Previstas   | Contrato com empresa especializada em manutenção predial para Região IV   |
| Unidades Envolvidas  | Todas as unidades judiciárias da Região IV  |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | Concluído   |
| <b>Contratação de manutenção de <i>no breaks</i> e Estabilizadores de grande porte</b> |   |
| Objetivo   | Proporcionar a manutenção preventiva e corretiva, conforme padrões preestabelecidos, como forma de buscar aumento de disponibilidade e da vida útil dos equipamentos  |
| Entregas Previstas   | Contrato com empresa especializada em manutenção de <i>no breaks</i>  |
| Unidades Envolvidas  | CDI – Centro de Documentação e Informática Fórum Clóvis Beviláqua   |
| Progressos   | 80%   |
| Fase Atual   | Análise pela Consultoria Jurídica   |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| <b>Contratação de manutenção de elevadores</b>  |  |
|---|--|
| Objetivo  | Contratação de serviço de manutenção especializada em elevadores   |
| Entregas Previstas  | Contrato com empresa especializada em manutenção de elevadores   |
| Unidades Envolvidas   | Palácio da Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum de Sobral e Fórum de Crateús   |
| Progressos  | 70%  |
| Fase Atual  | Análise pela Comissão de Licitação   |
| <b>Contratação de manutenção de data centers</b>  |  |
| Objetivo  | Proporcionar a manutenção preventiva e corretiva, buscando manter o perfeito funcionamento e segurança da <i>data center</i> , com o objetivo de se evitar o risco de ocorrência de graves danos e/ou interrupção de acesso aos ativos de tecnologia da informação hospedados no <i>data center</i>                    |
| Entregas Previstas  | Contrato com empresa especializada em manutenção de <i>data centers</i>  |
| Unidades Envolvidas   | CDI – Centro de Documentação e Informática do Fórum Clóvis Beviláqua   |
| Progressos  | 70%  |
| Fase Atual  | Análise pela Comissão de Licitação   |
| <b>Vistoria nos mobiliários de todas as unidades judiciárias do interior do Estado do Ceará</b>                   |  |
| Objetivo  | Mapear as comarcas com maior necessidade de móveis e traçar um perfil com o nível de criticidade, a fim de subsidiar deliberação sobre aquisição de móveis   |
| Entregas Previstas  | -  |
| Unidades Envolvidas   | Todas as unidades do Poder Judiciário  |
| Progressos  | 100%   |
| Fase Atual  | Concluído  |
| <b>Serviços de manutenção com substituição/recarga de extintores nas unidades judiciárias do Poder Judiciário</b> |  |
| Objetivo  | Garantir maior segurança nas instalações do Poder Judiciário, por meio do cumprimento da norma regulamentadora nº 23 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como a recomendação da Assistência Militar   |
| Entregas Previstas  | -  |
| Unidades Envolvidas   | Todas as unidades do Poder Judiciário.   |
| Progressos  | 100%   |
| Fase Atual  | Concluído  |
| <b>Sinalização e mapeamento de riscos da subestação</b>   |  |
| Objetivo  | Adequar as subestações elétricas, às normas vigentes de segurança, tanto quanto ao uso de equipamentos especiais, de sinalização, como de acesso, com um complementar plano de contingência para cada localidade   |
| Entregas Previstas  | Subestações sinalizadas, controle de acesso e plano de contingência  |
| Unidades Envolvidas   | Palácio da Justiça   |
| Progressos  | 100%   |
| Fase Atual  | Concluído  |
| <b>Reforma parcial e ampliação do prédio da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará</b>            |  |
| Objetivo  | Contratação de empresa especializada em engenharia para a reforma parcial e ampliação do prédio da Corregedoria Geral da Justiça   |
| Entregas Previstas  | Prédio que atualmente abriga a Corregedoria Geral da Justiça possui área construída de 1.067,00m <sup>2</sup> distribuído em dois pavimentos, a fim de suprir a demanda de espaço com vistas à reestruturação do quadro funcional foi projetada uma ampliação de 424,01m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos |
| Unidades Envolvidas   | Corregedoria, Secad e Setin  |
| Progressos  | 25%  |
| Fase Atual  | Execução da Obra   |

Continua







## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Conclusão

| <b>Reforma do prédio da comarca de Maracanaú e adaptação das duas residências oficiais para uso do fórum como depósito de bens apreendidos</b> |  |
|--|--|
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de reforma do prédio do Fórum da Comarca de Maracanaú e das duas residências Oficiais de Juiz   |
| Entregas Previstas   | Adaptação das duas residências oficiais para uso do Fórum como depósito de bens apreendidos, com área construída cada de 166,80m <sup>2</sup> , totalizando área de 333,60m <sup>2</sup>   |
| Unidades Envolvidas  | Secad  |
| Progressos   | 100%   |
| Fase Atual   | Concluído em agosto/2014   |
| <b>Execução dos serviços de reforma do fórum da comarca de São Gonçalo do Amarante</b>   |  |
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços de reforma parcial do prédio que abriga o fórum da comarca de São Gonçalo do Amarante a fim de climatizar as áreas comuns  |
| <b>Execução dos serviços de reforma do fórum da comarca de São Gonçalo do Amarante (continuação)</b>   |  |
| Entregas Previstas   | Edifício composto de Vara Única, totalizando área construída de 619,60m <sup>2</sup> , com execução dos serviços de demolições, retiradas, execução de alvenaria/ forro/ pintura, revestimento, instalação elétrica de baixa tensão esquadrias e serviços finais   |
| Unidades Envolvidas  | Secad  |
| Progressos   | 100%   |
| Fase Atual   | Concluído em agosto/2014   |
| <b>Serviços de perfuração de poço tubular profundo do fórum da comarca de Canindé</b>  |  |
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de material para a execução dos serviços de perfuração de poço tubular profundo, incluindo locação, estudos hidrogeológicos e geofísicos, no terreno do Fórum da comarca de Canindé |
| Entregas Previstas   | Perfuração de poço tubular profundo, incluindo locação, estudos hidrogeológicos e geofísicos   |
| Unidades Envolvidas  | Secad  |
| Progressos   | 100%   |
| Fase Atual   | Concluído em março/2014  |
| <b>Complementação da reforma do fórum da comarca de Horizonte</b>  |  |
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma do prédio do fórum da Comarca de Horizonte   |
| Entregas Previstas   | Edifício composto de Vara Única, Ministério Público, depósito de bens, arquivo, Ministério Público e Cartório Eleitoral totalizando área construída de 492,65m <sup>2</sup> em terreno de 1.232,50m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos                  |
| Unidades Envolvidas  | Secad e Setin  |
| Progressos   | 100%   |
| Fase Atual   | Execução da obra   |
| <b>Reforma do fórum da comarca de Itaiçaba</b>   |  |
| Objetivo   | Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma do prédio do Fórum da Comarca de Itaiçaba  |
| Entregas Previstas   | Edifício composto de Vara Única, com Ministério Público totalizando área construída de 204,67m <sup>2</sup> em terreno de 1.124,93m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos  |
| Unidades Envolvidas  | Secad  |
| Progressos   | 13%  |
| Fase Atual   | Elaboração de Termo de Referência  |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Conclusão

| Reforma do fórum da comarca de Miraima |  |
|--|--|
| Objetivo                               | Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma do prédio do Fórum da Comarca de Miraima   |
| Entregas Previstas                     | Edifício composto de Vara Única, totalizando área construída de 274,00m <sup>2</sup> em terreno de 1.021,00m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos                         |
| Unidades Envolvidas                    | Secad  |
| Progressos                             | 13%  |
| Fase Atual                             | Elaboração de Projetos   |
| Reforma do fórum da comarca de Crato   |  |
| Objetivo                               | Contratação de empresa especializada em engenharia para a complementação da reforma prédio do fórum da comarca de Crato  |
| Entregas Previstas                     | Edifício composto de dois pavimentos com quatro varas, totalizando área construída de 1.328,80m <sup>2</sup> em terreno de 5.554,50m <sup>2</sup> , conforme projetos construtivos |
| Unidades Envolvidas                    | Secad  |
| Progressos                             | 5%   |
| Fase Atual                             | Elaboração de Projetos   |

Fonte: Secretaria de Administração

### 8.3 Aquisições e contratações de bens móveis e imóveis

Segue lista dos projetos do biênio 2013-2014, relacionados à aquisição e locação de bens móveis e imóveis:

Tabela 39 – Reformas e manutenções prediais

| Projeto de aquisição de bombas de água                  |  |
|---|--|
| Objetivo  | Manter disponíveis os sistemas de abastecimento cisterna – caixa d'água e reduzir gastos com manutenções corretivas  |
| Entregas Previstas                                      | Ata de registro de preço para aquisição de 61 bombas de água (centrífugas, injetoras e submersas)  |
| Unidades Envolvidas                                     | Todas as unidades do Poder Judiciário  |
| Progressos  | 100%   |
| Fase Atual  | Concluído  |
| Projeto de locação de vans adaptadas para Juizado Móvel |  |
| Objetivo  | Garantir a continuidade do serviço do Juizado Móvel da Comarca de Fortaleza, através do fornecimento de veículos adequados, adaptados ao uso específico exigido pelo serviço em questão e com motoristas |
| Entregas Previstas                                      | Contrato de locação de cinco vans com motoristas adaptadas para o Juizado Móvel  |
| Unidades Envolvidas                                     | 10ª unidade JECC   |
| Progressos  | 100%   |
| Fase Atual  | Concluído  |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| <b>Aquisição de equipamento de ar-condicionados (32 “Splitões”, 859 Splits e 260 janelários)</b> |   |
|--|---|
| Objetivo   | Aquisição de ata de registro de preços para aparelhos condicionadores de ar com serviço de instalação   |
| Entregas Previstas   | Ata de Registro de preço para aquisição de 32 splitões, 859 split's e 260 janelários, para atender às demandas de manutenção e engenharia   |
| Unidades Envolvidas  | Todas as unidades do Poder Judiciário   |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | 36% dos equipamentos adquiridos   |
| <b>Contratação do serviço de ambulância para o Tribunal de Justiça e Fórum Clóvis Beviláqua</b>  |   |
| Objetivo   | Prestação de serviço de unidade móvel de suporte básico à vida (ambulância de suporte básico – tipo b), para eventuais ocorrências verificadas nas dependências do Tribunal de Justiça e/ou outra unidade judiciária dentro da Capital, durante cinco dias por semana, no período de doze meses |
| Unidades Envolvidas  | Unidades localizadas no Cambeba e Fórum Clóvis Beviláqua  |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | Concluído   |
| <b>Aquisição de detectores de metal tipo portáteis e portal</b>                                  |   |
| Objetivo   | Proporcionar mais segurança por meio da revista pessoal na entrada dos edifícios do Poder Judiciário do Estado do Ceará   |
| Entregas Previstas   | -   |
| Unidades Envolvidas  | Todas as unidades do Poder Judiciário   |
| Progressos   | 98%   |
| Fase Atual   | Concluído   |
| <b>Aquisição de catracas e divisores de fluxo</b>  |   |
| Objetivo   | Equipar os edifícios do Poder Judiciário de mecanismos de controle de acesso  |
| Entregas Previstas   | -   |
| Unidades Envolvidas  | Todas as unidades do Poder Judiciário   |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | Concluído   |
| <b>Veículos tipo pick-up e SUV</b>   |   |
| Objetivo   | Renovação da frota de veículos (parte da frota está bastante desgastada pelo uso ao longo do tempo, além de ter um alto custo com manutenção)   |
| Entregas Previstas   | -   |
| Unidades Envolvidas  | Palácio da Justiça  |
| Progressos   | 100%  |
| Fase Atual   | Concluído   |
| <b>Contratação de leiloeiro público oficial</b>  |   |
| Objetivo   | Realizar as licitações promovidas pelo TJCE, na modalidade leilão oficial, para venda de bens móveis e materiais de uso e consumo que compõem o patrimônio do TJCE e que forem considerados inservíveis ao Poder Judiciário Estadual  |
| Entregas Previstas   | -   |
| Unidades Envolvidas  | Palácio da Justiça  |
| Progressos   | 50%   |
| Fase Atual   | Em andamento  |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Conclusão

| Aquisição de mobiliário   |  |
|---|--|
| Objetivo  | Dotar os novos Fóruns (Crateús, Boa Viagem, Itapipoca etc.) e Varas recentemente criadas no Fórum Clóvis Beviláqua de mobiliários adequados, a fim de proporcionar um ambiente de trabalho mais polido   |
| Entregas Previstas  | -  |
| Unidades Envolvidas   | Fórum Clóvis Beviláqua, Boa Viagem, Crateús, Aracati, Itapipoca, Maracanaú, Várzea Alegre e Caucaia  |
| Progressos  | 70%  |
| Fase Atual  | Em andamento   |
| Contratação de serviço de transporte de servidores do Tribunal de Justiça (rotas) |  |
| Objetivo  | Fornecimento de serviço de locomoção de servidores no deslocamento “residência – TJCE – residência” por meio de transporte de uso coletivo   |
| Entregas Previstas  | Contrato de serviço de transporte de servidores  |
| Unidades Envolvidas   | Palácio da Justiça   |
| Progressos  | 40%  |
| Fase Atual  | Elaboração de Termo de Referência  |
| Contratação de serviços de locação de veículos institucionais                     |  |
| Objetivo  | Fornecimento de veículos para atender às demandas de deslocamentos de magistrados, demais autoridades e dos serviços de apoio jurídico, técnico e administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará   |
| Entregas Previstas  | Ata de registro de preço para contratação de serviço de locação de 85 veículos   |
| Unidades Envolvidas   | Todas as unidades do Poder Judiciário  |
| Progressos  | 70%  |
| Fase Atual  | Análise pela Comissão de Licitação   |
| Projeto de integração dos serviços de telefonia                                   |  |
| Objetivo  | Integrar e otimizar a operação de telefonia de todas as unidades do Poder Judiciário e reduzir custos de telefonia do TJCE   |
| Entregas Previstas  | Integração do sistema de telefonia e redução de R\$650.000,00 por ano com custos de telefonia  |
| Unidades Envolvidas   | Todas as unidades do Poder Judiciário  |
| Progressos  | 10%  |
| Fase Atual  | Conclusão do estudo de viabilidade técnica-econômica   |
| Projeto de aquisição de <i>software</i> de gestão de manutenção                   |  |
| Objetivo  | Aquisição ou disponibilização de <i>software</i> para controle e gerenciamento das atividades de manutenção  |
| Entregas Previstas  | <i>Software</i> para gerenciamento dos serviços de manutenção  |
| Unidades Envolvidas   | Departamento de Manutenção e Serviços Gerais   |
| Progressos  | 50%  |
| Fase Atual  | Em análise pela Setin  |
| Modernização do sistema de áudio e vídeo do auditório do Pleno do TJCE            |  |
| Objetivo  | Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de material para a execução dos serviços de modernização do sistema de áudio e vídeo do auditório do Pleno do Tribunal de Justiça Estado do Ceará e fornecimento de televisores |
| Entregas Previstas  | Instalações dos sistemas de distribuição e controle de microfones, de distribuição e controle de áudio, de captação e distribuição vídeo   |
| Unidades Envolvidas   | Secad e Setin  |
| Progressos  | 100%   |
| Fase Atual  | Concluído em fevereiro/2014  |

Fonte: Secretaria de Administração



#### **8.4 Cessão de imóveis em desuso ou subaproveitados**

Durante o ano de 2014, mediante a análise de cada caso concreto, procedeu-se a cessão a outros órgãos públicos de 71 imóveis de propriedade do Poder Judiciário Estadual que estavam em desuso ou subaproveitados. Os processos de cessão foram conduzidos pela Secretaria de Administração em parceria com a Consultoria Jurídica.

É de se ressaltar que, com essa medida, além de desonerar o Poder Judiciário Estadual das despesas com a manutenção e a reforma de tais imóveis, beneficiou-se a sociedade como um todo, que passou a contar com novos equipamentos de utilidade pública.

#### **8.5 Projeto de Segurança do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

O projeto tem como principais objetivos: proporcionar segurança a magistrados, servidores e jurisdicionados; evitar o furto de armas de fogo das Unidades do Poder Judiciário; controlar o acesso, a permanência e a circulação de pessoas às dependências do Tribunal de Justiça e das demais unidades judiciárias; aumentar a sensação de segurança no ambiente interno das repartições da Justiça estadual, além de contribuir para o atendimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça acerca da segurança institucional (Resoluções nº 104/2010 e nº 176/2013).

Em razão de sua complexidade, o projeto envolveu várias secretarias e assessorias, com atribuições específicas: Assistência Militar, Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Finanças, Consultoria Jurídica, Assessoria Institucional e Assessoria Especial da presidência do TJCE.

Dentre as principais entregas do Projeto em tela, destacam-se:

##### *8.5.1 Aquisição de detectores de metais portáteis*

Por meio do Pregão Eletrônico nº 24/2013, foram adquiridos e entregues 222 detectores de metais portáteis em todos os Fóruns do Poder Judiciário estadual, instrumentos estes utilizados para salvaguardar a integridade física do corpo de magistrados e servidores no exercício de suas



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

funções. Esses equipamentos, desde janeiro de 2014, passaram a ser utilizados em todas as comarcas.

### 8.5.2 *Aquisição e instalação de pórticos detectores de metais*

Por meio do Pregão Eletrônico nº 39/2013, foram adquiridos 248 pórticos detectores de metais. O processo de instalação dos referidos equipamentos teve início em 10 de fevereiro de 2014 com previsão de encerramento em 31 de janeiro de 2015. Até a presente data, 243 pórticos foram instalados nas diversas unidades da capital, da região metropolitana e do interior do Estado, restando pendentes apenas sete portais, a serem instalados nas seguintes unidades judiciárias: 25ª unidade do JECC (Unifor), 12ª unidade do JECC (FIC); nova sede do JECC da Comarca de Aracati e Fórum de Juazeiro do Norte.

### 8.5.3 *Implantação do sistema VW/ACESSO e contratação de recepcionistas*

Por meio do Pregão Presencial nº 02/2013 foi celebrado o Contrato de Trabalho nº 56/2013, tendo como objeto a contratação de 27 recepcionistas, cuja finalidade principal é identificar e cadastrar visitantes, por meio de sistema informatizado de controle de acesso, encaminhando-os ao setor desejado mediante a entrega de crachá ou adesivo de identificação. Referido sistema de controle, denominado Sistema de Controle de Visitantes (SISCONVI), foi implantado nas seguintes unidades do Poder Judiciário: Sede do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral de Justiça, Centro de Documentação e Informática, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais, Fórum da Comarca de Caucaia, Fórum da Comarca de Maracanaú, Fórum da Comarca de Sobral e Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte.

### 8.5.4 *Implantação do sistema de segurança eletrônico e uso obrigatório de crachás*

Por meio do Pregão Eletrônico nº 13/2014, foi adquirido sistema de segurança eletrônico contendo catracas eletrônicas, *software* de controle de acesso, impressora/codificadora de cartões e cartões de proximidade inteligentes. Referido sistema foi instalado nas seguintes unidades: Palácio da Justiça, Corregedoria Geral da Justiça, Centro de Documentação e Informática, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais, Fórum de Caucaia, Fórum de Maracanaú, Fórum



## **Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça**

de Sobral e Fórum de Juazeiro do Norte. O processo de instalação do sistema teve início em 14 de julho de 2014 e se encerrou em 05 de agosto de 2014.

No que se refere aos cartões de acesso, foram distribuídos, até novembro do corrente ano, 4.586 crachás de identificação para magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e visitantes com a finalidade de permitir o acesso dos usuários por meio das catracas instaladas nas dependências do Palácio da Justiça, Corregedoria, Fórum da capital e nas entrâncias finais. A produção dos crachás foi realizada pelo Departamento Editorial Gráfico da Assessoria Institucional.

### *8.5.5 Regulamentação do acesso aos prédios do Tribunal de Justiça*

Por meio da Portaria de nº 1133/2014, publicada Diário da Justiça de 30 de maio de 2014, foi regulado o controle de acesso, a circulação e a permanência de pessoas nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Ceará, disciplinando, inclusive, o acesso de pessoas armadas aos prédios da Justiça Estadual.

### *8.5.6 Aquisição de veículos para recolhimento de armas*

Por meio do Pregão Eletrônico nº 01/2014 foram adquiridos dois veículos tipo pick-up com a finalidade de dar continuidade aos serviços de recolhimento de armas nas comarcas do interior do Estado do Ceará.

### *8.5.7 Operacionalização do CADARM*

O sistema de Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas e Munições (CADARM) apreendidas e de posse nas unidades judiciárias do Estado do Ceará possibilitou a inclusão, a movimentação, a consulta, o recolhimento e o encaminhamento para destruição de armas e munições. Esse procedimento encontra-se em fase de operacionalização.

### *8.5.8 Formação e requalificação de brigadas de combate a incêndios*

Na área de prevenção e combate a incêndio foram tomadas as seguintes providências:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. implantação do Curso de Formação de Brigada de Incêndio do Poder Judiciário nas seguintes unidades: Tribunal de Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua, algumas comarcas da Região Metropolitana e algumas comarcas do interior do Estado, inclusive, com requalificações destas, perfazendo um total de dezesseis edificações judiciárias asseguradas e 287 funcionários treinados. Essa etapa foi encerrada em outubro de 2014.
- ii. implantação dos Mapas de Rotas de Fuga nos 43 gabinetes de Desembargadores do Palácio da Justiça.

### 8.6 Recolhimento de armas

A Assistência Militar, em cumprimento às determinações da Presidência do TJCE, bem como à Resolução nº 134/2011 do CNJ e à Portaria nº 199/2012, além dos Ofícios Circulares nº 019/2011-CSP e nº 99/2013 da Corregedoria da Justiça, recolheu armas, munições e explosivos nas diversas unidades judiciárias do Estado, tendo, neste biênio, sido registrada a maior quantidade de recolhimento e destruição já registrada, a saber:

Tabela 40 – Levantamento de armas no biênio 2013-2014:

| Tipo         | Recolhidas    |               | Incineradas   |              | A incinerar <sup>1</sup> | Em depósito <sup>2</sup> |               |               |
|--------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------------------|--------------------------|---------------|---------------|
|              | 2013          | 2014          | 2013          | 2014         | 2014                     | 2014                     | 1994-2013     | Total         |
| Fogo         | 12.023        | 8.661         | 12.023        | 7.201        | 3.003                    | 1.284                    | 14.954        | 16.238        |
| Branca       | 9.150         | 3.867         | 9.150         | 2.000        | 3.678                    | 352                      | 2.327         | 2.679         |
| <b>Total</b> | <b>21.173</b> | <b>12.528</b> | <b>21.173</b> | <b>9.201</b> | <b>3.327</b>             | <b>1.636</b>             | <b>17.281</b> | <b>18.917</b> |

Fonte: Assistência Militar

<sup>1</sup> Armas a incinerar: aguardando agendamento do 10º Depósito Sup./EB

<sup>2</sup> Armas em depósito: aguardando autorização dos magistrados para incineração

Tabela 41 – Levantamento de munições e explosivos no biênio 2013-2014:

| Tipo                  | Quantidade/Peso |                |
|-----------------------|-----------------|----------------|
|                       | 2013            | 2014           |
| Cartuchos Intactos    | 15.303 unidades | 8.922 unidades |
| Cartuchos Deflagrados | 7.437 unidades  | 7.370 unidades |
| Chumbo                | 375kg           | 468,680kg      |
| Pólvora               | 213,92kg        | 34,411kg       |
| Dinamite              | 2,792kg         | -              |

Fonte: Assistência Militar





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 8.7 Atividades operacionais

Seguem as principais ações desenvolvidas pela Assistência Militar com o apoio da 3ª Companhia de Policiamento de Guarda e da 8ª Seção de Bombeiros:

- i. elaboração de planos de policiamento para atividades diversas (Operação Carnaval, Operação Eleição, Solenidade de Posse dos Desembargadores, dentre outros);
- ii. segurança nas sedes das diversas unidades do Poder Judiciário da capital;
- iii. fiscalização diária, por parte dos Oficiais de serviço, das unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Poder Judiciário;
- iv. Segurança dos desembargadores por ocasião da realização das sessões do Órgão Especial e do Pleno do TJCE;
- v. segurança nas salas de audiências e julgamentos para os magistrados de primeiro ou segundo grau;
- vi. controle, por parte dos comandantes de guarnições de serviço do TJCE, dos serviços realizados no interior do prédio aos sábados, domingos e feriados;
- vii. atuação preventiva de combate a incêndio e primeiros socorros nas Missas de Ação de Graças, Solenidades de Posse dos novos desembargadores, nos Órgãos Especiais, Câmaras Cíveis e Criminais e Conselho da Magistratura e nos eventos: júris (Fórum Clóvis Beviláqua), Semana da Conciliação (Fórum Clóvis Beviláqua e unidades dos Juizados Cíveis e Criminais) e nas Palestras e Seminários ocorridos na ESMEC;
- viii. atendimentos pré-hospitalar (primeiros socorros), com aferição de pressão arterial no Palácio da Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua;
- ix. poda de árvores em situação de risco de queda na sede do Palácio da Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua, nas unidades de Juizado Especial, no CDI, no Fórum das Turmas Recursais e na Creche do Poder Judiciário.

Seguindo as diretrizes do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e as orientações da Assistência Militar do TJCE, foram desenvolvidas as seguintes atividades no citado Fórum:

- i. acompanhamento de cumprimento de mandados: executadas 415 ações de auxílio aos oficiais de justiça por determinação judicial no cumprimento de mandado,



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

quando são utilizados dois policiais do efetivo do grupo de segurança do Fórum Clóvis Beviláqua;

- ii. condução de presos ou menores/adolescentes: executadas 243 determinações para condução às delegacias e aos Centros Educacionais para Menores e Projeto Justiça Já, sendo 90 prisões e 153 apreensões;
- iii. apoio ao plantão judicial e urgência (cumprimento de mandados): executados 46 acompanhamentos aos oficiais de justiça, sendo 18 no plantão judiciário, em saídas durante os finais de semana e feriados e 28 em caráter de urgência para o cumprimento de mandados judiciais;
- iv. atendimento de ocorrências: foram atendidas 56 ocorrências, tanto interna como externamente, para garantir a tranquilidade na execução do mister do Poder Judiciário, bem como cumprir o ditame constitucional de preservação da ordem pública;
- v. acompanhamento de audiências das varas do júri e dos plantões: oferecida segurança em 310 sessões de julgamentos e audiências, onde foram empregados de um a dois policiais em cada sessão, dependendo da solicitação do magistrado e/ou da quantidade de réus.



## **9. AUDITORIA E CONTROLE INTERNO**

### **9.1 Plano Anual e de Longo Prazo de Atividades de Auditoria**

As atividades de Auditoria têm como suporte os Planos Anuais de Atividades aprovados pela Presidência do TJCE, os quais são balizadores das ações de controle ao longo dos períodos considerados, destacando-se que são passíveis de alterações para se adequarem a novos cenários e atenderem a demandas extraordinárias de órgãos internos e externos.

Em 2013, por exigência da Resolução nº 171, de 1º de março de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Auditoria Administrativa de Controle Interno do TJCE (Audin) elaborou o primeiro Plano de Auditoria de Longo Prazo, compreendendo as atividades dos anos de 2014 a 2017.

Os planos são elaborados tendo como premissas básicas as atribuições legais da Audin, os objetivos estratégicos do Poder Judiciário e as diretrizes estabelecidas pelo CNJ, observando-se, principalmente, os riscos dos recursos públicos aplicados envolvendo a materialidade, a criticidade, a complexidade e a relevância.

Como toda atividade que depende em parte de fatos e acontecimentos futuros, um Plano de Auditoria estará sempre passível de modificações quanto às prioridades antes definidas, necessitando de adequações pontuais a partir do momento em que se apresente nova realidade no curso do interstício considerado de realizações.

As atividades de auditoria realizadas no biênio de 2013-2014 estão especificadas a seguir, destacadas por tipo a que se referem.

### **9.2 Atividades de gestão, acompanhamento e assessoramento**

As atividades executadas relativas à gestão, acompanhamento e assessoramento foram:

- i. elaboração dos Relatórios Anuais de Atividades da Auditoria Interna dos anos de 2013 e 2014;
- ii. elaboração dos Planos Anuais de Atividades da Auditoria Interna para os anos de 2014 e 2015;
- iii. elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP 2014-2017);



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- iv. análise e certificação das Prestações de Contas de 2012 e 2013 do TJCE;
- v. análise e certificação das prestações de contas de 2012 e 2013 do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju);
- vi. análise e certificação das prestações de contas de 2012 e 2013 do Fundo Especial Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg);
- vii. análises e certificação dos relatórios trimestrais da gestão fiscal – 2012 a 2014;
- viii. acompanhamento da execução orçamentária de 2013 e 2014;
- ix. monitoramento das recomendações formuladas em relatórios de auditoria;
- x. análise e emissão de parecer sobre atos e processos administrativos;
- xi. monitoramento do Portal da Transparência e do Portal de Acesso à Informação;
- xii. apoio aos órgãos de controle externo.

### 9.3 Auditorias de processos operacionais ou de regularidade

As auditorias de processos operacionais ou de regularidades estão especificadas a seguir:

- i. Fermoju – PIMPJ Fonte 15;
- ii. Folha de Pagamento – Levantamento de Dados;
- iii. Folha de Pagamento – Despesa de Pessoal;
- iv. Despesas de Exercícios Anteriores;
- v. Fermoju – Recursos Diretamente Arrecadados (02 auditorias);
- vi. Equipamentos e Material Permanente;
- vii. Suprimentos de Fundos (02 auditorias)
- viii. Locação de Mão de Obra;
- ix. Indenizações e Restituições – Compensação aos Registros Cíveis;
- x. Manutenção, Conservação e Guarda de Documentos;
- xi. Folha de Pagamento (PCCR);
- xii. Material de Consumo;
- xiii. Auxílio-Alimentação.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- iii. Gestão de Processos Judiciais de 1ª Instância (Sistema – Módulo de Distribuição Processual);
- iv. Depósitos Judiciais (Sistema de Guias Extrajudiciais Online);
- v. Modelo de Contratação e Gestão de Soluções de Tecnologia da Informação – ação coordenada pelo CNJ.

### 9.7 Auditorias especiais

A seguir, estão relacionadas as auditorias especiais que foram realizadas para atender à solicitação expressa de autoridade competente:

- i. Construtora Nocal (contrato nº 34/2009);
- ii. Avaliação de Controle Interno – ação coordenada pelo CNJ;
- iii. Reforma do Fórum Clóvis Beviláqua (contrato nº 51/2012 – Lotil Engenharia Ltda; contrato nº 22/2013 – Acistel Comércio, Manutenção e Instalação Ltda. ME; contrato nº 31/2013 – IGC Empreendimentos Imobiliários Ltda; contrato nº 44/2010 – Consórcio Justo);
- iv. Contrato nº 46/2009 – Embratec Good Card.

### 9.8 Auditorias preventivas

Realização de atividades de auditoria de cunho preventivo, buscando-se, em parceria concomitante com os demais órgãos do TJCE, aprimorar os processos e procedimentos no seu nascedouro, de sorte a se evitar ou minimizar distorções operacionais posteriores. Durante o período em análise, destacam-se as auditorias preventivas realizadas na Comissão Permanente de Licitação, envolvendo os seguintes processos: Pregão Eletrônico nº 57/2012, Pregão Eletrônico nº 59/2012, Pregão Eletrônico nº 63/2012, Pregão Eletrônico nº 67/2012, Pregão Eletrônico nº 71/2012 e Tomada de Preços nº 07/2012.



## **9.9 Atividades de monitoramento**

Realização de atividades de acompanhamento das recomendações inseridas nos relatórios de auditoria, quanto a sua efetiva e tempestiva implantação por parte dos gestores das áreas objeto dos trabalhos de auditoria.

Destaque-se a adesão dos gestores no sentido de se reportarem às recomendações presentes nos relatórios de auditoria, inferindo-se êxito no propósito de conscientizá-los quanto à necessidade de adoção de controles eficazes em suas áreas de atuação, ocasionando, assim, melhoria dos processos e procedimentos operacionais, administrativos e de gestão, possibilitando, ainda, minimizar riscos na execução das atividades da administração pública.

## **9.10 Apoio ao controle externo**

A unidade de Controle Interno prestou apoio e assessoramento aos trabalhos de inspeção e as visitas realizadas pelos órgãos de controle externo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, cumprindo atribuições e competências normativas.

## **9.11 Seminário interno de auditoria**

O Seminário Interno de Auditoria é realizado anualmente objetivando nivelar e integrar a equipe da Audin sobre os procedimentos de auditoria, contando com a participação de todos os servidores da unidade, onde são discutidas ações e procedimentos de interesse do grupo a serem implementados ou aprimorados.

A participação efetiva da equipe no Seminário é fator decisivo para o sucesso do seminário, onde são apresentados e discutidos planejamento, procedimentos, novas tendências de auditoria, ou seja, temas impactantes para as atividades de controle interno.

## **9.12 Meta 16/2013 do CNJ**

No ano de 2013, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu atribuições para fortalecer a estrutura de controle interno dos Tribunais de Justiça para realização das atividades de auditoria, com funcionamento regulamentado e pessoal qualificado para as funções de controle.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Referida Meta, cujo monitoramento foi realizado pela Secretaria de Controle Interno do CNJ, surgiu no contexto do combate a desperdícios de dinheiro público e do estabelecimento de ações preventivas a eventuais atos de improbidade que possam ser cometidos em âmbito interno do Poder Judiciário.

A unidade Administrativa de Controle Interno do TJCE, ao longo do ano de 2013, cumpriu em 100% da meta estabelecida pelo CNJ para as unidades de controle interno do Poder Judiciário.

### 9.13 Sistema Informatizado de Auditoria – SISAUD

As atividades de auditoria compreendem o planejamento, a execução, a supervisão e a emissão de relatórios, além do acompanhamento das recomendações efetivadas nas auditorias realizadas.

Para tanto, faz-se necessário dotar a unidade de Controle Interno com uma solução de tecnologia que automatize tais atividades de avaliação e controle do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tornando-as mais céleres e eficientes.

Diante dessa necessidade está sendo realizado levantamento dos requisitos do Sistema de Auditoria, cuja solução proporcionará, principalmente, a automatização e integração dos procedimentos e sistemas; a racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho; a garantia da infraestrutura adequada para a excelência na gestão; economicidade e eficiência na utilização dos recursos e maior transparência e intercâmbio de conhecimento entre os membros da equipe.

### 9.14 Controle interno de precatórios

A Assessoria de Precatórios tem primado, desde sua implantação em 2013, pela contínua auditoria nos precatórios, especialmente quando possível a liberação de recursos em favor dos credores.

Também constitui função essencial o controle dos processos administrativos dos entes devedores e respectivas contas bancárias (contas especiais), buscando acompanhar os aportes





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

realizados, identificar a necessidade de promover sequestros e conhecer o montante de recursos disponíveis para pagamento dos precatórios de cada ente.

Para atingir os fins acima descritos, houve a redistribuição de tarefas com o envolvimento de dois servidores na execução das mesmas atividades, inclusive no que diz respeito ao controle de precatórios, cronologia, credores/devedores, observando o movimento diário das contas dos entes públicos.

Inclui-se ainda, no ponto, a verificação prévia da formação do precatório, quando do envio pelo juízo da execução de requisições novas via SAPRE para observância dos documentos necessários à adequada instrução do precatórios e conformidade dos valores requisitados com o título executivo de onde originado o crédito.

Considerando a necessidade de garantir a guarda segura das informações contidas nos autos de precatórios em favor das partes interessadas, sobretudo quando contiverem informações pessoais e bancárias das mesmas, foi publicada a Portaria nº 395/2014. A partir desse ato, os precatórios passaram a tramitar em segredo de justiça, sendo exigido, para o acesso aos respectivos processos virtuais, o uso de senha fornecida às partes legitimadas.



## 10. COMUNICAÇÃO

### 10.1 Produção de notícias

As atividades voltadas à divulgação das ações e decisões da Justiça estadual são coordenadas pela Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário (Ascom) tendo, como parâmetros, diretrizes da Presidência do TJCE e da Resolução nº 85/2009 do CNJ. Durante a gestão 2013-2015, foram centrados esforços para subsidiar a mídia com informações que mostrassem um Judiciário atuante com iniciativas em busca de melhoria na prestação jurisdicional.

Para a produção de notícias, a Ascom conta com a disponibilidade do corpo de magistrados, gestores e servidores do Poder Judiciário e também recorre a outras fontes de informação como o Diário da Justiça Eletrônico, a cobertura das sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras Cíveis e Criminais.

Os profissionais do setor fazem a cobertura jornalística (textos e fotos) dos principais eventos do Judiciário do Ceará, buscando a instantaneidade da informação. Com essa diretriz, procura atualizar constantemente o site e as redes sociais do Tribunal.

Figura 1 – Cobertura jornalística dos principais eventos da Justiça



Fonte: Assessoria de Comunicação

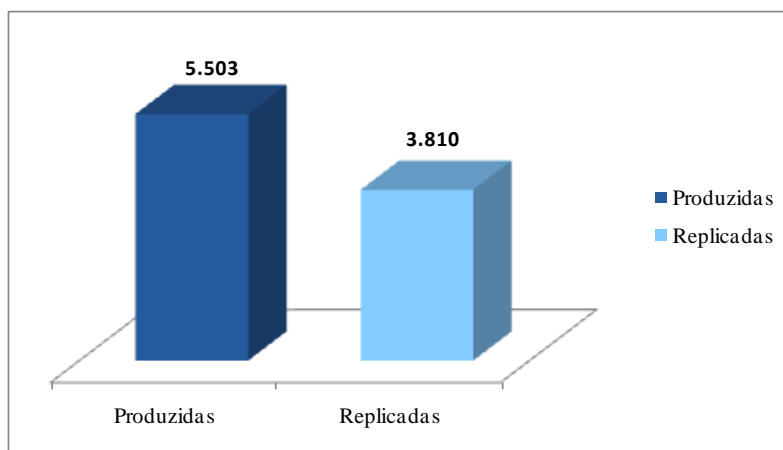


## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Vale ressaltar que a contribuição para a divulgação de boas notícias da Justiça estadual tornou-se meta setorial para 11 unidades administrativas do Tribunal. Nesse sentido, a partir de 2014, a Ascom passou a monitorar e encaminhar as pautas relacionadas a essas unidades à Comissão Gestora da GAM para acompanhamento das referidas metas.

No período 2013-2014, foram produzidos 5.503 textos, representando acréscimo de 26,15% com relação à quantidade produzida no biênio anterior (quando foram produzidos 4.362 textos). Do total produzido neste biênio, veículos de comunicação externos replicaram 3.810 textos, registrando o total de replicação de 69,23%.

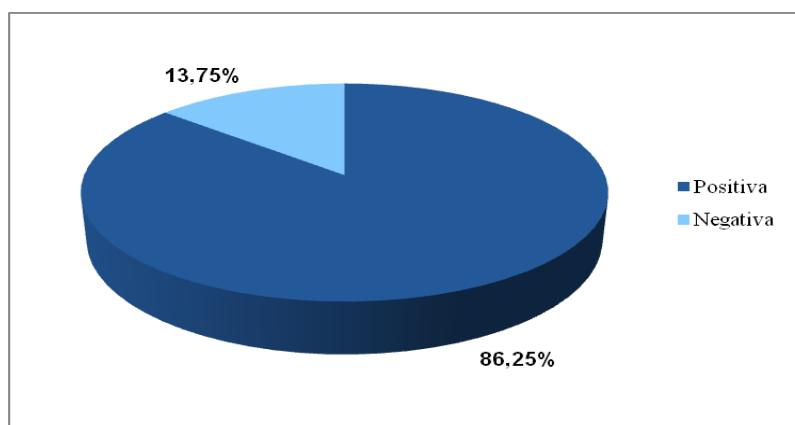
Gráfico 14 – Matérias produzidas e replicadas



Fonte: Assessoria de Comunicação

Com significativo volume de matérias positivas, foi possível amenizar o impacto das negativas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 15 - Porcentagem de matérias positivas e negativas no biênio



Fonte: Assessoria de Comunicação



### 10.2 Canais de divulgação

O site do TJCE ([www.tjce.jus.br](http://www.tjce.jus.br)), o Facebook, o Twitter e dois boletins eletrônicos são os principais meios utilizados diariamente para divulgar as notícias da Justiça estadual. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria de Tecnologia da Informação a partir da ferramenta Google Analytics, a consulta de notícias está entre as cinco páginas mais acessadas do Portal do Tribunal. A principal estratégia utilizada para conquistar o leitor é a credibilidade da informação. Além disso, há a preocupação de apresentar textos com linguagem clara e acessível, buscando-se sempre tornar de fácil compreensão eventuais termos jurídicos utilizados.

Figura 1 – Site do TJCE



Fonte: Assessoria de Comunicação

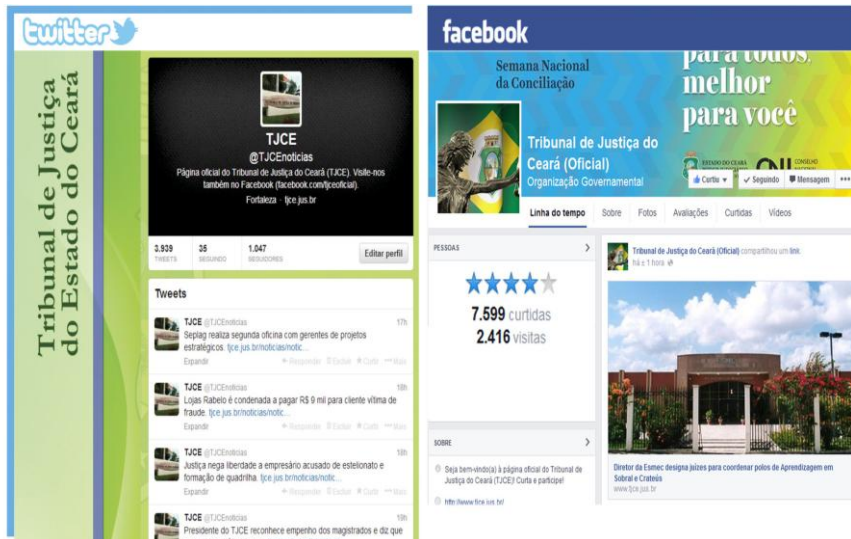
Por meio do *link* “Fale com a Assessoria”, disponível no site do TJCE, o setor atende às mais diversas demandas, incluindo solicitação da imprensa local e nacional. De janeiro de 2013 a outubro de 2014, 1.114 e-mails foram encaminhados à Assessoria. Todos os e-mails são checados e anotados em planilha com autor, data e conteúdo. O contato com a imprensa é feito também por telefone. A Ascom é responsável, ainda, pela organização de entrevistas durante eventos realizados no âmbito da Justiça estadual.

O incremento do número de acessos ao Facebook e ao Twitter do Tribunal é um desafio que vem sendo monitorado desde o segundo semestre de 2013, quando foram contabilizados 3.639 seguidores no Twitter e Facebook. Até outubro de 2014, esse valor subiu para 8.726. Apesar do significativo aumento, ainda é preciso conquistar mais pessoas.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

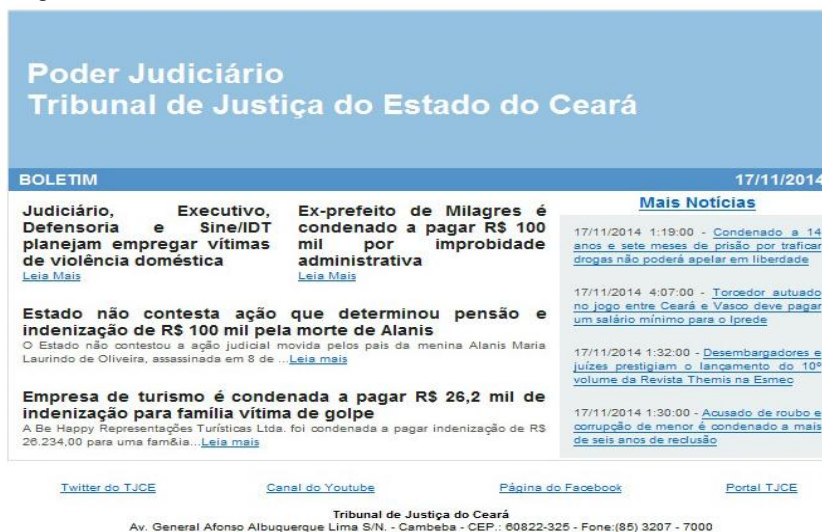
Figura 3 – Twitter (à esquerda) e Facebook (à direita)



Fonte: Assessoria de Comunicação

Além da disponibilização das matérias no site e nas redes sociais do TJCE, são editados diariamente dois boletins, um, às 15h, direcionado a rádios da capital e do interior), e o outro, ao final da tarde, para 106 veículos cadastrados no mailling. Foi criado sistema para produção e envio dos boletins em formato “newsletter”, com *layout* funcional, valorizando as principais notícias. Até o final de 2014, a nova ferramenta deverá funcionar integralmente.

Figura 4 - Boletins de Notícias



Fonte: Assessoria de Comunicação



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Registra-se que a Assessoria de Comunicação é ainda responsável pelo monitoramento das matérias produzidas pelo setor e aproveitadas pelos veículos de comunicação. O setor também contabiliza o número de seguidores nas redes sociais e classifica o conteúdo publicado em jornais, blogs e sites como positivo ou negativo. Já o acompanhamento das notícias veiculadas em TVs e rádios é feito por empresa terceirizada.

Programa de Rádio e campanha para incrementar o acesso às redes sociais do TJCE integram as estratégias da Ascom para ampliar os canais de divulgação nos próximos anos. Também é meta do setor incluir o Judiciário estadual no Instagram e no Flickr, a exemplo do Conselho Nacional de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. Tal medida deverá constar no próximo Plano de Comunicação.

### 10.3 Publicações: “Judiciário Notícias” e “Judiciário em Foco”

As principais notícias produzidas no intervalo de dois meses são publicadas no jornal bimestral “Judiciário Notícias”, com tiragem de 750 exemplares. Com projeto gráfico da Ascom, o jornal é distribuído nas unidades do Judiciário da Capital e do Interior, bem como a autoridades do Executivo, Legislativo e jornalistas diversos. No final do ano, é editada a revista “Judiciário em Foco” e, no final de cada gestão, publicada uma edição com as mais significativas ações durante o biênio.

Figura 5 – Jornal e Revista



Fonte: Assessoria de Comunicação



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 10.4 Programa “Judiciário em Evidência”

A celebração de convênio entre o Tribunal de Justiça e duas emissoras de televisão – TV Assembleia (canal 30 da TV aberta e do Multiplay), em outubro de 2013, e TV O Povo (canal 48 da TV aberta e 23 do Multiplay), em novembro de 2013 – expandiu o alcance do programa de TV “Judiciário em Evidência”, produzido pela Assessoria de Comunicação com exibição semanal. Antes o programa fazia parte somente da grade de programação de uma emissora – a TV Fortaleza (canal 6 do Multiplay, 61.4 da TV aberta digital e 361.4 da Sky). Agora, além das três televisões, é veiculado no site do TJCE e no YouTube. Até outubro de 2014, foram produzidos 81 programas.

Figura 6 – Frame da gravação em estúdio



Fonte: Assessoria de Comunicação

### 10.5 Clipping de Notícias

O *clipping* das notícias publicadas no Diário do Nordeste, O Povo e O Estado é feito diariamente pela Ascom, que monitora também 40 principais blogs e sites. Em 2014, a inserção do *clipping* na *intranet* do TJCE passou a ser feita por meio da plataforma *wordpress*. Foi desenvolvido, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, sistema para o *clipping*



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

digital, possibilitando economia de papel. Anteriormente, o *clipping* era impresso no Parque Gráfico e entregue nos 43 gabinetes dos desembargadores.

Figura 7 – Clipping Eletrônico

The screenshot shows the website interface for the Poder Judiciário do Estado do Ceará. The header includes the logo and navigation links like 'Início Clipping', 'Notícias RSS', 'Fale Conosco', and 'Webmail'. The main content area features a search bar, a calendar for November 2014 (with the 6th highlighted), and a news section. The featured article is titled '[LEI MARIA DA PENHA] Monitoramento eletrônico para infratores no interior é pauta de debate no TJCE'. Below the article, there are 'Notícias' listed with dates and titles.

Fonte: Assessoria de Comunicação

### 10.6 Campanhas e divulgações internas

A *intranet* é o meio mais utilizado pela Assessoria de Comunicação para interagir com o público interno, por meio de notícias, *banners* e *clipping* eletrônico. Em média, são publicadas dez matérias por dia, de âmbito administrativo e judicial. Até janeiro de 2015, será disponibilizada a nova intranet do TJCE, desenvolvida conjuntamente pela Setin, Seplag e Ascom, com *layout* que proporcionará mais visibilidade às ações desenvolvidas pelas secretarias e departamentos.

Vale registrar, ainda, a criação e divulgação de campanhas institucionais, por meio da produção de *banners*, cartazes e logomarcas, a saber:

- i. logomarca do “Fórum Sustentável”;
- ii. projeto gráfico do folder “Conhecendo o Fórum Clóvis Beviláqua”;
- iii. banner com as ações da gestão 2013-2015;
- iv. campanha institucional para divulgação do Selo Extrajudicial Digital;
- v. cartazes para mutirões e datas comemorativas, como Doação de Brinquedos, Dia das Mães e Mutirão de Conciliação.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 8 - Campanhas Institucionais



Fonte: Assessoria de Comunicação

### 10.7 Programa Justiça e Cidadania

Tem como objetivo estabelecer um canal de comunicação entre o Judiciário cearense e a Sociedade, por meio de iniciativas que divulguem, com transparência, clareza e linguagem acessível, aspectos relativos ao papel, estrutura e funcionamento deste Poder, além de orientar o cidadão sobre seus direitos.

Dentre as iniciativas contempladas pelo Programa, destaca-se o acolhimento de estudantes da rede municipal e estadual de ensino, bem como, das universidades públicas e privadas, proporcionando-lhes visitas guiadas às dependências do Tribunal de Justiça, com a finalidade de conhecerem o Judiciário. Ainda faz parte do Programa a ida de magistrados às escolas para a realização de palestras sobre temas variados.

Em 2014, um total de 8.928 estudantes foram contemplados pelo Programa, que é conduzido pela Assessoria de Cerimonial, em parceria com a Assessoria Institucional e com a Assessoria de Comunicação.



## 10.8 Projeto Cidadania Judiciária

Com vistas a aproximar o Poder Judiciário cearense e a sociedade, foi idealizado pela Assessoria Institucional, o Projeto de Cidadania Judiciária, que resultou no contrato celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Fundação Demócrito Rocha para o desenvolvimento do Programa de Cidadania Judiciária, uma iniciativa inédita no âmbito do Poder Judiciário que visa a promover a qualificação integrada e o aperfeiçoamento do diálogo e debate social, com base em ferramentas de democracia participativa.

Tendo como foco a cidadania na cena do Judiciário com a sociedade, os movimentos sociais, agentes públicos, alunos e professores de ensino médio, o Programa fundamenta-se na utilização de instrumentos pedagógicos de ensino à distância, ferramentas voltadas para o resgate histórico deste Tribunal, além de subsídios que visem à mobilização em mídias sociais. O objetivo é o desenvolvimento de um canal de comunicação entre a sociedade e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

O conteúdo do Programa foi subdividido em duas fases, a saber:

- i. 1ª fase:
  - temas abordados: “Direitos e Deveres do Cidadão”, “Organização Social Brasileira” e “Cidadania na Comunidade”;
  - material disponibilizado: kit “Cidadania Judiciária” contendo 03 DVDs-libretos, com material impresso e em vídeo alusivos aos subtemas da etapa, a serem distribuídos a 2.500 entidades da sociedade organizada.
- ii. 2ª fase:
  - temas abordados: “A Justiça e a Escola”, “A Justiça e os Direitos Sociais” e “Agentes da Justiça”.
  - material disponibilizado: kit “Cidadania Judiciária” contendo 03 DVDs-libretos, que serão repassados a 600 escolas da rede pública, 500 entidades de movimentos sociais e a agentes da Justiça.

Além deste material, serão confeccionados fascículos a serem encartados em jornal de grande circulação para acesso à população em geral, sendo realizados também, por meio de um ambiente virtual de aprendizagem, cursos relacionados às vertentes utilizadas para os interessados em participar.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 11. OUTRAS AÇÕES E PROJETOS

#### 11.1 Realização do II Ciclo de Palestras – Gestão Organizacional: Eficiência na Gestão Pública

Tendo como objetivo a disseminação de metodologias de gestão adequadas ao desenvolvimento organizacional, foram realizadas palestras e mesa redonda com personalidades da área estratégica dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, destinadas a gestores e servidores do TJCE. A ação foi promovida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, e incluiu a realização dos seguintes eventos:

- i. Palestra Inovação em Gestão (22/08/2104)
- ii. Palestra Controle Externo (12/09/2014)
- iii. Mesa Redonda: Programa GesPública (22/10/2014)
- iv. Palestra Governança, Estratégia e Desempenho no Setor Público (28/11/2014)

#### 11.2 Gestão do conhecimento organizacional

Tendo como objetivo a implantação de práticas relacionadas aos processos de identificação, armazenamento, estruturação e compartilhamento do conhecimento organizacional, foram conduzidas diversas ações pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão ao longo do biênio 2013-2014, merecendo realce:

- i. padronização, elaboração de regras e realização de capacitação junto às unidades do TJCE para elaboração do Relatório Anual de Gestão, em conformidade com as regras da ABNT, às diretrizes dos órgãos de controle externo e aos objetivos institucionais de retenção de conhecimento;
- ii. reestruturação do Portal da Transparência do TJCE, com a reorganização das páginas e menus de acesso, um melhor detalhamento das informações e a disponibilização de arquivos em formatos abertos e não proprietários. Foram realizados, ainda, um mapeamento de informações, prazos e periodicidades de atualização, bem assim um



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- alinhamento junto às unidades responsáveis pelos dados, como forma de garantir a completude e atualização dos dados disponibilizados à sociedade;
- iii. desenvolvimento de repositório central de informações e conhecimentos organizacionais – a Central do Conhecimento – que proporcionou aos servidores, gestores e magistrados um acesso ampliado e simplificado às informações e aos conhecimentos organizacionais existentes, bem como uma plataforma virtual de compartilhamento e colaboração;
- iv. realização das palestras “Transformando Conhecimento em Valor” no Tribunal de Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua, com o objetivo de difundir a importância dos conhecimentos organizacionais e estimular a cultura de compartilhamento e criação de novos conhecimentos no Poder Judiciário cearense;
- v. reestruturação e modernização do Portal do TJCE na rede mundial de computadores e da *intranet*, esta última a ser divulgada até janeiro de 2015;
- vi. elaboração das Políticas de Gestão de Conteúdos da *intranet* e do Portal do TJCE na rede mundial de computadores, a segunda instituída por meio da Portaria nº 672, de 07 de abril de 2014, contendo regras e permissões para inclusão, atualização e gestão dos conteúdos institucionais disponibilizados no referido portal;
- vii. levantamento de conteúdos, padronização e fornecimento de orientações às unidades do TJCE para elaboração do Relatório de Transição 2014, em conformidade com as regras da ABNT e às diretrizes estabelecidas na resolução nº 95 do CNJ, de 29 de outubro de 2009, que dispõe sobre a transição dos dirigentes dos Órgãos do Poder Judiciário.

### 11.3 Acompanhamento de estatísticas e informações gerenciais

No campo das estatísticas, além das ações descritas na seção “Estatística Processuais”, foi empreendida pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão uma série de ações buscando o acompanhamento sistemático e um maior suporte a magistrados e servidores em relação a metas e indicadores do TJCE, destacando-se:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- i. criação de novos modelos de acompanhamento das metas do Judiciário Nacional, que apresentam tabelas e gráficos com os resultados alcançados por cada instância do TJCE;
- ii. apoio no acompanhamento pelo Gestor da Meta 4 de 2014, Desembargador Inácio Alencar, referente a processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, como forma de subsidiar os trabalhos por ele executados e fomentar o cumprimento da meta;
- iii. constante revisão e adequação de parâmetros de extração das informações referentes ao relatório Justiça em Números e às Metas do Conselho Nacional de Justiça (Metas 1, 2, 4 e 6 em 2014), em prol da fidedignidade dos dados;
- iv. Apoio metodológico na construção de indicadores e metas para o Planejamento Estratégico 2015-2020.

Elencam-se, demais disso, os estudos estatísticos e os relatórios de gestão elaborados pela Seplag ao longo do biênio, que subsidiaram a Gestão na tomada de decisão e no acompanhamento sistemático de resultados, promovendo, ainda, um melhor entendimento por parte de magistrados e servidores a respeito das metas e indicadores do TJCE, a saber:

Tabela 42: Estudos e Relatórios elaborados pelo Departamento de Informações Gerenciais

| Nome                           | Descrição   |
|--------------------------------|---|
| Boletim Estatístico 2013.1     | Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Relatório Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao 1º semestre de 2013   |
| Nota Técnica 01/2013           | Analisa e fornece esclarecimentos a respeito do desempenho do TJCE nos indicadores contidos no Relatório Justiça em Números 2013 (ano-base 2012)  |
| Relatório Anual de Gestão 2013 | Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no exercício de 2013   |
| Boletim Estatístico 2013       | Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao ano de 2013   |
| Nota Técnica 01/2014           | Analisa de forma detalhada os critérios estabelecidos na Resolução nº 184/2013 do CNJ, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário, bem assim apresenta o desempenho do TJCE nos referidos parâmetros. |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### Conclusão

| Nome                       | Descrição  |
|----------------------------|--|
| Boletim Estatístico 2014.1 | Consolida e apresenta os resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e Metas Nacionais, referentes ao 1º semestre de 2014  |
| Estudo Técnico 01/2014     | Analisa os resultados obtidos pelo TJCE nos principais indicadores do Relatório Justiça em Números referentes ao exercício de 2013, trazendo, ainda, análises comparativas envolvendo a evolução dos mesmos com relação aos anos anteriores  |
| Nota Técnica 02/2014       | Analisa e fornece esclarecimentos a respeito do desempenho do TJCE nos indicadores contidos no Relatório Justiça em Números 2014 (ano-base 2013)   |
| Nota Técnica 03/2014       | Atualiza os resultados apresentados na Nota Técnica 01/2014, com a inclusão dos dados divulgados no Relatório Justiça em Números 2014 (ano-base 2013), bem como analisa os critérios estabelecidos na Resolução nº 184/2013 do CNJ e apresenta o desempenho do TJCE nos referidos parâmetros                   |
| Estudo Técnico 02/2014     | Analisa a série histórica de resultados obtidos com relação às metas institucionais contidas no Plano Estratégico 2010-2014, bem como apresenta propostas de indicadores para o Plano Estratégico 2015-2020, de acordo com os macrodesafios estipulados pelo CNJ e com os objetivos estratégicos do novo plano |
| Relatório de Transição     | Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no biênio de 2013-2014 visando ao aporte informações para a equipe de gestores que estará à frente do Judiciário do Ceará no próximo biênio   |
| Relatório de Gestão 2014   | Consolida e apresenta as principais ações, projetos e resultados obtidos pelo TJCE no biênio de 2013-2014 com vistas ao registro gerencial e histórico da equipe de Gao tão que esteve à frente do TJCE nos anos de 2013 e 2014  |

Fonte: Departamento de Informações Gerenciais/Seplag

### 11.4 Curso Gestão do Conhecimento e Inovação

Visando ao aprimoramento de processos, produtos e serviços nas unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário do Ceará, foi realizado o curso “Gestão do Conhecimento e Inovação”, em plataforma EaD, abordando conceitos introdutórios e técnicas relacionadas à inovação e à melhoria da gestão do conhecimento organizacional. A tutoria e a elaboração do conteúdo do curso foram realizadas por servidores da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão.

### 11.5 Café da Gestão

Tendo como objetivo o aprimoramento de competências gerenciais e estratégicas dos seus servidores, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão promove, semanalmente, o Café da Gestão – ciclo de palestras ministradas por gestores, servidores e convidados, sobre temas



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

relacionados à gestão. Os encontros proporcionam integração, compartilhamento de conhecimentos e debates em torno das lições aprendidas e das oportunidades de melhorias identificadas. Uma vez por mês mantém-se a rotina de convidar um palestrante externo para apresentar temas e discussões condizentes com os propósitos do Café da gestão. Nessas ocasiões, também são convidados servidores de outras áreas do Tribunal. Durante o ano de 2013, foram realizados 35 encontros do Café da Gestão, dos quais 02 foram conduzidos por palestrantes convidados de outras instituições governamentais. Por sua vez, em 2014 foram realizados 37 encontros, sendo 04 conduzidos por palestrantes externos.

### 11.6 Compartilhamento, fomento e reconhecimento de boas práticas de gestão

O TJCE, por meio da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, busca incentivar a cultura da publicação de boas práticas de gestão no serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado através do Banco de Boas Práticas do Judiciário cearense. O Banco fica situado *on line* na Central do Conhecimento.

No ano de 2013, o Banco de Boas práticas recebeu o seguinte quantitativo de participações:

Tabela 43 – Práticas publicadas no Banco de Boas Práticas em 2013

| Classificação   | Boas práticas internas | Boas práticas externas |
|-----------------|------------------------|------------------------|
| Administrativas | 7                      | 3                      |
| Jurídicas       | 4                      | 5                      |
| Socioambiental  | 1                      | 4                      |

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

Já no ano de 2014, foi empreendido alinhamento das metas setoriais da GAM de 13 unidades do Judiciário cearense no sentido de as mesmas encaminharem semestralmente, no mínimo, uma boa prática de gestão para o Banco. No referido ano, o quantitativo de participações foi:





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 44 – Práticas publicadas no Banco de Boas Práticas em 2014

| Classificação   | Boas práticas internas | Boas práticas externas |
|-----------------|------------------------|------------------------|
| Administrativas | 19                     | 4                      |
| Jurídicas       | 1                      | 5                      |
| Socioambiental  | 5                      | 2                      |

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

Com o intuito de reconhecer a qualidade e o compartilhamento de práticas de gestão, no anos de 2014 foi promovida a 2ª edição do “Prêmio Melhores Práticas de Gestão”. A premiação, ocorrida em março de 2014, referiu-se às boas práticas inscritas no Banco no ano de 2013, sendo esses os resultados da edição do Prêmio, conforme disciplinamentos editados pela Gestão 2013-2015 (Portaria nº 1117/2013 e Portaria nº 20/2014):

Tabela 45 - Edição 2013 do Prêmio Melhores Práticas de Gestão (premiação realizada em março de 2014)

| Prática (título)  | Colocação | Comarca                    | Autor(es)  |
|---|-----------|----------------------------|--|
| Planejamento, metas e gestão de pessoas na administração judiciária como fator de valorização da imagem do Judiciário | 1º lugar  | Itapiúna                   | Dr. Erick Omar Soares Araujo (Magistrado)        |
| Manual de rotinas cíveis e criminais  | 2º lugar  | Fortaleza – 14ª unid. JECC | Francisca Nelzeny Feitosa Santos (Servidora)     |
| Excelência no atendimento ao jurisdicionado   | 3º lugar  | Fortaleza – TJCE           | Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda (Magistrada) |

Fonte: Divisão de Gerenciamento da Inovação/Seplag

### 11.7 Construção, validação, implantação e evolução do fluxo digital do plantão judiciário

Foi implantado pela Secretaria Judiciária, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o fluxo digital do Plantão Judiciário de segundo grau, a fim de possibilitar o recebimento, o cadastramento e o encaminhamento, no sistema SAJ-SG, dos processos recebidos durante os Plantões Judiciários realizados nos finais de semana e nos feriados.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### **11.8 Análise do manual de racionalização de procedimentos do CNJ e validação da nova tabela de índices para realização de cálculos judiciais**

Foi realizada, pela Secretaria Judiciária, análise do Manual de Racionalização de Procedimentos do Conselho Nacional de Justiça e validação de nova tabela de índices para a realização de cálculos judiciais.

### **11.9 Reforma nas instalações físicas das unidades administrativas vinculadas à Secretaria Judiciária**

Foram realizadas reformas nas instalações do Departamento Judiciário Cível, Divisão de Distribuição e Departamento de Serviços Judiciários de Apoio, racionalizando os respectivos espaços físicos e adequando-os à realidade do processo eletrônico.

A reforma apresentou um quadro positivo de controle das atividades exercidas pelos servidores, melhorando o desempenho dos mesmos, a exemplo da concentração dos Serviços de Recursos das Câmaras em uma única área, como também a mudança do Serviço de Cálculos para uma sala com maior espaço físico e mais privacidade considerando o trabalho que o setor realiza.

### **11.10 Saneamento das informações dos sistemas SProc e SAJ-SG**

Com escopo de reduzir a taxa de congestionamento do 2º grau (Meta Institucional nº 02), nos termos da Resolução nº 06/2014 do Órgão Especial, foi realizado pela Secretaria Judiciária o saneamento das informações processuais contidas nos sistemas SProc e SAJ-SG.

### **11.11 Descentralização do protocolo administrativo**

Os departamentos desta Corte implantaram como boa prática, no exercício de 2014, a protocolização de CPA (Cadastro de Processo Administrativo) em todas as suas unidades, em conformidade com a Portaria nº 1994/2012.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 11.12 Projeto de transparência do protocolo e da distribuição

Visa disponibilizar ao público em geral informações acerca dos processos interpostos, através de monitores alocados no “hall” dos setores respectivos. O projeto é coordenado pela Secretaria Judiciária.

### 11.13 Certidão *on line* do 2º grau

O projeto, que é conduzido pela Secretaria Judiciária e se encontra em fase de planejamento, visa disponibilizar, no Portal do TJCE na rede mundial de computadores, o serviço de emissão de “Certidão *on line*” dos processos de 2º grau.

### 11.14 Reestruturação do setor de cálculos judiciais

Objetiva racionalizar, padronizar e manualizar os procedimentos e metodologias de cálculos financeiros adotados no Tribunal de Justiça e no Serviço de Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua, bem como adequar o espaço físico e os equipamentos, incrementar o quadro de pessoal e capacitar os servidores. O projeto se encontra na fase de realização e vem sendo coordenado pela Secretaria Judiciária.

### 11.15 Reestruturação da Assessoria de Precatórios

Conferindo especial atenção ao Serviço de Precatórios, foi proposto ao Poder Legislativo Estadual a alteração da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, com o objetivo de transformar o antigo Serviço de Precatórios em Assessoria de Precatórios, órgão de assessoramento direto à Presidência, integrado por uma Assessoria de Cálculos e uma Assessoria Jurídica, sob a coordenação de um Assessor-chefe. A transformação ocorreu em 15 de julho de 2013, com a publicação da Lei nº 15.380, de 11 de julho de 2013.

Atualmente, referida unidade administrativa, além das assessorias citadas – dois assessores jurídicos e uma assessora técnica de cálculos –, conta com equipe de apoio compreendendo seis servidores efetivos, quatro funcionários terceirizados e doze estagiários, bem



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

como recebe o auxílio de dois assessores jurídicos cedidos pela Consultoria Jurídica e um assessor jurídico cedido pelo gabinete do Desembargador ocupante da Presidência.

Foi reestruturado, de igual forma, o espaço físico do setor, tendo sido iniciado projeto de ampliação e modernização nas suas instalações, objetivando adaptá-lo à nova estrutura organizacional trazida pela Lei nº 15.380/2013. O novo layout disponibiliza espaços que possibilitam comunicação direta entre o Assessor-chefe, as Assessorias Jurídica e de Cálculos, Sala de Apoio e o Gabinete do Juiz Auxiliar da Presidência, permitindo maior rendimento dos servidores atualmente lotados nesta unidade administrativa.

Nesse passo, houve alteração nas instalações do protocolo próprio da Assessoria de Precatórios, que passou a contar com espaço mais reservado para o atendimento às partes (credores/advogados/procuradores).

O protocolo também foi modernizado com a implantação do Sistema SAJ Protocolo, que permite o recebimento, digitalização e juntada imediata das petições apresentadas pelos credores em meio físico ao SAJ-SG – Fluxo de Precatórios. Importante salientar que os advogados cadastrados, a partir da publicação da Resolução nº 13/2013, do TJCE, passaram a apresentar suas petições virtualmente, fazendo uso do Sistema SAJ-SG.

No contexto da reestruturação, foram, ainda, realizadas as seguintes ações:

- i. promovida a readequação de metas e indicadores da GAM do setor;
- ii. oportunizada a capacitação da equipe de colaboradores: promoção de treinamento dirigido a todos os servidores da unidade no Sistema SAPRE, e, no decorrer do mês de novembro, o treinamento para uso do SAJ-SG – Fluxo de Precatórios (2013). Sobre o Sistema SAPRE, também foi promovida pela Assessoria de Precatórios capacitação externa, para servidores lotados no Fórum Clóvis Beviláqua e no TJCE (2014);
- iii. idealizado e posto em prática projeto de capacitação interna da equipe de colaboradores, compreendendo matéria de interesse da Assessoria de Precatórios e apresentada por servidores da própria unidade administrativa (2014);
- iv. alocação de servidores e estagiários, de acordo com suas aptidões, nas unidades internas da Assessoria de Precatórios (Apoio, Assessoria Jurídica e Assessoria Técnica de Cálculos);



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- v. desenvolvimento de cultura interna do conhecimento compartilhado no setor, dotando todos os servidores do conhecimento geral sobre o trabalho dos colegas, com o objetivo de permitir que cada um possa substituir os demais quando necessário, em virtude de férias ou licenças, o que tem garantido a continuidade do serviço público prestado pelo setor;
- vi. reestruturação e atualização do Portal Eletrônico da Assessoria de Precatórios, com sua atualização constante, buscando o aprimoramento das informações a serem por meio dele divulgadas, incluindo ferramentas de consultas aos precatórios em andamento e peticionamento eletrônico.

### 11.16 Projeto Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial

O projeto foi desenvolvido pela Secretaria Geral com o objetivo de possibilitar o pagamento, com fonte de custeio definida no orçamento do Poder Judiciário estadual, de honorários a peritos, tradutores e intérpretes em processos cíveis em que deferido o benefício da justiça gratuita, constituindo-se atualmente atividade desenvolvida pela Secretaria Judiciária.

A normatização da matéria se deu mediante à Resolução nº 10/2012, do Órgão Especial, tendo o projeto sido finalizado em outubro de 2014, com a publicação do Edital de Credenciamento nº 01/2014, de 31/10/2014, publicado no DJe de 03/11/2014, possibilitando ao Poder Judiciário estadual a formação do Banco de Peritos. Participaram da elaboração do referido edital de credenciamento a Consultoria Jurídica, a Secretaria Judiciária e a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua

Foi ainda desenvolvido e implantado sistema informatizado para interessados em integrar o Banco Estadual de Peritos, mediante inscrição pela *internet*, possibilitando às unidades judiciárias o acompanhamento das informações relativas aos peritos cadastrados por comarca.

### 11.17 Gestão de Pessoas – magistrados de 1º Grau das comarcas do interior do Estado

É realizado, pela Secretaria Geral, o controle de todas as movimentações e afastamentos dos magistrados do 1º grau das comarcas do interior do Estado), tais como substituições, férias, licença para tratamento de saúde, outros afastamentos, bem como os procedimentos referentes à



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

promoção, à remoção, ao acesso e às permutas, além daqueles referentes ao provimento de vagas de membro efetivo e suplente das Turmas Recursais.

Nesse sentido, foi criada pasta compartilhada com informações sobre magistrados de 1º grau, permitindo seu acesso pelo Gabinete da Presidência, Secretaria Geral e Fórum Clóvis Beviláqua. Relativamente aos magistrados de 1º grau, são ainda realizadas:

- i. concessão de Suprimento de Fundo a magistrados do interior do Estado;
- ii. recadastramento dos pedidos de auxílio-moradia, havendo sido analisados cerca de 90 processos administrativos em 2013 e 71 em 2014, com verificação da instrução, expedição de comunicações, informações, despachos e planilhamento dos processos deferidos, implantados em folha, indeferidos ou com pendências;
- iii. análise de processos administrativos referentes às escolhas de Juízes Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, na classe de Juiz de Direito, efetivos e suplentes, inclusive com preparo dos expedientes necessários às votações pertinentes durante sessão do Tribunal Pleno para a indicação dos escolhidos;
- iv. análise e autorização de cadastro dos magistrados e servidores no Infoseg, Renajud, Bacenjud e Infojud;
- v. levantamento sobre todas as situações de "respondência" dos magistrados lotados em comarcas do interior do Estado – seja dentro e/ou fora da respectiva zona judiciária de atuação, registrando-se a elaboração de portarias para definição de novas situações;
- vi. concessão de licença para tratamento de saúde a magistrados da capital.

Tabela 46 – Movimentações e afastamentos de magistrados das comarcas do interior do Estado

| Portaria de designação para atuar em processo por natureza | 2013 | 2014 |
|--|------|------|
| Suspeição/Impedimento                                      | 43   | 20   |
| Auxílio em Comarca   | 6    | 3    |
| Resp. Férias   | 68   | 37   |
| Resp. Licença  | 15   | 21   |
| Resp. Vacância   | 31   | 10   |
| Afastamento  | 3    | 4    |
| Diretoria de Fóruns  | 20   | 8    |
| Revogação  | 20   | 8    |
| Celebração de Casamento                                    | 29   | 13   |

Fonte: Secretaria Geral



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 11.18 Assessoramento administrativo e financeiro/exercício de delegação

A Secretaria Geral atua no exercício de delegação de competências, na autorização, análise e revisão de informações em processos de compras e outros serviços cujo valor seja superior ao estabelecido para a modalidade Carta Convite – acima de R\$ 80.000,00, e, ainda, dos seguintes tipos de procedimentos:

- i. autorização de abertura de licitação, celebração de convênios, respectiva autorização de emissão de empenho, assinatura de Notas de Empenhos e reconhecimento de dívida, conjuntamente com os Secretários das áreas;
- ii. autorização de abertura de licitação, celebração de convênios, respectiva autorização de emissão de empenho, assinatura de Notas de Empenhos e reconhecimento de dívida;
- iii. ordenação e autorização de despesas relativas às atividades do Gabinete da Presidência e do Gabinete da Vice-Presidência, até o limite do valor estabelecido para a modalidade Tomada de Preços, inclusive a instauração de procedimento licitatório, sua homologação e ainda para compra e contratação de prestação de serviços para essas Unidades.

Os dados a seguir demonstram o volume quantitativo das citadas atividades:

Tabela 47 - Análise e Decisões em Processos Administrativos 2013-2014

| Entrada |       | Saída |       | Arquivados |      |
|---------|-------|-------|-------|------------|------|
| 2013    | 2014  | 2013  | 2014  | 2013       | 2014 |
| 10.105  | 9.051 | 9.748 | 8.797 | 393        | 215  |

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Dentre outras ações desenvolvidas pela Secretaria Geral, destacam-se:

- i. a revisão da normatização da edição do Diário da Justiça – Portaria nº 41/2014;
- ii. a realização de campanhas, a cargo do Departamento de Serviços Integrados de Saúde como Triagem Vocal, Vacinação contra Gripe e Hepatite B, Combate e Prevenção da Obesidade, Combate à Hipertensão Arterial, Dia Mundial da Voz, Outubro Rosa e Novembro Azul;







## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

entendimentos firmados pelo setor e encampados pela Presidência do TJCE no biênio 2013-2014. Espera-se que a revista sirva de parâmetro de consulta para as gestões vindouras.

### 11.21 Guarda e gerenciamento de processos físicos

Com a adoção pelo Tribunal de Justiça do Ceará do processo judicial eletrônico e, considerando o aumento da produção de informações em formato digital, tornou-se necessário que a Assessoria Institucional, por meio da sua Divisão de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, realizasse a guarda e o gerenciamento dos autos físicos após a sua conversão. No biênio 2013-2014 foram recebidos 23.760 processos físicos, referentes às varas Cíveis, da Fazenda Pública, Criminais e de Trânsito. Da parte da Secretaria Judiciária, foram recebidos 7.896 processos.

No que concerne aos processos relativos ao 2º grau, a Assessoria Institucional, por meio da sua Divisão de Arquivo, desempenhou as seguintes ações: conferência, higienização, triagem e reorganização de 1.200 caixas de 20kg e de 760 caixas tipo box; arquivamento e desarquivamento de 15.447 processos, dos quais 14.955 eram jurídicos; conferência de 627 fichas financeiras digitalizadas dos servidores, proporcionando maior segurança nas juntadas de peças de processos digitais; organização de livros de atas, de acórdãos e de cursos de apelação cíveis e criminais, totalizando 600 livros de períodos diversos (englobando exemplares datados do ano de 1881 a 2004); e a reestruturação da sala-cofre, com a realocação de estantes e a consequente organização de 887 caixas alocadas no espaço.

### 11.22 Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe

A Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe encontra-se totalmente informatizada, possuindo um acervo de 9.706 títulos e 13.725 exemplares de livros, além de 210 títulos de periódicos, disponíveis para pesquisas e empréstimos. Há de se ressaltar que, no biênio 2013-2014, a Biblioteca realizou um total de 4.164 empréstimos e, somente em 2014, recebeu a visita de cerca de 1.600 alunos oriundos de diversas escolas públicas e faculdades de direito. Além disso, é realizada mensalmente uma pesquisa de percepção do grau de satisfação do público com o material disponibilizado na Biblioteca e com os serviços prestados, sendo aferido que os usuários se encontram com nível de satisfação de 98%.



### **11.23 Programa Nacional de Gestão Documental**

Em consonância com a Recomendação nº 37 e com a Portaria nº 616/2010, ambas do Conselho Nacional de Justiça, que instituíram, respectivamente, o Programa Nacional de Gestão Documental e o Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), a Assessoria Institucional, por meio do Departamento de Gestão de Documentos, iniciou os trâmites necessários ao atendimento das citadas normas, a saber:

- i. estudo, desenvolvimento, planejamento e coordenação das atividades relacionadas à organização técnica e administrativa de gestão documental;
- ii. coordenação do grupo de trabalho de gestão documental, referente ao recebimento e guarda dos processos digitalizados oriundos do Fórum Clóvis Beviláqua;
- iii. catalogação de normas arquivísticas;
- iv. esboço das tabelas de temporalidade de documentos.

Nesse contexto, foram iniciados, em 2013, os trabalhos necessários à implantação da política de gestão documental no âmbito do Poder Judiciário cearense (Proged), que definirá as condições necessárias à padronização e à melhoria dos processos de trabalho, bem como à preservação e à divulgação das informações, resultando no aprimoramento da prestação jurisdicional e da utilização dos acervos judiciais como fonte de pesquisa histórica.

Vale salientar que, além de atender às diretrizes e normativos do CNJ, a implantação do Proged resultará na criação de Tabela de Temporalidade, que será utilizada pelo TJCE como parâmetro para o descarte de documentos físicos e eletrônicos, incorrendo em redução de custo e otimização no uso do espaço disponível.

### **11.24 Projeto “Amor à Vida, Crack Não!”**

Realizado em parceria com o Instituto Venelouis Xavier Pereira / Jornal O Estado, o Projeto leva, a diversas escolas públicas, palestras com psicólogos e ex-usuários de drogas esclarecendo sobre o uso do crack e de outras drogas.

Sob monitoramento e execução da Assessorial de Cerimonial do TJCE, já foram beneficiados pela ação 2.027 alunos da rede pública estadual e municipal.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 11.25 Eventos

Seguem listas de eventos e ações realizados e/ou acompanhados pela Assessoria de Cerimonial:

Tabela 48 - Eventos – Gestão 2013-2015

| Data       | Hora      | Eventos   | Local                                      |
|------------|-----------|---|--|
| 29/01/2013 | 14h       | Solenidade de Posse do novo Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua   | Fórum Clóvis Beviláqua                     |
| 29/01/2013 | 16h30min  | Solenidade de Transmissão de Cargo de Corregedor Geral de Justiça   | Corregedoria                               |
| 05/02/2013 | 19h30min  | Solenidade de Posse Diretor da Esmec  | Esmec                                      |
| 22/02/2013 | 15h       | Solenidade de Posse do Presidente da Cejai  | Sala de Convivência do TJCE                |
| 08/03/2013 | 9h30min   | Debate sobre Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher   | Colégio Deputado Paulo Benevides           |
| 15/03/2013 | 14h30min  | Missas em Ação de Graças pela Posse da Desa. Maria Gladys Lima Vieira   | Capela do TJCE                             |
| 20/03/2013 | 9h às 12h | Reunião Conjunta do TJCE/MP/Defensoria Pública com membros do GTDA (Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenção Arbitrária, diplomatas e representantes Governo Federal) | Antigo Pleno                               |
| 23/04/2013 | 16h       | Reunião com Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ Luciano Losekann sobre Mutirão Carcerário   | Antigo Pleno                               |
| 03/05/2013 | 15h       | Páscoa dos Magistrados  | 1º Salão do Júri do Fórum Clóvis Beviláqua |
| 11/05/2013 |           | Passeio ao Beach Park   | Beach Park                                 |
| 13/05/2013 | 12h       | Missas em Ação de Graças à Nossa Senhora de Fátima, Dia das Mães e Coroação de Maria  | Capela do TJCE                             |
| 14/05/2013 | 12h       | Culto em Ação de Graças ao Dia das Mães   | Hall do 1º andar do TJCE                   |
| 16/05/2013 | 16h30min  | Aposição de fotografias dos ex-presidentes do TJCE  | Galeria do TJCE - andar térreo             |
| 05/06/2013 | 9h        | Visita de Alunos da EMEIF Dom Antonio Batista Fragozo   | TJCE                                       |
| 05/06/2013 | 10h       | Solenidade do dia do Meio Ambiente  | TJCE                                       |
| 12/06/2013 | 14h30min  | Palestra da Magistrada Rosália Gomes dos Santos na Escola de Ensino Médio Presidente Humberto Castelo Branco  | Escola                                     |
| 13/06/2013 | 12h       | Missas em Ação de Graças pela Posse dos novos Dirigentes do TER   | Capela do TJCE                             |
| 14/06/2013 | 16h       | Solenidade de Posse dos novos Dirigentes do TRE   | Pleno do TJCE                              |
| 17/06/2013 | 10h       | Sessão Pública de escolha de comarcas dos novos Juízes  | Antigo Pleno                               |
| 24/06/2014 | 10h       | Homenagem do TJCE ao Centenário de Luiz Gonzaga e festividades juninas do Poder Judiciário  | TJCE                                       |
| 04/07/2013 | 14h       | Solenidade de Posse de 35 Juízes Substitutos em Comarcas do Interior  | Pleno do TJCE                              |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| Data       | Hora      | Eventos   | Local                                 |
|------------|-----------|---|---------------------------------------|
| 09/07/2013 | 17h       | Missa em Ação de Graças pelo Natalício do Des. Suenon Mota  | Capela Nossa Senhora de Fátima - TJCE |
| 16/07/2013 | 10h       | Solenidade de conclusão do Curso de Brigadistas do Poder Judiciário cearense  | Auditório da Corregedoria             |
| 26/07/2013 | 16h       | Solenidade de Posse dos Magistrados Lisete de Sousa Gadelha e Raimundo Nonato Silva Santos como Desembargadores do TJCE         | Pleno do TJCE                         |
| 08/08/2013 | 16h       | Solenidade de Posse do Advogado Paulo Airton Albuquerque Filho como Desembargador do TJCE                                       | TJCE                                  |
| 14/08/2013 | 17h       | Aula-show com Ariano Suassuna   | Esmec                                 |
| 02/09/2013 |           | Abertura da Exposição “Os símbolos Oficiais e a construção da identidade nacional”  | TJCE                                  |
| 16/09/2013 | 8h        | Abertura do Curso de Mediação e Conciliação no âmbito dos Cartorários   | Esmec                                 |
| 19/09/2013 | 16h30min  | Missa em Ação de Graças pelo aniversário natalício do Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz  | Capela do TJCE                        |
| 24/09/2013 | 14h30min  | Palestra do Magistrado Cristiano Rabelo Leitão  | Escola EMEIF Profa. Aldaci Barbosa    |
| 14/10/2013 |           | Viagem a Crateús – Reunião do Presidente com Magistrados do Interior  | Fórum de Crateús                      |
| 16/10/2013 | 14h30min  | Palestra de Magistrado na EEM Colégio Estadual Liceu do Ceará   | Liceu do Ceará                        |
| 22/10/2013 | 14h30min  | Palestra de Magistrado Cid Peixoto do Amaral na EMEIF Marieta Cals  | Colégio                               |
| 24/10/2013 | 9h30min   | Apresentação do Coral pelo Dia do Servidor Público  | TJCE                                  |
| 25/10/2013 | 9h30min   | Comemorações do Dia do Servidor   | TJCE                                  |
| 04/11/2013 |           | Viagem a Limoeiro do Norte - Reunião do Presidente com Magistrados do Interior  | Fórum Limoeiro do Norte               |
| 05/11/2013 | 9h        | Reunião de Trabalho acerca da Implantação do Selo Digital para Cartorários da capital e Região Metropolitana                    | Auditório da Corregedoria             |
| 05/11/2013 | 14h       | Visita de Alunos da EMEIF Marieta Cals  | TJCE                                  |
| 11/11/2013 |           | Viagem a Juazeiro do Norte - Reunião do Presidente com Magistrados do Interior  | Fórum de Juazeiro do Norte            |
| 13/11/2013 | 12h       | Missa em Ação de Graças pela Posse dos Magistrados Mário Parente Teófilo Neto e Maria Edna Martins como Desembargadores do TJCE | Fórum Clóvis Beviláqua                |
| 13/01/2013 | 12h       | Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício do Des. Francisco Auricélio Pontes   | Capela do TJCE                        |
| 07/02/2014 | 10h       | Entrega do Diploma “Missão Cumprida”  | Antigo Pleno                          |
| 10/03/2014 | 9h30min   | Apresentação do Coral pelo Dia Internacional da Mulher  | TJCE, CDI e Corregedoria              |
| 13/03/2014 | 8h às 18h | Curso e Seminário sobre Adoção  | Esmec                                 |
| 17/03/2014 |           | Solenidade de Abertura da I Semana Nacional do Juri   | Fórum Clóvis Beviláqua                |
| 20/03/2014 | 14h       | Visita de 30 Alunos do Master Concursos   | TJCE                                  |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| Data       | Hora      | Eventos  | Local                                  |
|------------|-----------|--|--|
| 26/03/2014 | 9h        | Visita de Alunos da EMEIF Professora Aldaci Barbosa  | TJCE                                   |
| 26/03/2014 | 14h       | Visita de Alunos da EMEIF Belarmina Campos   | TJCE                                   |
| 27/03/2014 | 14h       | Visita de 30 Alunos do Master Concursos  | TJCE                                   |
| 15/04/2014 | 14h30min  | Palestra na EEM Liceu de Messejana   | Liceu de Messejana                     |
| 24/04/2014 | 8h às 17h | VI Seminário sobre Mediação  | Esmec                                  |
| 25/04/2014 | 14h30min  | Palestra na EM Aldemir Martins   | Escola                                 |
| 26/04/2014 | 9h às 13h | Páscoa dos Magistrados   | CEU                                    |
| 30/04/2014 | 16h       | Solenidade de Lançamento do Livro “Série Direito Vivo Vol. II – Sentenças”   | Restaurante dos Desembargadores        |
| 08/05/2014 | 10h       | Solenidade em Homenagem ao Dia das Mães  | TJCE                                   |
| 20/05/2014 | 14h30min  | Palestra na EEFM Moema Távora  | Colégio                                |
| 28/05/2014 | 9h        | Visita de Alunos da EM Professora Lireda Facó  | TJCE                                   |
| 28/05/2014 | 12h       | Missa em Ação de Graças pela Posse dos novos Desembargadores José Tarcílio e Tereze Neumann                            | Fórum Clóvis Beviláqua - Salão do Juri |
| 29/05/2014 | 16h       | Solenidade de Posse dos Magistrados José Tarcílio Souza da Silva e Tereze Neumann Duarte Chaves                        | TJCE                                   |
| 30/05/2014 | 14h30min  | Palestra de Magistrados na EM Prof. Antonieta Cals   | Escola                                 |
| 06/06/2014 | 16h       | Lançamento do Livro “Série Direito Vivo – Vol. II – Sentenças”   | Restaurante dos Desembargadores        |
| 09/06/2014 | 14h       | Assinatura de Convênio com Sinduscon   | Sala da Presidência                    |
| 08/07/2014 | 11h       | Assinatura de convênio de cessão remunerada de imóveis do Interior do Estado para a instalação de Cartórios Eleitorais | Sala da Presidência                    |
| 14/07/2014 | 14h       | Posse da Desa. Maria Edna Martins como Ouvidora Geral do Poder Judiciário  | Sala da Presidência                    |
| 22/07/2014 | 14h30min  | Palestra do Magistrado Yuri Cavalcante Magalhães na EEFM Monsenhor Dourado   | EEFM Monsenhor Dourado                 |
| 19/08/2014 | 14h30min  | Palestra de Magistrado na EEFM General Eudoro Correia  | Escola                                 |
| 28/08/2014 | 10h       | Sessão Pública FCC   | Antigo Pleno                           |
| 28/08/2014 | 15h       | Solenidade de instalação do Conselho da Comunidade de Fortaleza  | 1º Salão do Júri                       |
| 25/08/2014 | 13h30min  | Cerimônia de entrega do Relatório do III Mutirão Carcerário no Estado do Ceará com Conselheiro Guilherme Calmon        | Pleno do TJCE                          |
| 13/01/2014 | 12h       | Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício do Des. Francisco Auricélio Pontes                                  | Capela do TJCE                         |
| 15/09/2014 | 8h às 17h | Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (1º Encontro)   | Esmec                                  |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| Data            | Hora      | Eventos  | Local  |
|-----------------|-----------|--|--|
| 16/09/2014      | 14h30min  | Palestra de Magistrado em Escola Projeto Amor à vida, Crack não  | EEFM Liceu Prof. Domingos Brasileiro                       |
| 19/09/2014      | 8h às 17h | Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (2º Encontro)   | Esmec  |
| 22/09/2014      | 8h às 17h | Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (3º Encontro)   | Esmec  |
| 24/09/2014      | 16h       | Julgamento dos Recursos do Concurso para Juiz  | Antigo Pleno   |
| 26/09/2014      | 8h às 17h | Reunião da 1ª etapa de elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 (4º Encontro)   | Esmec  |
| 26/09/2014      | 14h30min  | Palestra de Magistrado no Projeto Justiça e Cidadania  | EM Filgueiras Lima   |
| 13/10/2014      | 12h       | Missa em Ação de Graças pela Posse de novas Desembargadoras  | 1º Salão do Júri – Fórum Clóvis Beviláqua                  |
| 15/10/2014      | 16h       | Solenidade de Posse das Magistradas Maria de Fátima de Melo Loureiro e Helena Lúcia Soares como Desembargadoras desta Egrégia Corte de Justiça | Auditório Bernardo Machado da Costa Dória (Pleno 1º andar) |
| 21/10/2014      | 14h30min  | Palestra na EEFM Telina Barbosa  | Escola (Rua Dr. Pergentino Maia, 811 – Messejana )         |
| 29/10/2014      | 15h       | Ato Ecumênico em homenagem ao Dia do Servidor Público  | Hall do 1º andar - TJCE                                    |
| 30/10/2014      | 9h        | Apresentação do Coral do TJCE em homenagem ao Dia do Servidor Público  | TJCE e Fórum Clóvis Beviláqua                              |
| 31/10/2014      | 14h30min  | Palestra na EM Dom Antonio de Almeida Lustosa  | Escola (Rua Geraldo Barbosa, 3901 – Granja Lisboa)         |
| 24/11/2014      | 8h        | Abertura da Semana Nacional de Conciliação   | Fórum Clóvis Beviláqua                                     |
| 28/11/2014      | 14h30min  | Palestra do Promotor de Justiça Francisco Edson de Sousa Landim na EM José Carvalho  | Escola (Rua Clodoaldo Arruda, 1.300 - José de Alencar)     |
| 28/11/2014      | 16h       | Solenidade de Encerramento da Semana Nacional de Conciliação   | Fórum Clóvis Beviláqua                                     |
| 03/12/2014      | 10h       | Prêmio Cidadania Judiciária  | Auditório Dom Aloísio Lorscheider                          |
| 05/12/2014      | 10h       | Solenidade de entrega da Medalha do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo - “Valorização do 1º Grau”                               | Auditório da Corregedoria                                  |
| 10/12/2014      | 15h       | Natal do Poder Judiciário  | Hall do 1º andar - TJCE                                    |
| 12/12/2014      | 14h       | Lançamento do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado   | Auditório Dom Aloísio Lorscheider                          |
| 15/12/2014      |           | Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua  | Pleno do TJCE  |
| 17 a 19/12/2014 | 16h       | Lançamento de Livros do Conselho Editorial do TJCE   | Hall do 1º andar - TJCE                                    |

Fonte: Assessoria de Cerimonial



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 49 - Serviços de Floricultura da Assessoria de Cerimonial – Gestão 2013-2015

| Data       | Eventos  | Local                  |
|------------|--|------------------------|
| 18/01/2013 | Inauguração da 22ª JECC Faeece/Fafor                                     | JECC                   |
| 25/01/2013 | Missa de Ação de Graças pelo novos dirigentes do TJCE                    | TJCE                   |
| 28/01/2013 | Posse do Presidente do TJCE  | TJCE                   |
| 05/02/2013 | Posse do Diretor da Esmec  | Esmec                  |
| 14/03/2013 | Posse da Desa. Maria Gladys Lima Vieira                                  | TJCE                   |
| 10/04/2013 | Velório da Sra. Terezinha Melo   | Velório                |
| 03/05/2013 | Páscoa dos Magistrados   | Fórum Clóvis Beviláqua |
| 22/05/2013 | Velório da Sra. Eulália Medeiros   | Velório                |
| 28/06/2013 | Velório do Sr. José Lima de Oliveira                                     | Velório                |
| 26/07/2013 | Velório do Sr. Fco. das Chagas Oliveira                                  | Velório                |
| 26/07/2013 | Posse da Desa. Lisete e Des. Raimundo Nonato                             | TJCE                   |
| 08/08/2013 | Posse do Des. Paulo Airton   | TJCE                   |
| 07/08/2013 | Abertura do Mutirão Carcerário   | Fórum Clóvis Beviláqua |
| 22/08/2013 | Velório da Sra. Meyre Augusto  | Velório                |
| 27/08/2013 | Palestra na Esmec  | Esmec                  |
| 14/10/2013 | Velório do Des. aposentado Raimundo Hélio de Paiva Castro                | Velório                |
| 31/10/2013 | Velório do Sr. José Humberto Diniz de Freitas                            | Velório                |
| 13/11/2013 | Missa no Fórum dos Desembargadores                                       | Fórum Clóvis Beviláqua |
| 14/11/2013 | Posse dos Desembargadores Mário Parente e Edna Martins                   | TJCE                   |
| 27/02/2014 | Funeral da Sra. Maria Helena Cordeiro Cavalcante                         | Velório                |
| 12/05/2014 | Funeral da Sra. Leda Maria Granja de Castro                              | Velório                |
| 28/05/2014 | Missa em ação de graças pela posse dos novos Desembargadores             | TJCE                   |
| 29/05/2014 | Posse dos novos Desembargadores  | TJCE                   |
| 06/06/2014 | Lançamento do 2º volume da “Série Direito Vivo Sentenças”                | TJCE                   |
| 05/08/2014 | Funeral do Des. Carlos Facundo   | Velório                |
| 06/10/2014 | Funeral da Sra. Maria Goreti de Macedo Sátiro                            | Velório                |
| 04/11/2014 | Funeral da Sra. Maria Irma Belfort Cavalcante                            | Velório                |
| 12/11/2014 | Posse das Desembargadoras Maria de Fátima Loureiro e Helena Lúcia Soares | TJCE                   |

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 50 - Serviços de Sonorização da Assessoria de Cerimonial – Gestão 2013-2015

| Data     | Eventos  | Local |
|----------|--|-------|
| 25/10/13 | Solenidade de encerramento da Semana do Servidor         | TJCE  |
| 05/11/13 | Palestra do Profº Juez Freitas                           | Esmec |
| 14/11/13 | Posse dos Desembargadores Mário Parente e Maria Edna     | TJCE  |
| 14/03/13 | Vídeo-aula realizada pela Seplag e Coges                 | TJCE  |
| 08/05/14 | Homenagem ao dia das mães                                | TJCE  |
| 29/05/14 | Posse dos Desembargadores Tereze Neumann e José Tarcílio | TJCE  |
| 15/10/14 | Posse das Desembargadoras Fátima Loureiro e Helena Lúcia | TJCE  |

Fonte: Assessoria de Cerimonial







## 12. VICE-PRESIDÊNCIA

### 12.1 Introdução

Com as atribuições previstas pela Portaria nº 358/2011, a partir de então, a Vice-Presidência passou a desempenhar novas funções administrativas e judiciais ao compartilhar com a Presidência do Tribunal, dos juízos de admissibilidade, apreciação de providências de urgência, cautelares para concessão de efeito suspensivo, determinar o cumprimento de decisões proferidas etc. Ainda cumpre a esta unidade as disposições relativas à distribuição de processos.

Ademais, tendo em vista a alteração processual inaugurada com a Lei nº 11.672/2008, que criou, para os tribunais superiores o julgamento por amostragem, a Vice-Presidência passou, também, a ter competência para obstaculizar a admissão dos recursos excepcionais e, ainda, proceder ao juízo de conformidade do acórdão impugnado, com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral ou pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso representativo da controvérsia.

Dessa forma, destaca-se o crescimento do acervo processual digital, bem como o quantitativo exacerbado de processos físicos, localizados no Serviço de Recursos Privativos, muitos dos quais sobrestados/suspensos, em aguardo ao julgamento dos temas paradigmas pelos Tribunais Superiores.

Pautando-se em valores institucionais imprescindíveis ao exercício da função jurisdicional, quais sejam: celeridade, transparência, imparcialidade, cooperação e respeito ao jurisdicionado, a Vice-Presidência, sob a administração do Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, envidou esforços para contribuir com o fortalecimento e a eficiência do Poder Judiciário estadual, no que lhe compete.

### 12.2 Estatística processual

#### 12.2.1 Procedimentos Administrativos

Durante o biênio 2013-2014, o Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva atuou como relator de um total de 14 procedimentos administrativos de competência da Vice-Presidência



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

no Conselho da Magistratura.

### 12.2.2 *Processos Distribuídos e Redistribuídos*

Neste biênio foram distribuídos 117.193 processos, dos quais 96.485 foram distribuídos/redistribuídos e outros 20.708 foram transferidos.

### 12.2.3 *Processos Analisados*

Durante a atual Gestão, 10.005 processos foram analisados, onde foram proferidos 4.179 juízos prévios de admissibilidade dos recursos constitucionais; 427 despachos de sobrestamento, suspensão do processo, indeferimento, não conhecimento ou retenção do recurso; e, ainda, 5.399 despachos de adoção de providências, redistribuição e mero expediente. A seguir, apresenta-se quadro com maior detalhamento:

Tabela 52 – Processos Analisados pela Vice-Presidência

| Processos Analisados         | Quantidade |
|------------------------------|------------|
| Recursos Especiais           | 3.019      |
| Recursos Extraordinários     | 559        |
| Recursos Ordinários          | 601        |
| Decisões Diversas            | 427        |
| Despachos de mero expediente | 5.399      |

Fonte: Vice-Presidência

### 12.2.4 *Processos com Pedido de Providência Urgente*

Nos termos do art. 39, §10 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foram apreciados 227 pedidos de providência urgente em *Habeas Corpus*, Agravo de Instrumento e Mandado de Segurança. Analisou-se, ainda, 16 Cautelares apresentadas no intuito de atribuir efeito suspensivo aos recursos excepcionais. Segue detalhamento:





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- ix. despachos de mero expediente;
- x. informação mensal ao Conselho Nacional de Justiça acerca da produtividade da unidade;
- xi. informação mensal ao setor competente acerca da produtividade da unidade com relação à da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM);
- xii. atendimento ao público;
- xiii. controle do material de papelaria e copos, na busca por reduzir o seu consumo.

Durante os anos de 2013 e 2014, o Vice-Presidente realizou viagens institucionais, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. De igual forma, em algumas oportunidades assumiu interinamente a Presidência do Tribunal de Justiça. O Desembargador Francisco Lincoln também participou do programa Judiciário em Evidência, oportunidade em que falou sobre a experiência de ocupar a função na atual administração do Tribunal de Justiça estadual e tratou das matérias de competência da Vice-Presidência.

Em virtude da Resolução nº 02/2013, do Órgão Especial, foi criado no âmbito deste Tribunal de Justiça, o Núcleo de Repercussão Geral de Recursos Repetitivos (Nurer).

O núcleo é vinculado à Vice-Presidência e supervisionado por Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, conforme Portaria nº 1.294/2013.

Dentre as funções relacionadas ao Nurer, tem-se a identificação, a catalogação e a atualização dos recursos representativos da controvérsia, bem como o acompanhamento da tramitação dos recursos paradigmas nos Tribunais Superiores. O núcleo compila, ainda, os dados referentes aos recursos sobrestados/suspensos nas Turmas e Colégios Recursais, sem prejuízo de outros mecanismos ou atividades que possam ser criados para possibilitar o gerenciamento dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos.



## **13. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

### **13.1 Introdução**

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará (CGJ), sob gestão do desembargador Francisco Sales Neto (Gestão 2013/2015), planejou e desenvolveu diversas atividades, com a missão de fiscalizar, orientar e aprimorar os serviços judiciais e extrajudiciais prestados à sociedade, bem como zelar pela regular conduta dos juízes, servidores e delegatários.

Dentre as ações implementadas, estão os mutirões processuais, realizados em comarcas do interior do Estado, em busca da redução do congestionamento processual no 1º grau de Jurisdição. Os trabalhos movimentaram um total de 13.133 processos nos municípios de Icó, Várzea Alegre, Mauriti, Crateús, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte e Acopiara.

Na busca pela excelência dos serviços judiciais e extrajudiciais, foram realizadas ações correicionais em 267 unidades jurisdicionais e 382 cartórios.

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, implantou o novo Selo Extrajudicial Digital, que substitui o selo físico utilizado nas atividades cartorais, promovendo, assim, maior eficiência, transparência e segurança na autenticação e validação de documentos.

Ainda nas ações dirigidas às serventias extrajudiciais, a atual Gestão editou o novo Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará, orientado pela busca de uma prestação de serviço mais célere e eficiente.

Dentre os projetos desenvolvidos pela Corregedoria, destacam-se o Projeto Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e o Projeto Pai Presente que, em parceria com o CNJ, promovem a cidadania e garantem acesso aos Direitos Humanos da população do Estado do Ceará.

As ações e projetos citados estão alinhados aos Planejamentos Estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e da Corregedoria Geral do Estado do Ceará. Nesta perspectiva, a Gestão 2013-2015 buscou a efetividade da prestação jurisdicional e extrajudicial cearense, priorizando a Justiça cidadã.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 13.2 Estatística processual

#### 13.2.1 Atos normativos/documentos publicados

Tabela 54 – Portarias 2013-2014 (até novembro de 2014)

| Portarias   | Quantidade |
|---|------------|
| Sindicâncias instauradas                                  | 15         |
| Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados | 4          |
| Prorrogar de prazo conclusão sindicância/PAD              | 29         |
| Inspeções/correições                                      | 229        |
| Reconduzir comissão sindicante                            | 6          |
| Outras  | 16         |
| <b>Total</b>  | <b>299</b> |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 55 – Provimentos 2013-2014 (até novembro de 2014)

| Provimentos | Quantidade |
|-------------|------------|
| Diversos    | 20         |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 56 - Editais 2013-2014 (até novembro de 2014)

| Editais    | Quantidade |
|------------|------------|
| Correições | 6          |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

#### 13.2.2 Documentos expedidos pela Divisão de Correições

Tabela 57 - Certidões para Juízes 2013-2014 (até novembro de 2014)

| Certidões                     | Interior   | Capital    | Total      |
|-------------------------------|------------|------------|------------|
| Fins gerais                   | 7          | 8          | 15         |
| Promoção/remoção              | 167        | 27         | 194        |
| Permuta                       | 2          | 2          | 4          |
| Acesso desembargador          | -          | 91         | 91         |
| Substituição de desembargador | -          | -          | -          |
| Vitaliciedade                 | 15         | -          | 15         |
| Juiz corregedor               | -          | 8          | 8          |
| <b>Total</b>                  | <b>191</b> | <b>136</b> | <b>327</b> |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 58 – Informações 2013-2014 (até novembro de 2014)

| Informações                      | Quantidade |
|----------------------------------|------------|
| Em procedimentos administrativos | 3          |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 59 - Senhas concedidas junto ao sistema SGEN 2013-2014 (até novembro de 2014)

| Senhas Concedidas | Quantidade |
|-------------------|------------|
| Interior          | 99         |
| Capital           | 66         |
| <b>Total</b>      | <b>165</b> |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

### 13.2.3 Movimento estatístico relativo aos anos de 2013 e 2014

Dentre as atividades da competência da Divisão de Correções da Corregedoria, estão o recebimento das planilhas estatísticas, por meio do Sistema SGEN, a conferência de dados e a elaboração de relatórios mensais e informações utilizadas na rotina de expedição de documentos, tais como: certidões para magistrados, Relatórios da Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça e os demonstrativos mensais que registram a estatística dos processos e a prestação jurisdicional de juízes de primeiro grau. Destacamos, abaixo, a resenha da Estatística do Biênio 2013-2014:

Tabela 60 – Acervo Processual 1º Grau – 2013

| Variável                         | Cível          | Criminal       | Total            |
|----------------------------------|----------------|----------------|------------------|
| Total de Processos da Capital    | 455.145        | 64.430         | 519.575          |
| Total de Processos do Interior   | 446.443        | 136.971        | 583.414          |
| <b>Total de Processos</b>        | <b>901.588</b> | <b>201.401</b> | <b>1.102.989</b> |
| Total de Precatórias da Capital  | 4.926          | 4.355          | 9.281            |
| Total de Precatórias do Interior | 8.849          | 8.723          | 17.572           |
| <b>Total de Precatórias</b>      | <b>13.775</b>  | <b>13.078</b>  | <b>26.853</b>    |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 61 – Acervo Processual 1º Grau – 2014 (até outubro)

| Variável                         | Cível          | Criminal       | Total            |
|----------------------------------|----------------|----------------|------------------|
| Total de Processos da Capital    | 484.558        | 66.566         | 551.124          |
| Total de Processos do Interior   | 446.799        | 143.353        | 590.152          |
| <b>Total de Processos</b>        | <b>931.357</b> | <b>209.919</b> | <b>1.141.276</b> |
| Total de Precatórias da Capital  | 6.349          | 5.241          | 11.590           |
| Total de Precatórias do Interior | 11.402         | 12.185         | 23.587           |
| <b>Total de Precatórias</b>      | <b>17.751</b>  | <b>17.426</b>  | <b>35.177</b>    |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 62 - Prestação Jurisdicional: Sentenças e Precatórias Devolvidas – 2013-2014 (até outubro de 2014):

|              | Sentenças Cíveis | Sentenças Criminais | Total de Sentenças | Cartas Precatórias Devolvidas Cíveis | Cartas Precatórias Devolvidas Criminais | Total de Cartas Precatórias |
|--------------|------------------|---------------------|--------------------|--------------------------------------|---|-----------------------------|
| Capital      | 211.082          | 31.205              | 242.287            | 24.732                               | 12.838                                  | 37.570                      |
| Interior     | 261.288          | 82.793              | 344.081            | 48.320                               | 38.533                                  | 86.853                      |
| <b>Total</b> | <b>472.370</b>   | <b>113.998</b>      | <b>586.368</b>     | <b>73.052</b>                        | <b>51.371</b>                           | <b>124.423</b>              |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 63 - Prestação Jurisdicional: Audiências e Processos Arquivados – 2013-2014 (até outubro de 2014)

|              | Audiências Cíveis | Audiências Criminais | Total Audiências | Processos Arquivados Cíveis | Processos Arquivados Criminais | Total Proc. Arquivados |
|--------------|-------------------|----------------------|------------------|-----------------------------|--------------------------------|------------------------|
| Capital      | 66.427            | 33.748               | 100.175          | 274.113                     | 40.042                         | 314.155                |
| Interior     | 115.264           | 79.249               | 194.513          | 272.881                     | 78.061                         | 350.942                |
| <b>Total</b> | <b>181.691</b>    | <b>112.997</b>       | <b>294.688</b>   | <b>546.994</b>              | <b>118.103</b>                 | <b>665.097</b>         |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

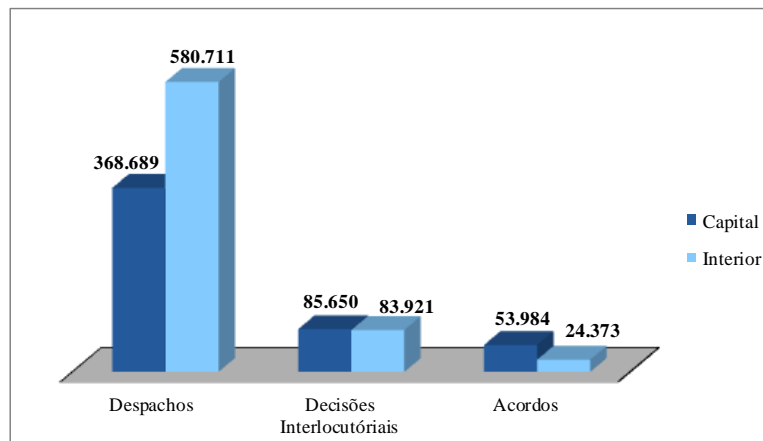






## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 17 – Prestação Jurisdicional 1º Grau 2013-2014 (até outubro de 2014)



Fonte: Sistema de Gerenciamento Estatístico da Corregedoria /Divisão de Correções-CGJ

Tabela 67 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau – 2013

| Processos          | Quantidade |
|--------------------|------------|
| Arquivados         | 355.801    |
| Sentenciados       | 312.099    |
| Total de Processos | 1.298.904  |

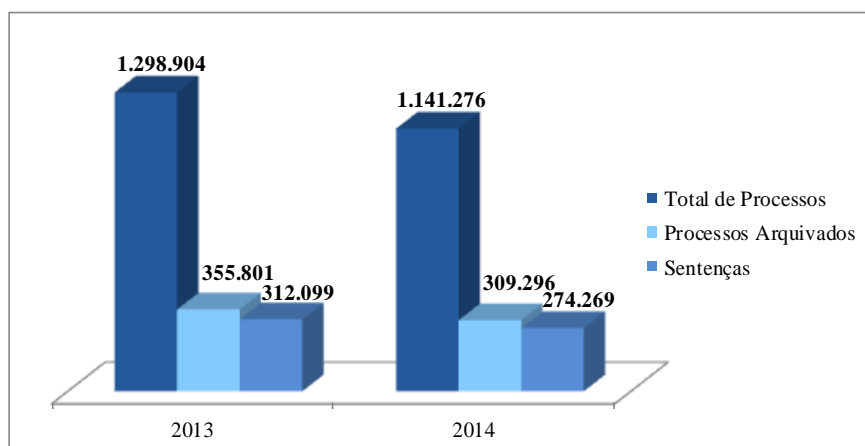
Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Tabela 68 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau – 2014 (até outubro)

| Processos            | Quantidade |
|----------------------|------------|
| Processos Arquivados | 309.296    |
| Sentenças            | 274.269    |
| Total de Processos   | 1.141.276  |

Fonte: Corregedoria Geral da Justiça

Gráfico 18 – Processos Arquivados, Sentenciados e Total de Processos – 1º Grau 2013-2014 (até outubro)



Fonte: Sistema SGEC/Divisão de Correções-CGJ



### 13.3 Ações e projetos

#### 13.3.1 Promoção do quadro funcional

Propõe-se a atender a Meta de Nivelamento das Corregedorias, com o fito de reestruturar o quadro de servidores efetivos e funções comissionadas para dar resposta à crescente demanda de serviços da capital e do interior.

O projeto foi encaminhado à presidência do Tribunal de Justiça do Ceará em 5/11/2013 (processo nº 8518686.48.2013.8.06.0000), para aprovação pelo Tribunal Pleno, contudo, o percurso do processo foi suspenso em dezembro de 2013, tendo em vista superveniência da Resolução nº 184/2013 do CNJ, que determina, no seu art. 1º, § 3º, que cópias dos anteprojetos de criação de cargos de magistrados e servidores, cargos em comissão, funções comissionadas e unidades judiciárias no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados sejam encaminhadas àquele órgão, o que foi efetivado para o projeto em tela e, até presente data, aguarda-se a manifestação do CNJ.

#### 13.3.2 Capacitação de magistrados e servidores

O projeto visa capacitar juízes e servidores na área de procedimento administrativo disciplinar e auditoria nos cartórios. Estão envolvidos no projeto a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, a Escola Superior da Magistratura (Esmec) e o Serviço de Treinamento do Tribunal de Justiça do Ceará. Das entregas previstas, foram realizados apenas dois módulos jurídicos, com carga horária de 40 horas, na área de Registro Imobiliário e Notarial do Estado do Ceará, em outubro de 2014.

#### 13.3.3 Revisão e atualização do Regimento Interno

Considerando a necessidade de adequar o Regimento Interno vigente às atuais funções institucionais da Corregedoria, foi desenvolvido estudo e elaborado um novo Regimento.

Embasado em recentes orientações do Conselho Nacional de Justiça, o mencionado projeto buscou elaborar um Regimento Interno mais dinâmico e atual, inserindo medidas necessárias à reestruturação da organização administrativa da Corregedoria Geral da Justiça do



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Estado do Ceará.

Foram normatizados instrumentos que viabilizassem as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, com a inclusão da disciplina de procedimentos, tais como: a Sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Estão envolvidos no projeto em tela a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará e o Tribunal de Justiça do Ceará.

### *13.3.4 Reestruturação física da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará*

O Projeto objetiva reformar o prédio atual da Corregedoria Geral da Justiça, visando à nova estrutura física e de pessoal, garantindo assim, uma infraestrutura adequada para a acomodação dos seus servidores e juízes. A obra está orçada em R\$ 1.532.695,40 e serão ampliados 424,01m<sup>2</sup>.

No pavimento superior da Corregedoria serão construídos cinco gabinetes para os juízes corretores auxiliares e uma sala de apoio. O pavimento inferior contará com sete salas, sendo quatro destinadas aos auditores; uma para a Assessoria Pedagógica, de Comunicação e Tecnologia da Informação; outra para Reunião; e uma para o Apoio. A reforma será promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

As obras tiveram início no dia 24 de novembro de 2014 e os serviços serão concluídos em 120 dias. O projeto envolve a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará e as Secretarias de Administração e de Finanças do TJCE.

### *13.3.5 Inspeções e correções extrajudiciais*

No que diz respeito às ações relacionadas às inspeções e correções extrajudiciais, efetivou-se o planejamento destes procedimentos nas diversas serventias extrajudiciais do Estado, com levantamento de dados para seleção de amostras, em que foram considerados a materialidade e os riscos identificados, sendo observados, neste processo, os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, transparência e moralidade.

Nessa perspectiva, todas as ações de fiscalização e orientação realizadas nos diferentes cartórios foram pautadas pelo padrão ético, consubstanciado, principalmente, nos relatórios



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

produzidos, os quais traduzem o sentido pedagógico de, após a constatação de uma eventual irregularidade, informar e prestar os esclarecimentos pertinentes aos respectivos tabeliães, conduzindo-os às correções e aos acertos norteados pelas normas reguladoras, com o objetivo de tornar mais célere, eficiente, transparente e revestida da necessária segurança jurídica a prestação extrajudicial à sociedade.

Coube à Auditoria, dentre outras atribuições, o exame da regularidade dos recolhimentos efetuados pelos cartórios ao Fermoju e da conformidade dos procedimentos adotados na prestação do serviço notarial e ou registral. No biênio 2013-2014, foram inspecionadas 419 serventias extrajudiciais, correspondendo à cobertura de 62% das 675 unidades extrajudiciais atualmente ativas.

### 13.3.6 Portal Extrajudicial (PEX)

Por meio do Provimento nº 10/2013-CGJ/CE, a Corregedoria Geral da Justiça implantou e disciplinou a utilização do Portal Extrajudicial (PEX) pelas serventias extrajudiciais do Estado, com o objetivo de otimizar a remessa de documentos/informações e agilizar a atualização dos dados cadastrais das unidades, com considerável redução de custo de impressão e de postagem, contribuindo, assim, com a sustentabilidade ambiental.

A ferramenta, que funciona como canal de comunicação entre os cartórios, o Tribunal de Justiça do Ceará, a Corregedoria e o Fermoju, faz parte do programa de virtualização do Judiciário cearense.

Uma das funções do Portal é gerenciar o encaminhamento de expedientes das varas e outras instituições públicas, referentes às demandas sobre bens e demais serviços cartorários. Por meio da ferramenta, os representantes das serventias extrajudiciais também terão acesso aos atos normativos (portarias, resoluções, provimentos, avisos) e os usuários poderão consultar endereços de cartórios, nomes dos responsáveis e portarias referentes às inspeções.

Dessa forma, o PEX visa promover a comunicação adequada, segura, célere e não onerosa entre a Corregedoria e os cartórios, solucionando com maior rapidez as demandas do público. O sistema convergirá, nas próximas versões, para também se tornar meio de acesso integrado aos demais sistemas de controle extrajudicial.

A fase de validação dos dados do PEX, necessária para liberação de todas as



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

funcionalidades desenvolvidas para a ferramenta, está sendo concluída. Ao todo, foram três meses de trabalho, que contou também com a participação de servidores do Fermoju e da Secretaria de Gestão de Pessoas do TJCE. O acesso ao sistema está disponível no portal da Corregedoria.

### 13.3.7 Selo extrajudicial digital

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, em parceria com a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, vem realizando as ações de implantação do selo digital junto às serventias extrajudiciais do Estado do Ceará, com o objetivo de promover maior agilidade, transparência e segurança na autenticação e na validação de documentos, bem como melhor controle acerca da utilização dos selos pelo TJCE.

A iniciativa consiste na virtualização dos selos extrajudiciais impressos em papel adesivo, o que permite redução de custos para o Tribunal e maior segurança na conferência dos atos extrajudiciais praticados. A iniciativa disponibilizou para a sociedade a possibilidade de obter informações e confirmar a autenticidade do selo utilizado nos atos lavrados, apenas acessando o site [www.tjce.jus.br/fermoju](http://www.tjce.jus.br/fermoju). Os dados ficarão disponíveis 24 horas.

O selo digital está sendo implantado nas serventias extrajudiciais de Fortaleza e será implementado, gradativamente, nas demais unidades do Estado.

### 13.3.8 Malote digital inserindo as serventias extrajudiciais

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará regulamentou a utilização do sistema *Hermes Malote Digital* pelas serventias extrajudiciais do Ceará, mediante o Provimento nº 11/2013-CGJ/CE, integrando, assim, as unidades extrajudiciais alencarinas com os demais órgãos do Judiciário e do Extrajudiciário nacional, de forma a viabilizar a comunicação de forma eficiente, rápida, segura e com pequeno custo. A CGJ, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, implementou e vem assegurando os cadastros dos cartórios no aludido sistema.

### 13.3.9 Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará

O Código de Normas das Serventias Extrajudiciais do Estado do Ceará é um ato



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

normativo interno de competência do corregedor geral da Justiça, expedido por meio de Provimento, que compila todos os procedimentos referentes aos notários, registradores e distribuidores das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará. O Código assume a tarefa de uniformizar os procedimentos necessários a uma prestação de serviço notarial mais célere e eficiente.

Vários foram os provimentos expedidos pela Corregedoria Geral para regulamentar os atos praticados pelas serventias extrajudiciais nos últimos anos, contudo, a última atualização do Código de Normas datava de 2010, necessitando, assim, de uma reforma. A atualização fazia-se necessária, ainda, tendo em vista os novos modelos e procedimentos adotados em todo o país, bem como a expedição de vários atos normativos pelo Conselho Nacional de Justiça, pela Corregedoria Nacional de Justiça, dentre outros.

Neste sentido, verificando a necessidade de atualização do Código de Normas, a gestão do biênio 2013-2014, atualizou-o e reativou-o como Norma Magma para a condução de procedimentos internos. Impende ressaltar que a elaboração do referido Código contou com a colaboração do desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho, especialista na matéria extrajudicial.

O Código de Normas das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará atualizado foi lançado no dia 12 de dezembro, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

### *13.3.10 Revisão e otimização das atividades de controle desenvolvidas internamente*

A Auditoria da CGJ reformulou os processos e atividades internas, bem como aprimorou as ferramentas e revisou seus objetivos e prioridades, buscando o alcance das metas institucionais estabelecidas.

### *13.3.11 Revisão e manualização dos procedimentos de fiscalização junto às serventias extrajudiciais*

A Auditoria da CGJ procedeu com manualização dos procedimentos de fiscalização e revisão dos papéis de trabalho, com a implantação de questionários específicos e outros formulários aplicados durante os trabalhos de fiscalização junto às serventias extrajudiciais, tudo em consonância com o planejamento prévio baseado nos riscos conhecidos.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 13.3.12 Serviços inspecionais judiciais

Visando dar cumprimento ao disposto na Meta de Nivelamento 3/2014 das Corregedorias, que consiste em realizar, anualmente, correições ordinárias ou extraordinárias, presenciais ou remotas, em pelo menos 34% das unidades judiciais, com entrega de relatório conclusivo em até 30 dias após o término da inspeção, a Corregedoria Geral da Justiça do Ceará inspecionou, em 2014, um total de 142 unidades judiciais, sendo 124 inspeções ordinárias previstas no cronograma anual e 18 inspeções extraordinárias, de um universo de 413 unidades judiciais efetivamente instaladas no início de 2014. Em 2013, foram inspecionadas 125 unidades judiciais. Assim, o biênio 2013-2014 inspecionou um total de 267 unidades.

### 13.3.13 Mutirões processuais

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará realizou, ao longo dos anos de 2013 e 2014, sete mutirões processuais nas seguintes comarcas: Icó, Várzea Alegre, Mauriti, Crateús, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte e Acopiara.

Referidas forças-tarefas tiveram como objetivo a redução do congestionamento processual no 1º grau de jurisdição, de forma a promover a diminuição dos transtornos ocasionados às populações locais. Os mutirões foram supervisionados pelo Corregedor Geral, Desembargador Francisco Sales Neto, e contou com o auxílio de mais de dez magistrados. Os trabalhos movimentaram um total de 13.133 processos.

### 13.3.14 Elaboração de minutas de provimentos, portarias, despachos e outros atos

Na realização dessas atividades, a Assessoria Jurídica da Corregedoria Geral da Justiça, no biênio 2013-2014, foi responsável pela expedição de cerca de 8.800 minutas de despachos, ofícios e decisões, bem como pela emissão de 31 pareceres jurídicos sobre as mais diversificadas matérias jurídicas de interesse social, dos quais se destacam aquele que fixou as atribuições extrajudiciais para a elaboração de contratos marítimos no Estado e o que versou sobre a possibilidade de registro de títulos de domínio pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (Idace). Ainda no auxílio das funções correccionais, a Assessoria Jurídica da Corregedoria





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Geral da Justiça foi responsável pela produção de 12 votos.

Além disso, a Assessoria foi responsável pela elaboração das minutas de dez provimentos normativos expedidos pela Corregedoria Geral da Justiça no biênio sob referência, com destaque para os que dispuseram acerca da dispensa de expediente de trabalho de indivíduos investidos na função de jurados nas sessões de julgamento no Tribunal de Justiça do Ceará (Provimento n.º 01/2013); da lavratura de escritura pública de declaração de convivência de união estável homoafetiva e sua conversão em casamento (Provimento n.º 02/2013); do assento de nascimento de indígena no registro Civil de Pessoas Naturais (Provimento n.º 06/2013); e sobre o funcionamento do colegiado de que tratam a Lei Federal nº 12.694, de 24 de julho de 2012 (Provimento nº 05/2014).

### 13.3.15 Relatórios estatísticos

A Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça elaborou e executou, pela segunda vez (a primeira no ano de 2013), projeto visando a estimular as unidades judiciárias de 1º Grau a potencializarem a prestação jurisdicional. O projeto consiste na elaboração de relatórios estatísticos contendo a produtividade mensal de cada unidade jurisdicional, relativos ao primeiro semestre de 2014, combinado com tabelas e gráficos originados a partir dos dados contidos nos relatórios estatísticos enviados pelas unidades à Corregedoria por meio do sistema SGEC.

Objetivando ser um referencial aos juízes para autoavaliação da prestação jurisdicional, referidos relatórios foram enviados às comarcas do interior e de Fortaleza, inclusive às comarcas/varas vagas, para que os juízes titulares, ou em respondência em razão de vacância, adotem medidas que viabilizem promover o efetivo acréscimo da prestação jurisdicional e a redução dos processos paralisados, através de análise dos fatores que contribuíram para o resultado, seja ele satisfatório ou não.

### 13.3.16 Conselho da Comunidade

A Lei de Execução Penal nº 7.210/84 estabeleceu que, em cada comarca, o juiz da Execução Penal deve compor, instalar e acompanhar o funcionamento do Conselho da Comunidade, cabendo aos seus integrantes visitar mensalmente os estabelecimentos e serviços penais existentes



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

na comarca, dentre outras atribuições. O Conselho Nacional de Justiça expediu a Resolução nº 47/2007, determinando aos juízes de execução penal que realizassem pessoalmente inspeção mensal nos estabelecimentos penais, bem como compusessem e instalassem referido Conselho.

Uma das atribuições da Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça consiste em manter um banco de dados sobre o Conselho da Comunidade de cada Comarca. Para tanto, regularmente são solicitadas aos juízos competentes informações atualizadas sobre a instalação e o funcionamento dos Conselhos. Como forma de dar maior agilidade à captação dessas informações, foi implementado no formulário criminal do Sistema de Estatística item específico sobre o pleno funcionamento do Conselho na Comarca, o qual deverá ser informado a partir do envio referente ao mês de outubro do corrente ano.

### 13.3.17 *Correições internas permanentes*

Compete aos juízes de 1º Grau a correição permanente das secretarias de suas varas, nos termos do artigo 102, do Código de Divisão e de Organização Judiciária do Estado do Ceará. De forma complementar, a Corregedoria Nacional de Justiça, por meio da Recomendação nº 12/2013 e, visando por em prática medidas de organização de trabalho nas unidades judiciais, recomendou a todos os magistrados de 1º Grau que inspecionassem as suas unidades judiciais, com periodicidade não superior a um ano, a fim de que verifiquem o cumprimento de vários itens descritos no ato em alusão.

Nesse contexto, como forma de promover o aumento das inspeções internas e a sua incorporação à rotina de atividades dos magistrados de 1º grau, foi desenvolvido, pela Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça, um controle das inspeções internas realizadas pelas unidades judiciais durante o ano de 2014, por meio de comunicações eletrônicas e publicações no Diário da Justiça eletrônico.

### 13.3.18 *Projeto Certidão On line “Nada Consta”*

Trata-se do desenvolvimento de uma funcionalidade junto ao Sistema CPA, ou outro em uso na Corregedoria Geral da Justiça, que emita certidão *on line*, informando se há procedimento administrativo relacionado a magistrado ou servidor (representação, reclamação, denúncia, pedido



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

de providências, carta precatória) em tramitação na Corregedoria, bem como o registro da última movimentação do procedimento. O projeto encontra-se na fase inicial e envolve a Divisão de Correições da CGJ e a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE.

### *13.3.19 Criação do módulo de perfil das unidades judiciárias junto ao sistema Eficiência.jus*

Trata-se da criação de um módulo, junto ao Sistema Eficiência.Jus, visando a registrar informações das unidades judiciárias do Estado do Ceará, conforme as orientações contidas no Cojece e as necessidades internas desta Corregedoria Geral da Justiça, tais como: juízes que atuaram na unidade, data de inspeções/correições, informações contidas nos formulários Fiva/Ficovi etc. O projeto encontra-se em fase inicial e envolve a Divisão de Correições da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE.

### *13.3.20 Projeto Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento*

Por meio do Provimento nº 13/2009, o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu as diretrizes básicas do projeto em tela, tendente a disciplinar a emissão da certidão de nascimento e da primeira via da certidão respectiva nas unidades hospitalares de todo o País.

Consoante previsão constante do citado ato normativo, o registro de nascimento e a emissão da primeira via da certidão seriam feitos na própria unidade hospitalar, mediante contato com o cartório de registro civil, por meio de sistema de informática via rede mundial de computadores.

Foram então encetadas diversas medidas em todas as comarcas do Estado do Ceará, capitaneadas pela Corregedoria, sendo que, em maior ou menor proporção, dependendo da comarca, criou-se a consciência no sentido de garantir ao nascituro o direito básico à identificação civil. Magistrados, servidores do Poder Judiciário, das Prefeituras, das Secretarias de Desenvolvimento, Trabalho e Ação Social e da Secretaria de Saúde, além dos cartorários, uniram-se com o firme propósito de levar a diante um programa de tamanha repercussão social.

Em reunião realizada na sede da Corregedoria Geral da Justiça, no dia 26 de março de 2014, onde estiveram presentes representantes da Corregedoria Geral de Justiça, da Secretaria de





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

implementado em todo o País, objetiva estimular o reconhecimento da paternidade de pessoas sem esse registro.

Conforme o CNJ, a declaração de paternidade pode ser feita espontaneamente pelo pai ou solicitada por mãe e filho. O sistema denominado Coletor Estatístico do Projeto Pai Presente – CEPP, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, monitora mensalmente os resultados do Projeto, a partir dos dados informados pelos módulos jurisdicionais.

No Estado do Ceará, as unidades do interior e algumas varas da capital (Família, Infância e Juventude e Registros Públicos) recebem mídias digitais com a lista de alunos que não têm paternidade conhecida em seus registros de nascimento, remetidas pelo Censo Escolar e já readequadas por circunscrição judiciária. Com isso, são promovidas as medidas necessárias à intimação dos supostos pais, os quais comparecerão em Juízo para firmarem, ou não, a paternidade reclamada.

No biênio 2013-2014 obteve-se os seguintes resultados: 1.293 reconhecimentos voluntários, 253 reconhecimentos a partir de exames de DNA e 1.874 não atenderam ou negaram a paternidade. Perfizeram “outros casos” o total de 11.084.

### *13.3.22 Política Institucional do Poder Judiciário na Utilização dos Recursos Oriundos da Aplicação da Pena de Prestação Pecuniária*

Consiste, em suma, na adoção de medidas em âmbito estadual para o cumprimento do que é determinado na Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece que os valores oriundos de prestações pecuniárias aplicadas em substituição à prisão, ou ainda como condição para a suspensão condicional do processo ou transação penal, sejam recolhidos em conta judicial vinculada ao respectivo Juízo da execução, movimentados apenas por meio de alvará judicial e destinados, preferencialmente, a entidades públicas ou privadas com finalidade social, previamente conveniadas.

Foi apresentada à Presidência do Tribunal de Justiça uma minuta de resolução a ser editada pelo Órgão Especial que condensa regras da Resolução nº 154/2012 e do Provimento nº 21/2012, da Corregedoria Nacional de Justiça, tomando por base, ainda, regulações sobre o mesmo tema, criadas pelos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio Grande do Norte (Provimento nº 99, de 7 de dezembro de 2012), São Paulo (Provimento CG nº 01/2013) e de Minas Gerais (Provimento



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Conjunto nº 27/2013).

Resguarda-se, em privilégio das expressas previsões dos normativos editados pelo CNJ e pela Corregedoria Nacional, a determinação de que as transferências de recursos estejam condicionadas à assinatura de convênio entre a entidade beneficiária e o Tribunal de Justiça, evitando-se a prática do mero “credenciamento” da entidade perante a unidade gestora. Neste tocante, a minuta contempla, com adaptações, regras semelhantes às atualmente em vigor no âmbito do Poder Executivo Estadual para a formalização de convênios, constantes da Lei Complementar Estadual nº 119, de 28 de dezembro de 2012, bem assim do Decreto nº 31.406, de 29 de janeiro de 2014, notadamente quanto aos requisitos necessários para que sejam formalizados os pactos.

Atentou-se, ainda, para o que foi decidido pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça nos autos da Consulta nº 0006364-95.2012.2.00.0000, em especial a necessidade de que as unidades gestoras tomem as contas das entidades beneficiárias e as prestem ao Tribunal de Justiça, e este, por seu turno, as encaminhe ao Tribunal de Contas. Diante do que manifestado em discussões conduzidas pela Corregedoria Geral com juízes e da atuação nas unidades dos Juizados Especiais da Comarca da Capital, a minuta de resolução prevê a concentração do recolhimento dos recursos oriundos de decisões aplicadas no âmbito do Foro Criminal em Fortaleza na Vara Única de Penas Alternativas, dispensando-se as demais da abertura de conta bancária para recolhimento de recursos.

O documento foi encaminhado ao exame da Presidência do Tribunal de Justiça e aguarda deliberação sobre sua submissão ao crivo do Órgão Especial.

### *13.3.23 Grupo de trabalho para a implementação do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)*

Referido Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 1367/2011, é supervisionado por um juiz corregedor e, dentre suas atribuições, está a de coordenar e fiscalizar o cumprimento da Resolução nº 137/2011, do Conselho Nacional de Justiça, oferecendo apoio técnico e operacional aos magistrados encarregados da expedição de mandados de prisão.

Dentre as principais medidas adotadas pelo Grupo, destaca-se o levantamento, ainda em curso, junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, notadamente a Delegacia de Capturas, de todos os mandados de prisão em aberto cadastrados no sistema do órgão, permitindo a oportuna conferência da higidez dos dados pelos respectivos Juízos expedidores e a atualização dos



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

mandados, com o devido cadastramento no Banco Nacional, mantido no site do CNJ.

O Provimento nº 09/2013 da Corregedoria Geral, de 30 de abril de 2013, fixou o prazo de seis meses para que todas as unidades judiciárias cadastrem no BNMP os mandados expedidos anteriormente à entrada em vigor do ato normativo e ainda não cumpridos, o que tem sido inspecionado pela CGJ. O último levantamento compartilhado entre os integrantes do Grupo de Trabalho do BNMP, relativos a agosto de 2014, apontavam mais de onze mil mandados de prisão cadastrados pela Justiça Estadual do Ceará, enquanto em abril de 2013 esse número era de aproximadamente cinco mil.

### *13.3.24 Grupo de trabalho para implementação da Central Integrada de Apoio à Área Criminal (CIAAC), instituído pela Portaria nº 1706/2012*

A instituição da Central Integrada de Apoio à Área Criminal é fruto do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2012-TJCE-SEJUS-SSPDS, que contou com a interveniência da Corregedoria Geral da Justiça e busca oferecer um serviço integrado, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, para o intercâmbio de informações de interesse recíproco na área criminal, otimizando, dentre outras tarefas, o cumprimento de alvarás de soltura.

A instituição da CIAAC foi formalizada por meio da Portaria nº 58/2013, do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e seu funcionamento foi iniciado no dia 13 de junho de 2013.

Contando com a atuação de servidores do Tribunal de Justiça, da Sejus e da SSPDS, a Central executa, dentre outras atribuições, as consultas necessárias ao cumprimento dos alvarás de soltura, conforme previsto no art. 4º do citado normativo, e opera com um fluxo automatizado de processos desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação, garantindo maior controle, confiabilidade e segurança na execução da soltura dos presos custodiados pelo sistema prisional do Estado do Ceará. A CIAAC substituiu a Central de Localização de Presos e está atuando, nesta primeira fase, através de projeto piloto que envolve a 4ª e a 6ª Varas Criminais, tendo, ainda, a atribuição quanto ao cumprimento de requisições de réus presos para comparecimento ao Fórum, a fim de participar dos diversos atos processuais, expedidas por todos os Juízos com competência criminal da Capital.

O Grupo de Trabalho deliberou, em 2014, estender a utilização da CIACC, quanto ao cumprimento de alvarás de soltura, para as cinco Varas do Júri da Comarca de Fortaleza.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

As ações da CIAAC estão abrangidas, ainda, pelo Convênio de Cooperação Técnica nº 020/2011, de 1º de novembro de 2011, entre o Estado do Ceará (mediante interveniência das Secretarias de Justiça e de Segurança Pública) e o Tribunal de Justiça, para o fim de propiciar o compartilhamento de informações entre os partícipes e uma melhor execução das respectivas atividades, o qual fundamenta o desenvolvimento do Projeto Integrajus, cujas ações estão sendo acompanhadas, no âmbito deste Tribunal, pela Secretaria de Tecnologia da Informação e pela Corregedoria Geral da Justiça.

### *13.3.25 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão de Organização do Ciclo Permanente para Difusão de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual*

Desenvolvido mediante parceria com a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), o Ciclo Permanente para Difusão de Boas Práticas Judiciárias e Administrativas da Justiça Estadual passa a ser realizado anualmente e pretende estreitar relação entre os órgãos, propiciando o aprimoramento das atividades de formação inicial e continuada de magistrados, a melhoria da qualidade técnica e ética da prestação jurisdicional e das atividades administrativas, bem como a facilitação dos trabalhos de correição e fiscalização.

### *13.3.26 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE*

A participação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico possibilitou a aprovação de importantes projetos estratégicos de interesse do órgão, destacando-se os que preveem a adequação do quadro funcional e a reestruturação das instalações físicas, esta já iniciada e com previsão de término para março de 2015, conferindo à CGJ a infraestrutura necessária para atender ao aumento da demanda ocorrido nos últimos anos.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### *13.3.27 Representação da Corregedoria Geral da Justiça na Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento e Avaliação do IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos*

Instituída pela Portaria nº 07/2013, do diretor da Esmec, a Comissão Multidisciplinar tem a finalidade de acompanhar, supervisionar e orientar a avaliação de magistrados durante a realização do IV Curso de Formação Inicial de juízes substitutos, o qual foi encerrado em abril de 2014.

### *13.3.28 Gestão de metas institucionais do Plano Estratégico do TJCE 2010-2014*

As metas do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça em que a Corregedoria Geral da Justiça figura como gestora dizem respeito à redução da taxa de congestionamento e ao aumento da produtividade dos magistrados de 1º Grau e dos Juizados Especiais. Tais metas passaram por revisão durante o ano de 2013. Além disso, de acordo com a Meta 7 de 2013 das Corregedorias Estaduais, fixada durante o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário, incumbe à CGJ, em relação ao primeiro grau, monitorar, permanentemente, o cumprimento de 100% das metas do Poder Judiciário.

### *13.3.29 Desempenho da função de Juiz Cooperador do Interior e de membro do Comitê Estratégico do Poder Judiciário*

O Juiz Cooperador do Interior integra o Núcleo de Cooperação Judiciária do TJCE, nos termos da Portaria nº 1.548/2014, promovendo o estreitamento de relações do Poder Judiciário Estadual com outros órgãos judiciais. Nessa qualidade, o Juiz Cooperador tem assento, ainda, no Comitê Estratégico do Poder Judiciário, que se reúne periodicamente para examinar o alcance das metas nacionais e institucionais.



## 14. OUVIDORIA GERAL DA JUSTIÇA

### 14.1 Introdução

A Ouvidoria Geral atua no atendimento ao público externo e interno, com atribuições básicas voltadas ao atendimento pessoal (presencial) e virtual. O atendimento presencial é feito diretamente na Ouvidoria, com o registro da manifestação pelo cidadão em formulário apropriado, podendo ter pronto atendimento ou receber resposta após os encaminhamentos realizados pela Ouvidoria. Quanto ao atendimento virtual, em regra é feito pelo *e-mail* da Ouvidoria Geral, disponibilizado no Portal do TJCE na *internet*, ocasião em que os atendentes procedem consultas diárias aos e-mails, resolvendo as demandas com informações já disponíveis ou providenciando o encaminhamento das demandas remanescentes em busca de respostas aos manifestantes. Os assuntos demandados são os mais diversos (reclamação, sugestão, crítica, pedido de informação, agradecimento e outros), registrando-se maior incidência nas questões relacionadas à falta de movimentação processual.

No biênio de 2013 e 2014, sendo este último ano com registro até o mês de outubro, contabilizou-se 8.259 demandas. Os resultados vêm trazendo satisfação ao usuário e demonstrando uma Ouvidoria proativa, garantindo ao cidadão pleno exercício da sua cidadania perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com crescente credibilidade na comunidade local. Nesse sentido, havendo sido apresentado maior número de agradecimentos e elogios, firmou-se a Ouvidoria Geral como um canal direto de acessibilidade à sociedade, elevando o conceito dos serviços prestados pelo Tribunal.

Junto a Ouvidoria Geral funciona também o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Portaria nº 980/2012, cuja expedição deu-se pela necessidade de se cumprir a Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527) e atender à Recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constante do Ofício-Circular Nº 221/2012.

Ainda no campo de ação da Ouvidoria Geral, podemos citar o encaminhamento de projeto que tem por objetivo a estruturação do órgão, com a sugestão de encaminhamento de Projeto de Lei para criação de cargos comissionados.



## 14.2 Ações e projetos

Por iniciativa da Ouvidoria Geral, foi encaminhado, em outubro de 2013, à Presidência deste Tribunal, proposta de projeto de estruturação da Ouvidoria Geral, denominada PJSOU2013001 - Estruturação da Ouvidoria Geral. O Projeto tem como objetivo, dentre outros, de regulamentar, por Regimento Interno, os procedimentos da Ouvidoria Geral. O presente projeto encontra-se em fase de readequação tendo em vista a Resolução nº 184 do CNJ.

No decorrer do ano de 2013, desenvolveu-se, ainda, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o Sistema de Ouvidoria Geral (SIOGE/SIC), que funcionará no sítio eletrônico do TJCE na rede mundial de computadores e atenderá, via sistema, as manifestações da Ouvidoria Geral e do Serviço de Acesso à Informação. O SIOGE/SIC foi aprovado pelo Órgão Especial deste Tribunal no dia 13 de março de 2014, atualmente aguardando publicação a cargo da Secretaria Geral.

Também faz parte do campo de atuação da Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Portaria nº 980/2012, cuja competência subsume-se aos ditames da Lei nº 12.527/2011 (LAI) e da Lei Estadual Nº 15.175. As atividades do SIC são delegadas a um grupo de servidores, coordenados por um servidor da Ouvidoria, com o auxílio de mais dois servidores, que juntos integram o Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação, instituído pelo Provimento nº 20/2012. Os pedidos de informações feitos pelo SIC são direcionados ao citado Grupo, que os analisam, prestam as informações, ou, se for o caso, dão os encaminhamentos necessários na busca da informação requestada, obedecendo-se os prazos instituídos nos citados normativos.

No biênio observado, a Ouvidoria Geral atendeu 8.259 demandas, com encaminhamento de todas e com quase 100% de resolutividade, o que evidencia resultado positivo e a proatividade do órgão. No entanto, mesmo diante dos resultados alcançados, é necessário apontar algumas situações que devem ser enfrentadas em prol da melhoria e estabilidade dos serviços prestados pela Ouvidoria Geral, sobretudo no que atine ao número crescente de demandas.

Cumprir destacar, ainda, que os servidores da Ouvidoria Geral, por iniciativa própria, participaram de cursos, palestras e treinamentos, em especial, cursos direcionados a Ouvidorias Públicas.

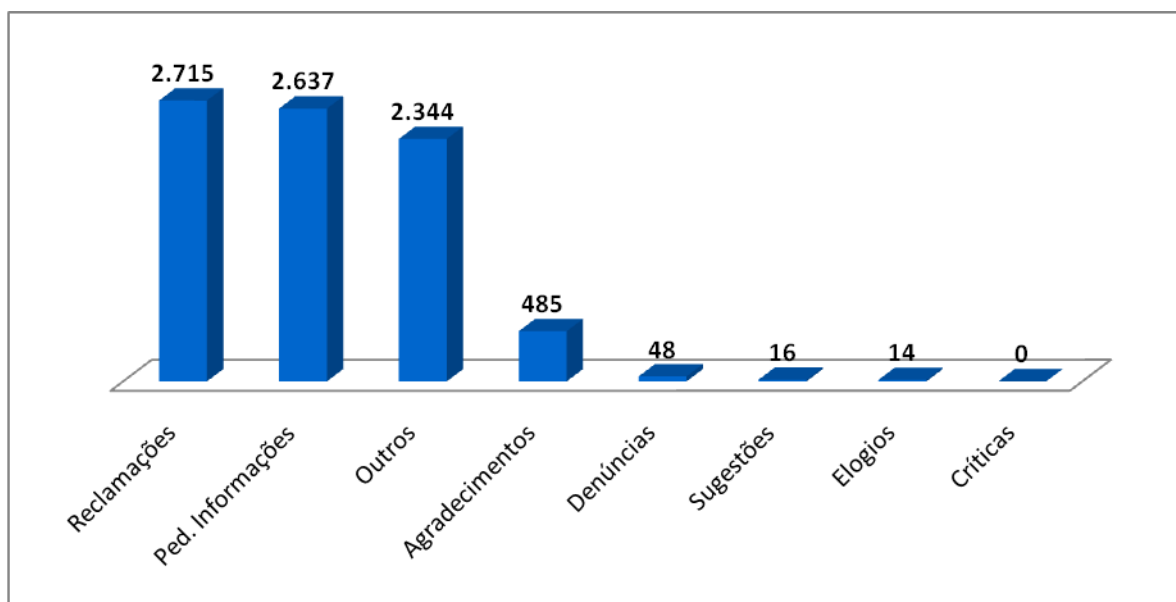
No campo dos avanços, pode-se destacar não só a crescente quantidade de demandas e



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

suas respectivas soluções, mas também a melhoria na qualidade do atendimento, o que é aferido pela maior satisfação dos usuários que em diversas situações retornam a Ouvidoria com agradecimentos e elogios aos serviços prestados.

Gráfico 19 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria



Fonte: Relatório Estatístico da Ouvidoria Geral



## 15. ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

### 15.1. Introdução

No decorrer do biênio 2013-2015, a Gestão da Escola Superior da Magistratura do Estado Ceará (Esmec), sob direção do Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, procurou aprimorar os objetivos institucionais da Escola, sobretudo no tocante à formação e ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário estadual. Para tanto, várias ações foram desenvolvidas no período.

Foi realizado o IV Curso de Formação Inicial para Juízes Substitutos, com um número recorde de 45 magistrados inscritos. Em relação à turma anterior, foi dobrada a carga horária do curso, que também inovou ao adotar o acompanhamento, por parte de juízes formadores, das atividades práticas dos novos juízes nas comarcas.

O auditório da Esmec acolheu convidados de renome nacional e até internacional, com públicos recordes, como nos casos das palestras do escritor Ariano Suassuna, do jurista português Jorge Miranda e do psiquiatra Augusto Cury, dentre outras.

Além de concorridas palestras, congressos, seminários, lançamento de livros e outros eventos realizados na Escola, foram ofertados vários cursos de curta duração, a maior parte credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, oportunidade em que foram debatidos temas atuais e de suma importância para os profissionais do Direito, tais como: Gestão de Pessoas e Processos, Administração Judiciária, Seguro Dpvt, Dosimetria da Pena, Improbidade Administrativa, Direito da Infância e da Família, Adoção, Direito Registral e Imobiliário, novo CPC, Mediação e Solução de Conflitos, dentre outros.

Dentre outros resultados obtidos na Gestão 2013-2015, destacam-se, ainda: o lançamento de quatro edições da revista científica Themis, regularizando-se a sua periodicidade; a ampliação substancial do acervo da Biblioteca da Escola; a realização de reformas no prédio da Escola e a aquisição de novos móveis e equipamentos, com destaque para a modernização dos sistemas informatizado (computadores, *no-breaks*, *rack* e cabeamento) e o início ao processo de virtualização das rotinas da Esmec, com a criação do Sesmec.

A preocupação com a inclusão social foi também outra marca da Administração, quando foram distribuídos alimentos e ofertados cursos para a comunidade do Dendê.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Outra política adotada diz respeito à interiorização das atividades da Escola, com a criação dos Polos de Aprendizagem da Esmec nas cidades de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús.

Oportuno destacar, de igual forma, a assinatura de Convênios de Cooperação Técnica com a Escola Nacional da Magistratura (ENM), com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), com a Universidade Regional do Cariri (Urca) e com a Rede de Escolas de Governo.

### 15.2. Ações e projetos

Segue a relação de projetos do biênio 2013-2014:

Tabela 69 – Projetos Esmec

| Educação a distância em parceria                            |   |
|---|---|
| Objetivo  | Ofertar quatro turmas, com vinte vagas cada, em seis cursos de aperfeiçoamento, na modalidade a distância, durante 2013 e 2014, nas áreas do Direito e correlatas (Administração, Gestão de Pessoas, Psicologia Jurídica) em parcerias diversas   |
| Entregas Previstas  | Dois turmas do curso de Administração Judiciária (23/09 a 11/10/2013, 14/10 a 1º/11/2013 e 10 a 28/02/2014) e duas turmas do Curso de Informática Aplicada à Jurisdição (11 de novembro a 13 de dezembro de 2013 e 10 a 21 de março de 2014)  |
| Unidades Envolvidas   | TJCE, Esmec e Enfam   |
| Progressos  | 100%  |
| Fase Atual  | Concluído   |
| Eventos culturais   |   |
| Objetivo  | Realização de eventos culturais de diversas naturezas (lançamento de livros, mostras de cinema e artes plásticas, mesas redondas, debates, cafés culturais, esquetes teatrais, colóquios, seminários, entre outros) durante os anos de 2013 e 2014, com temas de interesse da comunidade acadêmico-jurídica |
| Entregas Previstas  | Aula-espetáculo de Ariano Suassuna, em 15 de agosto de 2013 e II Seminário de Literatura e Direito em 2014  |
| Unidades Envolvidas   | TJCE e Esmec  |
| Progressos  | 100%  |
| Fase Atual  | Concluído   |
| Cursos de Capacitação na Área da Infância e da Adolescência |   |
| Objetivo  | Ofertar, ao longo de 2013, pelo menos dois cursos de aperfeiçoamento, voltados especificamente para a área da infância e da adolescência  |
| Entregas Previstas  | Curso Direito da Infância e da Juventude, (12 e 13 de dezembro de 2013); Direito de Família em Debate (21, 22, 28 e 29 de março de 2014); Guarda no Direito de Família (04 de abril)  |
| Unidades Envolvidas   | TJCE e Esmec  |
| Progressos  | 100%  |
| Fase Atual  | Concluído   |
| Curso de formação de novos juízes                           |   |
| Objetivo  | Assegurar recursos que permitam o cumprimento da obrigação constitucional de oferecimento de curso de formação inicial para novos juízes  |
| Entregas Previstas  | IV Curso de Formação de Novos Juízes  |
| Unidades Envolvidas   | CGJ, TJCE e Esmec   |
| Progressos  | 100%  |
| Fase Atual  | Concluído   |

Continua





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

- iii. novos aparelhos de ar-condicionado e modernização da central;
- iv. aquisição de novos computadores, *no breaks*, *notebooks* e aparelhos de audiovisual (projetores multimídia) para a Secretaria, Assessoria Pedagógica, Biblioteca e salas de aula;
- v. equipamentos de som mais modernos para o auditório (sistema de gravação, microfones etc.);
- vi. proposta de cerca verde para o entorno da Escola;
- vii. colocação de portal detector de metal na entrada principal da Esmec.

### 15.2.3 Ações de comunicação

- i. *mailing* e SMS: intensificação no envio de informações (sobre cursos, seminários, lançamento de livros etc.) para jornais, blogs, assessorias de comunicação e outros públicos locais e nacionais. Envio de SMS para juízes, a partir de parceria com a ACM;
- ii. publicação jornalística: impressão de quatro edições do informativo Esmec Notícias, periódico distribuído para desembargadores, juízes, Escolas da Magistratura, imprensa, professores e alunos da Esmec, dentre outros públicos;
- iii. Portal da Esmec: em março de 2014 foi ao ar o Portal Esmec, que modernizou e tornou mais interativo o antigo *site* da Escola. A enquete sobre o conteúdo do Portal mostra um índice de 83% de aprovação por parte dos internautas, conforme dados apurados em 19/11/2014;
- iv. cobertura fotográfica: aquisição de câmera fotográfica profissional para cobertura dos eventos da Escola, cujas fotos foram utilizadas em informativos e no Portal Esmec, bem como enviadas para jornais, Assessoria de Comunicação do TJCE e outros interessados;
- v. clipagem: assinatura dos jornais O Povo e Diário do Nordeste (O Estado já vinha sendo recebido regularmente) para o recorte de matérias de interesse da Esmec, objetivando não só o arquivamento de notícias, mas também a utilização como subsídio à tomada de decisão por parte da Direção da Escola.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### 15.2.4 Outras ações

- i. atualização da periodicidade da revista Themis, com a publicação dos volumes 9, 10, 11 e 12 do periódico científico;
- ii. interiorização das atividades da Escola, com a implantação dos Polos de Aprendizagem nas cidades de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús;
- iii. novas aquisições para o acervo da Biblioteca da Esmec: no período de fevereiro de 2013 a outubro de 2014 foram adquiridos 943 livros, 13 periódicos e 57 monografias. Realizados 277 empréstimos;
- iv. ações de responsabilidade socioambiental, tais como: doação de alimentos e materiais de reciclagem para a população da comunidade do entorno da Escola, oferta de cursos para mulheres da comunidade do Dendê, participação na Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, redução no consumo de papel e copo descartável etc.
- v. participação em encontros nacionais que reuniram diretores de Escolas da Magistratura, tais como os eventos promovidos pela Enfam, Copedem e ENM;
- vi. assinatura de Convênios de Cooperação Técnica com instituições como a Escola Nacional da Magistratura, Associação Cearense de Magistrados, Universidade Regional do Cariri e Rede de Escolas de Governo;
- vii. lançamento de seis livros no auditório da Esmec, seguido de palestras com convidados ilustres, como o jurista português Jorge Miranda.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

# RELATÓRIO CONSOLIDADO DE METAS POR EIXO, ÁREA TEMÁTICA E PROGRAMA

Tabela 70 – Relatório Consolidado de Metas por Eixo, Área Temática e Programa

| CÓD. | EIXO                                      | CÓD. | ÁREA TEMÁTICA | CÓD. | PROGRAMA        | CÓD.  | META  | QTD. PROGRAMADA 2014 | QTD. REALIZADA 2014 |
|------|---|------|---------------|------|-----------------|-------|---|----------------------|---------------------|
| 03   | GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE | 24   | JUDICIÁRIO    | 013  | AÇÃO JUDICIÁRIA | 00007 | REALIZAR MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA NAS 08 MACRORREGIÕES                                     | 8                    | 3                   |
| 03   | GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE | 24   | JUDICIÁRIO    | 013  | AÇÃO JUDICIÁRIA | 00044 | IMPLANTAR E MANTER O SISTEMA PROCESSUAL DIGITAL NAS 184 COMARCAS DO PODER JUDICIÁRIO CEARENSE | 0                    | 0                   |
| 03   | GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE | 24   | JUDICIÁRIO    | 013  | AÇÃO JUDICIÁRIA | 00045 | IMPLANTAR E MANTER 07 MÓDULOS DO PROJETO DE VIRTUALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA                      | 2                    | 1                   |
| 03   | GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE | 24   | JUDICIÁRIO    | 013  | AÇÃO JUDICIÁRIA | 00956 | CONSTRUIR 18 UNIDADES JUDICIÁRIAS NO ESTADO DO CEARÁ.   | 8                    | 7                   |
| 03   | GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE | 24   | JUDICIÁRIO    | 013  | AÇÃO JUDICIÁRIA | 00957 | REFORMAR 76 UNIDADES JUDICIÁRIAS NO ESTADO DO CEARÁ.  | 28                   | 26                  |
| 03   | GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE | 24   | JUDICIÁRIO    | 013  | AÇÃO JUDICIÁRIA | 00962 | OTIMIZAR E NORMALIZAR 70 PROCEDIMENTOS JUDICIAIS E/OU ADMINISTRATIVOS                         | 26                   | 29                  |
| 03   | GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE | 24   | JUDICIÁRIO    | 013  | AÇÃO JUDICIÁRIA | 00963 | VEICULAR 169 PROGRAMAS DE TELEVISÃO SOBRE AS AÇÕES DO JUDICIÁRIO CEARENSE                     | 52                   | 52                  |

Continua



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Continuação

| CÓD. | EIXO                                      | CÓD. | ÁREA TEMÁTICA | CÓD. | PROGRAMA  | CÓD.  | META   | QTD. PROGRAMADA 2014 | QTD. REALIZADA 2014 |
|------|---|------|---------------|------|---|-------|--|----------------------|---------------------|
| 03   | GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE | 24   | JUDICIÁRIO    | 013  | AÇÃO JUDICIÁRIA   | 00963 | VEICULAR 169 PROGRAMAS DE TELEVISÃO SOBRE AS AÇÕES DO JUDICIÁRIO CEARENSE  | 52                   | 52                  |
| 03   | GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE | 24   | JUDICIÁRIO    | 098  | SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA AOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM RAZÃO DE SUA ATIVIDADE JURISDICIONAL | 00014 | APRIMORAR E ADEQUAR A SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL DE 07 UNIDADES DA JUSTIÇA ESTADUAL NA RMF                       | 53                   | 56                  |
| 03   | GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE | 24   | JUDICIÁRIO    | 098  | SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA AOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM RAZÃO DE SUA ATIVIDADE JURISDICIONAL | 00015 | APRIMORAR E ADEQUAR SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL DE 49 UNIDADES UNIDADES DO INTERIOR DO ESTADO DA JUSTIÇA ESTADUAL | 191                  | 187                 |

Obs.: Os valores programados são os correspondentes à revisão do PPA 2012-2015, ocorrida em 2014.

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 3 órgãos em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário - FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47; e
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30.

Cada um destes órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2014:

Figura 9 – Execução Orçamentária 2014 – Tribunal de Justiça

| Código Descrição              | Lei                   | Lei + Cred.           | Empenhado             | Acumulado até: DEZEMBRO |              |              |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|--------------|--------------|
|                               |                       |                       |                       | Pago                    | % Emp.       | % Pago       |
| 04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA  | 810.767.754,00        | 857.832.333,95        | 857.715.803,94        | 851.256.111,27          | 99,99        | 99,23        |
| 31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 773.719.201,00        | 804.524.232,67        | 804.450.345,94        | 802.023.514,37          | 99,99        | 99,69        |
| 33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 36.982.553,00         | 50.249.897,10         | 50.233.330,14         | 47.491.156,92           | 99,97        | 94,51        |
| 44 INVESTIMENTOS              | 66.000,00             | 3.058.204,18          | 3.032.127,86          | 1.741.439,98            | 99,15        | 56,94        |
| <b>Total Geral</b>            | <b>810.767.754,00</b> | <b>857.832.333,95</b> | <b>857.715.803,94</b> | <b>851.256.111,27</b>   | <b>99,99</b> | <b>99,23</b> |

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta trílice estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, representando 93,79% dos recursos disponíveis e executados, sendo assim distribuídos:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 10 – Execução Orçamentária 2014 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais

| Código Descrição  | Lei                   | Lei + Cred.           | Empenhado             | Acumulado até: DEZEMBRO |              |              |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|--------------|--------------|
|   |                       |                       |                       | Pago                    | % Emp.       | % Pago       |
| <b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>                     | <b>773.719.201,00</b> | <b>804.524.232,67</b> | <b>804.450.345,94</b> | <b>802.023.514,37</b>   | <b>99,99</b> | <b>99,69</b> |
| 319003 PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS                       | 3.169.699,00          | 4.050.805,21          | 4.050.805,21          | 4.050.805,21            | 100,00       | 100,00       |
| 319011 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL    | 629.723.244,00        | 656.024.671,70        | 656.024.671,70        | 656.024.671,70          | 100,00       | 100,00       |
| 319012 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR  | 3.998.366,00          | 3.691.925,59          | 3.691.925,59          | 3.691.925,59            | 100,00       | 100,00       |
| 319013 OBRIGAÇÕES PATRONAIS                             | 6.140.955,00          | 6.042.118,27          | 6.042.118,27          | 6.042.118,27            | 100,00       | 100,00       |
| 319016 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL        | 14.425,00             | 18.358,10             | 18.358,10             | 18.358,10               | 100,00       | 100,00       |
| 319091 SENTENÇAS JUDICIAIS                              | 25.000,00             | 0,00                  | 0,00                  | 0,00                    | 0,00         | 0,00         |
| 319092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES                | 28.252.421,00         | 23.988.040,06         | 23.988.040,06         | 22.397.640,51           | 100,00       | 93,37        |
| 319093 INDENIZAÇÕES                                     | 50.000,00             | 50.000,00             | 0,00                  | 0,00                    | 0,00         | 0,00         |
| 319096 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO | 964.228,00            | 966.932,42            | 966.932,42            | 966.932,42              | 100,00       | 100,00       |
| 319113 OBRIGAÇÕES PATRONAIS                             | 101.380.863,00        | 109.105.705,30        | 109.103.062,54        | 108.266.630,52          | 100,00       | 99,23        |
| 319192 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES                | 0,00                  | 50.000,00             | 28.756,03             | 28.756,03               | 57,51        | 57,51        |
| 319196 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO | 0,00                  | 535.676,02            | 535.676,02            | 535.676,02              | 100,00       | 100,00       |
| <b>Total Geral</b>                                      | <b>773.719.201,00</b> | <b>804.524.232,67</b> | <b>804.450.345,94</b> | <b>802.023.514,37</b>   | <b>99,99</b> | <b>99,69</b> |

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Figura 11 – Execução Orçamentária 2014 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes

| Código Descrição   | Lei                  | Lei + Cred.          | Empenhado            | Acumulado até: DEZEMBRO |              |              |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|--------------|--------------|
|  |                      |                      |                      | Pago                    | % Emp.       | % Pago       |
| <b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>                              | <b>36.982.553,00</b> | <b>50.249.897,10</b> | <b>50.233.330,14</b> | <b>47.491.156,92</b>    | <b>99,97</b> | <b>94,51</b> |
| 338037 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA                                    | 192.861,00           | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                    | 0,00         | 0,00         |
| 339008 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS                           | 114.482,00           | 80.394,88            | 80.394,88            | 80.394,88               | 100,00       | 100,00       |
| 339014 DIÁRIAS - CIVIL   | 1.598.091,00         | 2.285.753,73         | 2.285.753,73         | 2.285.753,73            | 100,00       | 100,00       |
| 339015 DIÁRIAS - MILITAR   | 25.529,00            | 105.525,00           | 105.525,00           | 105.525,00              | 100,00       | 100,00       |
| 339030 MATERIAL DE CONSUMO                                       | 430.038,00           | 334.036,59           | 333.948,33           | 292.878,33              | 99,97        | 87,68        |
| 339031 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVA | 0,00                 | 18.693,00            | 18.693,00            | 18.693,00               | 100,00       | 100,00       |
| 339032 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA       | 22.476,00            | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                    | 0,00         | 0,00         |
| 339033 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO                        | 1.077.863,00         | 1.057.942,40         | 1.057.942,40         | 1.057.942,40            | 100,00       | 100,00       |
| 339035 SERVIÇOS DE CONSULTORIA                                   | 3.150,00             | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                    | 0,00         | 0,00         |
| 339036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA              | 5.680.819,00         | 6.057.732,98         | 6.057.732,98         | 6.057.332,98            | 100,00       | 99,99        |
| 339037 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA                                    | 5.193.559,00         | 6.212.505,59         | 6.212.505,59         | 5.852.436,82            | 100,00       | 94,20        |
| 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA            | 1.815.374,00         | 9.985.236,32         | 9.970.732,20         | 7.630.909,63            | 99,85        | 76,42        |
| 339041 CONTRIBUIÇÕES   | 5.250,00             | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                    | 0,00         | 0,00         |
| 339046 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO                                       | 18.666.000,00        | 17.550.879,57        | 17.550.879,57        | 17.550.879,57           | 100,00       | 100,00       |
| 339047 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS                    | 5.250,00             | 18.559,12            | 18.559,12            | 18.457,14               | 100,00       | 99,45        |
| 339049 AUXÍLIO-TRANSPORTE  | 173.000,00           | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                    | 0,00         | 0,00         |
| 339092 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES                         | 1.473.561,00         | 5.664.048,59         | 5.662.074,01         | 5.661.364,11            | 99,97        | 99,95        |
| 339093 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES                               | 500.000,00           | 878.589,33           | 878.589,33           | 878.589,33              | 100,00       | 100,00       |
| 339139 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA            | 5.250,00             | 0,00                 | 0,00                 | 0,00                    | 0,00         | 0,00         |
| <b>Total Geral</b>   | <b>36.982.553,00</b> | <b>50.249.897,10</b> | <b>50.233.330,14</b> | <b>47.491.156,92</b>    | <b>99,97</b> | <b>94,51</b> |

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Quanto ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 12 – Execução Orçamentária 2014 – Tribunal de Justiça – Investimentos

| Código Descrição                          | Lei              | Lei + Cred.         | Empenhado           | Acumulado até: DEZEMBRO |              |              |
|---|------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|--------------|--------------|
|   |                  |                     |                     | Pago                    | % Emp.       | % Pago       |
| <b>04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>       | <b>66.000,00</b> | <b>3.058.204,18</b> | <b>3.032.127,86</b> | <b>1.741.439,98</b>     | <b>99,15</b> | <b>56,94</b> |
| 449030 MATERIAL DE CONSUMO                | 13.000,00        | 8.000,00            | 0,00                | 0,00                    | 0,00         | 0,00         |
| 449051 OBRAS E INSTALAÇÕES                | 0,00             | 1.471.400,08        | 1.469.500,08        | 1.469.500,08            | 99,87        | 99,87        |
| 449052 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 53.000,00        | 1.578.804,10        | 1.562.627,78        | 271.939,90              | 98,98        | 17,22        |
| <b>Total Geral</b>                        | <b>66.000,00</b> | <b>3.058.204,18</b> | <b>3.032.127,86</b> | <b>1.741.439,98</b>     | <b>99,15</b> | <b>56,94</b> |

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, no exercício sob comento, a preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, informando-se que, dos R\$ 14.394.882.435,00 (quatorze bilhões, trezentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e trinta e cinco reais) da Receita Corrente Líquida – RCL, foram empregados R\$ 768.139.742,00 (setecentos e sessenta e oito milhões, cento e trinta e nove mil e setecentos e quarenta e dois reais) em despesa com pessoal, montante que representa 5,34% da RCL, estando, pois, abaixo do limite prudencial de 5,70% previsto na Lei nº 101/2000.

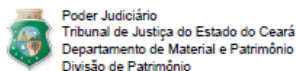
Importante destacar que as informações orçamentárias, financeiras e contábeis no Estado do Ceará são produzidas e geridas pela Secretaria de Fazenda do estado, não tendo o Tribunal de Justiça interferência sobre os demonstrativos ora disponibilizados.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### RECURSOS PATRIMONIAIS

Figura 13 – Recursos Patrimoniais do Poder Judiciário do Estado do Ceará



Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

| Conta      | Descrição                                    | Saldo ant.(R\$)      | Incorp.(R\$)         | Baixas(R\$)      | Reinc.(R\$)   | Reav. (R\$) | Saldo atual(R\$)     |
|------------|--|----------------------|----------------------|------------------|---------------|-------------|----------------------|
| 000000000  | CONTA CONTABIL - MIGRAÇÃO                    | 17.723.552,02        | 0,00                 | 50.346,92        | 84,20         | 0,00        | 17.673.289,30        |
| 3390300015 | PECAS E ACESSORIOS PARA EQUIP DE COMUNICACAO | 1.335,00             | 0,00                 | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 1.335,00             |
| 3390300025 | Material para áudio e vídeo                  | 224,00               | 0,00                 | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 224,00               |
| 3390300026 | MATERIAL DE PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO     | 10.614,00            | 0,00                 | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 10.614,00            |
| 4490520001 | VEICULOS E EQUIP PARA VEICULOS               | 3.738.702,74         | 538.600,00           | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 4.277.302,74         |
| 4490520002 | EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO | 0,00                 | 1.672.883,27         | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 1.672.883,27         |
| 4490520004 | MAQUINAS MOTORES E AP DIVERSOS               | 4.166.865,74         | 310.901,72           | 6.213,20         | 0,00          | 0,00        | 4.471.554,26         |
| 4490520007 | APARELHOS E UTENSILIOS TIPO DOMESTICO        | 240.511,12           | 61.951,48            | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 302.462,60           |
| 4490520010 | BANDEIRAS E FLAMULAS                         | 21.401,00            | 0,00                 | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 21.401,00            |
| 4490520011 | LIVROS E PUBLIC TECNICAS                     | 728.600,81           | 73,00                | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 728.673,81           |
| 4490520012 | EQUIP DE PROTECAO SEG E SOCORRO              | 85.234,97            | 3.380,00             | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 88.614,97            |
| 4490520013 | EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO                  | 598.724,77           | 14.965,00            | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 613.689,77           |
| 4490520015 | APAREL DE USO ODON HOSP E LABORATORIAIS      | 128.653,30           | 1.827,50             | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 130.480,80           |
| 4490520016 | DECORACAO OBJETOS DE ARTE COLECAO            | 44.999,07            | 1.420,95             | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 46.420,02            |
| 4490520017 | EQUIP PARA AUDIO VIDEO E FOTO                | 478.188,23           | 45.124,00            | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 523.312,23           |
| 4490520020 | MOBILIARIO EM GERAL                          | 32.733.967,81        | 3.938.694,20         | 4.039,66         | 0,00          | 0,00        | 36.668.622,35        |
| 4490520028 | OBRAS DE ARTE E PECAS P/MUSEU                | 3.659,00             | 0,00                 | 0,00             | 0,00          | 0,00        | 3.659,00             |
| 4490520080 | EQUIPAMENTOS P/TECNOLOGIA DA INFORMACAO      | 19.193.275,77        | 3.861.291,02         | 2.860,00         | 133,00        | 0,00        | 23.051.839,79        |
| 4490520099 | OUTROS MATERIAIS PERMANENTES                 | 382.779,97           | 1.233,00             | 1.663,40         | 0,00          | 0,00        | 382.349,57           |
|            | <b>Total:</b>                                | <b>80.281.289,32</b> | <b>10.452.345,14</b> | <b>65.123,18</b> | <b>217,20</b> | <b>0,00</b> | <b>90.668.728,48</b> |

Fonte: Secretaria de Administração do TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INFRAESTRUTURA

Tabela 71 – Relação de imóveis do Governo do Estado e disponíveis para o Poder Judiciário do Estado do Ceará

| ITEM | COMARCA           | TIPO    | LOGRADOURO                    | NÚMERO | BAIRRO              | CEP         |
|------|-------------------|---------|-------------------------------|--------|---------------------|-------------|
| 001  | ABAIARA           | Prédio  | RUA JOÃO FELITO DE SOUSA      |        | CENTRO              | 63.240-000  |
| 002  | ACARAPE           | Prédio  | RUA CHICO VIEIRA              |        | CENTRO              | 62.580-000  |
| 003  | ACARAU            | Casa    | RUA SANTO ANTÔNIO             | 1495   | CENTRO              | 62.580-000  |
| 004  | ACARAU            | Prédio  | PRAÇA MANUEL DUCA DA SILVEIRA |        | CENTRO              | 62.580-000  |
| 005  | ACARAU            | Prédio  | RUA CAMPO DE AVIAÇÃO          |        | CAMPO DE AVIAÇÃO    | 62.580-000  |
| 006  | ACOPIARA          | Prédio  | RUA CÍCERO MANDU              | S/N    | CENTRO              | 63.5660-000 |
| 007  | ACOPIARA          | Casa    | RUA DR. TIBURCIO SOARES       | 437    | CENTRO              | 63.5660-000 |
| 008  | ACOPIARA          | Casa    | RUA QUINTINO BOCAUVA          | 420    | CENTRO              | 63.5660-000 |
| 009  | AIUABA            | Casa    | RUA ARMANDO ARRAIS FEITOSA    | 6      | CENTRO              | 63.575-000  |
| 010  | AIUABA            | Prédio  | RUA JOSÉ DE MORAIS FEITOSA    | S/N    | CAIÇARA             | 63.575-000  |
| 011  | AIUABA            | Casa    | RUA RAIMUNDO DIAS DE OLIVEIRA | 50     | CENTRO              | 63.575-000  |
| 012  | ALCANTARAS        | Prédio  | RUA FRANCISCO CUNHA           |        | SÃO JOSÉ            | 62.120-000  |
| 013  | ALTANEIRA         | Prédio  | RUA PE. LUIZ ANTÔNIO          |        | CENTRO              | 63.195-000  |
| 014  | ALTO SANTO        | Prédio  | RUA CORONEL SIMPRICIO BEZERRA |        | CENTRO              | 62.970-000  |
| 015  | ALTO SANTO        | Casa    | RUA JOÃO QUINCÓ               |        | CENTRO              | 62.970-000  |
| 016  | AMONTADA          | Terreno | RUA MARIA MELO                | S/N    | TORRE               | 62.540-000  |
| 017  | AMONTADA          | Prédio  | RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA   | 1310   | TORRE               | 62.540-000  |
| 018  | AMONTADA          | Casa    | RUA MANUEL MARTINS TEIXEIRA   | S/N    | TORRE               | 62.540-000  |
| 019  | ANTONINA DO NORTE | Prédio  | AV. CENTRAL                   |        | CENTRO              | 63.570-000  |
| 020  | APUIARÉS          | Prédio  | AV. GOMES DA SILVA            |        | CENTRO              | 62.630-000  |
| 021  | AQUIRAZ           | Casa    | LOTEAMENTO                    |        | CHÁCARAS DA PRAINHA | 61.700-000  |
| 022  | AQUIRAZ           | Casa    | LOTEAMENTO                    |        | CHÁCARAS DA         | 61.700-     |





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA   | TIPO    | LOGRADOURO                      | NÚMERO | BAIRRO               | CEP        |
|------|-----------|---------|---------------------------------|--------|----------------------|------------|
|      |           |         |                                 |        | PRAINHA              | 000        |
| 023  | AQUIRAZ   | Casa    | LOTEAMENTO                      |        | CHÁCARAS DA PRAINHA  | 61.700-000 |
| 024  | AQUIRAZ   | Prédio  | AV. AUGUSTO SÁ                  |        | CENTRO               | 61.700-000 |
| 025  | AQUIRAZ   | Prédio  | RUA VIRGÍLO COELHO              | 112    | CENTRO               | 61.700-000 |
| 026  | ARACATI   | Casa    | RUA DO CASTELO                  | 131    | CENTRO               | 62.800-000 |
| 027  | ARACATI   | Casa    | RUA CORONEL ALEXANDRINO         | 1224   | CENTRO               | 62.800-000 |
| 028  | ARACATI   | Prédio  | RUA CORONEL ALEXANDRINO         | 789    | CENTRO               | 62.800-000 |
| 029  | ARACATI   | Casa    | RUA DO CASTELO                  | 130    | CENTRO               | 62.800-000 |
| 030  | ARACATI   | Terreno | TRAV. FELISMINO FILHO           |        | FÁTIMA               | 62.800-000 |
| 031  | ARACATI   | Terreno | LOTEAMENTO VILA GREGA           |        | VILA GREGA           | 62.800-000 |
| 032  | ARACOIABA | Casa    | RUA LUIS RIBEIRO DE SOUZA       | 34     | PLANALTO ARACOIABA   | 62.750-000 |
| 033  | ARACOIABA | Casa    | RUA RAIMUNDO DE CASTRO DA SILVA |        | CENTRO               | 62.750-000 |
| 034  | ARACOIABA | Prédio  | AV. TIRADENTES                  | 1449   | CENTRO               | 62.750-000 |
| 035  | ARARENDA  | Prédio  | RUA PREFEITO FRANCISCO LANDIM   |        | CANÁRIO              | 62.210-000 |
| 036  | ARARIPE   | Casa    | RUA VICENTE ALENCAR BARBOSA     | S/N    | CENTRO               | 63.170-000 |
| 037  | ARARIPE   | Prédio  | AV. SIMPLICIO DE ALENCAR        |        | CENTRO               | 63.170-000 |
| 038  | ARATUBA   | Casa    | RUA JULIO PEREIRA               | 40     | FORQUILHA            | 62.762-000 |
| 039  | ARATUBA   | Prédio  | RUA JULIO PEREIRA               | 30     | FORQUILHA            | 62.762-000 |
| 040  | ARNEIROZ  | Prédio  | AV CEL VIRGILIO TAVORA          |        | CENTRO               | 63.670-000 |
| 041  | ASSARE    | Casa    | RUA MARIA DE JESUS OLIVEIRA     | 40     | VILA MOTA            | 63.140-000 |
| 042  | ASSARE    | Terreno | RUA RAUL ONOFRE DE PAIVA        | S/N    | BELO HORIZONTE       | 63.140-000 |
| 043  | ASSARE    | Terreno | RUA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL     | S/N    | BANGUÊ               | 63.140-000 |
| 044  | ASSARE    | Prédio  | RUA PADRE EMILIO CABRAL         | 320-A  | CENTRO               | 63.140-000 |
| 045  | AURORA    | Casa    | RUA MARIA CORAÇÃO BEZERRA       | S/N    | VILA PAULO GONÇALVES | 63.360-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA     | TIPO    | LOGRADOURO                          | NÚMERO | BAIRRO        | CEP        |
|------|-------------|---------|-------------------------------------|--------|---------------|------------|
| 046  | AURORA      | Prédio  | RUA CORONEL JOSÉ LEITE              | S/N    | ARAÇA         | 63.360-000 |
| 047  | BAIXIO      | Casa    | RUA CEL. FRANCISCO LUIZ             | S/N    | CENTRO        | 63.320-000 |
| 048  | BAIXIO      | Prédio  | PRAÇA DOS TRÊS PODERES              | S/N    | CENTRO        | 63.320-000 |
| 049  | BANABUIU    | Prédio  | RUA QUEIROZ PESSOA                  |        | CENTRO        | 63.960-000 |
| 050  | BARBALHA    | Casa    | RUA MADRE ILDUARA                   | 693    | CENTRO        | 63.180-000 |
| 051  | BARBALHA    | Casa    | RUA MADRE ILDUARA                   | 707    | CENTRO        | 63.180-000 |
| 052  | BARBALHA    | Terreno | RUA PRINCESA ISABEL                 |        | CENTRO        | 63.180-000 |
| 053  | BARBALHA    | Prédio  | RUA ZUCA SAMPAIO                    |        | CENTRO        | 63.180-000 |
| 054  | BARBALHA    | Prédio  | RUA PRINCESA ISABEL                 | 118-A  | CENTRO        | 63.180-000 |
| 055  | BARBALHA    | Casa    | RUA CEL JOÃO DA CRUZ                | 198    | CENTRO        | 63.180-000 |
| 056  | BARBALHA    | Casa    | RUA CEL JOÃO DA CRUZ                | 198    | CENTRO        | 63.180-000 |
| 057  | BARREIRA    | Prédio  | RUA PAULO JACÓ                      | 190    | CENTRO        | 62.795-000 |
| 058  | BARRO       | Casa    | RUA CRISANTINA MONTEIRO DINIZ       | S/N    | CENTRO        | 63.380-000 |
| 059  | BARRO       | Prédio  | AV. FRANCISCO AUDELEY CARDOSO       | S/N    | CENTRO        | 63.380-000 |
| 060  | BARROQUINHA | Prédio  | AV. MARIA DIAMANTINAS VERAS         | S/N    | CENTRO        | 62.410-000 |
| 062  | BATURITE    | Prédio  | AV. 07 DE SETEMBRO                  | 949    | CENTRO        | 62.760-000 |
| 061  | BATURITE    | Casa    | AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA | 1025   | SANHARÃO      | 62.760-000 |
| 063  | BATURITE    | Casa    | AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA | 1025   | SANHARÃO      | 62.760-000 |
| 064  | BATURITE    | Casa    | AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA | 1025   | SANHARÃO      | 62.760-000 |
| 068  | BATURITE    | Prédio  | AV. OUVIDOR-MOR VITORINO S. BARBOSA |        | CENTRO        | 62.760-000 |
| 065  | BATURITE    | Prédio  | PRAÇA WALDEMAR FALCÃO               | S/N    | CENTRO        | 62.760-000 |
| 066  | BATURITE    | Terreno | RUA PADRE ANTONIO PINTO             | S/N    | CENTRO        | 62.760-000 |
| 067  | BATURITE    | Prédio  | TRAVESSA 14 DE ABRIL                | S/N    | CENTRO        | 62.760-000 |
| 069  | BEBERIBE    | Casa    | RUA JUAQUIM DE QUEIROZ FACÓ         |        | NOVO PLANALTO | 62.840-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA      | TIPO    | LOGRADOURO                             | NÚMERO | BAIRRO        | CEP        |
|------|--------------|---------|--|--------|---------------|------------|
| 070  | BEBERIBE     | Terreno | RUA DEPUTADO RAIMUNDO DE Q. FERREIRA   |        | CENTRO        | 62.840-000 |
| 071  | BEBERIBE     | Prédio  | RUA JUAQUIM DE QUEIROZ FACÓ            |        | NOVO PLANALTO | 62.840-000 |
| 072  | BELA CRUZ    | Casa    | RUA JOSÉ CHEIREZ                       | S/N    | CENTRO        | 62.570-000 |
| 073  | BELA CRUZ    | Prédio  | RUA SANTA CRUZ                         | S/N    | CENTRO        | 62.570-000 |
| 074  | BELA CRUZ    | Casa    | RUA CAPITÃO MIGUEL LOPES               | S/N    | CENTRO        | 62.570-000 |
| 075  | BOA VIAGEM   | Terreno | RUA ERNESTO PEREIRA DE SOUSA           |        | TIBIQUARI     | 63.870-000 |
| 076  | BOA VIAGEM   | Prédio  | RUA JOSÉ RANGEL DE ARAÚJO              | S/N    | CENTRO        | 63.870-000 |
| 077  | BOA VIAGEM   | Casa    | RUA 21 DE NOVEMBRO                     | 566    | TIBIQUARI     | 63.870-000 |
| 078  | BREJO SANTO  | Casa    | RUA MANOEL TIBURTINO                   | 544    | CENTRO        | 63.260-000 |
| 079  | BREJO SANTO  | Casa    | RUA MANOEL TIBURTINO                   | 301    | CENTRO        | 63.260-000 |
| 080  | BREJO SANTO  | Prédio  | AV. ANTÔNIO FLORENTINO                 | S/N    | CENTRO        | 63.260-000 |
| 081  | BREJO SANTO  | Prédio  | RUA JOSÉ MATIAS SAMPAIO                | 274    | CENTRO        | 63.260-000 |
| 082  | CAMOCIM      | Casa    | RUA DA INDEPENDÊNCIA                   | 561-A  | CENTRO        | 62.400-000 |
| 083  | CAMOCIM      | Casa    | RUA DA INDEPENDÊNCIA                   | 561-B  | CENTRO        | 62.400-000 |
| 084  | CAMOCIM      | Prédio  | RUA 24 DE MAIO                         | S/N    | CENTRO        | 62.400-000 |
| 085  | CAMPOS SALES | Casa    | RUA ENEAS ARAES                        | 394    | CENTRO        | 63.150-000 |
| 086  | CAMPOS SALES | Prédio  | RUA MANOEL MORAES                      |        | CENTRO        | 63.150-000 |
| 087  | CANINDÉ      | Casa    | RUA CELIO MARTINS                      | 714    | CENTRO        | 62.700-000 |
| 088  | CANINDÉ      | Casa    | RUA JOÃO PINTO DAMASCENO               | 268    | CENTRO        | 62.700-000 |
| 089  | CANINDÉ      | Casa    | RUA GERONICIO BRIGIDO NETO             | 268    | BELA VISTA    | 62.700-000 |
| 090  | CANINDÉ      | Prédio  | RUA GERONICIO BRIGIDO NETO             |        | BELA VISTA    | 62.700-000 |
| 091  | CANINDÉ      | Prédio  | RUA LARGO FRANCISCO XAVIER DE MEDEIROS |        | CENTRO        | 62.700-000 |
| 092  | CAPISTRANO   | Casa    | RUA ANTÔNIO FERNANDES BEZERRA          | S/N    | CENTRO        | 62.748-000 |
| 093  | CAPISTRANO   | Casa    | RUA CEL. FRANCISCO                     | S/N    | CENTRO        | 62.748-    |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA    | TIPO   | LOGRADOURO                              | NÚMERO | BAIRRO                 | CEP        |
|------|------------|--------|---|--------|------------------------|------------|
|      |            |        | NUNES CAVALCANTE                        |        |                        | 000        |
| 094  | CAPISTRANO | Prédio | RUA JOSÉ SARAIVA SOBRINHO               | S/N    | CENTRO                 | 62.748-000 |
| 095  | CARIDADE   | Casa   | RUA CEL. LINHARES                       | S/N    | CENTRO                 | 62.730-000 |
| 096  | CARIDADE   | Prédio | RUA CEL. LINHARES                       | S/N    | CENTRO                 | 62.730-000 |
| 097  | CARIRE     | Casa   | RUA VEREADOR HONÓRIO DE BRITO           | S/N    | CENTRO                 | 62.184-000 |
| 098  | CARIRE     | Prédio | RUA VEREADOR MANUEL HONÓRIO DE BRITO    | S/N    | CENTRO                 | 62.184-000 |
| 099  | CARIRIAÇU  | Casa   | RUA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL             | S/N    | PARAISO                | 63.220-000 |
| 100  | CARIRIAÇU  | Prédio | RUA LUIZ BEZERRA                        | S/N    | PARAISO                | 63.220-000 |
| 101  | CARIUS     | Casa   | PRAÇA DA REPÚBLICA                      | S/N    | CENTRO                 | 63.530-000 |
| 102  | CARIUS     | Prédio | RUA VEREADOR BENEDITO ALVES DE OLIVEIRA | S/N    | NOVO HORIZONTE         | 63.530-000 |
| 103  | CARNAUBAL  | Casa   | RUA 22 DE JULHO                         | S/N    | CENTRO                 | 62.375-000 |
| 104  | CARNAUBAL  | Prédio | RUA JOSÉ BARROSO                        | 143    | CENTRO                 | 62.375-000 |
| 105  | CASCAVEL   | Casa   | RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS            | 508    | PLANALTO NOVA CASCAVEL | 62.850-000 |
| 106  | CASCAVEL   | Casa   | AV. PREFEITO JOSÉ DE QUEIROZ FERREIRA   | S/N    | CENTRO                 | 62.850-000 |
| 107  | CASCAVEL   | Prédio | RUA PROF. JOSÉ A DE QUEIROZ             |        | CENTRO                 | 62.850-000 |
| 108  | CATARINA   | Casa   | RUA JOAQUIM LEOPOLDO ARAÚJO CHAVES      | 217    | CENTRO                 | 63.595-000 |
| 109  | CATARINA   | Prédio | RUA JOÃO FERREIRA DOS SANTOS            | S/N    | CENTRO                 | 63.595-000 |
| 110  | CATUNDA    | Prédio | RUA ANTÔNIO TIMBÓ                       |        | CENTRO                 | 62.297-000 |
| 111  | CAUCAIA    | Casa   | RUA JOSÉ DA ROCHA                       | 521    |                        | 61.600-000 |
| 112  | CAUCAIA    | Casa   | RUA JOSÉ DA ROCHA                       | 503    |                        | 61.600-000 |
| 113  | CAUCAIA    | Casa   | RUA JOSÉ DA ROCHA                       | 483    |                        | 61.600-000 |
| 114  | CAUCAIA    | Casa   | RUA CEL. JOÃO LICÍNIO                   | 517    |                        | 61.600-000 |
| 115  | CAUCAIA    | Casa   | RUA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS           | 251    |                        | 61.600-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA     | TIPO    | LOGRADOURO                           | NÚMERO | BAIRRO     | CEP        |
|------|-------------|---------|--------------------------------------|--------|------------|------------|
| 116  | CAUCAIA     | Prédio  | RUA JOACI SAMPAIO PONTES             | 2091   |            | 61.600-000 |
| 117  | CAUCAIA     | Prédio  | RUA 15 DE NOVEMBRO                   |        |            | 61.600-000 |
| 118  | CEDRO       | Casa    | RUA AZARIAZ ALVES DINIZ              | 129    | CENTRO     | 63.400-000 |
| 119  | CEDRO       | Prédio  | RUA CEL. JOÃO CANDIDO                | 578    | CENTRO     | 63.400-000 |
| 120  | CHAVAL      | Casa    | RUA ZEFERINO COSTA                   | 265    | CENTRO     | 62.420-000 |
| 121  | CHAVAL      | Prédio  | RUA MAJOR FIEL                       | 299    | CENTRO     | 62.420-000 |
| 122  | CHAVAL      | Casa    | PRAÇA MONSENHOR CARNEIRO             | 1185   | CENTRO     | 62.420-000 |
| 123  | CHORO LIMÃO | Prédio  | ESTRADA DA SERRA DO ESTEVÃO          |        | CENTRO     | 63.920-000 |
| 124  | CHOROZINHO  | Casa    | AV. DR. LUIZ COSTA                   | S/N    | LEIRÕES    | 62.875-000 |
| 125  | CHOROZINHO  | Prédio  | AV. DR. LUIZ COSTA                   | S/N    | LEIRÕES    | 62.875-000 |
| 126  | COREAU      | Casa    | RUA CONJ. COHAB                      | S/N    | CENTRO     | 62.160-000 |
| 127  | COREAU      | Prédio  | ROD. CE 071                          | S/N    |            | 62.160-000 |
| 128  | COREAU      | Casa    | RUA CEL. ANTÔNIO TELES               | S/N    | CENTRO     | 62.160-000 |
| 129  | CRATEÚS     | Casa    | RUA MOREIRA DA ROCHA                 | S/N    | CENTRO     | 63.700-000 |
| 130  | CRATEÚS     | Casa    | RUA MOREIRA DA ROCHA                 | S/N    | CENTRO     | 63.700-000 |
| 131  | CRATEÚS     | Casa    | RUA GENTIL BARREIRA                  | S/N    | CENTRO     | 63.700-000 |
| 132  | CRATEÚS     | Terreno | AV EDILBERTO FROTA                   | S/N    | CENTRO     | 63.700-000 |
| 133  | CRATEÚS     | Prédio  | GALERIA GENTIL CARDOSO               | S/N    | CENTRO     | 63.700-000 |
| 134  | CRATO       | Casa    | QUADRA D5A LOT JARDIM NOVO HORIZONTE | S/N    | GRANJEIRO  | 63.100-000 |
| 135  | CRATO       | Casa    | QUADRA D5B LOT JARDIM NOVO HORIZONTE | S/N    | GRANJEIRO  | 63.100-000 |
| 136  | CRATO       | Casa    | QUADRA D5C LOT JARDIM NOVO HORIZONTE | S/N    | GRANJEIRO  | 63.100-000 |
| 137  | CRATO       | Casa    | QUADRA D5D LOT JARDIM NOVO HORIZONTE | S/N    | GRANJEIRO  | 63.100-000 |
| 138  | CRATO       | Prédio  | RUA ALVARO PEIXOTO                   | S/N    | SÃO MIGUEL | 63.100-    |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA                      | TIPO   | LOGRADOURO                            | NÚMERO | BAIRRO                 | CEP            |
|------|------------------------------|--------|---------------------------------------|--------|------------------------|----------------|
|      |                              |        | DE ALENCAR                            |        |                        | 000            |
| 139  | CROATA                       | Casa   | RUA VEREADOR<br>RAIMUNDO DE ABREU     | 8      | CAROBA                 | 62.390-<br>000 |
| 140  | CROATA                       | Prédio | RUA VEREADOR<br>RAIMUNDO DE ABREU     | S/N    | CAROBA                 | 62.390-<br>000 |
| 141  | CRUZ                         | Casa   | RUA 7 DE SETEMBRO                     | S/N    | CENTRO                 | 62.595-<br>000 |
| 142  | DEPUTADO<br>IRAPUAN PINHEIRO | Prédio | RUA FRANCISCA<br>BARROSO GOMES        |        | PRAÇA DOS 3<br>PODERES | 63.645-<br>000 |
| 143  | ERERE                        | Prédio | TRAVESSA MARIANA<br>DE MOURA          |        | CENTRO                 | 63.470-<br>000 |
| 144  | EUSÉBIO                      | Casa   |                                       |        | LAGOA DOS PATOS        | 61.760-<br>000 |
| 145  | EUSÉBIO                      | Prédio | AV. EUSÉBIO DE<br>QUEIROZ             |        | CENTRO                 | 61.760-<br>000 |
| 146  | FARIAS BRITO                 | Casa   | RUA CEL MANUEL<br>PINHEIRO DE ALMEIDA | S/N    | CENTRO                 | 63.185-<br>000 |
| 147  | FARIAS BRITO                 | Prédio | RUA CEL MANUEL<br>PINHEIRO DE ALMEIDA | S/N    | CENTRO                 | 63.185-<br>000 |
| 148  | FORQUILHA                    | Casa   | AV. CRIANÇA DANTE<br>VALÉRIO          | S/N    | CENTRO                 | 62.115-<br>000 |
| 149  | FORQUILHA                    | Prédio | AV. CRIANÇA DANTE<br>VALÉRIO          | S/N    | CENTRO                 | 62.115-<br>000 |
| 150  | FORTALEZA                    | Prédio | AV. SANTOS DUMONT                     | 1400   | ALDEOTA                | 60.150-<br>160 |
| 151  | FORTALEZA                    | Prédio | AV GEN AFONSO A LIM                   | S/N    | CAMBEBA                | 60.839-<br>900 |
| 152  | FORTALEZA                    | Prédio | RUA DR. JOÃO<br>GUILHERME             | 25     | ANTONIO BEZERRA        | 60.356-<br>770 |
| 153  | FORTALEZA                    | Prédio | RUA HERMINA<br>BONAVIDES              |        | PRAIA DO FUTURO        | 60.182-<br>260 |
| 154  | FORTALEZA                    | Prédio | AV DA UNIVERSIDADE                    | 3281   | BENFICA                | 60.020-<br>181 |
| 155  | FORTALEZA                    | Prédio | RUA 729                               | 443    | CONJ. CEARÁ            | 60.531-<br>760 |
| 156  | FORTALEZA                    | Prédio | RUA SANTA EFIGÊNIA                    | 360    | MESSEJANA              | 60.871-<br>020 |
| 157  | FORTALEZA                    | Prédio | RUA DES JOÃO<br>FIRMINO               | 3288   | MONTESE                | 60.425-<br>560 |
| 158  | FORTALEZA                    | Prédio | AV DA UNIVERSIDADE                    | 2922   | BENFICA                | 60.020-<br>181 |
| 159  | FORTALEZA                    | Prédio | RUA BARÃO DO RIO<br>BRANCO            | 340    | FÁTIMA                 | 60.025-<br>062 |
| 160  | FORTALEZA                    | Prédio | RUA DO LAGO                           | 636    | TANCREDO NEVES         | 60.820-<br>370 |
| 161  | FORTALEZA                    | Prédio | RUA DR ALMEIDA<br>FILHO               | 800    | JACARECANGA            | 60.320-<br>510 |
| 162  | FORTALEZA                    | Prédio | RUA CARLOS CHAGAS                     | 421    | BONSUCESSO             | 60.541-        |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA         | TIPO    | LOGRADOURO                         | NÚMERO | BAIRRO              | CEP        |
|------|-----------------|---------|------------------------------------|--------|---------------------|------------|
|      |                 |         |                                    |        |                     | 550        |
| 163  | FORTALEZA       | Prédio  | AV. C                              | 1301   | CONJ. NOVA ASSUNÇÃO | 60.347-500 |
| 164  | FORTALEZA       | Prédio  | RUA MÁRIO MAMEDE                   | 1200   | PIEDADE             | 60.415-000 |
| 165  | FORTALEZA       | Prédio  | AV GEN OSÓRIO DE PAIVA             | 130    | PARANGABA           | 60.720-000 |
| 166  | FORTALEZA       | Prédio  | AV K                               | 1330   | JOSÉ WALTER         | 60.750-100 |
| 167  | FORTALEZA       | Prédio  | RUA BETEL                          | 230    | SERRINHA            | 60.741-810 |
| 168  | FORTALEZA       | Prédio  | AV. GODOFREDO MACIEL               | 3100   | MARAPONGA           | 60.710-000 |
| 169  | FORTALEZA       | Prédio  | AV GENERAL AFONSO A LIMA           | S/N    | CAMBEBA             | 60.822-325 |
| 170  | FORTALEZA       | Prédio  | RUA SENADOR POMPEU                 | 1200   | CENTRO              | 60.025-061 |
| 171  | FORTALEZA       | Prédio  | RUA ROBERTO SILVA                  | 70     | EDSON QUEIROZ       | 60.812-230 |
| 172  | FORTALEZA       | Prédio  | RUA TABELIÃO FABIÃO                | 114    | PRESIDENTE KENEDY   | 60.320-010 |
| 173  | FORTALEZA       | Prédio  | RUA RAMIREZ MARANHÃO DO VALE       | 70     | EDSON QUEIROZ       | 60.811-670 |
| 174  | FORTALEZA       | Prédio  | RUA DES. FLORIANO BENEVIDES        | 220    | EDSON QUEIROZ       | 60.811-902 |
| 175  | FORTALEZA       | Prédio  | RUA ALMIRANTE MAXILIANO DA FONSECA | 1395   | EDSON QUEIROZ       | 60.811-020 |
| 176  | FORTALEZA       | Prédio  | RUA VISCONDE DE MAUA               | 1940   | ALDEOTA             | 60.235-270 |
| 177  | FORTIM          | Casa    | RUA JOAQUIM CRISOSTOMO             | S/N    | CENTRO              | 62.815-000 |
| 178  | FORTIM          | Prédio  | RUA JOAQUIM CRISOSTOMO             | S/N    | CENTRO              | 62.815-000 |
| 179  | FRECHEIRINHA    | Casa    | RUA TENENTE EUFRÁSIO               | S/N    | CENTRO              | 62.340-000 |
| 180  | FRECHEIRINHA    | Terreno | RUA JOAQUIM PEREIRA                | S/N    | CENTRO              | 62.340-000 |
| 181  | FRECHEIRINHA    | Prédio  | RUA JOAQUIM PEREIRA                | S/N    |                     | 62.340-000 |
| 182  | GENERAL SAMPAIO | Prédio  | RUA JOSÉ SEVERINO FILHO            | S/N    | CENTRO              | 62.738-000 |
| 183  | GRAÇA           | Casa    | AV JOSÉ CANDIDO DE CARVALHO        | S/N    | CENTRO              | 62.365-000 |
| 184  | GRAÇA           | Prédio  | RUA EUCLIDES AUGUSTO RIBEIRO       | S/N    | CENTRO              | 62.365-000 |
| 185  | GRANJA          | Casa    | RUA DEPUTADO CARVALHO ROCHA        | S/N    | SÃO RAIMUNDO        | 62.430-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA             | TIPO    | LOGRADOURO                      | NÚMERO | BAIRRO             | CEP        |
|------|---------------------|---------|---------------------------------|--------|--------------------|------------|
| 186  | GRANJA              | Casa    | RUA DEPUTADO CARVALHO ROCHA     | S/N    | SÃO RAIMUNDO       | 62.430-000 |
| 187  | GRANJA              | Prédio  | RUA VALDOMIRO CAVALCANTE        | S/N    | CENTRO             | 62.430-000 |
| 188  | GRANJEIRO           | Prédio  | AV. ANTÔNIO MONTEIRO GRANJEIRO  | S/N    | CENTRO             | 63.230-000 |
| 189  | GROAIRAS            | Casa    | RUA JOSE FERREIRA DO NASCIMENTO | S/N    | CENTRO             | 62.190-000 |
| 190  | GROAIRAS            | Prédio  | RUA PRINCESA ISABEL             | 1520   | CAP. JOSÉ LINHARES | 62.190-000 |
| 191  | GROAIRAS            | Prédio  | RUA JOÃO GUARINO FEIJÃO         | S/N    | CAP. JOSÉ LINHARES | 62.190-000 |
| 192  | GUAIBUBA            | Prédio  | RUA DES. FAUSTO ALBUQUERQUE     | S/N    | CENTRO             | 61.890-000 |
| 193  | GUARACIABA DO NORTE | Casa    | AV NOSSA SENHORA DOS PRAZERES   | S/N    | CRUZ               | 62.380-000 |
| 194  | GUARACIABA DO NORTE | Prédio  | RUA PADRE BERNADINO MEMÓRIA     | 322    | CENTRO             | 62.380-000 |
| 195  | GUARAMIRANGA        | Prédio  | RUA JOAQUIM ALVES NOGUEIRA      |        | CENTRO             | 62.766-000 |
| 196  | HIDROLANDIA         | Casa    | RUA ANTÔNIO RODRIGUES MARROCOS  |        | CENTRO             | 62.270-000 |
| 197  | HIDROLANDIA         | Prédio  | AV CLÁUDIO CAMELO TIMBÓ         | S/N    | CENTRO             | 62.270-000 |
| 198  | HORIZONTE           | Casa    | RUA ANA NOGUEIRA                | 305    | CENTRO             | 62.880-000 |
| 199  | HORIZONTE           | Terreno | RUA ANA NOGUEIRA                |        | CENTRO             | 62.880-000 |
| 200  | HORIZONTE           | Prédio  | AV. EUDES XIMENES               |        | CENTRO             | 62.880-000 |
| 201  | IBARETAMA           | Prédio  | RUA DR. NELSON DE ANDRADE SALES |        | CENTRO             | 63.970-000 |
| 202  | IBIAPINA            | Casa    | AV. SARGENTO GOMES NETO         | S/N    | CENTRO             | 62.360-000 |
| 203  | IBIAPINA            | Terreno | RUA VEREADOR MANOEL RODRIGUES   | S/N    | CENTRO             | 62.360-000 |
| 204  | IBIAPINA            | Prédio  | AV. DEPUTADO ALVARO SOARES      | S/N    | CENTRO             | 62.360-000 |
| 205  | IBICUITINGA         | Prédio  | AV. CAPITÃO MANOEL ANTÔNIO      |        | CENTRO             | 62.955-000 |
| 206  | ICAPUI              | Casa    | RUA DOS PORFÍRIOS               | S/N    | CENTRO             | 62.810-000 |
| 207  | ICAPUI              | Prédio  | AV. CHICO FELIX                 | S/N    | CENTRO             | 62.810-000 |
| 208  | ICÓ                 | Casa    | RUA FRANCISCO MORAIS MOREIRA    | 1472   | CENTRO             | 63.430-000 |
| 209  | ICÓ                 | Casa    | RUA JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO    | 1788   | CENTRO             | 63.430-000 |





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA       | TIPO   | LOGRADOURO                    | NÚMERO | BAIRRO          | CEP        |
|------|---------------|--------|-------------------------------|--------|-----------------|------------|
| 210  | ICÓ           | Prédio | AV JOSEFA NOGUEIRA MONTEIRO   | 1760   | CENTRO          | 63.430-000 |
| 211  | IGUATU        | Casa   | AV JOSÉ AMARO                 | 261    | PLANALTO IGUATU | 63.500-000 |
| 212  | IGUATU        | Casa   | RUA JOÃO XXIII                | 35     | SÃO SEBASTIÃO   | 63.500-000 |
| 213  | IGUATU        | Casa   | RUA JULIO CAVALCANTE          | 1650   | CENTRO          | 63.500-000 |
| 214  | IGUATU        | Casa   | RUA FLORIANO PEIXOTO          |        | CENTRO          | 63.500-000 |
| 215  | IGUATU        | Prédio | RUA EDIMAR AMARO              | S/N    | BUGI            | 63.500-000 |
| 216  | IGUATU        | Prédio | AV AGENOR ARAUJO              | S/N    | CENTRO          | 63.500-000 |
| 217  | INDEPENDENCIA | Casa   | RUA FREI VIDAL                | 535    | CENTRO          | 63.640-000 |
| 218  | INDEPENDENCIA | Prédio | RUA SANTA TERESINHA           | 510    | CENTRO          | 63.640-000 |
| 219  | IPAPORANGA    | Casa   | RUA JOÃO LUCIANO              | S/N    | CENTRO          | 62.215-000 |
| 220  | IPAPORANGA    | Prédio | RUA PEDRO CORREIA LEITÃO      | S/N    | CENTRO          | 62.215-000 |
| 221  | IPAUMIRIM     | Casa   | RUA DONA NANINHA              |        | CENTRO          | 63.340-000 |
| 222  | IPAUMIRIM     | Prédio | VILA SÃO JOSE                 |        | CENTRO          | 63.340-000 |
| 223  | IPU           | Casa   | RUA JOANA MIMOSA              | 884    | CENTRO          | 62.250-000 |
| 224  | IPU           | Prédio | PRAÇA SÃO SEBASTIÃO           | 1020   | CENTRO          | 62.250-000 |
| 225  | IPUEIRAS      | Casa   | RUA CORONEL GUILHERMINO       |        | CENTRO          | 62.230-000 |
| 226  | IPUEIRAS      | Prédio | RUA CORONEL GUILHERMINO       |        | PRAÇA DO CRISTO | 62.230-000 |
| 227  | IRACEMA       | Casa   | RUA ULISES DE HOLANDA CAMPELO | 461    | CENTRO          | 62.980-000 |
| 228  | IRACEMA       | Prédio | RUA CELSO GOMES DA SILVA      | 133    | CENTRO          | 62.980-000 |
| 229  | IRACEMA       | Casa   | RUA GEVÁSIO HOLANDA GUERRA    | 1371   | CENTRO          | 62.980-000 |
| 230  | IRAUCUBA      | Casa   | RUA JORGE DOMINGUES           |        | CENTRO          | 62.620-000 |
| 231  | IRAUCUBA      | Prédio | AV. PAULO BASTOS              | 631    | CENTRO          | 62.620-000 |
| 232  | ITAIÇABA      | Prédio | VILA OLIMPICA                 |        | CENTRO          | 62.820-000 |
| 233  | ITAITINGA     | Prédio | AV CORONEL VIRGILIO TAVORA    |        | CENTRO          | 61.880-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA     | TIPO    | LOGRADOURO                         | NÚMERO    | BAIRRO             | CEP        |
|------|-------------|---------|------------------------------------|-----------|--------------------|------------|
| 234  | ITAITINGA   | Casa    | RUA FRANCISCO CORDEIRO DE OLIVEIRA | 1019      | CENTRO             | 61.880-000 |
| 235  | ITAPAJÉ     | Casa    | RUA TARCILA CARNEIRO               | 10        | CENTRO             | 62.600-000 |
| 236  | ITAPAJÉ     | Casa    | RUA 02 DE FEVEREIRO                | 440       | CENTRO             | 62.600-000 |
| 237  | ITAPAJÉ     | Prédio  | RUA SÃO FRANCISCO                  | 104       | CENTRO             | 62.600-000 |
| 238  | ITAPIPOCA   | Casa    | RUA INOCÊNCIO BRAGA                | 3779      | CENTRO             | 62.500-000 |
| 239  | ITAPIPOCA   | Prédio  | AV ANASTACIO BRAGA                 | 380       | CENTRO             | 62.500-000 |
| 240  | ITAPIPOCA   | Casa    | RUA 7 DE SETEMBRO                  | 35        | CENTRO             | 62.500-000 |
| 241  | ITAPIPOCA   | Prédio  | AV ANASTACIO BRAGA                 | 676/ALTOS | CENTRO             | 62.500-000 |
| 242  | ITAPIPOCA   | Terreno | AV. ESAU ALVES AGUIAR              | S/N       | FAZENDINHA         | 62.500-000 |
| 243  | ITAPIPOCA   | Casa    | RUA PRESMILAU CAMERINO             | 68        | COQUEIRO           | 62.500-000 |
| 244  | ITAPIUNA    | Casa    | RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA       | S/N       | ALTO DAS UMBURANAS | 62.740-000 |
| 245  | ITAPIUNA    | Prédio  | RUA JOAQUIM CLEMENTINO SILVA       | S/N       | ALTO DAS UMBURANAS | 62.740-000 |
| 246  | ITAPIUNA    | Prédio  | RUA JOAQUIM BEZERRA                | S/N       | CENTRO             | 62.740-000 |
| 247  | ITAREMA     | Casa    | AV. RIOS                           | 410       | CENTRO             | 62.590-000 |
| 248  | ITAREMA     | Prédio  | AV. RIOS                           | 440       | CENTRO             | 62.590-000 |
| 249  | ITATIRA     | Casa    | RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA          |           | CENTRO             | 62.720-000 |
| 250  | ITATIRA     | Prédio  | RUA ANTÔNIO SABINO GUERRA          |           | CENTRO             | 62.720-000 |
| 251  | JAGUARETAMA | Casa    | AV. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES      | S/N       | CENTRO             | 63.480-000 |
| 252  | JAGUARETAMA | Prédio  | RUA RIACHO DO SANGUE               | 786       | CENTRO             | 63.480-000 |
| 253  | JAGUARIBE   | Casa    | ALTO DO CRUZEIRO                   | S/N       | CENTRO             | 63.475-000 |
| 254  | JAGUARIBE   | Prédio  | AV. 08 DE NOVEMBRO                 | 1261      | CENTRO             | 63.475-000 |
| 255  | JAGUARUANA  | Casa    | RUA CEL RAIMUNDO FRANCISCO         | 1402-A    | SOCORRO            | 62.823-000 |
| 256  | JAGUARUANA  | Prédio  | RUA CEL RAIMUNDO FRANCISCO         | 1402      | SOCORRO            | 62.823-000 |
| 257  | JARDIM      | Casa    | RUA SANTO ANTÔNIO                  |           | CENTRO             | 63.290-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA               | TIPO    | LOGRADOURO                            | NÚMERO | BAIRRO                | CEP        |
|------|-----------------------|---------|---------------------------------------|--------|-----------------------|------------|
| 258  | JARDIM                | Prédio  | RUA SANTO ANTÔNIO                     |        | CENTRO                | 63.290-000 |
| 259  | JATI                  | Casa    | RUA JOSÉ HUMBERTO ALCANTARA DE GONDIM |        | CENTRO                | 63.275-000 |
| 260  | JATI                  | Prédio  | RUA JOSÉ HUMBERTO ALCANTARA DE GONDIM |        | CENTRO                | 63.275-000 |
| 261  | JATI                  | Prédio  | RUA SABINO PEREIRA                    | 38     | CENTRO                | 63.275-000 |
| 262  | JATI                  | Casa    | RUA SABINO PEREIRA                    |        | CENTRO                | 63.275-000 |
| 263  | JIOCA DE JERICOACOARA | Prédio  | TRAVESSA RAIMUNDO ALEXANDRE           |        | CENTRO                | 62.598-000 |
| 264  | JUAZEIRO              | Casa    | QUADRA Q                              |        | LOTEAMENTO LAGOA SECA | 63.040-150 |
| 265  | JUAZEIRO              | Casa    | QUADRA Q                              |        |                       |            |
| 266  | JUAZEIRO              | Casa    | QUADRA Q                              |        |                       |            |
| 267  | JUAZEIRO              | Casa    | QUADRA Q                              |        |                       |            |
| 268  | JUAZEIRO              | Casa    | QUADRA Q                              |        |                       |            |
| 269  | JUAZEIRO              | Casa    | QUADRA Q                              |        |                       |            |
| 270  | JUAZEIRO              | Terreno | PARTE DA QUADRA K                     |        | JARDIM GONZAGA        | 63.040-150 |
| 271  | JUAZEIRO              | Prédio  | RUA ERIVANDO DA CRUZ                  | 50     | CENTRO                | 63.040-150 |
| 272  | JUAZEIRO              | Prédio  | RUA MARCIONILIA PESSOA                | 800    | JARDIM GONZAGA        | 63.040-150 |
| 273  | JUAZEIRO              | Prédio  | RUA MANUEL MIGUEL DOS SANTOS          | 130    | LAGOA SECA            | 63.040-150 |
| 274  | JUCAS                 | Casa    | AV. ORMECINDA CORREIA LEITE           |        | PLANALTO              | 63.580-000 |
| 275  | JUCAS                 | Prédio  | RUA JOSÉ FACUNDO LEITE                |        | CENTRO                | 63.580-000 |
| 276  | LAVRAS DA MANGABEIRA  | Casa    | RUA JOAQUIM VICENTE MACHADO           | 415    | CENTRO                | 63.300-000 |
| 277  | LAVRAS DA MANGABEIRA  | Casa    | RUA JOÃO L SOBREIRA                   | 126    | CENTRO                | 63.300-000 |
| 278  | LAVRAS DA MANGABEIRA  | Prédio  | RUA VICENTE VELOSO                    | S/N    | VILA BANCÁRIA         | 63.300-000 |
| 279  | LAVRAS DA MANGABEIRA  | Prédio  | RUA XAVIER ANGELO                     | 174    | CENTRO                | 63.300-000 |
| 280  | LIMOEIRO DO NORTE     | Casa    | RUA CEL. JOSÉ NUNES                   | 622    | JOÃO XXIII            | 62.930-000 |
| 281  | LIMOEIRO DO NORTE     | Casa    | RUA CEL. JOSÉ NUNES                   |        | CENTRO                | 62.930-000 |
| 282  | LIMOEIRO DO NORTE     | Terreno | RUA CEL. JOSÉ NUNES                   |        | CENTRO                | 62.930-000 |
| 283  | LIMOEIRO DO NORTE     | Prédio  | RUA CEL. ANTÔNIO JOAQUIM              | 2187   | CENTRO                | 62.930-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA     | TIPO   | LOGRADOURO                        | NÚMERO | BAIRRO          | CEP        |
|------|-------------|--------|-----------------------------------|--------|-----------------|------------|
| 284  | MADALENA    | Casa   | RUA MARIA EURIVETE PINHO DA SILVA | S/N    | NOVA MADALENA   | 63.860-000 |
| 285  | MADALENA    | Prédio | RUA JOSÉ HOMERO SARAIVA           | S/N    | SANTA TEREZINHA | 63.860-000 |
| 286  | MARACANAU   | Casa   | RUA EDSON QUEIROZ                 |        | CENTRO          | 61.900-000 |
| 287  | MARACANAU   | Casa   | RUA EDSON QUEIROZ                 |        | CENTRO          | 61.900-000 |
| 288  | MARACANAU   | Prédio | RUA EDSON QUEIROZ                 |        | CENTRO          | 61.900-000 |
| 289  | MARACANAU   | Prédio | RUA EDSON QUEIROZ                 |        | CENTRO          | 61.900-000 |
| 290  | MARACANAU   | Casa   | RUA EDSON QUEIROZ                 |        | CENTRO          | 61.900-000 |
| 291  | MARANGUAPE  | Casa   | RUA DR. ARGEL BRAGA HEBSTER       | 705    | CENTRO          | 61.940-000 |
| 292  | MARANGUAPE  | Casa   | RUA DR. ARGEL BRAGA HEBSTER       | 705    | CENTRO          | 61.940-000 |
| 293  | MARANGUAPE  | Prédio | LOTEAMENTO NOVO MARANGUAPE        |        | OUTRA BANDA     | 61.940-000 |
| 294  | MARANGUAPE  | Prédio | PRAÇA DES. PONTES VIEIRA          |        | CENTRO          | 61.940-000 |
| 295  | MARCO       | Casa   | RUA OSTERNO                       | S/N    | CENTRO          | 62.560-000 |
| 296  | MARCO       | Prédio | RUA FRANCISCO MONTE               | S/N    | CENTRO          | 62.560-000 |
| 297  | MARTINOPOLE | Prédio | AV. CAPITÃO BRITO                 |        | CENTRO          | 62.450-000 |
| 298  | MASSAPE     | Casa   | RUA JOSÉ SIGEFREDOA RRUDA         |        | CENTRO          | 62.140-000 |
| 299  | MASSAPE     | Prédio | RUA APRIGIO COELHO                |        | CENTRO          | 62.140-000 |
| 300  | MAURITI     | Casa   | AV. BURITI GRANDE                 |        | CENTRO          | 63.210-000 |
| 301  | MAURITI     | Prédio | RUA CAPITÃO MIGUEL DANTAS         | 1000   | CANÁRIO         | 63.210-000 |
| 302  | MERUOCA     | Casa   | AV JOHN SAMFORD                   |        | CENTRO          | 62.130-000 |
| 303  | MERUOCA     | Prédio | RUA MONSENHOR FURTADO             |        | CENTRO          | 62.130-000 |
| 304  | MILAGRES    | Casa   | RUA SANDOVAL LUIZ                 |        | CENTRO          | 63.250-000 |
| 305  | MILAGRES    | Prédio | RUA PALMERINDO MENDONÇA E SILVA   |        | CENTRO          | 63.250-000 |
| 306  | MILHA       | Prédio | RUA FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA    |        | CENTRO          | 63.635-000 |
| 307  | MIRAIMA     | Prédio | AV. LINDOLFO BRAGA                |        | CENTRO          | 62.530-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA          | TIPO    | LOGRADOURO                          | NÚMERO | BAIRRO         | CEP        |
|------|------------------|---------|-------------------------------------|--------|----------------|------------|
| 308  | MISSÃO VELHA     | Casa    | RUA VEREADOR JOSÉ FERREIRA DE SOUSA | S/N    | BOA VISTA      | 63.200-000 |
| 309  | MISSÃO VELHA     | Prédio  | AV. CORONEL JOSE DANTAS             | S/N    | BOA VISTA      | 63.200-000 |
| 310  | MOCAMBO          | Casa    | RUA VICENTE GOMES                   | S/N    | CENTRO         | 62.170-000 |
| 311  | MOCAMBO          | Prédio  | RUA VICENTE GOMES                   | S/N    | CENTRO         | 62.170-000 |
| 312  | MOMBAÇA          | Casa    | TRAV.DR. JOSÉ CARNEIRO              | 17     | ANTÔNIO SOARES | 62.170-000 |
| 313  | MOMBAÇA          | Prédio  | RUA SILVINO LOPES E SÁ BENEVIDES    | S/N    | VILA SALETE    | 63.610-000 |
| 314  | MONSENHOR TABOSA | Casa    | RUA JOÃO PAMPLONA                   | S/N    | CENTRO         | 63.780-000 |
| 315  | MONSENHOR TABOSA | Prédio  | PRAÇA LUIZ ALVES DE MESQUITA        | S/N    | CENTRO         | 63.780-000 |
| 316  | MONSENHOR TABOSA | Casa    | RUA CORONEL EPIFANIO                | 96     | CENTRO         | 63.780-000 |
| 317  | MORADA NOVA      | Casa    | RUA RAIMUNDO NERI                   | 761    | CENTRO         | 62.940-000 |
| 318  | MORADA NOVA      | Casa    | RUA RAIMUNDO NERI                   | 779    | CENTRO         | 62.940-000 |
| 319  | MORADA NOVA      | Prédio  | AV MANOEL CASTRO                    | 680    | CENTRO         | 62.940-000 |
| 320  | MORAUJO          | Prédio  | RODOVIA CE-071                      |        | CENTRO         | 62.480-000 |
| 321  | MORRINHOS        | Casa    | AV. CORAÇÃO DE MARIA                |        | CENTRO         | 62.550-000 |
| 322  | MORRINHOS        | Prédio  | RUA MONSENHOR ATAIDE                | S/N    | ALTO DA MATRIZ | 62.550-000 |
| 323  | MULUNGU          | Casa    | RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY         | S/N    | CENTRO         | 62.764-000 |
| 324  | MULUNGU          | Prédio  | RUA ANTENOR FROTA WANDERLEY         | S/N    | CENTRO         | 62.764-000 |
| 325  | NOVA JAGUARIBARA | Prédio  | PRAÇA DOS TRÊS PODERES              | 186    | CENTRO         | 63.490-000 |
| 326  | NOVA OLINDA      | Prédio  | RUA ALVINA ALVES                    |        | CENTRO         | 63.190-000 |
| 327  | NOVA RUSSAS      | Casa    | RUA LEONARDO ARAÚJO                 | 1761   | PATRONATO      | 62.200-000 |
| 328  | NOVA RUSSAS      | Casa    | RUA Nº 01                           | 948    | CONJUNTO COHAB | 62.200-000 |
| 329  | NOVA RUSSAS      | Terreno | RUA EXPEDITO CHAVES                 |        | UNIVERSIDADE   | 62.200-000 |
| 330  | NOVA RUSSAS      | Prédio  | RUA LEONARDO ARAÚJO                 | 1752   | PATRONATO      | 62.200-000 |
| 331  | NOVO ORIENTE     | Casa    | RUA COELHO DA SILVA                 | 90     | CENTRO         | 63.740-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA      | TIPO   | LOGRADOURO                   | NÚMERO | BAIRRO       | CEP        |
|------|--------------|--------|------------------------------|--------|--------------|------------|
| 332  | NOVO ORIENTE | Prédio | AV. FRANCISCO RUFINO         |        | CENTRO       | 63.740-000 |
| 333  | NOVO ORIENTE | Prédio | RUA DEOCLECIANO ARAGÃO       | 53     | CENTRO       | 63.740-000 |
| 334  | NOVO ORIENTE | Casa   | RUA CAZUZA ROCHA             | 57     | CENTRO       | 63.740-000 |
| 335  | NOVO ORIENTE | Casa   | RUA CAPITÃO RODRIGO          | 193    | CENTRO       | 63.740-000 |
| 336  | OCARA        | Prédio | CEL JOÃO FELIPE              |        | CENTRO       | 62.755-000 |
| 337  | OROS         | Casa   | LOTEAMENTO POR DO SOL        | S/N    | CENTRO       | 63.520-000 |
| 338  | OROS         | Prédio | AV. JOSE FARES LOPES         | S/N    | CENTRO       | 63.520-000 |
| 339  | PACAJUS      | Casa   | RUA JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA | 600    | COAÇU        | 62.870-000 |
| 340  | PACAJUS      | Casa   | RUA CEL CICERO NOGUEIRA      | 363    | CENTRO       | 62.870-000 |
| 341  | PACAJUS      | Prédio | AV. LÚCIO JOSÉ DE MENEZES    | S/N    | CROTA II     | 62.870-000 |
| 342  | PACATUBA     | Casa   | RUA RAIMUNDO SIQUEIRA        | 2006   | CENTRO       | 61.800-000 |
| 343  | PACATUBA     | Casa   | RUA URBANO PINHEIRO          | 257    | CENTRO       | 61.800-000 |
| 344  | PACATUBA     | Prédio | RUA CEL. JOSE LIBANIO        |        | CENTRO       | 61.800-000 |
| 345  | PACOTI       | Casa   | RUA JOÃO HIPOLITO            |        | CENTRO       | 62.770-000 |
| 346  | PACOTI       | Prédio | RUA PADRE QUILIANO           | 57     | CENTRO       | 62.770-000 |
| 347  | PACOTI       | Casa   | RUA CASTELO BRANCO           |        | CENTRO       | 62.770-000 |
| 348  | PACUJA       | Prédio | RUA DOMINGOS MARIANO         | S/N    | CENTRO       | 62.180-000 |
| 349  | PALHANO      | Prédio | AV. POSSIDÔNIO BARRETO       |        | CENTRO       | 62.910-000 |
| 350  | PALMACIA     | Casa   | RUA JOSÉ SIMPLICIO           | S/N    | VILA CAMPOS  | 62.780-000 |
| 351  | PALMACIA     | Prédio | RUA JOSÉ SIMPLICIO           | S/N    | VILA CAMPOS  | 62.780-000 |
| 352  | PARACURU     | Casa   | RUA SÃO JOÃO EVANGELISTA     |        | BOCA DO POÇO | 62.680-000 |
| 353  | PARACURU     | Prédio | AV. JOÃO LOPES MEIRELES      |        | BOCA DO POÇO | 62.680-000 |
| 354  | PARAIPABA    | Casa   | RUA EVARISTO GOMES           | 39     | CENTRO       | 62.685-000 |
| 355  | PARAIPABA    | Prédio | RUA DOMINGOS BARROSO         | S/N    | MONT-ALVERNE | 62.685-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA         | TIPO    | LOGRADOURO                      | NÚMERO | BAIRRO        | CEP        |
|------|-----------------|---------|---------------------------------|--------|---------------|------------|
| 356  | PARAMBU         | Casa    | RUA ABDIAS ALVES DE ARAUJO      |        | CENTRO        | 63.680-000 |
| 357  | PARAMBU         | Prédio  | RUA LUIZ MOREIRA LIMA           |        | CENTRO        | 63.680-000 |
| 358  | PARAMOTI        | Prédio  | AV. PREFEITO WUILSON SAMPAIO    | S/N    | CENTRO        | 62.720-000 |
| 359  | PEDRA BRANCA    | Casa    | RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE |        | CENTRO        | 63.630-000 |
| 360  | PEDRA BRANCA    | Prédio  | RUA FRANCISCO VIEIRA CAVALCANTE |        | CENTRO        | 63.630-000 |
| 361  | PENAFORTE       | Prédio  | AV ANA TEREZA DE JESUS          |        | CENTRO        | 63.280-000 |
| 362  | PENTECOSTE      | Casa    | AV. TABELIÃO FRANCISCO ALVES    | S/N    | CENTRO        | 62.640-000 |
| 363  | PENTECOSTE      | Casa    | AV. DOUTOR MOREIRA DE AZEVEDO   | 134    | CENTRO        | 62.640-000 |
| 364  | PENTECOSTE      | Prédio  | RUA ANTÔNIO MARTINS BANDEIRA    | S/N    | CENTRO        | 62.640-000 |
| 365  | PEREIRO         | Casa    | RUA JOÃO HOLANDA                |        | CENTRO        | 63.460-000 |
| 366  | PEREIRO         | Terreno | AV. JOSÉ MILTON DE MORAIS       |        | SITIO CAFUNDO | 63.460-000 |
| 367  | PEREIRO         | Prédio  | RUA CORONEL PORTO               |        | CENTRO        | 63.460-000 |
| 368  | PINDORETAMA     | Prédio  | RUA ODILO MAIA GONDIM           |        | CENTRO        | 62.860-000 |
| 369  | PIQUET CARNEIRO | Prédio  | RUA ANTÔNIO FERNANDES           | S/N    | CENTRO        | 63.605-000 |
| 370  | PIRES FERREIRA  | Prédio  | AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO   |        | CENTRO        | 62.255-000 |
| 371  | PORANGA         | Casa    | RUA EPITÁCIO PINHO              |        | CENTRO        | 62.220-000 |
| 372  | PORANGA         | Prédio  | RUA EPITÁCIO PINHO              |        | VILA NOVA     | 62.220-000 |
| 373  | PORTEIRAS       | Casa    | RUA JOÃO PIRES DOS SANTOS       |        | CENTRO        | 63.270-000 |
| 374  | PORTEIRAS       | Prédio  | RUA PROJETADA                   |        | CENTRO        | 63.270-000 |
| 375  | POTENGI         | Prédio  | RUA ANTONIO GUEDES NETO         |        | CENTRO        | 63.160-000 |
| 376  | POTENGI         | Prédio  | RUA MÃE DOS SANTOS              |        | CENTRO        | 63.160-000 |
| 377  | POTIRETAMA      | Prédio  | RUA EXPEDITO LEITE DA SILVA     | 50     | CENTRO        | 62.990-000 |
| 378  | QUITERANOPOLIS  | Prédio  | RUA JOSÉ COSTA LIMA             | S/N    | CIDADE NOVA   | 63.650-000 |
| 379  | QUIXADÁ         | Casa    | RUA CARLOS JEREISSATI           | 772    | CENTRO        | 63.900-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA      | TIPO    | LOGRADOURO                              | NÚMERO | BAIRRO                 | CEP        |
|------|--------------|---------|---|--------|------------------------|------------|
| 380  | QUIXADÁ      | Prédio  | RUA PLACIDO CASTELO                     | 2028   | CENTRO                 | 63.900-000 |
| 381  | QUIXADÁ      | Prédio  | AV. JESUS MARIA JOSÉ                    | S/N    | JARDINS DOS MONOLITOS  | 63.900-000 |
| 382  | QUIXADÁ      | Casa    | TRAV. TIRADENTES                        | 229    | CENTRO                 | 63.900-000 |
| 383  | QUIXADÁ      | Prédio  | RUA JOSÉ JUCA                           | S/N    | CENTRO                 | 63.900-000 |
| 384  | QUIXADÁ      | Casa    | RUA DIVINO ESPIRITO SANTO               | 1107   | PLANALTO UNIVERSITÁRIO | 63.900-000 |
| 385  | QUIXELO      | Casa    | RUA SÃO FRANCISCO                       | S/N    | CENTRO                 | 63.515-000 |
| 386  | QUIXELO      | Prédio  | RUA DAS PALMEIRAS                       | S/N    | CENTRO                 | 63.515-000 |
| 387  | QUIXERAMOBIM | Casa    | RUA MIGUEL PINTO                        | 423    | CENTRO                 | 63.800-000 |
| 388  | QUIXERAMOBIM | Casa    | GERALDO BIZARRIA DE CARVALHO            | 1003   | CENTRO                 | 63.800-000 |
| 389  | QUIXERAMOBIM | Terreno | RUA NORTE E SUL                         | 2      | CENTRO                 | 63.800-000 |
| 390  | QUIXERAMOBIM | Prédio  | AV. DR. JOAQUIM FERNANDES               | 670    | CENTRO                 | 63.800-000 |
| 391  | QUIXERE      | Casa    | RUA MANOEL GONÇALVES                    | 231    | CENTRO                 | 62.920-000 |
| 392  | QUIXERE      | Prédio  | RUA MANOEL GONÇALVES                    | 257    | CENTRO                 | 62.920-000 |
| 393  | REDENÇÃO     | Casa    | RUA PADRE BARROS                        | 267    | CENTRO                 | 62.790-000 |
| 394  | REDENÇÃO     | Prédio  | RUA PADRE BARROS                        | 264    | CENTRO                 | 62.790-000 |
| 395  | RERIUTABA    | Casa    | RUA CEL. AGRIPÍNO TEODORO SOARES        | S/N    | BARRO VERMELHO         | 62.260-000 |
| 396  | RERIUTABA    | Prédio  | AV. JOSÉ CASSIMIRO DE ALBUQUERQUE       | S/N    | CENTRO                 | 62.260-000 |
| 397  | RUSSAS       | Prédio  | RUA CEL. PERDIGÃO SOBRINHO              | S/N    | CENTRO                 | 62.900-000 |
| 398  | RUSSAS       | Casa    | RUA DR. JOSÉ RAMALHO                    | 1335   | CENTRO                 | 62.900-000 |
| 399  | RUSSAS       | Prédio  | TRAVESSA JOÃO NOGUEIRA                  | S/N    | CENTRO                 | 62.900-000 |
| 400  | RUSSAS       | Prédio  | RUA PADRE ZACARIAS RAMALHO              | 137    | CENTRO                 | 62.900-000 |
| 401  | RUSSAS       | Casa    | AV. BENJAMIN CONSTANT                   | 294    | CENTRO                 | 62.900-000 |
| 402  | SABOEIRO     | Casa    | RUA VEREADOR ELIZIO FLORENTINO TEIXEIRA | 140    | PRAÇA DA JUSTIÇA       | 63.590-000 |
| 403  | SABOEIRO     | Prédio  | RUA VEREADOR ELIZIO FLORENTINO TEIXEIRA | S/N    | PRAÇA DA JUSTIÇA       | 63.590-000 |





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA                 | TIPO    | LOGRADOURO                        | NÚMERO | BAIRRO                 | CEP         |
|------|-------------------------|---------|-----------------------------------|--------|------------------------|-------------|
| 404  | SALITRE                 | Prédio  | PRAÇA SÃO FRANCISCO               |        | CENTRO                 | 63.155-000  |
| 405  | SANTA QUITERIA          | Casa    | RUA PROJETADA                     |        | CENTRO                 | 62.280-000  |
| 406  | SANTA QUITERIA          | Casa    | RUA PROJETADA                     | 2      | CENTRO                 | 62.280-000  |
| 407  | SANTA QUITERIA          | Prédio  | RUA DR. OTÁVIO LOBO               |        | CENTRO                 | 62.280-000  |
| 408  | SANTANA DO ACARAU       | Casa    | RUA DR. MANUEL JOAQUIM            |        | JOÃO ALFREDO DE ARAÚJO | 62.150-000  |
| 409  | SANTANA DO ACARAU       | Prédio  | RUA DR. MANUEL JOAQUIM            |        | CENTRO                 | 62.150-000  |
| 410  | SANTANA DO CARIRI       | Casa    | AV. PATATIVA DO ASSARÉ            |        | CENTRO                 | 63.190-000  |
| 411  | SANTANA DO CARIRI       | Prédio  | RUA DEP. FURTADO LEITE            |        | CENTRO                 | 63.190-000  |
| 412  | SÃO BENEDITO            | Casa    | AV TABAJARA                       | S/N    | CENTRO                 | 62.370-000  |
| 413  | SÃO BENEDITO            | Casa    | RUA MONSENHOR CUSTÓDIO            | S/N    | CENTRO                 | 62.370-000  |
| 414  | SÃO BENEDITO            | Prédio  | AV. TABAJARA                      | S/N    | CENTRO                 | 62.370-000  |
| 415  | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | Casa    | RUA DO PROGRESSO                  |        | CENTRO                 | 62.670-000  |
| 416  | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | Prédio  | RUA ADITE MOTA                    |        | CENTRO                 | 62.670-000  |
| 417  | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | Prédio  | AV. CORONEL NECON MARTINS         | 298    | CENTRO                 | 62.670-000  |
| 418  | SÃO JOÃO DO JAGUARIBE   | Prédio  | RUA DANIEL RODRIGUES              | 547    | CENTRO                 | 62.965-000  |
| 419  | SÃO LUIS DO CURU        | Casa    | RUA MIGUELINA DE OLIVEIRA         |        | CENTRO                 | 62.665-000  |
| 420  | SÃO LUIS DO CURU        | Prédio  | RUA FLORÊNCIO TABOSA              |        | CENTRO                 | 62.665-000  |
| 421  | SENADOR POMPEU          | Casa    | RUA DR. ELÁDIO MAGALHÃES          |        | CENTRO                 | 63.600-000  |
| 422  | SENADOR POMPEU          | Casa    | RUA DR. ANDONIAS MANO DE CARVALHO |        | CENTRO                 | 63.600-000  |
| 423  | SENADOR POMPEU          | Terreno | RUA SENADOR CARLOS JEREISSATI     | S/N    | CENTRO                 | 63.600-000  |
| 424  | SENADOR POMPEU          | Prédio  | RUA ABILIO GURGEL                 |        | CENTRO                 | 63.600-000  |
| 425  | SOBRAL                  | Casa    | RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD    | 300    | DOMINGOS OLIMPIO       | 62..022-390 |
| 426  | SOBRAL                  | Casa    | RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD    | 300    | DOMINGOS OLIMPIO       | 62..022-390 |
| 427  | SOBRAL                  | Casa    | RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD    | 300    | DOMINGOS OLIMPIO       | 62..022-390 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA            | TIPO    | LOGRADOURO                               | NÚMERO | BAIRRO            | CEP         |
|------|--------------------|---------|--|--------|-------------------|-------------|
| 428  | SOBRAL             | Casa    | RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD           | 300    | DOMINGOS OLIMPIO  | 62..022-390 |
| 429  | SOBRAL             | Casa    | RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD           | 300    | DOMINGOS OLIMPIO  | 62..022-390 |
| 430  | SOBRAL             | Casa    | RUA EDUARDO DE ALMEIDA SANFORD           | 300    | DOMINGOS OLIMPIO  | 62..022-390 |
| 431  | SOBRAL             | Prédio  | RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES          |        | DOM EXPEDITO      | 62.011-010  |
| 432  | SOBRAL             | Prédio  | RUA ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES          | 330    | DOM EXPEDITO      | 62.050-100  |
| 433  | SOBRAL             | Prédio  | AV. MONSENHOR ALOÍSIO PINTO              | 1300   | DOM EXPEDITO      | 62.050-262  |
| 434  | SOBRAL             | Prédio  | PRAÇA SENADOR FILGUEIRAS                 | S/N    | CENTRO            | 62.011-010  |
| 435  | SOLONOPOLE         | Casa    | RUA MARIA FRANCELINA P. LANDIM           | 1046   | CENTRO            | 63.620-000  |
| 436  | SOLONOPOLE         | Casa    | RUA ANTÔNIO OZIRES PINHEIRO              | 94     | CENTRO            | 63.620-000  |
| 437  | SOLONOPOLE         | Prédio  | AV. PREFEITO JOSÉ SIFREDO PINHEIRO       | 108    | CENTRO            | 63.620-000  |
| 438  | TABULEIRO DO NORTE | Casa    | RUA JERÔNIMO BATISTA                     | 4278   | CENTRO            | 62.960-000  |
| 439  | TABULEIRO DO NORTE | Prédio  | RUA MAIA ALARCON                         | 433    | CENTRO            | 62.960-000  |
| 440  | TAMBORIL           | Casa    | RUA ANA ARAÚJO RIBEIRO - PRAÇA DA MATRIZ | S/N    | CENTRO            | 63.750-000  |
| 441  | TAMBORIL           | Prédio  | RUA JESUITA ADEODATO                     | S/N    | CENTRO            | 63.750-000  |
| 442  | TARRAFAS           | Prédio  | RUA D. MARIA LUIZA LEITE                 |        | CENTRO            | 63.145-000  |
| 443  | TAUA               | Casa    | RUA DOMINGAS GOMES                       |        | CENTRO            | 63.660-000  |
| 444  | TAUA               | Casa    | RUA VALDIZAR ALEXANDRINO                 |        | CENTRO            | 63.660-000  |
| 445  | TAUA               | Casa    | RUA DONDON FEITOSA                       | 636    | CENTRO            | 63.660-000  |
| 446  | TAUA               | Terreno | AV. ABGAIL CIDRÃO DE OLIVEIRA            |        | TAUZINHO/COLIBRIS | 63.660-000  |
| 447  | TAUA               | Prédio  | AV. CEL. VICENTE ALEXANDRINO DE SOUSA    | 10     | CENTRO            | 63.660-000  |
| 448  | TAUA               | Prédio  | RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA                | 211    | CENTRO            | 63.660-000  |
| 449  | TEJUÇUOCA          | Prédio  | JOSÉ ANDRADE DE SOUSA                    | 329    | CENTRO            | 62.610-000  |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA       | TIPO    | LOGRADOURO                       | NÚMERO | BAIRRO            | CEP        |
|------|---------------|---------|----------------------------------|--------|-------------------|------------|
| 450  | TIANGUÁ       | Casa    | AV. MOISES MOITA                 | 555    | CÓRREGO           | 62.320-000 |
| 451  | TIANGUÁ       | Terreno | RUA MESSIAS AGUIAR               | S/N    | CENTRO            | 62.320-000 |
| 452  | TIANGUÁ       | Casa    | AV. PREFEITO JAQUES NUNES        | 1250   | CENTRO            | 62.320-000 |
| 453  | TIANGUÁ       | Prédio  | AV. MOISES MOITA                 | S/N    | CÓRREGO           | 62.320-000 |
| 454  | TIANGUÁ       | Casa    | RUA CONSELHEIRO JOÃO LOURENÇO    |        | CENTRO            | 62.320-000 |
| 455  | TIANGUÁ       | Prédio  | AV. MOISES MOITA                 |        | CENTRO            | 62.320-000 |
| 456  | TRAIRI        | Casa    | AV. DR. CELSO BARROSO            |        | VOLTA DO S        | 62.690-000 |
| 457  | TRAIRI        | Prédio  | RUA FORTUNATO BARROSO            |        | CENTRO            | 62.690-000 |
| 458  | TRAIRI        | Casa    | RUA MANOEL TEIXEIRA              | 120    | CENTRO            | 62.690-000 |
| 459  | TURURU        | Prédio  | RUA PEDRO LEITÃO                 |        | CENTRO            | 62.655-000 |
| 460  | UBAJARA       | Prédio  | AV. CORONEL FRANCISCO CAVALCANTE | 149    | CENTRO            | 62.350-000 |
| 461  | UBAJARA       | Casa    | RUA ABDEL KADER MAGALHÃES        | 112    | MONTE CASTELO     | 62.350-000 |
| 462  | UBAJARA       | Terreno | RUA PROJETADA                    |        | JOÃO RIBEIRO LIMA | 62.350-000 |
| 463  | UMARI         | Prédio  | AV DOM QUINTINO                  | S/N    | CENTRO            | 63.310-000 |
| 464  | UMIRIM        | Prédio  | RUA CARLOS ANTÔNIO SALES         |        | CENTRO            | 62.660-000 |
| 465  | URUBURETAMA   | Casa    | TRAV. JOAQUIM AVILA              | 122    | CENTRO            | 62.650-000 |
| 466  | URUBURETAMA   | Casa    | AV. MAJOR SALES                  | S/N    | ITAMARATY         | 62.650-000 |
| 467  | URUBURETAMA   | Prédio  | RUA MAJOR SALES                  | 697    | CENTRO            | 62.650-000 |
| 468  | URUOCA        | Casa    | RUA BOA VISTA                    |        | BRASÍLIA          | 62.460-000 |
| 469  | URUOCA        | Prédio  | RUA DR. JOÃO RODRIGUES           |        | CENTRO            | 62.460-000 |
| 470  | VARJOTA       | Prédio  | RUA MANOEL RODRIGUES TAVARES     |        | CENTRO            | 62.265-000 |
| 471  | VÁRZEA ALEGRE | Casa    | RUA IRACI BEZERRA                | 344    | CENTRO            | 63.540-000 |
| 472  | VÁRZEA ALEGRE | Prédio  | RUA PROFESSORA SOCORRO ROLIM     | 60     | CENTRO            | 63.540-000 |
| 473  | VÁRZEA ALEGRE | Terreno | RUA ESTÁDIO JUREMAL              |        | JUREMAL           | 63.540-000 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| ITEM | COMARCA         | TIPO    | LOGRADOURO                    | NÚMERO  | BAIRRO | CEP        |
|------|-----------------|---------|-------------------------------|---------|--------|------------|
| 474  | VIÇOSA DO CEARÁ | Casa    | RUA FONTENELE SOBRINHO        |         | CENTRO | 62.300-000 |
| 475  | VIÇOSA DO CEARÁ | Terreno | RUA FRANCISCO CALDAS          | 548/556 | CENTRO | 62.300-000 |
| 476  | VIÇOSA DO CEARÁ | Prédio  | PRAÇA DESTINO CARNEIRO PASSOS |         | CENTRO | 62.300-000 |
| 477  | VIÇOSA DO CEARÁ | Casa    | RUA PE. BEVILÁQUA             | 639     | CENTRO | 62.300-000 |

Fonte: Secretaria de Administração



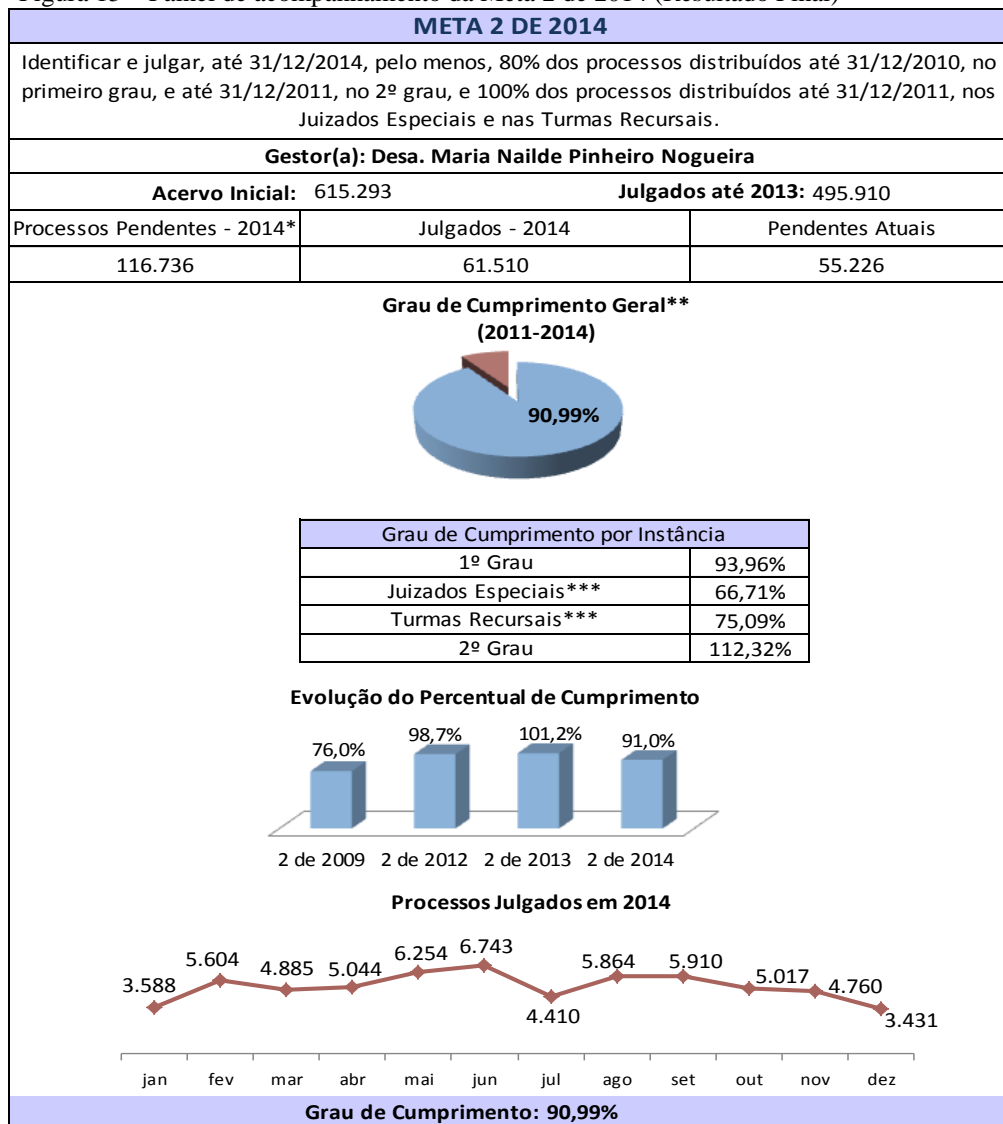




## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

\*As informações referentes ao PJe para Juizados Especiais e Turmas Recursais não estão sendo coletadas devido a inexistência de relatórios de Metas no referido sistema.

Figura 15 – Painel de acompanhamento da Meta 2 de 2014 (Resultado Final)



Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

\*Os processos pendentes em 2014 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.

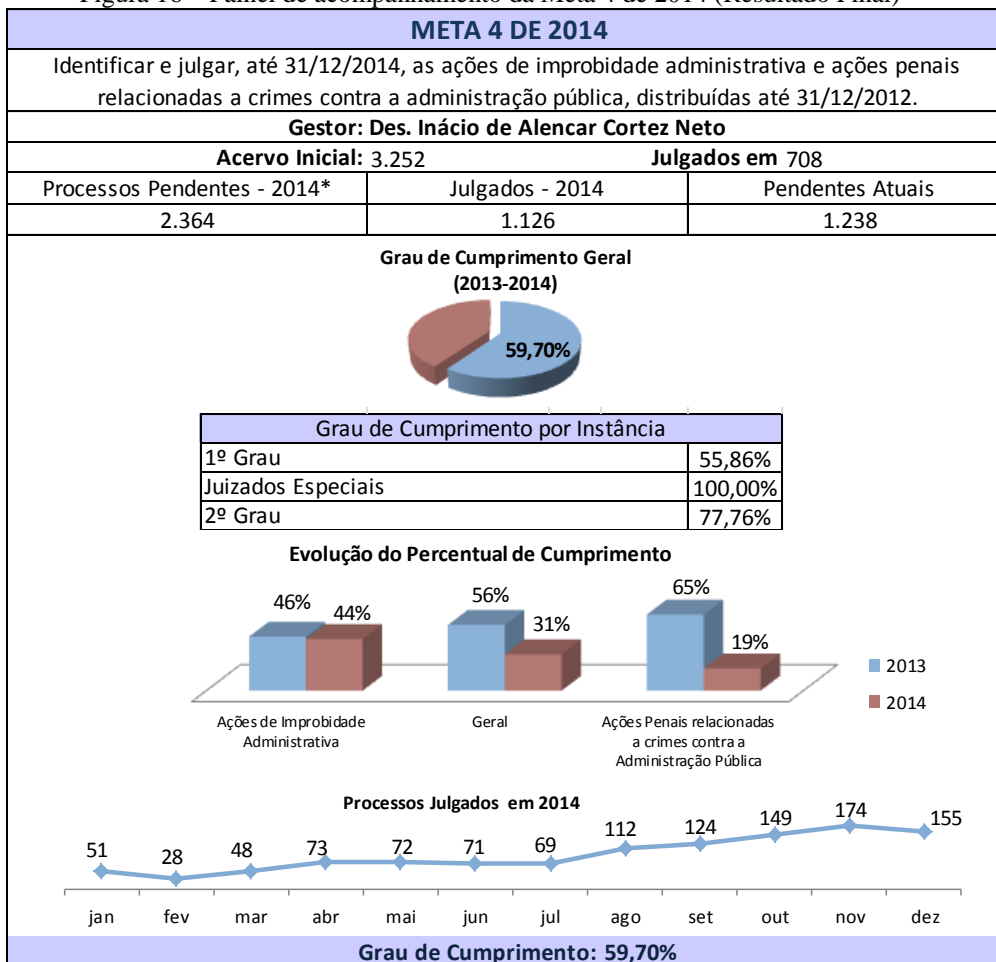
\*\*O percentual de cumprimento global foi calculado pela Divisão de Estatística do TJCE, o CNJ calcula os percentuais de cumprimento separadamente.

\*\*\*As informações referentes ao PJe para Juizados Especiais e Turmas Recursais não estão sendo coletadas devido a inexistência de relatórios de Metas no referido sistema.



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 16 – Painel de acompanhamento da Meta 4 de 2014 (Resultado Final)



Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

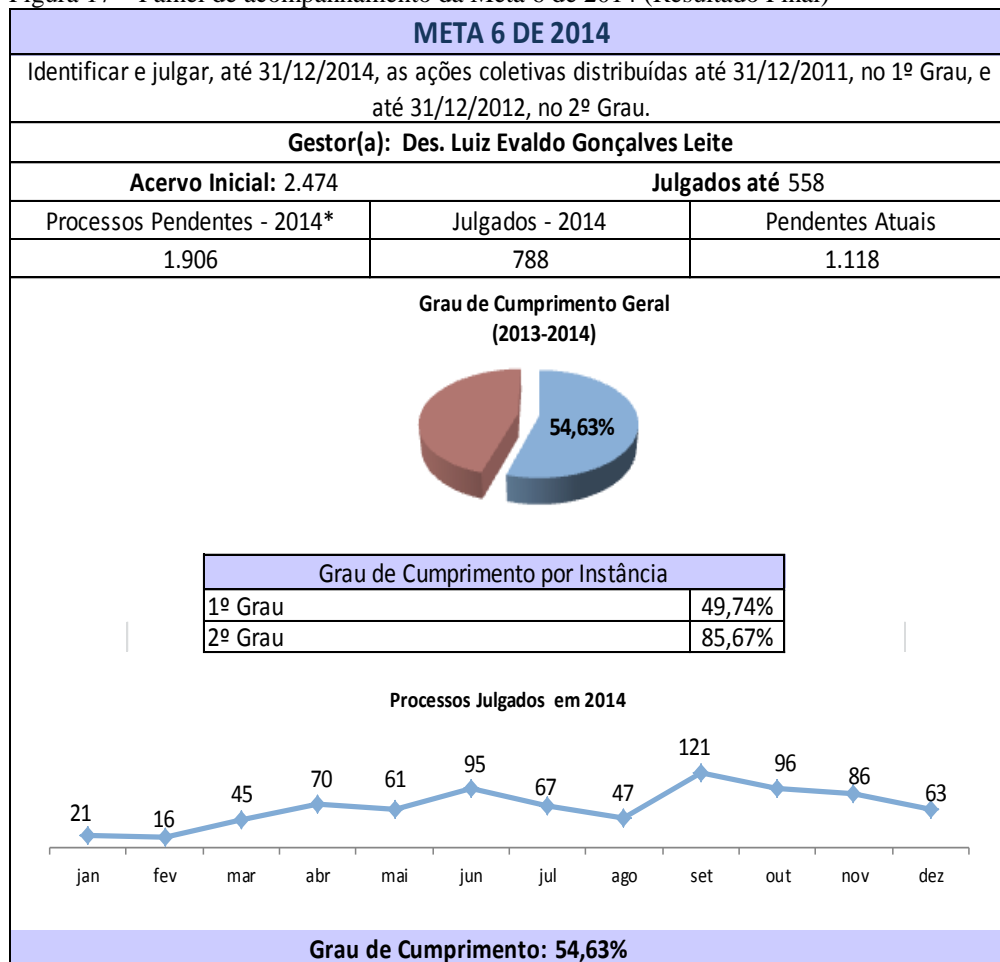
\*Os processos pendentes em 2014 já levam em consideração os processos que entraram e saíram da meta, de acordo com as definições do CNJ.





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 17 – Painel de acompanhamento da Meta 6 de 2014 (Resultado Final)



Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

\*Os processos pendentes em 2014 já levam em consideração os processos que entraram e saíram da meta, de acordo com as definições do CNJ.

Tabela 72 – Meta 3 de 2014

| Meta 3 de 2014   |                             |   |
|--|-----------------------------|---|
| Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim. |                             |   |
| Gestora: Diana Santos Pontes   |                             |   |
| <b>Ações em andamento:</b><br>Estudo coordenado pela Seplag, em parceria com SGP e Sejud, com vistas ao levantamento e análise dos parâmetros.                                 | <b>Progressos:</b>          | Estudo concluído, contendo os parâmetros de distribuição da força de trabalho e lotação paradigma das unidades do TJCE. |
|  | <b>Próximas atividades:</b> | Atualização dos dados (inclusão de 2014) e apresentação à Presidência.  |

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 74 – Meta Específica da Justiça Estadual de 2014

| Meta Específica para a Justiça Estadual  |            |           |
|--|------------|-----------|
| Mapear, pelo menos, 60% das competências servidores do 1º grau, até 31/12/2014, para subsidiar a implantação da gestão por competências.   |            |           |
| Gestora: Vlândia Santos Teixeira   |            |           |
| Ações em andamento: Projeto gerenciado pela SGP (PJS GP2012002 - Solução integrada em mapeamento de competências, avaliação e gestão por desempenho, ascensão funcional e plano de capacitação funcional dos servidores do Poder Judiciário cearense). | Progresso: | Concluído |

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

## 2. JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o Relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução), *recorribilidade* e *reforma da decisão*. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):

Tabela 75 – Justiça em Números 2014: Casos em Geral

| CASOS EM GERAL   |        |
|--|--------|
| 2º GRAU  |        |
| Casos Novos no 2º Grau Criminais   | 8.327  |
| Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais   | 20.715 |
| Casos Pendentes no 2º Grau Criminais   | 13.040 |
| Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais                                       | 32.683 |
| Recursos Internos no 2º Grau   | 14.802 |
| Recursos Internos Pendentes no 2º Grau   | 18.675 |
| Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais                               | 9.466  |
| Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais                           | 18.595 |
| Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau     | 9.905  |
| Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau | 15.856 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| <b>1º GRAU – CONHECIMENTO</b>  |         |
|--|---------|
| Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais   | 23.938  |
| Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais   | 162.836 |
| Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais   | 166.460 |
| Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais   | 501.010 |
| Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento   | 3.541   |
| Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento   | 4.396   |
| Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais  | 65.179  |
| Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais  | 209.338 |
| Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais   | 26.034  |
| Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais   | 116.670 |
| <b>1º GRAU – EXECUÇÃO</b>  |         |
| Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau  | 20.687  |
| Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais                   | 5.789   |
| Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau  | 173.506 |
| Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais               | 26.622  |
| Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau  | 681     |
| Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau  | 6.598   |
| Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais  | 14.309  |
| Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau                                    | 15.874  |
| Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau  | 30.149  |
| Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais                                      | 33.656  |
| Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório                                    | 7.989   |
| Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais         | 16.920  |
| Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau   | 1.575   |
| Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais                                | 7.101   |
| Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau   | 1.155   |
| Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais                      | 4.147   |
| Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau  | 54.590  |
| Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais | 4.385   |
| Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau                | 155     |
| Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau                    | 3.781   |
| Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais                   | 15.824  |
| Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau  | 19.900  |
| Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal          | 2.019   |
| Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau                                  | 1.459   |
| Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau                                      | 2.342   |
| Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal                          | 8.275   |
| <b>TURMA RECURSAL</b>  |         |
| Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais   | 174     |
| Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais   | 4.431   |
| Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais   | 294     |
| Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais   | 11.207  |
| Recursos Internos nas Turmas Recursais   | 396     |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

|   |        |
|---|--------|
| Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais  | 347    |
| Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais  | 228    |
| Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais                                      | 5.364  |
| Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais                | 188    |
| Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais            | 8.065  |
| <b>JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO</b>  |        |
| Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais  | 11.888 |
| Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais                                    | 47.106 |
| Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais  | 29.075 |
| Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais                                    | 35.795 |
| Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais                                | 99.076 |
| Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais                                    | 782    |
| Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento                          | 38     |
| Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais                        | 2.546  |
| Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais                    | 72.366 |
| Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais  | 44.566 |
| Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais                                      | 53.322 |
| <b>JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO</b>  |        |
| Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais                              | 1.703  |
| Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais                          | 4.897  |
| Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais                               | 90     |
| Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais                                 | 440    |
| Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais                     | 571    |
| Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais                       | 898    |
| Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório   | 972    |
| Incidentes de Execução nos Juizados Especiais   | 2.627  |
| Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais   | 214    |
| Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais              | 2.857  |
| Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais | 169    |
| Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais    | 776    |
| Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais                                | 167    |
| Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais                   | 57     |
| Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais  | 2.819  |

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE

Tabela 76 – Justiça em Números 2014: Recorribilidade

| <b>RECORRIBILIDADE</b>                            |         |
|---|---------|
| <b>2º GRAU</b>                                    |         |
| Recursos à Instância Superior no 2º Grau          | 996     |
| Acórdãos Publicados no 2º Grau                    | 16.380  |
| Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau  | 55.607  |
| <b>1º GRAU</b>                                    |         |
| Recursos à Instância Superior no 1º Grau          | 4.650   |
| Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo  | 266.734 |
| Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno | 195.504 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

| TURMA RECURSAL  |        |
|---|--------|
| Recurso interno nas Turmas Recursais                          | 396    |
| Decisões nas Turmas Recursais Passíveis de Recurso Interno    | 1.766  |
| JUIZADO ESPECIAL  |        |
| Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais          | 1.686  |
| Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo  | 24.977 |
| Sentenças nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Interno | 23.169 |
| Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais                 | 78     |
| Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação       | 24.957 |

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE

Tabela 77 – Justiça em Números 2014: Reforma da Decisão

| REFORMA DA DECISÃO   |       |
|--|-------|
| 1º GRAU  |       |
| Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente) | 70    |
| Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente)    | 224   |
| Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Estaduais  | 320   |
| Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Estaduais   | 969   |
| Recursos Inominados das decisões dos Juizados Especiais providos pelas Turmas Recursais (ainda que parcialmente)       | 982   |
| Recursos Inominados julgados pelas Turmas Recursais  | 3.144 |

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2014, com os respectivos percentuais de aumento/redução com relação a exercícios anteriores:

Figura 18: Movimentação Processual do TJCE em 2014

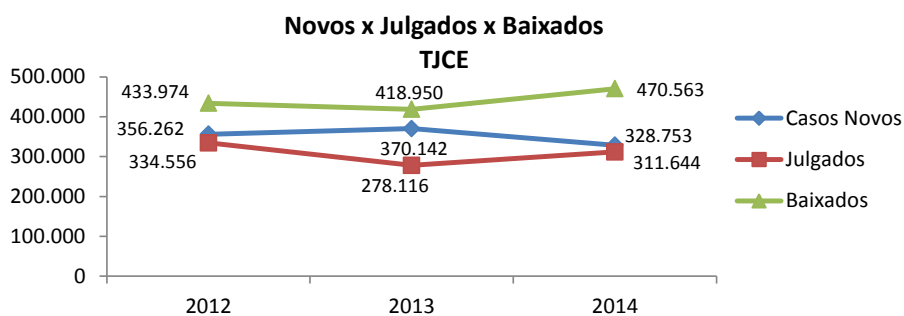
|                    | <b>Estoque</b>   | <b>Δ (+/-)</b> | <b>Casos Novos</b> | <b>Δ (+/-)</b>  | <b>Julgados</b> | <b>Δ (+/-)</b> | <b>Baixados</b> | <b>Δ (+/-)</b> | <b>Saldo Estimado</b> |
|--------------------|------------------|----------------|--------------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------------|
| 2º Grau            | 56.117           | ↑ 39,3%        | 28.083             | ↓ -3,5%         | 25.761          | ↑ 18,3%        | 33.005          | ↑ 16,2%        | 51.195                |
| 1º Grau            | 947.277          | ↑ 11,9%        | 234.838            | ↓ -4,0%         | 176.699         | ↑ 5,9%         | 353.252         | ↑ 14,9%        | 828.863               |
| Turmas Recursais   | 11.501           | ↑ 11,3%        | 4.605              | ↓ -17,6%        | 8.253           | ↑ 16,7%        | 5.592           | ↓ -9,9%        | 10.514                |
| Juizados Especiais | 141.237          | ↑ 4,7%         | 61.227             | ↓ -32,6%        | 100.931         | ↑ 21,8%        | 78.714          | ↑ 2,3%         | 123.750               |
| <b>Total</b>       | <b>1.156.132</b> | <b>↑ 12,0%</b> | <b>328.753</b>     | <b>↓ -11,2%</b> | <b>311.644</b>  | <b>↑ 12,1%</b> | <b>470.563</b>  | <b>↑ 12,3%</b> | <b>1.014.322</b>      |

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE (adaptado de Relatório Justiça em Números 2014 (Ano base 2013) – CNJ)



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

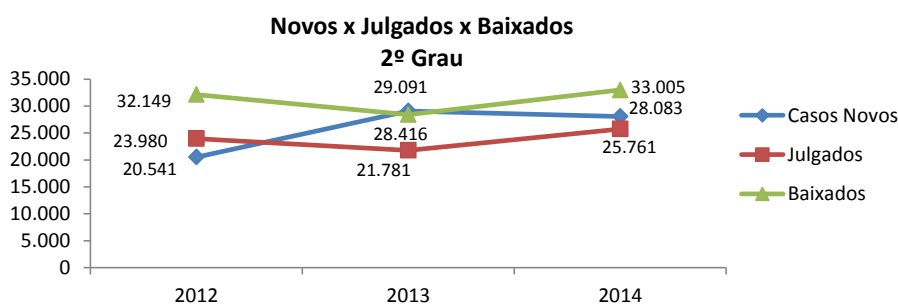
**Gráfico 20** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - TJCE – 2012-2014



Fonte:

Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

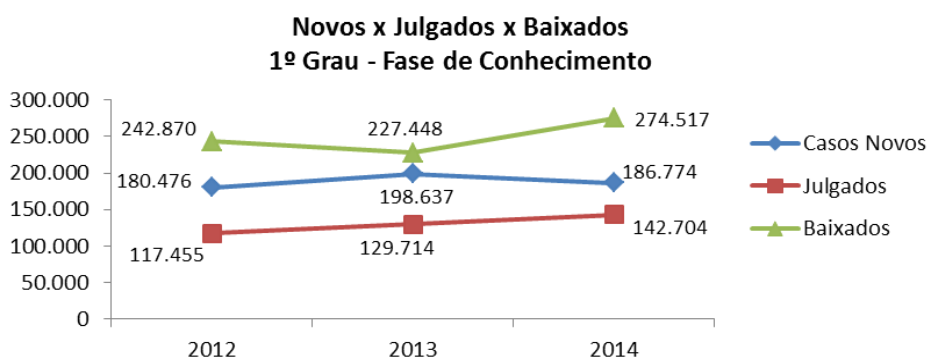
**Gráfico 21** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados - 2º Grau - 2012-2014



Fonte:

Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 22** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – 1º Grau Conhecimento – 2012-2014

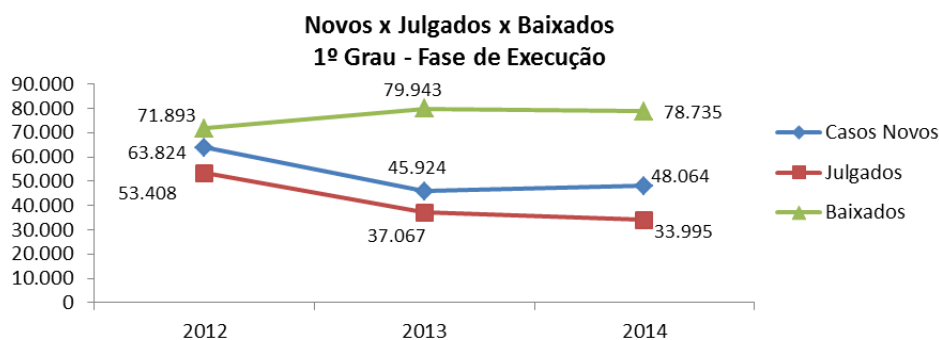


Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



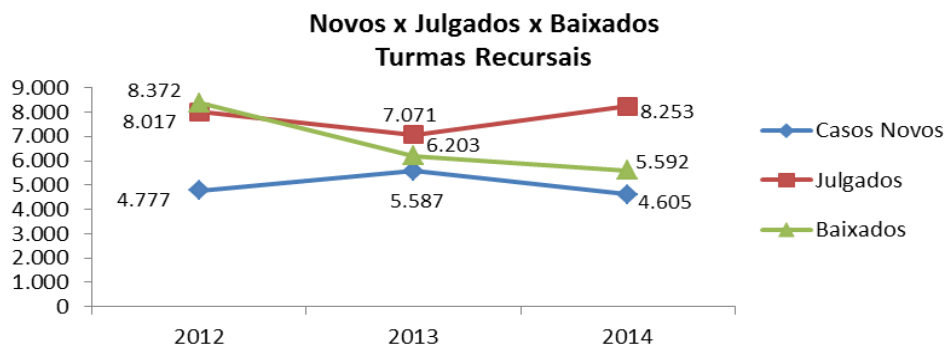
## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

**Gráfico 23** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – 1º Grau Execução – 2012-2014



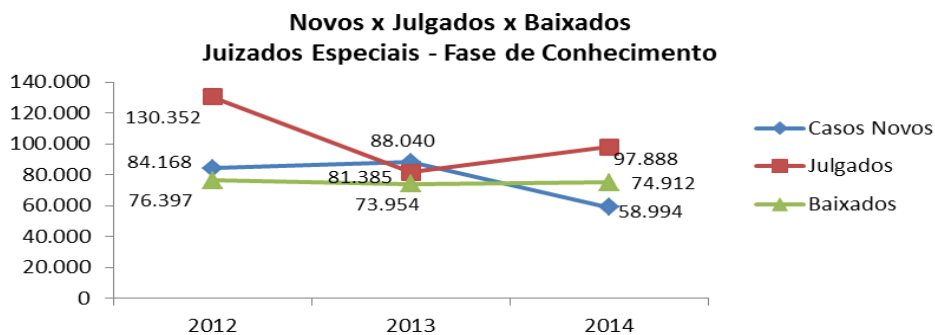
Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 24** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Turmas Recursais – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

**Gráfico 25** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Conhecimento – 2012-2014

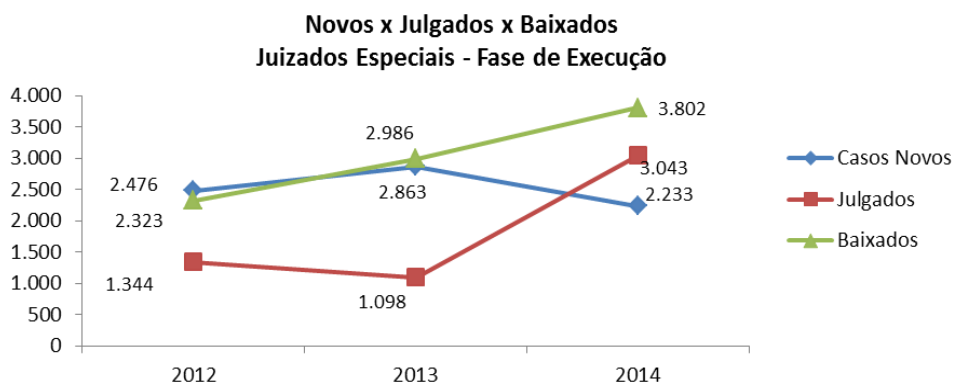


Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

**Gráfico 26** – Evolução do número de processos novos, julgados e baixados – Juizados Especiais Execução – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 78 - Evolução do estoque, casos novos, julgados e baixados 2012-2014

| Tribunal de Justiça | Estoque |         |         | Casos Novos |         |         | Julgados |         |         | Baixados |         |         |
|---------------------|---------|---------|---------|-------------|---------|---------|----------|---------|---------|----------|---------|---------|
|                     | 2012    | 2013    | 2014    | 2012        | 2013    | 2014    | 2012     | 2013    | 2014    | 2012     | 2013    | 2014    |
| 2º Grau             | 37.607  | 40.297  | 56.117  | 20.541      | 29.091  | 28.083  | 23.980   | 21.781  | 25.761  | 32.149   | 28.416  | 33.005  |
| 1º Grau             | 804.516 | 846.627 | 947.277 | 244.300     | 244.561 | 234.838 | 170.863  | 166.781 | 176.699 | 314.763  | 307.391 | 353.252 |
| Turmas Recursais    | 9.965   | 10.334  | 11.501  | 4.777       | 5.587   | 4.605   | 8.017    | 7.071   | 8.253   | 8.372    | 6.203   | 5.592   |
| Juizados Especiais  | 120.872 | 134.928 | 141.237 | 86.644      | 90.903  | 61.227  | 131.696  | 82.483  | 100.931 | 78.690   | 76.940  | 78.714  |

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 79 – Carga de Trabalho dos Magistrados e Número de Decisões por Magistrado do TJCE – 2012-2014

| Segmento           | Carga de Trabalho por Magistrado |              |              | Sentenças/Decisões por Magistrado |            |            |
|--------------------|----------------------------------|--------------|--------------|-----------------------------------|------------|------------|
|                    | 2012                             | 2013         | 2014         | 2012                              | 2013       | 2014       |
| 2º Grau            | 1.959                            | 2.217        | 2.736        | 585                               | 507        | 599        |
| 1º Grau            | 3.361                            | 3.619        | 4.027        | 537                               | 543        | 591        |
| Turmas Recursais   | 833                              | 974          | 1.202        | 422                               | 416        | 590        |
| Juizados Especiais | 5.643                            | 6.156        | 4.876        | 3.559                             | 2.229      | 2.403      |
| <b>Média Geral</b> | <b>4.041</b>                     | <b>3.749</b> | <b>4.083</b> | <b>984</b>                        | <b>719</b> | <b>825</b> |

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Tabela 80 – Carga de Trabalho e Produtividade por Servidor – 2012-2014

| Segmento           | Carga de Trabalho por Servidor da Área Judiciária |            |            | Índice de Produtividade por Servidor da Área Judiciária |            |            |
|--------------------|---|------------|------------|---|------------|------------|
|                    | 2012  | 2013       | 2014       | 2012  | 2013       | 2014       |
| 2º Grau            | 250   | 322        | 343        | 100   | 96         | 96         |
| 1º Grau            | 450   | 473        | 581        | 133   | 131        | 170        |
| Turmas Recursais   | 720   | 753        | 841        | 381   | 282        | 280        |
| Juizados Especiais | 607   | 624        | 701        | 229   | 211        | 270        |
| <b>Média Geral</b> | <b>449</b>  | <b>482</b> | <b>566</b> | <b>142</b>  | <b>139</b> | <b>172</b> |

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

A taxa de congestionamento (TC) mede a relação entre os processos judiciais baixados e o somatório entre casos novos e pendentes, ou seja, mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução. Já a taxa de baixados por caso novo (Tb/Cn) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos, isto é, representa o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

O desempenho do TJCE nestes indicadores pode ser observado a seguir:

Figura 19 – Indicadores de Produtividade no TJCE – 2014

| Segmento           | Baixados/CN   | Δ (+/-)        | Taxa Congest. | Δ (+/-)        | Taxa de Congestionamento |              |
|--------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|--------------------------|--------------|
|                    |               |                |               |                | Conhecimento             | Execução     |
| 2º Grau            | 117,5%        | ↑ 19,8%        | 60,8%         | ↑ 1,8%         | não se aplica            |              |
| 1º Grau            | 150,4%        | ↑ 24,7%        | 70,1%         | ↓ -1,7%        | 67,9%                    | 76,0%        |
| Turmas Recursais   | 121,4%        | ↑ 10,3%        | 65,3%         | ↑ 4,3%         | não se aplica            |              |
| Juizados Especiais | 128,6%        | ↑ 44,0%        | 61,1%         | ↓ -4,8%        | 61,4%                    | 55,8%        |
| <b>TJCE</b>        | <b>143,1%</b> | <b>↑ 29,9%</b> | <b>68,3%</b>  | <b>↓ -1,8%</b> | <b>66,7%</b>             | <b>75,5%</b> |

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Tabela 81 – Evolução da Taxa de Congestionamento – 2012-2014

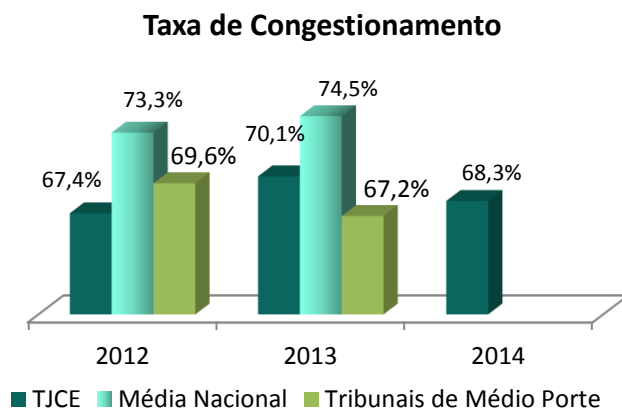
| Instância          | Taxa de Congestionamento (Geral) |       |       |
|--------------------|----------------------------------|-------|-------|
|                    | 2012                             | 2013  | 2014  |
| 2º Grau            | 44,7%                            | 59,1% | 60,8% |
| 1º Grau            | 70,0%                            | 71,8% | 70,1% |
| Turmas Recursais   | 43,2%                            | 61,0% | 65,3% |
| Juizados Especiais | 62,1%                            | 65,9% | 61,1% |

Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE



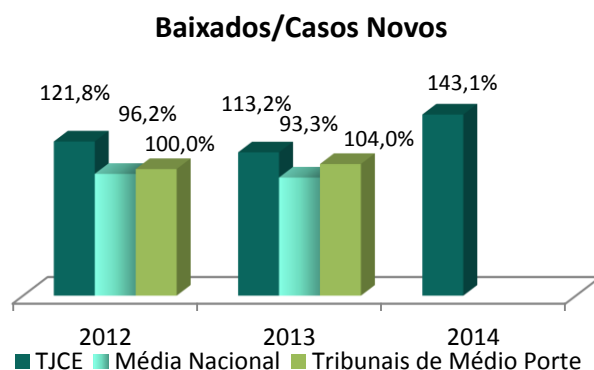
## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 27: Taxa de Congestionamento – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

Gráfico 28: Baixados/Casos Novos – 2012-2014



Fonte: Divisão de Estatística/Seplag/TJCE

### 3. INDICADORES E METAS ESTRATÉGICAS

O Plano Estratégico 2010-2014 contou com 38 indicadores e metas, das quais 32 são metas originadas do próprio Plano e 06 foram incluídas por serem de caráter nacional e pertinentes à Justiça Estadual. A seguir, apresentam-se os resultados de cumprimento de cada um dos objetivos estratégicos do Plano, os quais foram calculados considerados os cumprimentos das metas que convergiram para cada um dos objetivos, conforme segue:

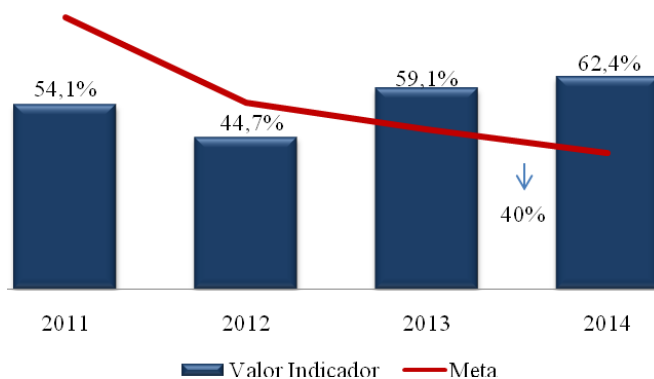




## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 30: Evolução do Indicador 02

Taxa de Congestionamento no 2º grau



### INDICADOR 03: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO NO 1º GRAU

Gestor: Corregedoria Geral da Justiça

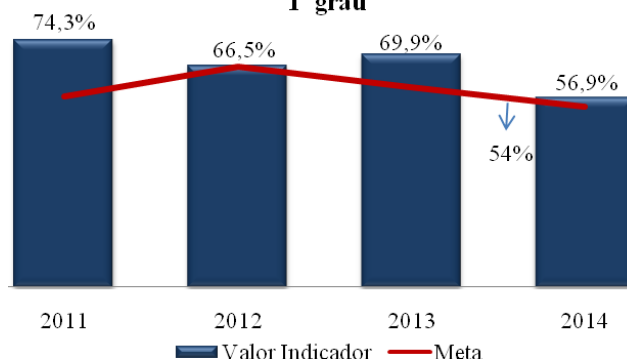
% Cumprimento: 95%

Tabela 84 – Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau – 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 74,3%           | 57%  |
| 2012 | 66,5%           | 66%  |
| 2013 | 69,9%           | 60%  |
| 2014 | 56,9%           | 54%  |

Gráfico 30: Evolução do Indicador 03

Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento  
1º grau





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 04: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO NO 1º GRAU

Gestor: Corregedoria Geral da Justiça

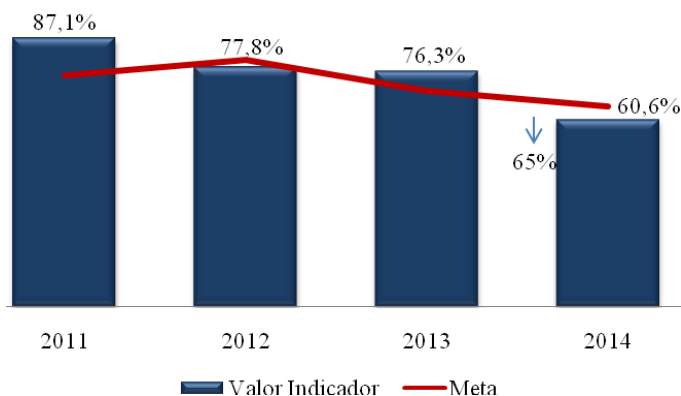


Tabela 85 – Taxa de Congestionamento na fase de execução no 1º Grau – 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 87,1%           | 75%  |
| 2012 | 77,8%           | 80%  |
| 2013 | 76,3%           | 70%  |
| 2014 | 60,6%           | 65%  |

Gráfico 31: Evolução do Indicador 04

Taxa de Congestionamento na fase de execução 1º grau



### INDICADOR 05: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NAS TURMAS RECURSAIS

Gestor: Fórum das Turmas Recursais Professor Dollor Barreira

% Cumprimento: 68%

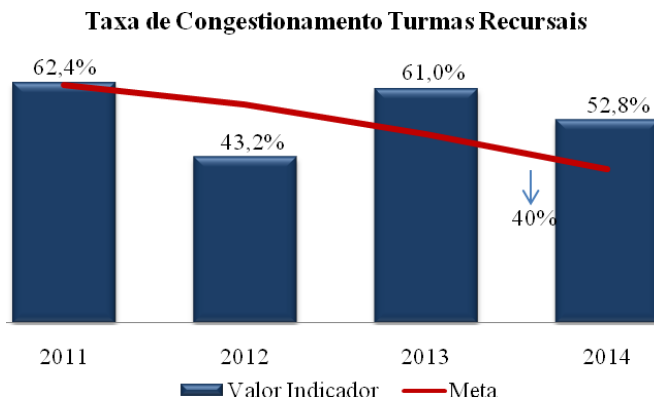
Tabela 86 – Taxa de Congestionamento nas Turmas Recursais – 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 62,4%           | 62%  |
| 2012 | 43,2%           | 57%  |
| 2013 | 61,0%           | 49%  |
| 2014 | 52,8%           | 40%  |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 32: Evolução do indicador 05



### **INDICADOR 06: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS**

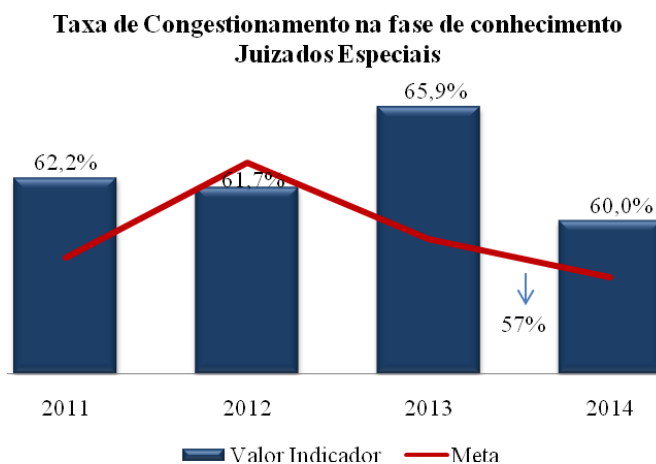
**Gestor:** Corregedoria Geral da Justiça

**% Cumprimento:** 95%

Tabela 87 – Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento nos Juizados Especiais – 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 62,2%           | 58%  |
| 2012 | 61,7%           | 63%  |
| 2013 | 65,9%           | 59%  |
| 2014 | 60,0%           | 57%  |

Gráfico 33: Evolução do Indicador 06





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 07: TAXA DE CONGESTIONAMENTO NA FASE DE EXECUÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS

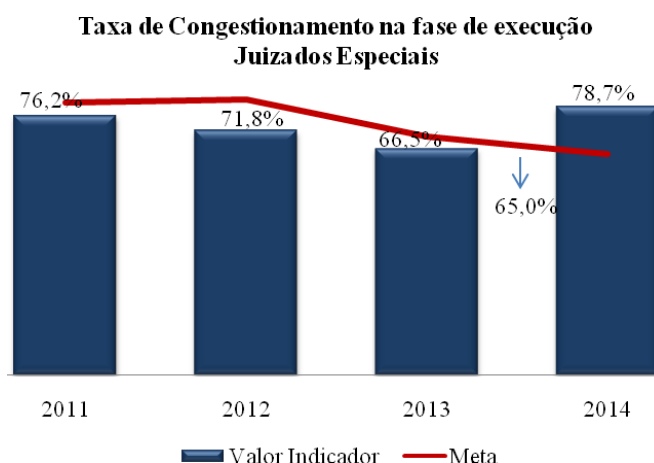
Gestor: Corregedoria Geral da Justiça

% Cumprimento: 79%

Tabela 88 – Taxa de Congestionamento na fase de execução nos Juizados Especiais – 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta  |
|------|-----------------|-------|
| 2011 | 76,2%           | 80,0% |
| 2012 | 71,8%           | 81,0% |
| 2013 | 66,5%           | 70,0% |
| 2014 | 78,7%           | 65,0% |

Gráfico 34: Evolução do Indicador 07



### INDICADOR 08: NÚMERO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS REALIZADAS

Gestor: Comissão de Responsabilidade Socioambiental

% Cumprimento: 73%

Tabela 89 – Número de Ações Socioambientais Realizadas -2013-2014

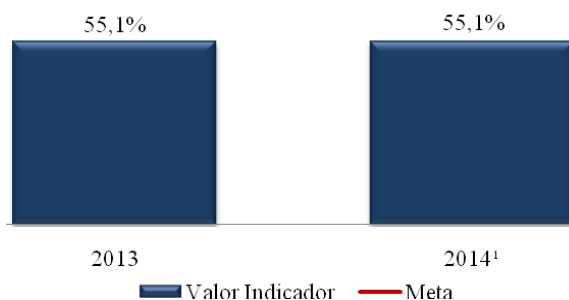
| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2013 | 55,1%           |      |
| 2014 | 55,1%           | 75%  |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 35 – Evolução do Indicador 06

Número de ações socioambientais realizadas



### INDICADOR 09: NÚMERO DE NOVAS UNIDADES JUDICIÁRIAS IMPLANTADAS

Gestor: Assessoria Especial da Presidência

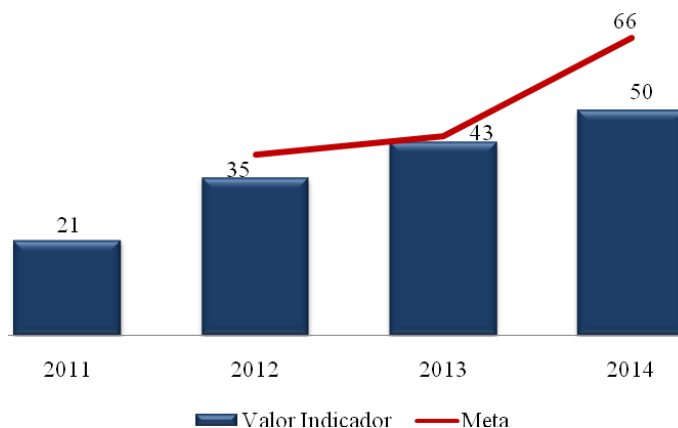
% Cumprimento: 76%

Tabela 90 – Número de Novas Unidades Judiciárias Implantadas – 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 21              |      |
| 2012 | 35              | 40   |
| 2013 | 43              | 44   |
| 2014 | 50              | 66   |

Gráfico 36 – Evolução do Indicador 09

Número de novas unidades judiciárias implantadas







## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 10: NÚMERO DE AÇÕES PARA AMPLIAR O ATENDIMENTO AO CIDADÃO

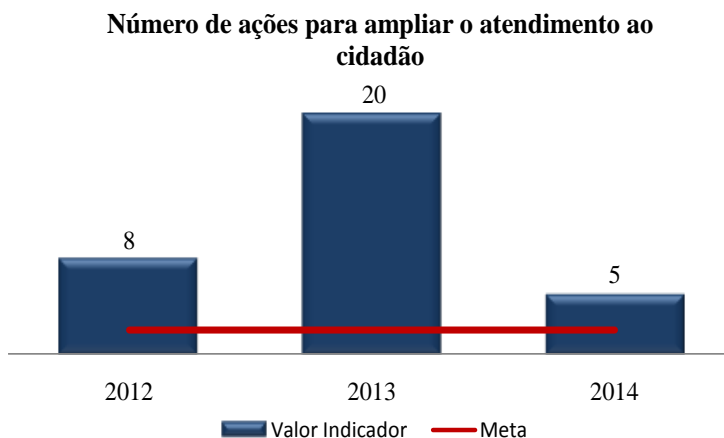
Gestor: Assessoria Especial da Presidência



Tabela 91 – Número de Ações para Ampliar o Atendimento ao Cidadão– 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2012 | 8               | 2    |
| 2013 | 20              | 2    |
| 2014 | 5               | 2    |

Gráfico 37 – Evolução do Indicador 10



### INDICADOR 11: ÍNDICE DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS POSITIVAS VEICULADAS

Gestor: Assessoria de Comunicação



Tabela 92 –Índice de Matérias Institucionais Positivas Veiculadas - 2011-2014

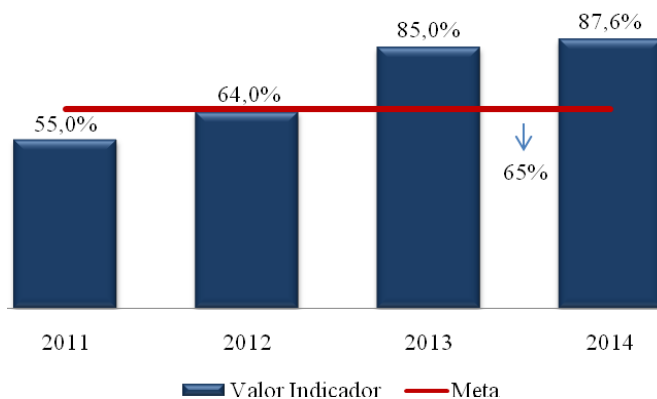
| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 55,0%           | 65%  |
| 2012 | 64,0%           | 65%  |
| 2013 | 85,0%           | 65%  |
| 2014 | 87,6%           | 65%  |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 38 – Evolução do Indicador 11

Índice de matérias institucionais positivas veiculadas



### INDICADOR 12: NÚMERO DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O PAPEL E O FUNCIONAMENTO DO JUDICIÁRIO CEARENSE

Gestor: Assessoria Institucional



Tabela 93 – Número de Participantes em Ações de Conscientização sobre o Papel e o Funcionamento do Judiciário Cearense - 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta  |
|------|-----------------|-------|
| 2011 | 2.529           | 2.200 |
| 2012 | 5.339           | 2.200 |
| 2013 | 4.104           | 2.200 |
| 2014 | 2.641           | 2.200 |





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 14: NÚMERO DE PARCERIAS FORMAIS EM PROL DA JUSTIÇA

Gestor: Assessoria Especial da Presidência

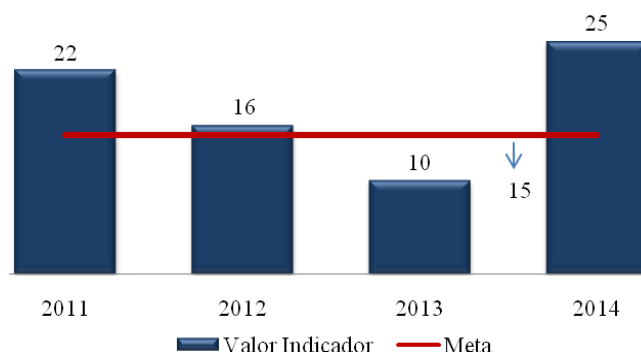


Tabela 95 – Número de Parcerias Formais em prol da Justiça - 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 22              | 15   |
| 2012 | 16              | 15   |
| 2013 | 10              | 15   |
| 2014 | 25              | 15   |

Gráfico 41 – Evolução do Indicador 14

Número de parcerias formais em prol da justiça



### INDICADOR 15: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO DE 2º GRAU

Gestor: Secretaria Geral

% Cumprimento: 87%

Tabela 96 – Produtividade do Magistrado de 2º Grau – 2011-2014

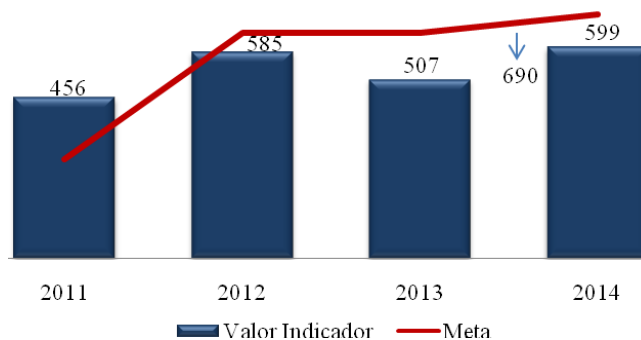
| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 456             | 280  |
| 2012 | 585             | 637  |
| 2013 | 507             | 637  |
| 2014 | 599             | 690  |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 42 – Evolução do Indicador 15

### Produtividade do magistrado 2º grau



### INDICADOR 16: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO DE 1º GRAU

Gestor: Corregedoria Geral da Justiça

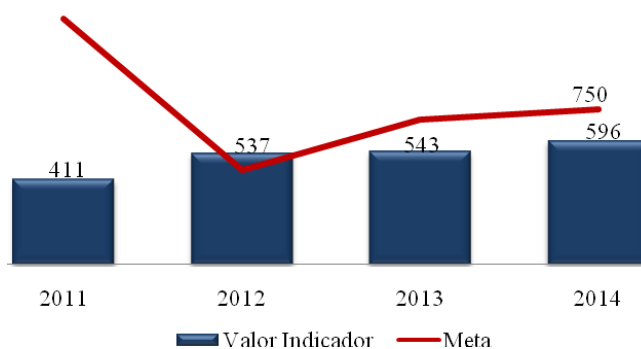
% Cumprimento: 79%

Tabela 97 – Produtividade do Magistrado de 1º Grau – 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 411             | 1185 |
| 2012 | 537             | 455  |
| 2013 | 543             | 700  |
| 2014 | 596             | 750  |

Gráfico 43 – Evolução do Indicador 16

### Produtividade do magistrado 1º grau





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 17: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Gestor: Corregedoria Geral da Justiça

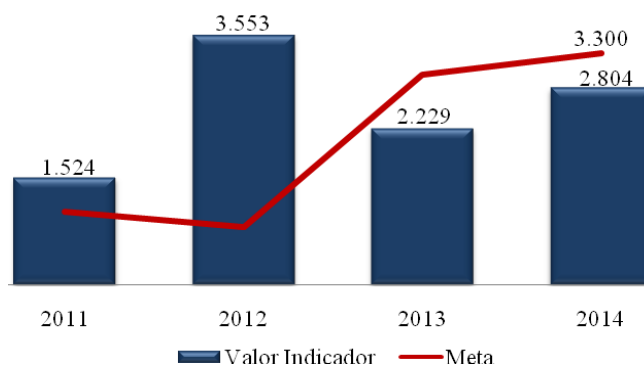
% Cumprimento: 85%

Tabela 98 –Produtividade do Magistrado de Juizados Especiais – 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta  |
|------|-----------------|-------|
| 2011 | 1.524           | 1.038 |
| 2012 | 3.553           | 824   |
| 2013 | 2.229           | 3.000 |
| 2014 | 2.804           | 3.300 |

Gráfico 44 – Evolução do Indicador 17

#### Produtividade do magistrado dos Juizados Especiais



### INDICADOR 18: PRODUTIVIDADE DO MAGISTRADO DAS TURMAS RECURSAIS

Gestor: Fórum das Turmas Recursais Professor Dollor Barreira



Tabela 99 – Produtividade do Magistrado de Turmas Recursais – 2011- 2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 296             | 178  |
| 2012 | 422             | 197  |
| 2013 | 416             | 447  |
| 2014 | 590             | 447  |





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 20: NÚMERO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO IMPLEMENTADAS

Gestor: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

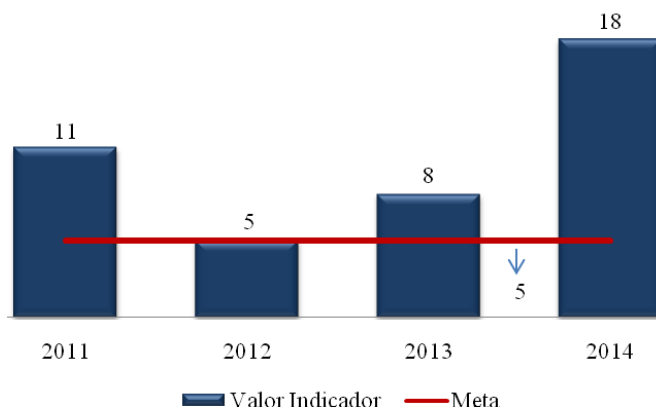


Tabela 101 - Número de Boas Práticas de Gestão Implementadas 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 11              | 5    |
| 2012 | 5               | 5    |
| 2013 | 8               | 5    |
| 2014 | 18              | 5    |

Gráfico 47 – Evolução do Indicador 20

Número de boas práticas de gestão implementadas



### INDICADOR 21: PERCENTUAL DE PROJETOS ESTRATÉGICOS CONCLUÍDOS

Gestor: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

% Cumprimento: 79%

Tabela 102 - Percentual de Projetos Estratégicos Concluídos 2011-2014

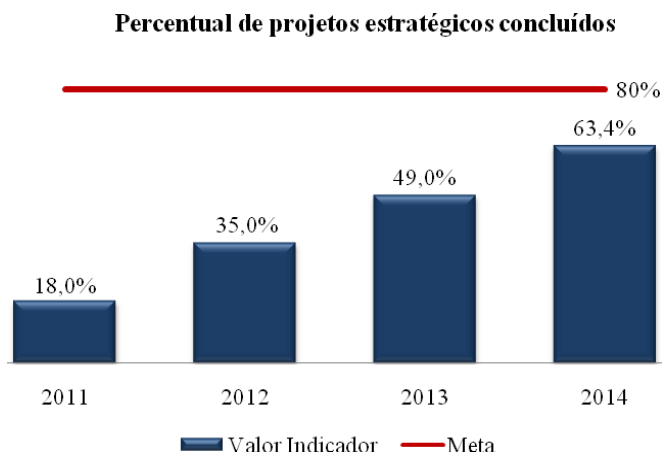
| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 18,0%           | 80%  |
| 2012 | 35,0%           | 80%  |
| 2013 | 49,0%           | 80%  |
| 2014 | 63,4%           | 80%  |





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 48 – Evolução do Indicador 21



### INDICADOR 22: ÍNDICE DO CLIMA ORGANIZACIONAL

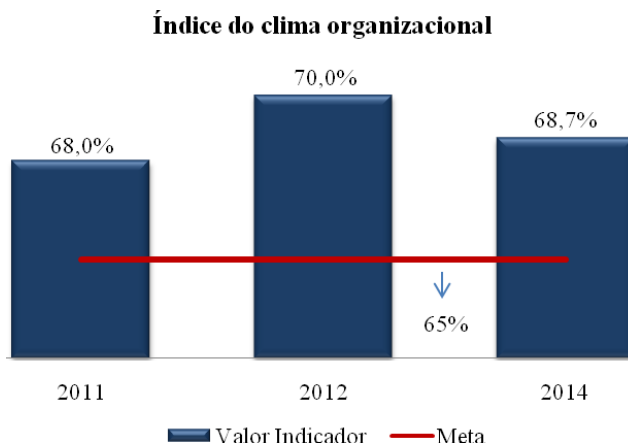
Gestor: Secretaria de Gestão de Pessoas



Tabela 103 - Índice de Clima Organizacional 2011-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2011 | 68,0%           | 65%  |
| 2012 | 70,0%           | 65%  |
| 2014 | 68,7%           | 65%  |

Gráfico 49 – Evolução do Indicador 22





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 23: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS

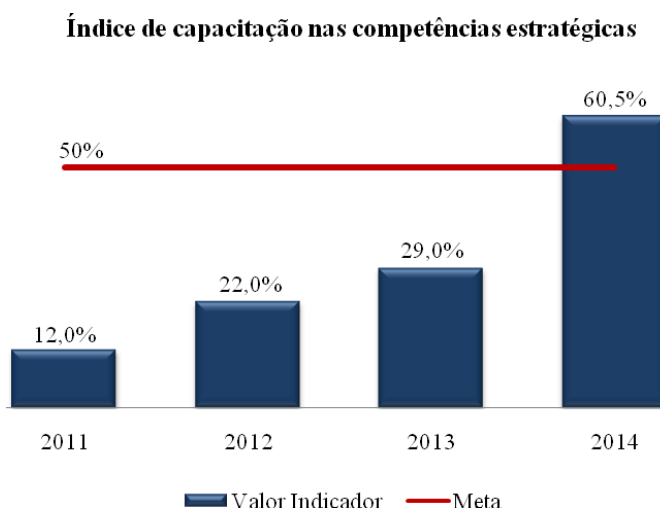
Gestor: Secretaria de Gestão de Pessoas



Tabela 104 – Índice de Capacitação nas Competências Estratégicas 2011-2014

| Ano               | Valor Indicador | Meta |
|-------------------|-----------------|------|
| 2011              | 12,0%           | 50%  |
| 2012              | 22,0%           | 50%  |
| 2013              | 29,0%           | 50%  |
| 2014 <sup>1</sup> | 60,5%           | 50%  |

Gráfico 50 – Evolução do Indicador 23





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 24: QUANTITATIVO DE VAGAS OFERTADAS PARA MAGISTRADOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO E/OU DE APERFEIÇOAMENTO CREDENCIADOS PELA ENFAM

Gestor: Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará

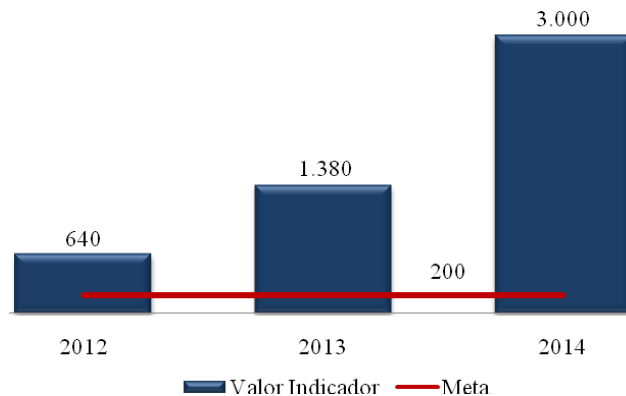


Tabela 105 – Quantitativo de Vagas Ofertadas para Magistrados 2012-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2012 | 640             | 200  |
| 2013 | 1.380           | 200  |
| 2014 | 3.000           | 200  |

Gráfico 51 – Evolução do Indicador 24

Quantitativo de vagas ofertadas para magistrados em cursos de formação e/ou aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 25: ÍNDICE DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE TREINAMENTO DOS SERVIDORES

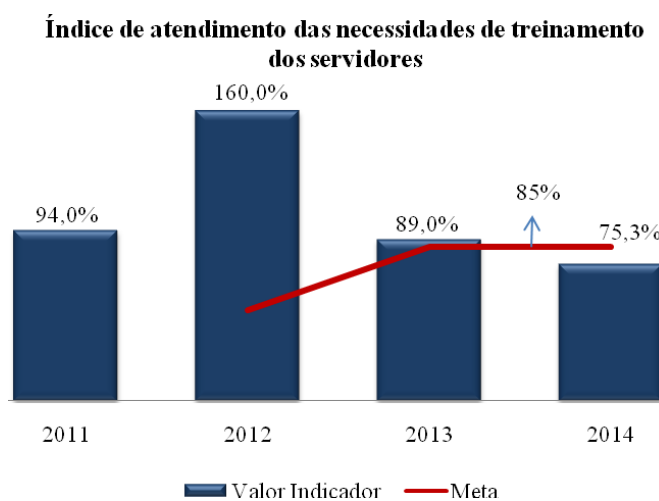
Gestor: Secretaria de Gestão de Pessoas

% Cumprimento: 89%

Tabela 106 – Índice de Atendimento das Necessidades de Treinamentos 2011-2014

| Ano               | Valor Indicador | Meta |
|-------------------|-----------------|------|
| 2011              | 94,0%           |      |
| 2012              | 160,0%          | 50%  |
| 2013              | 89,0%           | 85%  |
| 2014 <sup>1</sup> | 75,3%           | 85%  |

Gráfico 52 – Evolução do Indicador 25





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 26: PERCENTUAL DE UNIDADES JUDICIÁRIAS COM QUANTIDADE ADEQUADA DE PESSOAL

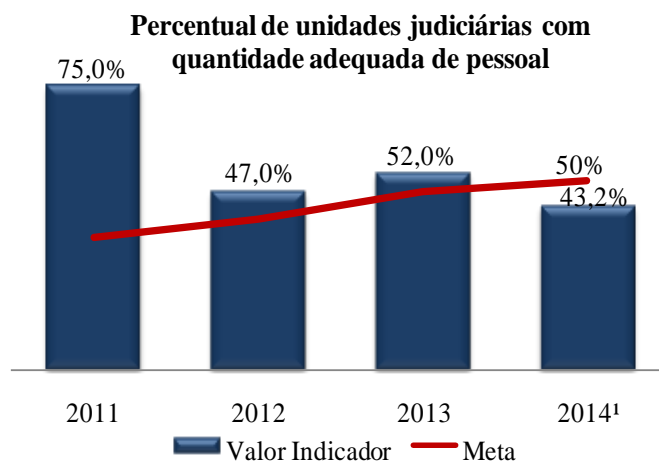
Gestor: Secretaria de Gestão de Pessoas

% Cumprimento: 87%

Tabela 107 – Percentual de Unidades Judiciárias com Quantidade Adequada de Pessoal Adequado 2011-2014

| Ano               | Valor Indicador | Meta |
|-------------------|-----------------|------|
| 2011              | 75,0%           | 35%  |
| 2012              | 47,0%           | 40%  |
| 2013              | 52,0%           | 47%  |
| 2014 <sup>1</sup> | 43,2%           | 50%  |

Gráfico 53 – Evolução do Indicador 26



### INDICADOR 27: ÍNDICE DE VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS NOVOS

Gestor: Secretaria de Tecnologia da Informação

% Cumprimento: 95%

Tabela 108 – índice de Virtualização de Processos Judiciais Novos 2012-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2012 | 50,0%           | 65%  |
| 2013 | 58,0%           | 65%  |
| 2014 | 61,7%           | 65%  |





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 29: ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO

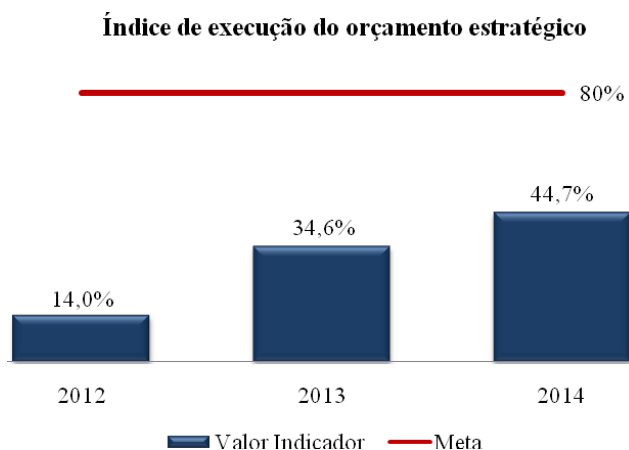
Gestor: Assessoria Especial da Presidência

% Cumprimento: 56%

Tabela 110 – Índice de Execução do Orçamento Estratégico 2012-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2012 | 14,0%           | 80%  |
| 2013 | 34,6%           | 80%  |
| 2014 | 44,7%           | 80%  |

Gráfico 56 – Evolução do Indicador 29



### INDICADOR 30: ÍNDICE DE OTIMIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO

Gestor: Secretaria de Finanças

% Cumprimento: 79%

Tabela 111 – Índice de Otimização da Arrecadação 2013-2014

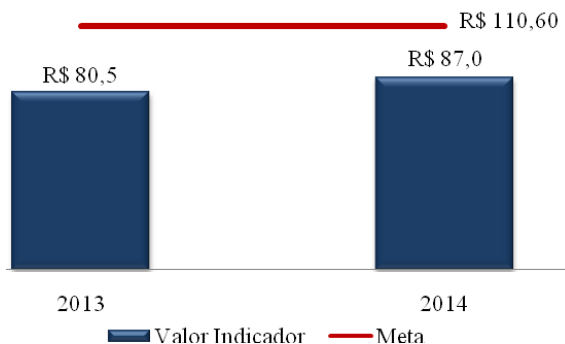
| Ano  | Valor Indicador | Meta       |
|------|-----------------|------------|
| 2013 | R\$ 80,5        | R\$ 110,60 |
| 2014 | R\$ 87,0        | R\$ 110,60 |



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 57 – Evolução do Indicador 30

### Índice de otimização da arrecadação (em milhões)



### INDICADOR 31: ÍNDICE DE BOM ESTADO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DOS FÓRUNS

Gestor: Secretaria de Administração

% Cumprimento: 49,9%

Tabela 112 – Índice de Bom Estado das Instalações Físicas dos Fóruns 2013-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta  |
|------|-----------------|-------|
| 2013 | 3,6%            |       |
| 2014 | 7,8%            | 15,6% |

Gráfico 58 – Evolução do Indicador 31

### Índice de bom estado das instalações físicas dos Fóruns







## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### INDICADOR 32: ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DAS METAS DO PETI ALINHADAS AO OBJETIVO “GARANTIR A INFRAESTRUTURA DE TIC NECESSÁRIA PARA AS ATIVIDADES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS”

Gestor: Secretaria de Tecnologia da Informação

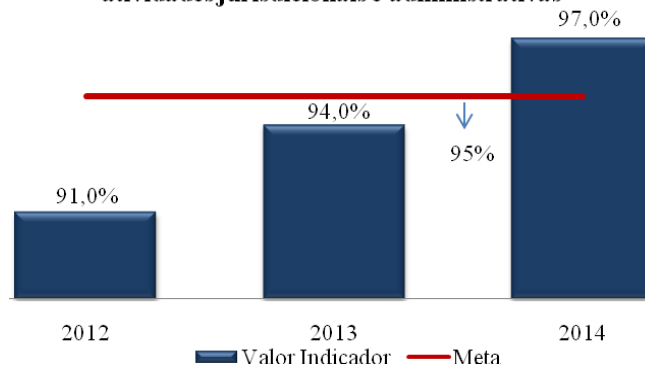


Tabela 113 – Índice de cumprimento das metas do Peti alinhadas ao objetivo “garantir a infraestrutura de TIC 2012-2014

| Ano  | Valor Indicador | Meta |
|------|-----------------|------|
| 2012 | 91,0%           | 95%  |
| 2013 | 94,0%           | 95%  |
| 2014 | 97,0%           | 95%  |

Gráfico 59 – Evolução do Indicador 32

#### Índice de cumprimento das Metas PETI alinhadas ao objetivo "Garantir a infraestrutura de TIC para as atividades jurisdicionais e administrativas"





## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

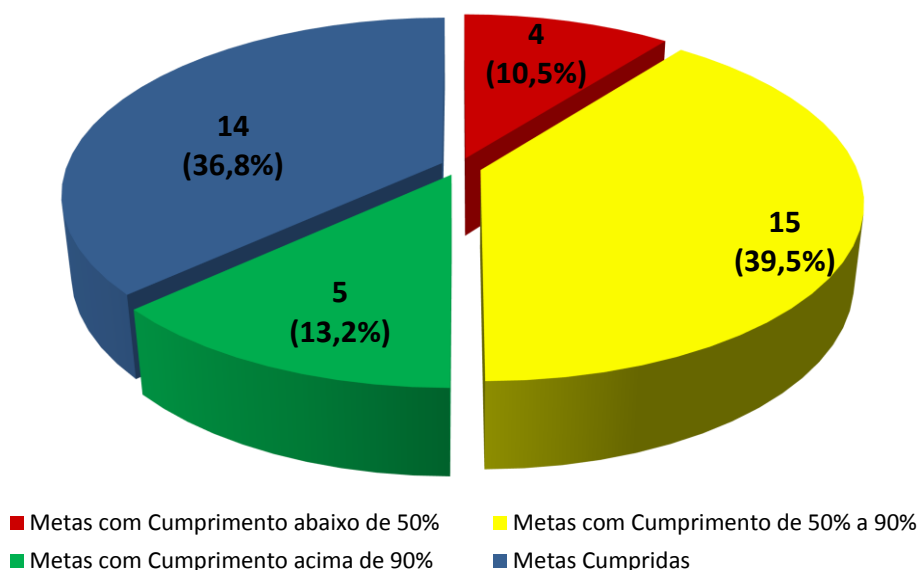
### GRAU DE CUMPRIMENTO POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

Tabela 114 – Grau de cumprimento das metas por objetivo estratégico

| Objetivo Estratégico   | Grau de Cumprimento |
|--|---------------------|
| Ser reconhecido pela sociedade como modelo de instituição moderna, ética e que assegure o direito e a cidadania <sup>1</sup> | 95,0%               |
| Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva   | 77,9 %              |
| Exercer a Responsabilidade Socioambiental <sup>2</sup>   | 73,3%               |
| Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça  | 87,9%               |
| Informar para Conscientizar  | 100,0%              |
| Buscar a excelência na gestão de custos operacionais <sup>3</sup>  | 42,5%               |
| Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições   | 100,0%              |
| Melhorar a Produtividade   | 90,2%               |
| Buscar a Modernização contínua   | 100,0%              |
| Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do judiciário  | 78,8%               |
| Garantir a valorização dos magistrados e servidores  | 100,0%              |
| Alinhar pessoas às demandas de prestações de serviços <sup>4</sup>   | 91,7%               |
| Automatizar e integrar procedimentos e sistemas  | 97,5%               |
| Assegurar recursos para a execução da estratégia   | 67,3%               |
| Garantir infraestrutura adequada   | 74,9%               |

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

Gráfico 60 – Grau de cumprimento das metas institucionais



Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão



#### **4. AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO DE PROJETOS**

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e das metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário cearense e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP) vinculado à Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, o qual foi criado por meio da Resolução nº 13 de 20 de dezembro de 2011 do Órgão Especial. Institucionalmente, há duas figuras que se envolvem diretamente com o gerenciamento de projetos: o gerente de projetos e o patrocinador.

As atribuições do Escritório, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os Patrocinadores e gerentes na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

O gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e pelo monitoramento da execução das atividades do projeto e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o patrocinador é aquele que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do gerente de projetos.

Para acompanhar a evolução de suas práticas relativas ao gerenciamento de projetos, o TJCE adota um modelo de avaliação e medição da sua maturidade com relação à aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas nas atividades de gerenciamento de projetos, visando ao alcance dos objetivos organizacionais. Ou seja, a maturidade em questão diz respeito ao grau de utilização de gerenciamento de projetos na Organização. Dessa forma, em agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos, foi realizada avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, o qual permite avaliar cinco níveis de maturidade, considerando: processos, pessoas, tecnologia e estratégia) para analisar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e, baseadas nessas análises, diversas ações foram empreendidas durante os anos de 2011 a 2014 para aumentar a maturidade em gerenciamento de projetos. Os resultados dessas ações revelam-se na elevação da maturidade, conforme apresenta o gráfico a seguir:

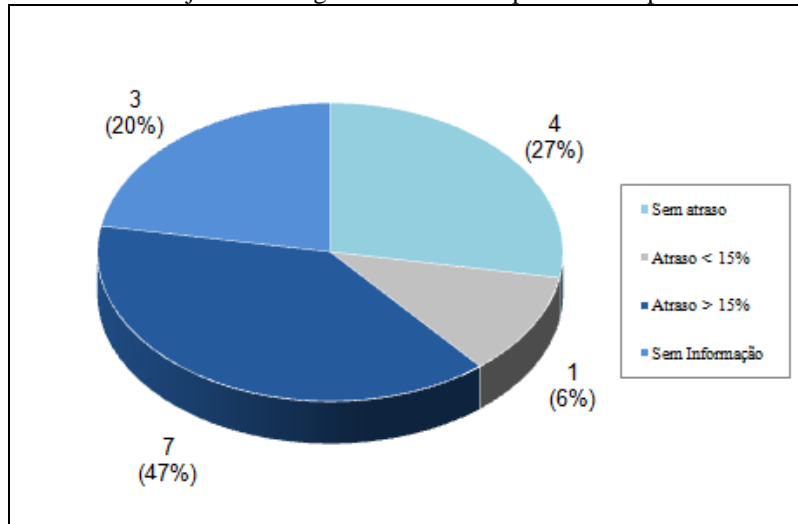






## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Gráfico 64 - Projetos estratégicos ativos – cumprimento de prazos



Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão/ECP

Vale ressaltar, ainda, o Índice de Desempenho de Prazo – IDP, que é o indicador responsável por medir a eficiência do cumprimento do cronograma de um projeto. Seu cálculo é obtido através da equação abaixo:

$$IDP = 1 - [(DP - DLB) / DLB]$$

Onde:

- DP: Duração Projetada: corresponde a duração do cronograma do projeto em execução, contemplando os atrasos e adiantamentos do mesmo.
- DLB: Duração da Linha de Base: corresponde a duração da linha de base mais recente aprovada pelos responsáveis.

O resultado compreende qualquer valor no conjunto dos números inteiros (... , -2, ..., -1, ..., 0, ..., 1, ..., 2, ...) e serão interpretados da seguinte forma:



## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

Figura 20 – Interpretação IDP

| IDP                 | Interpretação  | Cor |
|---------------------|--|-----|
| 1                   | Significa que a execução do projeto corresponde exatamente ao que foi planejado. Trata-se do cenário ideal.  | ●   |
| > 1                 | Significa que a execução do projeto está adiantada em relação ao que foi planejado. Apesar de parecer um excelente cenário, a menos que possua justificativa plausível, pode não representar um bom planejamento do tempo, pois, provavelmente, algumas atividades tiveram seus prazos superdimensionados. | ●   |
| $1 > IDP \geq 0,85$ | Significa que a execução do projeto está atrasada em relação ao que foi planejado. Representa um atraso de no máximo 15% em relação à duração aprovada.  | ●   |
| < 0,85              | Significa que a execução do projeto está atrasada em relação ao que foi planejado. Representa um atraso maior que 15% em relação à duração aprovada.   | ●   |

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

Tabela 115 - Projetos estratégicos ativos

| Unidade                   | Nome do Projeto   | Fase       | IDP  |
|---------------------------|---|------------|------|
| <b>Ass. Militar</b>       | Modernização do Projeto de Segurança do TJCE  | Realização | -    |
| <b>Secad</b>              | Fórum Novo de Itapipoca   | Realização | 1,13 |
|                           | Novo JECC de Aracati  | Conclusão  | -    |
|                           | Fórum Novo de Senador Pompeu  | Concepção  | -    |
|                           | Fórum Novo de Russas  | Preparação | -    |
| <b>Sejud</b>              | Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais  | Concepção  | -    |
|                           | Análise, Racionalização e Manualização de Processos do Departamento Judicial de Apoio e Divisão de Distribuição   | Realização | 1,12 |
| <b>Seplag</b>             | Elaboração do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará  | Realização | 1,01 |
| <b>Setin</b>              | Sala de Audiência – Gravação Áudio Vídeo  | Realização | 0,69 |
|                           | Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados – Oficiais de Justiça   | Realização | 0,15 |
|                           | Implantação de Ferramenta de Informações Gerencias  | Realização | 0,78 |
|                           | Integrajus  | Realização | 0,31 |
|                           | Modernização dos Portais TJCE   | Realização | 0,94 |
| <b>SGP</b>                | Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Judiciário cearense | Realização | -    |
|                           | Concurso Público para Ingresso de Magistrados   | Realização | 1,0  |
| <b>Total: 15 projetos</b> |   |            |      |

Fonte: Secretaria Especial de Planejamento e Gestão/Escritório Corporativo de Projetos







## Relatório de Desempenho da Gestão 2014 – Tribunal de Justiça

### **TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS**

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no exercício de 2014, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

**José Joaquim Neto Cisne**  
Secretário Especial de Planejamento e Gestão do TJCE

**Alex Araújo**  
Secretário de Finanças do TJCE

**Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará